

MINISTÉRIO DAS CIDADES

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU



RELATÓRIO DE GESTÃO
Exercício de 2015

Rio de Janeiro, dez 2015

Ministério das Cidades
Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU

RELATÓRIO DE GESTÃO
Exercício de 2015

RELATÓRIO DE GESTÃO do exercício de 2015, apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada, nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com a Instrução Normativa-TCU nº 63 de 01 de setembro de 2010 (alterada pela Instrução Normativa-TCU nº 72 de 15 de maio de 2013), Decisão Normativa-TCU nº 146 de 30 de setembro de 2015, Decisão Normativa-TCU nº 147 de 11 de novembro de 2015, Portaria-TCU nº 321 de 30 de novembro de 2015, Portaria nº 522 de 04 de março de 2015 da CGU e Sistema e-Contas, do Tribunal de Contas da União.

Diretoria de Planejamento, Expansão e Marketing
Rio de Janeiro, dez 2015

**MINISTÉRIO DAS CIDADES
COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS**

Presidente da República
DILMA ROUSSEFF

Ministro das Cidades
GILBERTO KASSAB

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente
CARLOS ANTONIO VIEIRA FERNANDES

Conselheiros
MARCO ANTÔNIO DE ARAÚJO FIREMAN
DARIO RAIS LOPES
ELTON SANTA FÉ ZACARIAS
PEDRO AUGUSTO CUNTO DE ALMEIDA
JOSÉ GERALDO ALVES

CONSELHO FISCAL

Presidente
ELIAS JACÓ DOS SANTOS

Conselheiros Efetivos
PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO
MARCIO OLIVEIRA CAVALCANTI

Suplentes
PEDRO GREGÓRIO FERREIRA MANÇO
RICARDO BATISTA FERREIRA
LINDOMAR JOSÉ PEREIRA

DIRETORIA

Diretor-Presidente
MARCO ANTONIO DE ARAUJO FIREMAN

Diretor Técnico
SERGIO SAMPAIO SESSIM

Diretor de Administração e Finanças
DAVIDSON TOLENTINO DE ALMEIDA

Diretor de Planejamento, Expansão e Marketing
FRANCISCO DE ASSIS DOS SANTOS JUNIOR

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E SÍMBOLOS

ANTP – Associação Nacional de Transportes Públicos
ART – Anotação de Responsabilidade Técnica
ATC – Automatic Train Control
AUDIT – Auditoria Interna
CAD - Certificado de Aceitação Definitiva
CAP – Certificado de Aceitação Provisória
CBTU – Companhia Brasileira de Trens Urbanos
CECIM – Coordenação Técnica – Contr. Financiamentos
CEPRO – Coordenação Técnica – Programação e Controle Orçamentário
CGORF – Coordenação Geral de Orçamento e Finanças – Ministério das Cidades
CGPLAN – Coordenação Geral de Planejamento – Ministério das Cidades
CGU – Controladoria Geral da União
CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas
COAFI – Coordenação Operacional – Administração e Finanças
COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
COIOM – Coordenação Operacional – Informática e O&M
COLIC – Coordenação Operacional – Licitação e Compras
CONAD – Conselho de Administração
CONFI – Conselho Fiscal
COOPETEC - Fundação Coordenação de Projetos Pesquisas e Estudos Tecnológicos
CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
CPTM – Companhia Paulista de Trens Metropolitanos
CTS – Companhia de Transporte de Salvador
DA – Diretoria de Administração e Finanças da CBTU
DEC – Departamento de Engenharia e Construções do Ministério da Defesa
DER – Departamento de Estradas de Rodagem
DEST – Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais
DN – Decisão Normativa
DNIT - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
DOU – Diário Oficial da União
DP – Diretoria de Planejamento, Expansão e Marketing da CBTU
DT – Diretoria Técnica da CBTU
EIA/RIMA – Estudo de Impacto Ambiental/ Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente
EPI – Equipamento de Proteção Individual
FIFA - Federação Internacional de Futebol Associado
FGV – Fundação Getúlio Vargas
GAEMC – Gerência Geral de Expansão, Marketing e Comunicação
GAFIN – Gerência Geral – Gestão Financeira
GAJUR – Gerência Geral - Jurídica
GAPLO – Gerência Geral de Planejamento e Orçamento
GAREH – Gerência Geral – Gestão de Recursos Humanos
GEAPO – Gerência Técnica – Apoio Administrativo
GEARH – Gerência Técnica – Administração de Recursos Humanos
GEDES – Gerência Técnica – Desenvolvimento de Recursos Humanos
GEGOV – Gerência Técnica – Governança e Controladoria
GEINF – Gerência Técnica - Informática
GEORC – Gerência Técnica – Orçamento e Gestão
GEPAF – Gerência Técnica – Pensão por Acidente Ferroviário
GEPET – Gerência Técnica – Planejamento e Estudos de Transporte

GEPLE – Gerência Técnica – Planejamento Empresarial
GIPEN – Gerência Regional – Planejamento e Engenharia
GIPLA – Gerência Regional - Planejamento
GOJUR – Gerência Operacional - Jurídico
IN – Instrução Normativa
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPPUC – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba
JBIC – Japan Bank for International Cooperation
LOA – Lei Orçamentária Anual
LTCAT - Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho
MCID – Ministério das Cidades
MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
METROFOR – Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos
MP – Ministério Público
MPOG – Ministério do Planejamento
OCI – Órgão de Controle Interno
OS – Ordem de Serviço
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PAD – Processo Administrativo Disciplinar
PAM – Posto de Abastecimento e Manutenção
PASEP – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional
PEC – Plano de Emprego Comissionado
PES – Plano de Emprego e Salários
PLOA – Projeto de Lei Orçamentária Anual
PN – Passagem de Nível
PO – Plano Orçamentário
PPA – Plano Plurianual
PPRA - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais
PROPJUR – Processo de Pagamento de Despesas Jurídicas
RAP – Restos a Pagar
RDA – Resolução de Diretoria de Administração
RDP – Resolução de Diretoria de Planejamento, Expansão e Marketing
RDT – Resolução de Diretoria Técnica
RPR – Resolução de Diretor Presidente
REFER - Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social
REO – Relatório de Execução Orçamentária
RFFSA – Rede Ferroviária Federal S.A.
RH – Recursos Humanos
SECEX – Secretaria de Controle Externo – Tribunal de Contas da União
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE - Sistema Integrado de Administração de Pessoal
SIG – Sistema de Informações Gerenciais
SIGESP – Sistema Integrado de Gestão de Pessoal
SIGPLAN – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIOP – Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento
SIORG – Sistema de Informações Organizacionais
SISPAC – Sistema de Monitoramento do Programa de Aceleração do Crescimento
SOF – Secretaria de Orçamento Federal – Ministério do Planejamento
SPOA – Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – Ministério das Cidades

SPU – Secretaria de Patrimônio da União
STU – Superintendência de Trens Urbanos
T&D – Treinamento e Desenvolvimento
TCE – Tomada de Contas Especial
TCU – Tribunal de Contas da União
TI – Tecnologia da Informação
TUE – Trem Unidade Elétrico
UA – Unidade Administrativa
UG – Unidade Gestora
UJ – Unidade Jurisdicionada
VLT – Veículo Leve sobre Trilhos

LISTA DE QUADROS

Quadro A.1.2.1 – Identificação da UJ	16
Quadro A.1.5.1 – Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas	29
Quadro A.1.6.1 – Macroprocessos Finalísticos.....	33
Quadro A.1.7.1 – Composição Acionária do Capital Social.....	43
Quadro A.2.3.1.1 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS.....	50
Quadro A.2.3.1.3 – Ações não Previstas LOA 2014 - Restos a Pagar – OFSS	59
Quadro A.2.3.4.1 – Despesas totais por modalidade de contratação	103
Quadro A.2.3.4.2 – Despesas por grupo e elemento de despesa.....	104
Quadro A.2.3.4.4.1.A – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência.....	107
Quadro A.2.3.4.4.1.B – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios.....	108
Quadro A.2.3.4.4.1.C – Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2015 e exercícios seguintes	109
Quadro A.2.3.4.4.1.D – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ	109
Quadro A.2.3.4.4.1.E - Visão Geral da análise das prestações de contas	110
Quadro A.2.5.1.A – Metas Operacionais propostas e realizadas no exercício de 2015.....	117
Quadro A.2.5.1.B – Indicadores operacionais - série histórica e exercício de 2015.....	122
Quadro A.3.7.2 – Síntese da Remuneração dos Administradores	140
Quadro A.3.10.3.1 – Quantitativo de Processos Cíveis e Trabalhistas.....	143
Quadro A.3.10.3.2 - Valores empenhados por tipo de ação (R\$)	144
Quadro A.3.10.3.3 – Quantitativo de Ações Judiciais por tipo e região	144
Quadro A.3.10.3.4 – Valores pagos no exercício por tipo e por unidade administrativa	145
Quadro A.4.1 – Canais de Acesso do Cidadão – Solicitações	147
Quadro A.5.5.1.A – Subsídio - Administração Central	177
Quadro A.5.5.1.B – Subsídio - Belo Horizonte	178
Quadro A.5.5.1.C – Subsídio - Recife.....	179
Quadro A.5.5.1.D – Subsídio - Natal	180
Quadro A.5.5.1.E – Subsídio - João Pessoa	181
Quadro A.5.5.1.F – Subsídio - Maceió	182
Quadro A.5.5.1.G – Subsídio - Consolidado.....	182
Quadro A.6.1.1.A – Força de Trabalho da UPC	185
Quadro A.6.1.1.B – Distribuição da Lotação Efetiva	185
Quadro A.6.1.1.C – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da Unidade	186
Quadro A.6.1.2 – Despesas do pessoal	187
Quadro A.6.1.4.1.A – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância e locação de mão de obra – Administração Central	189
Quadro A.6.1.4.1.B.1 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância – STU-BH	190
Quadro A.6.1.4.1.B.2 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra – BH	191
Quadro A.6.1.4.1.C - Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade – STU-REC.....	192
Quadro A.6.1.4.1.D - Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade – NAT	193
Quadro A.6.1.4.1.E.1 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância – STU-JOP	194
Quadro A.6.1.4.1.E.2 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra – JOP....	195

Quadro A.6.1.4.1.F - Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade – STU-MAC	196
Quadro A.6.1.4.2.A – Composição do Quadro de Estagiários.....	197
Quadro A.6.1.4.2.B – Composição do Quadro de Aprendizizes	198
Quadro A.6.1.5.2 - Contribuições para a REFER referentes ao ano de 2015	200
Quadro A.6.2.1.3.C – Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional – STU-NAT.....	241
Quadro A.6.2.1.3.E – Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional – STU-MAC.....	243
Quadro A.6.3.1.A - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL.....	257
Quadro A.6.3.1.B - SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE BELO HORIZONTE.....	260
Quadro A.6.3.1.C - SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE RECIFE	260
Quadro A.6.3.1.D - SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE NATAL	268
Quadro A.6.3.1.E - SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE JOÃO PESSOA	268
Quadro A.6.3.1.F - SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE MACEIÓ.....	268
Quadro A.6.3.3 – Ações orçamentárias voltadas à recuperação e modernização dos sistemas de trens urbanos	279
Quadro A.8.1.A – Evolução dos acidentes ferroviários nos últimos 5 anos	307
Quadro A.8.1.B – Concessão Judicial de Pensões e Custos nos Últimos 5 Anos.....	308
Quadro A.8.2.1 - Valores Penhorados/Bloqueados no Exercício e Valores Recuperados	313
Quadro A.8.2.2 - Movimentação de Processos	314
Quadro A.8.2.3.A - Vitórias e Perdas da ADMINISTRAÇÃO CENTRAL.....	314
Quadro A.8.2.3.B - Vitórias e Perdas da STU BELO HORIZONTE	315
Quadro A.8.2.3.C - Vitórias e Perdas da STU RECIFE.....	315
Quadro A.8.2.3.D - Vitórias e Perdas da STU NATAL.....	316
Quadro A.8.2.3.E - Vitórias e Perdas da STU JOÃO PESSOA	316
Quadro A.8.2.3.F - Vitórias e Perdas da STU MACEIÓ	317
Quadro A.8.2.3.G - Vitórias e Perdas da ADMINISTRAÇÃO CENTRAL (SÃO PAULO).....	317
Quadro A.8.2.3.H - Vitórias e Perdas da STU NATAL (CEARÁ)	318
Quadro A.8.2.3.I - Vitórias e Perdas da STU MACEIÓ (BAHIA).....	318

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	12
1. VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS.....	14
1.1 - FINALIDADE E COMPETÊNCIAS	15
1.2 - NORMAS E REGULAMENTO DE CRIAÇÃO, ALTERAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE.....	16
1.3 - BREVE HISTÓRICO DA ENTIDADE	17
1.4 - AMBIENTE DE ATUAÇÃO	18
1.5 - ORGANOGRAMA	24
1.6 - MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS	32
1.7 - COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL.....	43
1.8 - PARTICIPAÇÃO EM OUTRAS SOCIEDADES	43
1.9 - PRINCIPAIS EVENTOS SOCIETÁRIOS OCORRIDOS NO EXERCÍCIO	44
2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL.....	45
2.1 – PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL	46
2.1.1 – <i>Descrição Sintética dos Objetivos do Exercício</i>	46
2.1.2 – <i>Vinculação dos Planos da Unidade com as Competências Institucionais e Outros Planos.....</i>	47
2.2 – FORMAS E INSTRUMENTOS DE MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO E RESULTADOS DOS PLANOS	48
2.3 – DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO	48
2.3.1 – <i>Execução Física e Financeira das Ações da Lei Orçamentária Anual de Responsabilidade da Unidade.....</i>	49
2.3.2 – <i>Fatores Intervenientes no Desempenho Orçamentário</i>	96
2.3.3 – <i>Informações sobre a Realização das Receitas</i>	97
2.3.4 – <i>Informações sobre a Execução das Despesas.....</i>	103
2.4 – DESEMPENHO OPERACIONAL.....	115
2.5 – APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE INDICADORES DE DESEMPENHO	116
2.5.1 – <i>Informações e Indicadores sobre o Desempenho Operacional</i>	116
3. GOVERNANÇA.....	125
3.1 - DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA	126
3.2 - INFORMAÇÕES SOBRE OS DIRIGENTES E COLEGIADOS	131
3.3 - POLÍTICA DE DESIGNAÇÃO DE REPRESENTANTES.....	133
3.4 - ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA.....	133
3.5 - ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS	135
3.6 - GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	136
3.7 - POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E MEMBROS DE COLEGIADOS	137
3.7.1 - <i>Demonstrativo da Remuneração Mensal de Membros de Conselhos</i>	138
3.7.2 - <i>Demonstrativo Sintético da Remuneração de Membros de Diretoria e de Conselhos.....</i>	140
3.7.3 - <i>Demonstrativo da Remuneração Variável dos Administradores.....</i>	141
3.8 - INFORMAÇÕES SOBRE A EMPRESA DE AUDITORIA INDEPENDENTE CONTRATADA.....	142
3.8.1 – <i>Sistemática de contratação</i>	142
3.8.2 – <i>Dados da Empresa Contratada.....</i>	142
3.8.3 – <i>Remuneração pelo Contrato</i>	142
3.8.4 – <i>Serviços Contratados</i>	142
3.9 - PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA DE MEMBROS DE COLEGIADOS DA ENTIDADE.....	142
3.10 - ESTRUTURA DE GESTÃO E CONTROLE DE DEMANDAS JUDICIAIS	143
3.10.1 – <i>Medidas Internas Adotadas.....</i>	143

3.10.2 – Avaliação dos Riscos de Prescrição e Ações Mitigadoras	143
3.10.3 - Demonstrativo de Ações Judiciais e Penhoras/Valores Bloqueados	143
4. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....	146
4.1 - CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO	147
4.2 - CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO	151
4.3 - AFERIÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS-USUÁRIOS	152
4.4 - MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE.....	153
4.5 - MEDIDAS PARA GARANTIR A ACESSIBILIDADE AOS PRODUTOS, SERVIÇOS E INSTALAÇÕES	153
5. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	155
5.1 – DESEMPENHO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO	156
5.2 – TRATAMENTO CONTÁBIL DA DEPRECIAÇÃO, DA AMORTIZAÇÃO E DA EXAUSTÃO DE ITENS DO PATRIMÔNIO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	157
5.3 – SISTEMÁTICA DE APURAÇÃO DE CUSTOS NO ÂMBITO DA UNIDADE	157
5.4 – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 6.404/76 E NOTAS EXPLICATIVAS	158
5.5 – DEMONSTRATIVO ESPECÍFICO SOBRE SUBSÍDIOS E RESULTADO OPERACIONAL	176
5.5.1 - Demonstrativo do Subsídio por Sistema	176
5.5.2 - Demonstrativo do Resultado Operacional por Sistema e agregado (Receita Total – Custo Total).....	183
6. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	184
6.1 – GESTÃO DE PESSOAS	185
6.1.1 – Estrutura de Pessoal da Unidade.....	185
6.1.2 – Demonstrativo das Despesas com Pessoal	187
6.1.3 – Gestão de Riscos relacionados ao pessoal	188
6.1.4 – Contratação de pessoal de apoio e estagiários	189
6.1.5 – Entidade Fechada de Previdência Complementar.....	199
6.1.6 – Política de Capacitação e Treinamento de Pessoal.....	233
6.2 – GESTÃO DO PATRIMÔNIO E INFRAESTRUTURA.....	236
6.2.1 – Gestão do Patrimônio Imobiliário da União	236
6.2.2 - Informações sobre Imóveis Locados de Terceiros.....	256
6.3 - GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	257
6.3.1 - Principais Sistemas de Informações	257
6.3.2 - Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e o Plano Diretor de Tecnologia da Informação	268
6.3.3 – Ações Relacionadas à Recuperação e Modernização dos Sistemas	278
6.4 – GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE	280
6.4.1 – Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras.....	280
7. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE.....	282
7.1 - TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES DO TCU	283
7.1.1 - Deliberações do TCU que Permanecem Pendentes de Cumprimento.....	283
7.2 - TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO	301
7.3 – MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANOS AO ERÁRIO.....	304
7.4 – DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS DE OBRIGAÇÕES COM O DISPOSTO NO ART. 5º DA LEI 8666/93.....	305
7.5 – INFORMAÇÕES SOBRE A REVISÃO DOS CONTRATOS VIGENTES FIRMADOS COM EMPRESAS BENEFICIADAS PELA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO	305

8. ANEXOS E APÊNDICES	306
8.1 - ATENDIMENTO AO ACÓRDÃO 1309/2010 – PRIMEIRA CÂMARA.....	307
8.2 - ATENDIMENTO AOS ACÓRDÃOS 1271-2004 E 2804-2015	313
9. RELATÓRIOS, PARECERES E DECLARAÇÕES.....	320
9.1 – PARECER OU RELATÓRIO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA.....	321
9.2 – PARECER DE COLEGIADO	330
9.3 – RELATÓRIO DE INSTÂNCIA OU ÁREA DE CORREIÇÃO.....	332
9.4 – RELATÓRIO DE AUDITOR INDEPENDENTE	352
9.5 – DECLARAÇÕES DE INTEGRIDADE	357
9.5.1 – <i>Declaração de Integridade e Completude dos Registros no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões</i>	357
9.5.2 – <i>Declaração de Cumprimento das Disposições da Lei 8.730/1993 quanto à Entrega das Declarações de Bens e Rendas</i>	357

APRESENTAÇÃO

Este relatório tem por objetivo atender ao processo de prestação de contas relativo ao exercício de 2015, de acordo com a Instrução Normativa nº 63 de 01 de setembro de 2010 (alterada pela Instrução Normativa nº 72 de 15 de maio de 2013), Decisão Normativa nº 146 de 30 de setembro de 2015, Decisão Normativa nº 147 de 11 de novembro de 2015, Portaria nº 321 de 30 de novembro de 2015 e atendendo rigidamente à formatação definida e às orientações constantes do Sistema e-Contas, do Tribunal de Contas da União.

A estrutura do Relatório de Gestão 2015 busca a apresentação do desempenho desta administração, demonstrando, de forma objetiva, os resultados sociais, econômicos e operacionais atingidos, as dificuldades gerenciais enfrentadas no decorrer do exercício, as soluções implementadas e atos de gestão adotados pela CBTU para a execução das ações sob sua responsabilidade.

Foi mantida uma rígida vinculação à itemização definida pelos Normativos e no sistema e-Contas, bem como às orientações disponibilizadas on-line, facilitando o acesso a seu conteúdo.

Como informações complementares, não previstas nos normativos vigentes, consta o atendimento aos seguintes Acórdãos:

1271/2004 – evolução da quantidade de ações judiciais abertas e acompanhadas e os valores pagos pelos serviços de representação judicial, bem como avaliação da satisfação em relação ao desempenho do contratado, de modo a justificar a manutenção da terceirização

(item 3.10.3 deste relatório)

1309/2010 – número de acidentes ferroviários por milhão de passageiros transportados; evolução dos acidentes ferroviários, das concessões judiciais de pensões por acidente ferroviário nos últimos cinco anos e dos custos dessas pensões nos últimos cinco anos

(item 8.1 deste relatório)

1872/2015 - andamento das ações contidas no Plano de Ação Institucional, em que foram registradas as ações necessárias para o cumprimento das determinações contidas nos Acórdãos 2315/2008 e 2344/2013, relativamente ao cadastramento dos imóveis das empresas estatais dependentes no SPIUnet

(item 6.3.2 deste relatório)

2804/2015 – Resultado dos trabalhos realizados pela empresa de consultoria contratada para a revisão de seu Plano de Emprego e Salário, especialmente em relação à questão da superposição de atribuições entre os advogados da CBTU e os advogados do escritório de advocacia contratado;

- montante da receita operacional bloqueada por força de decisões judiciais no exercício, versus montante da receita operacional recuperada no exercício;
- número de ações judiciais novas e de ações judiciais encerradas;
- montante financeiro das perdas e vitórias judiciais da CBTU, discriminando os valores pagos e os valores economizados;
- breve relato com a motivação e as razões que levaram ao êxito ou à perda das ações.

(item 8.2 deste relatório)

1. VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS

1.1 - Finalidade e Competências

A CBTU é gestora da execução de ações de investimentos do Governo Federal em sistemas de trens urbanos, com o objetivo de modernizá-los e viabilizar sua plena inserção nas malhas de transportes das localidades onde opera. É responsável direta pelas ações em curso nas unidades de Belo Horizonte, Recife, Natal, João Pessoa e Maceió, e atua como co-gestora, mediante acompanhamento da aplicação dos recursos do Governo Federal alocados na implantação do metrô de Fortaleza, de responsabilidade da Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos – METROFOR, todos incluídos no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. A partir de 2010, envidou esforços no sentido de viabilizar recursos para a recuperação e modernização dos sistemas de trens urbanos de Natal, João Pessoa e Maceió. Nesta linha de ação, modernizando sua frota de material rodante, foram adquiridos 8 VLTs para Maceió, além de 15 TUEs e 9 VLTs para Recife, já em operação. Em 2012, foi contratado o fornecimento de nova frota composta por 12 VLTs e 2 locomotivas para Natal, 8 VLTs para João Pessoa e 10 TUEs para Belo Horizonte. Fruto da atuação da Direção da CBTU junto ao Governo Federal, as ações de Modernização dos Sistemas de Trens Urbanos de Natal, de João Pessoa e de Maceió foram incluídas no PAC – Grandes Cidades, tendo dotação total aprovada de R\$700,98 milhões, sendo R\$116,9 milhões disponibilizados em 2014. Estes recursos possibilitaram a contratação dos projetos executivos de modernização dos sistemas e a aquisição de materiais para via permanente para os três sistemas. Em 2015, os recursos do PAC aprovados na LOA totalizaram R\$223,2 milhões, previstos para ampararem a contratação das obras em Natal, João Pessoa e Maceió, além de atender ao Termo de Compromisso com o METROFOR (Fortaleza). Devido às restrições financeiras (limite para pagamento) impostas à CBTU, somente foram empenhados R\$33.600.521 (15%)

A CBTU, além de operadora de transporte de passageiros sobre trilhos, realiza atividades que possibilitam o desenvolvimento das cidades, em articulação com os três níveis de governo, com a iniciativa privada, com organismos internacionais de financiamento e fomento e com a sociedade de maneira geral. Atua para que o setor de transporte de passageiros sobre trilhos alcance a consistência e a sustentabilidade indispensáveis à sua consolidação como modo de transporte seguro, confiável, regular, eficaz, eficiente e não poluente, proporcionando melhor qualidade de vida para população e racionalidade econômica na produção de bens e serviços.

Sem prejuízo de sua obrigação estatutária da prestação de serviços de transporte de passageiros nas cinco regiões metropolitanas, cidades e aglomerados urbanos das localidades onde opera, também tem sido demandada pelo Governo Federal para exercer o acompanhamento e fiscalização da aplicação de recursos federais em obras e projetos de interesse de Estados e Municípios. Por sua experiência e competência já demonstradas, é plenamente capacitada a atender solicitações do Governo Federal e de outras instâncias do Estado brasileiro, relativamente à elaboração de análises referentes a projetos e ao desenvolvimento do setor metro ferroviário no país.

Fonte: GAPLO/DP

1.2 - Normas e Regulamento de Criação, Alteração e Funcionamento da Unidade

Quadro A.1.2.1 – Identificação da UJ

PODER E ÓRGÃO DE VINCULAÇÃO			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério das Cidades			Código SIORG: 42672
IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA			
Denominação Completa: Companhia Brasileira de Trens Urbanos			
Denominação Abreviada: CBTU			
Código SIORG: 00372		Código LOA: 56202	Código SIAFI: 29214
Natureza Jurídica: Sociedade de Economia Mista			CNPJ: 42.357.483/0001-26
Principal Atividade: Transporte Urbano de Passageiros sobre Trilhos			Código CNAE: 4912-4
Telefones/Fax de contato:		(021) 3733-3399	(021) 3733-3122
			(021) 3733-3002
Endereço Eletrônico: dir.p@cbtu.gov.br			
Página na Internet: http://www.cbtu.gov.br			
Endereço Postal: Praça Procópio Ferreira, 86, 2º ao 5º andares – Centro, CEP: 20221-901, Rio de Janeiro - RJ			
NORMAS RELACIONADAS À UNIDADE JURISDICIONADA			
NORMAS DE CRIAÇÃO E ALTERAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA			
Decreto nº 89.396, de 22fev1984; Lei nº 8.693, de 03ago1993; Decreto nº 4.566 de 01jan2003			
OUTRAS NORMAS INFRALÉGAIS RELACIONADAS À GESTÃO E ESTRUTURA DA UNIDADE JURISDICIONADA			
Atos Normativos de Recursos Humanos (Acordo Coletivo, Ingresso e Movimentação do Empregado, Benefícios, Direitos e Vantagens, Saúde e Segurança no Trabalho, Capacitação, Plano de Empregos e Salários, Plano de Emprego Comissionado); Códigos de Ética e de Conduta; Estatuto Social, Resoluções do Conselho de Administração, da Diretoria, do Diretor Presidente, do Diretor de Planejamento, Expansão e Marketing, do Diretor de Administração e Finanças, do Diretor Técnico e dos Superintendentes Regionais			
MANUAIS E PUBLICAÇÕES RELACIONADAS ÀS ATIVIDADES DA UNIDADE JURISDICIONADA			
Normas regulamentadoras (EPI, PCMSO, Riscos Ambientais, Atividades Insalubres e Perigosas)			
UNIDADES GESTORAS E GESTÕES RELACIONADAS À UNIDADE JURISDICIONADA			
Código SIAFI		Nome	
275059		Companhia Brasileira de Trens Urbanos (UG c/perfil Setorial Orçamentária)	
275068		Administração Central (UG c/perfil Setorial Financeira Contábil)	
275057		Superintendência Regional de Belo Horizonte	
275058		Superintendência Regional de Recife	
275066		Superintendência Regional de Natal	
275079		Superintendência Regional de João Pessoa	
275078		Superintendência Regional de Maceió	
275069		Coordenação Técnica de São Paulo	
GESTÕES RELACIONADAS À UNIDADE JURISDICIONADA			
Código SIAFI		Nome	
275059		Companhia Brasileira de Trens Urbanos (UG c/perfil Setorial Orçamentária)	
275068		Administração Central (UG c/perfil Setorial Financeira Contábil)	
RELACIONAMENTO ENTRE UNIDADES GESTORAS E GESTÕES			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
275059	275079		
275068	275078		
275057	275069	275059	
275058	275077	275068	
275066	275076		
UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS RELACIONADAS A UNIDADE JURISDICIONADA			
Código SIAFI		Nome	
Não há		Não há	

FONTE: GAPLO

1.3 - Breve Histórico da Entidade

A Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU foi criada a 22 de fevereiro de 1984, pelo Decreto nº 89.396, na forma de uma Sociedade de Economia Mista, subsidiária da Rede Ferroviária Federal – RFFSA, com a missão de modernizar, expandir e implantar sistemas de transporte de passageiros sobre trilhos, operando aqueles sob administração do Governo Federal, visando ampliar a mobilidade da população e contribuir para o desenvolvimento dos setores produtivos da sociedade e para melhoria da qualidade de vida nos centros urbanos.

A partir da promulgação da Constituição de 1988, iniciou-se uma nova redemocratização do país, marcada por ampla abertura da economia brasileira. Verificou-se, então, uma progressiva redução da participação do Governo Federal em vários segmentos, entre eles o setor de transportes, com a descentralização dos sistemas de transporte urbanos de passageiros sobre trilhos.

Com a edição da Lei nº 8.693, de 3 de Agosto de 1993, que dispõe sobre a descentralização dos serviços de transporte ferroviário urbano de passageiros da União para os Estados e Municípios, o controle acionário da CBTU foi transferido, em 10 de março de 1994, da RFFSA para a União. Desde então, a CBTU passou a ser vinculada diretamente ao Ministério dos Transportes, com sua missão, a partir de então, focada na modernização e expansão dos sistemas que operava, visando a transferência da administração e gestão daqueles sistemas para os governos locais.

Em decorrência dessa nova ordem constitucional, a CBTU já transferiu aos governos locais os sistemas de trens urbanos do Rio de Janeiro, de São Paulo, de Fortaleza e de Salvador. Atualmente a estrutura da CBTU é composta de cinco Superintendências de Trens Urbanos, uma Coordenação Técnica e uma Administração Central, sediada na Cidade do Rio de Janeiro.

As Superintendências de Trens Urbanos estão localizadas nas cidades de Belo Horizonte, Recife, Natal, João Pessoa e Maceió e a Coordenação Técnica está localizada na cidade de São Paulo.

A partir de 01 de janeiro de 2003, com a publicação do Decreto nº 4.566, a CBTU passou a ser vinculada ao Ministério das Cidades, com sua missão focada no atendimento às necessidades de deslocamento da população, integrando o transporte no contexto do desenvolvimento urbano, social e econômico, melhorando a qualidade de vida da população e reduzindo as desigualdades sociais, permanecendo as atribuições anteriores.

O Estatuto Social da CBTU teve sua primeira publicação em 14 de agosto de 1984. Sua última alteração foi decorrente de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 04 de setembro de 2015, homologada na Assembleia Geral Extraordinária de 04 de dezembro de 2015.

A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 04 de dezembro de 2015 homologou o aumento do Capital Social para R\$5.404.110.329,15 (cinco bilhões, quatrocentos e quatro milhões, cento e dez mil, trezentos e vinte e nove reais e quinze centavos), representados por 18.645.502.653.478 (dezoito bilhões, seiscentos e quarenta e cinco milhões, quinhentos e dois milhões, seiscentos e cinquenta e três mil e quatrocentos e setenta e oito) ações ordinárias sem valor nominal, tendo como principal acionista a União, com 99,9% do capital.

1.4 - Ambiente de Atuação

A Administração Central da CBTU está situada na cidade do Rio de Janeiro. Compreende a Presidência e as três Diretorias – Técnica, de Administração e Finanças e de Planejamento, Expansão e Marketing, com suas Gerências Gerais, Gerências Técnicas e Coordenadorias. À Presidência estão subordinadas a Gerência Geral de Licitação, a Gerência Geral Jurídica, a Coordenadoria Técnica de São Paulo, a Gerência Técnica de Governança e Controladoria (criada ao final do exercício de 2014), o Gabinete da Presidência e as Superintendências de Trens Urbanos

As Superintendências de Trens Urbanos estão localizadas em Belo Horizonte, Recife, Natal, João Pessoa e Maceió. Administram os sistemas de trens urbanos nessas capitais, responsáveis pelo transporte de 180 milhões de passageiros no ano de 2015.

Seus interlocutores no Governo Federal são os Ministérios das Cidades, do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Fazenda e Casa Civil.

Participa de eventos ligados ao setor metro ferroviário, promovidos por entidades da área, tais como ANTP, ANPTrilhos, ALAMYS, etc.

Por ser empresa atuante no transporte de passageiros, a CBTU tem como principais concorrentes as empresas de ônibus e o transporte clandestino (ônibus e vans) que captam parcela de sua demanda. A mitigação deste risco é feita através da busca permanente da melhoria da qualidade do serviço prestado, com regularidade, pontualidade e segurança.

Como mudança de cenário recente, em 2012 a CBTU viabilizou, com recursos do PAC, a modernização de sua frota de material rodante. Em 2014, conseguiu a inclusão da modernização dos sistemas de Natal, João Pessoa e Maceió no PAC, contemplando intervenções em sua via permanente, estações e sistemas fixos. No exercício de 2015, foi iniciada a contratação das obras nos três sistemas.

Os novos TUE de Belo Horizonte já foram entregues e os VLT estão em fase de conclusão (5 dos 20 contratados já estão em operação), o que gerou um aumento na qualidade do serviço de transporte de passageiros em 2015 naquelas unidades atendidas. Ao final das intervenções programadas, é esperado o atendimento a uma demanda diária superior a 800 mil passageiros.

O desempenho no exercício é balizado pelo Plano de Ação de cada unidade, apresentado e aprovado pela Diretoria no início de cada ano. Como maior obstáculo ao atingimento das metas, destaca-se, além da insuficiência dos recursos constantes da LOA, o sistemático contingenciamento orçamentário imposto pelo Governo Federal. Em 2015, a publicação do decreto 8.389, de 07 de janeiro, limitou a movimentação e empenho mensais para as despesas discricionárias a apenas 1/18 dos valores consignados no PLOA, até a publicação da LOA, o que ocorreu a partir de 25 de maio, com a publicação do Decreto 8.456 e da Portaria do Ministério do Planejamento, de 22 de maio. Tal restrição impactou severamente a execução dos contratos relacionados à operação e manutenção dos sistemas.

Em 2015, suas unidades operadoras apresentaram, em seus planos de ação, os seguintes objetivos, diretrizes e metas:

PLANOS DE AÇÃO DAS SUPERINTENDÊNCIAS DE TRENS URBANOS
OBJETIVOS, DIRETRIZES E METAS PARA 2015

SISTEMA DE TRENS URBANOS DE BELO HORIZONTE

1. Objetivos

Aumentar a participação do Metrô na matriz de transporte público na Região Metropolitana de Belo Horizonte, ampliando sua visibilidade e consolidando-o como meio de transporte urbano sobre trilhos de alta capacidade, sem comprometer sua eficiência;

Manter elevados padrões de qualidade nos serviços prestados, visando cada vez mais melhorar a qualidade de vida da população;

Estabelecer uma política de recursos humanos e promover condições ideais de trabalho que venham a melhorar o nível de motivação dos empregados para a execução de suas atividades.

2. Diretrizes

Elevar o nível de satisfação e comprometimento com a empresa, das pessoas que a ela se dedicam. Estão incluídas nesta diretriz as ações relacionadas à manutenção e melhoria do ambiente de trabalho, do quantitativo de pessoal, sistema de remuneração e capacitação de pessoal.

Promover aperfeiçoamentos na organização com a sistematização do trabalho, elevando o nível de qualidade e produtividade.

Proporcionar aos usuários do sistema um transporte de elevado nível de qualidade, principalmente quanto aos aspectos de pontualidade, regularidade, conforto e segurança.

Expandir a participação no sistema de transporte urbano de passageiros por meio de uma maior integração com outros modais e a implantação de novas linhas de metrô.

3. Metas Operacionais

- | | |
|----------------------------|------------------------|
| • DEMANDA TOTAL: | 70.000.000 passageiros |
| • DEMANDA MÉDIA DIA UTIL: | 232.000 pass/dia útil |
| • RECEITA TOTAL: | R\$114.000.000 |
| • TAXA DE COBERTURA PLENA: | 55,3% |

SISTEMA DE TRENS URBANOS DE RECIFE

1. OBJETIVOS

Aumentar a participação da CBTU/Recife no sistema de transporte público de passageiros – STPP

Inaugurar os terminais integrados Cosme e Damião, Prazeres e Santa Luzia, a expansão dos terminais integrados Barro e Joana Bezerra e dar continuação às obras de duplicação do trecho Cajueiro Seco – Cabo

Rever a tarifa praticada para, no mínimo, ter-se um valor igual ao anel “A” do sistema ônibus, que hoje é de R\$2,45 e o modelo de partição tarifária.

2. Diretrizes

Aumentar a taxa de cobertura

Melhorar a qualidade dos serviços prestados

Investir na melhoria e aquisição de sistemas fixos e trens

Investir em TI

Racionalizar os processos internos

Valorizar os colaboradores

Implantar métodos de avaliação de desempenho

Investir em marketing e comunicação

3. Metas Operacionais

DEMANDA TOTAL: 120.000.000 passageiros

DEMANDA MÉDIA DIA ÚTIL: 400.000 pass/dia útil

RECEITA TOTAL: R\$91.700.000

TAXA DE COBERTURA PLENA: 31,12%

SISTEMA DE TRENS URBANOS DE NATAL

1. Objetivos

Ampliar o atendimento buscando o crescimento da participação do Modo Ferroviário dentro do Sistema Metropolitano de Transporte.

Otimizar a produção adequando os fluxos de trabalho para uma melhor performance empresarial

2. Diretrizes

Realizar pesquisas para identificar a expectativa do público alvo em relação ao transporte ferroviário;
Reorganizar os horários de forma a reduzir os intervalos durante os horários de pico tornando o sistema mais eficiente e confiável;

Propiciar estudos junto ao governo local e demais segmentos da comunidade com vistas à melhoria do sistema ferroviário, objetivando a relocação e implantação de estações em locais de fácil acesso, contribuindo para a integração dos meios de transporte urbano;

Desenvolver as potencialidades da empresa para aumentar as receitas diversas;

Promover treinamentos para tornar os empregados e equipes conhecedores das estratégias e objetivas da empresa com vistas à obtenção de bons resultados.

3. Metas Operacionais

DEMANDA TOTAL:	2.081.800 passageiros
DEMANDA MÉDIA DIA ÚTIL:	6.820 pass/dia útil
RECEITA TOTAL:	R\$1.070.000
TAXA DE COBERTURA PLENA:	7,4%

SISTEMA DE TRENS URBANOS DE JOÃO PESSOA

1. Objetivos

Melhoria contínua do sistema, buscando maior eficiência e qualidade;

Levar o serviço de transporte ferroviário até o município de Cruz do Espírito Santo, distante cerca de vinte quilômetros (pela via férrea) da estação Santa Rita;

Melhoria do desempenho empresarial, aperfeiçoando os processos administrativos;

Aumentar os recursos extra operacionais.

2. Metas Operacionais

DEMANDA TOTAL:	1.715.000 passageiros
DEMANDA MÉDIA DIA ÚTIL:	6.800 pass/dia útil
RECEITA TOTAL:	R\$960.000
TAXA DE COBERTURA PLENA:	5,64%

SISTEMA DE TRENS URBANOS DE MACEIÓ

1. Objetivos e Diretrizes

Viabilizar a expansão do Sistema de Trens Urbanos de Maceió, com a realidade VLT, ampliando a participação e importância no contexto do transporte local.

- Desenvolver estudos de expansão para regiões que apresentam maior tendência e consolidação das políticas habitacionais e de desenvolvimento urbano, atendendo as diretrizes estabelecidas no Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal;
- Integrar-se de forma mais efetiva aos processos de Planejamento da Cidade de Maceió, dos quais a CBTU já vem participando;
- Garantir recursos para estudos e projetos;

Aumentar a arrecadação total da instituição.

- Minimizar o índice de evasão;

- Modernizar equipamentos de controle de fluxo de usuários;
- Aprimorar sistema de fiscalização própria;
- Implantar política de marketing efetiva;
- Promover campanhas de conscientização de redução de custos.

Promover a valorização e capacitação dos colaboradores.

- Conscientizar o corpo gerencial da importância da capacitação dos colaboradores vinculados à sua área;
- Criar multiplicadores para promover treinamentos internos;
- Promover política de endomarketing.
- Implantar gestão de transparência com a disseminação dos valores de ética e os conceitos de planejamento estratégico da STU MAC.
- Motivar o corpo funcional buscando novas ideias, trocando e atualizando conhecimentos para a obtenção de melhores resultados;
- Qualificar e valorizar a equipe através de programas de treinamento e desenvolvimento para que a mesma possa oferecer um serviço mais eficiente e atrativo para os atuais e novos usuários;
- Promover campanhas educativas e preventivas de saúde voltadas para melhorar a qualidade de vida dos colaboradores;

Melhorar a qualidade do serviço ofertado.

- Continuar a modernização do sistema com remodelação da via permanente;
- Modernizar e adequar às edificações operacionais e administrativas da STU MAC;
- Construção de novas estações atendendo os padrões do Programa de Acessibilidade;
- Conhecer as necessidades do cliente;
- Normatizar procedimentos administrativos e operacionais, buscando a eficiência dos serviços ofertados;
- Modernizando o sistema de comunicação.
- Realizar a manutenção preventiva e corretiva de material rodante e via permanente.

Viabilizar o Sistema de Trens Urbanos de Maceió ampliando a participação e importância no contexto de transporte local.

Aumentar a Arrecadação Total da Instituição

Promover a valorização e capacitação dos colaboradores.

Melhorar a qualidade do serviço ofertado.

2. Metas Operacionais

DEMANDA TOTAL: 2.678.000 passageiros

DEMANDA MÉDIA DIA ÚTIL: 9.300 pass/dia útil

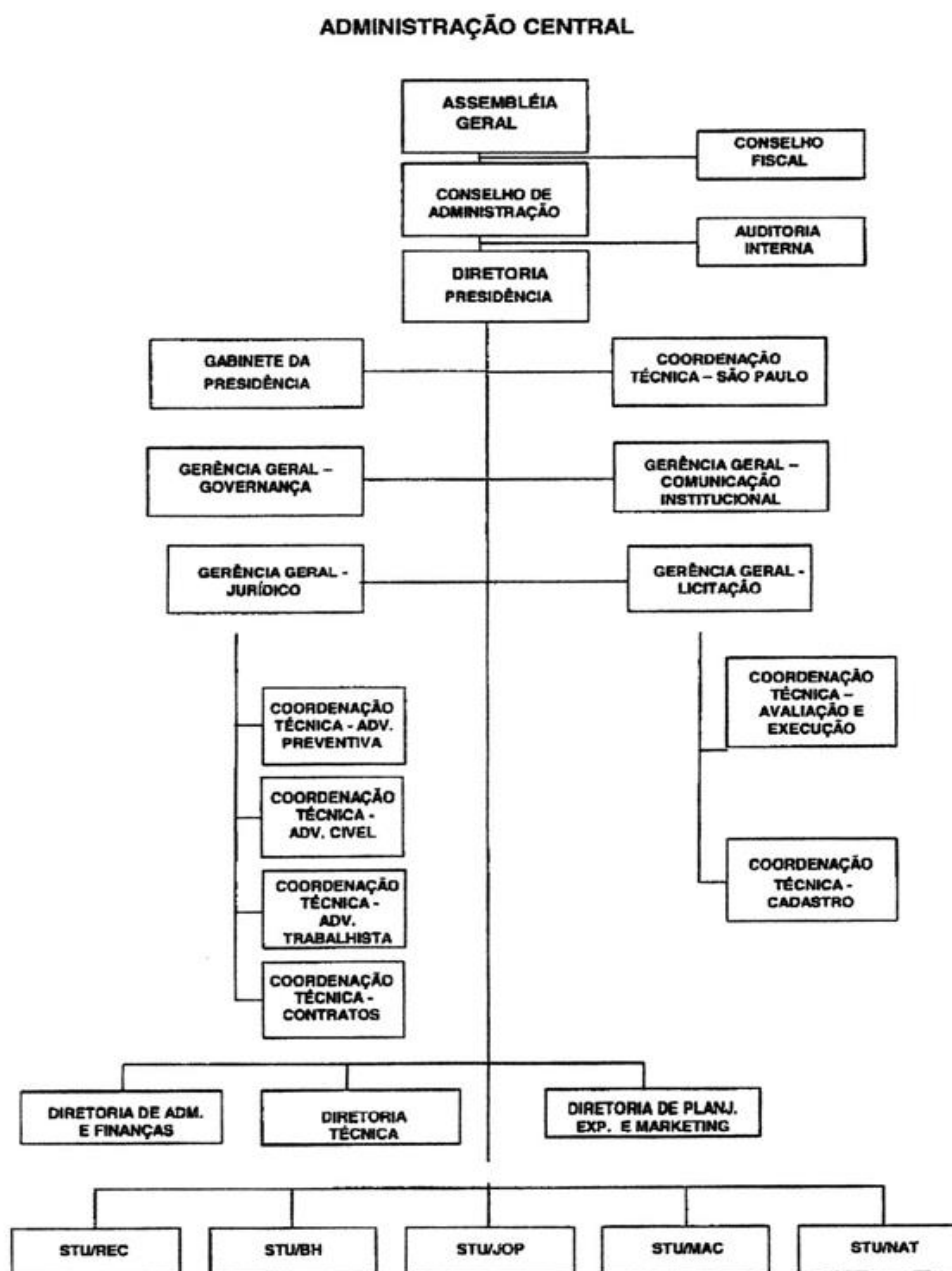
RECEITA TOTAL: R\$1.320.000

TAXA DE COBERTURA PLENA: 3,61%

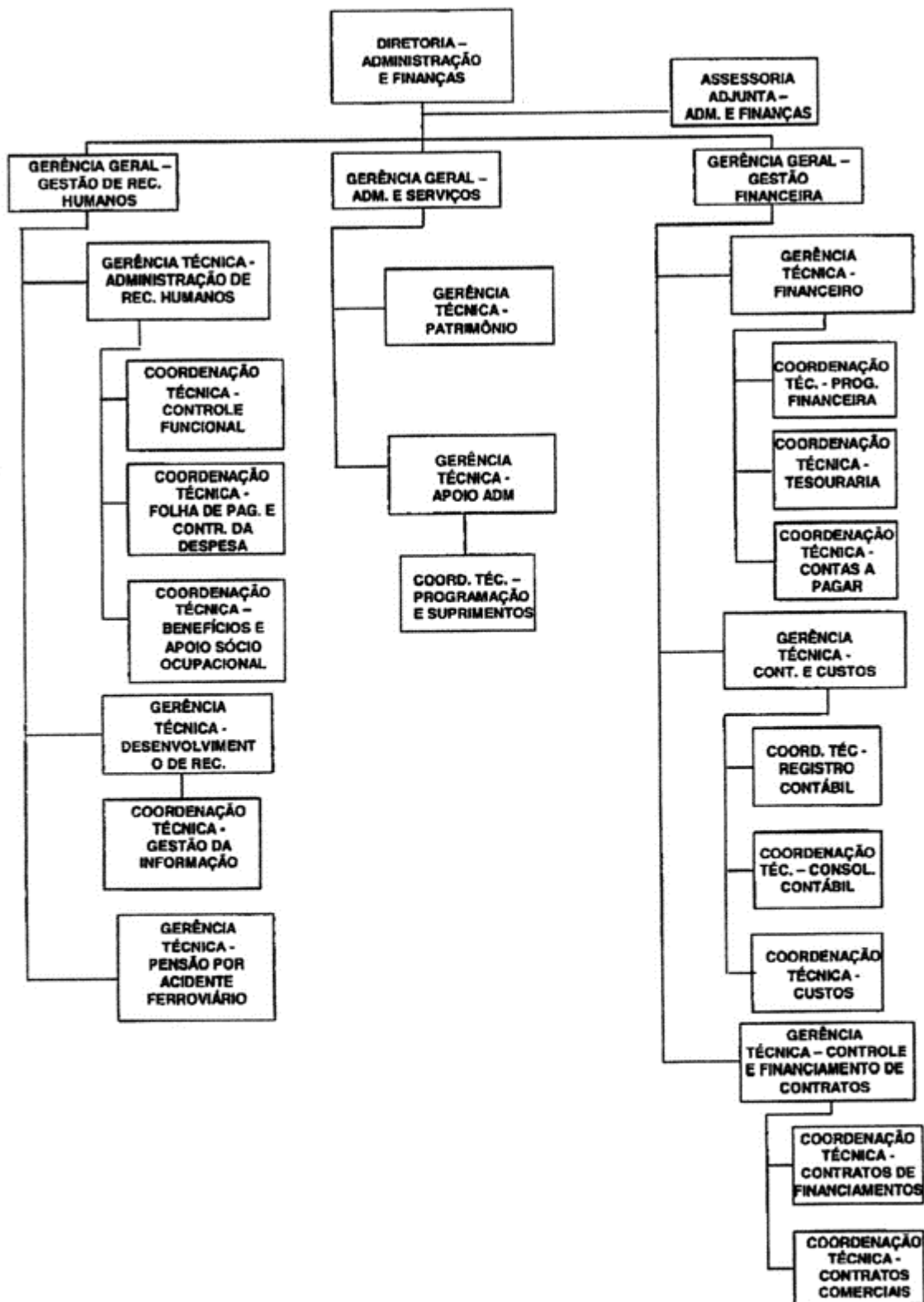
(estes resultados, praticamente iguais aos de 2014, devem-se à necessidade de reduzir a oferta de viagens para a realização das obras na via permanente e nas estações, iniciadas em 2015)

1.5 - Organograma

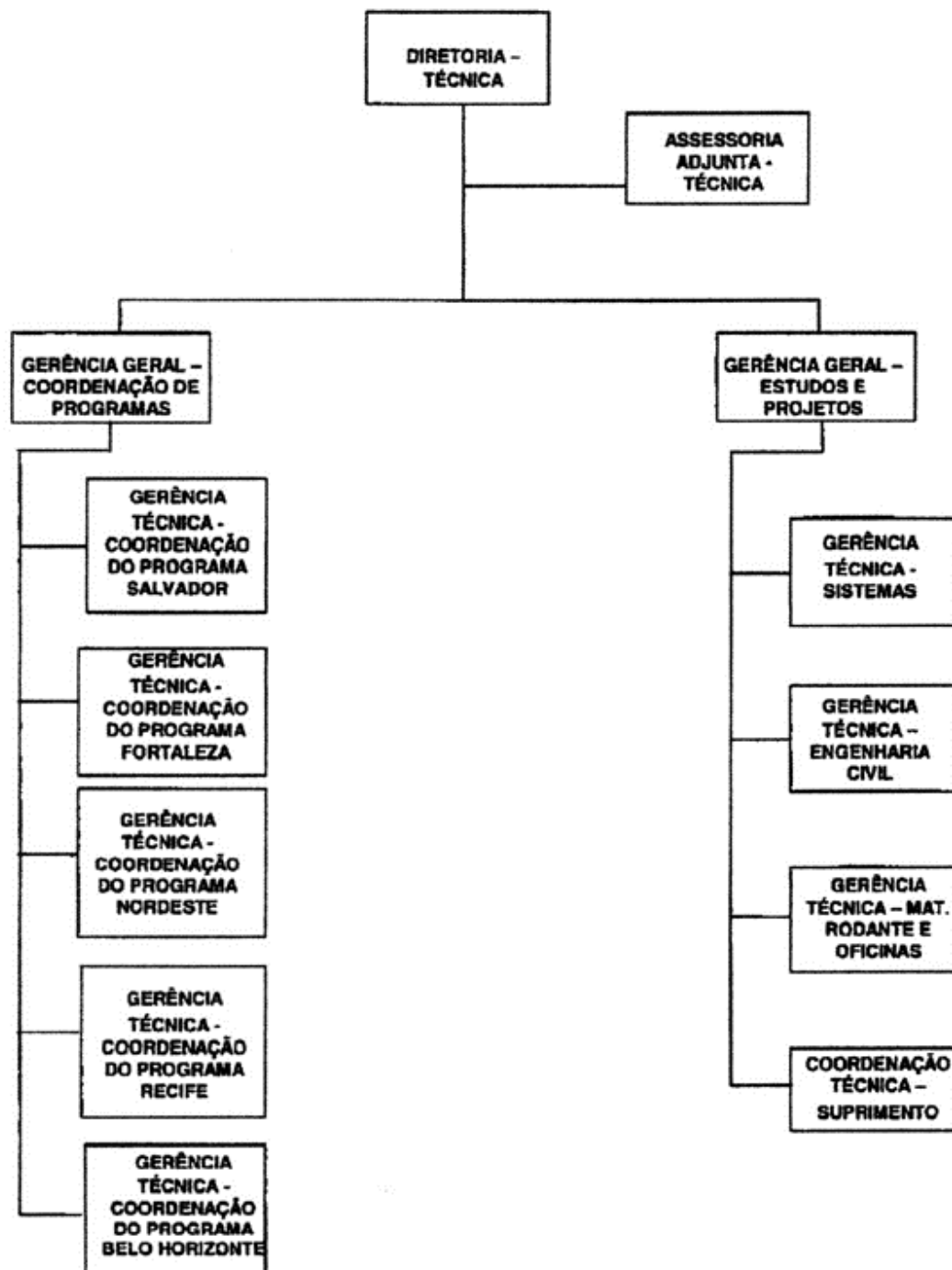
Com sua vinculação ao Ministério das Cidades em 2003, a CBTU passou a ter o seguinte organograma, definido pela Resolução do Diretor – Presidente nº 0524-2010, de 01 de junho de 2010, alterado na 315ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração realizada em 22 de julho de 2013 (encerramento das atividades das Coordenadorias Técnicas de Salvador e de Fortaleza), pela Resolução do Diretor Presidente RPR-172-A, de 22 de dezembro de 2014 (criação da Gerência Técnica de Governança e Controladoria) e pela Resolução do Diretor Presidente RPR-296-2015, de 23 de dezembro de 2015 (readequação da estrutura organizacional da Administração Central):



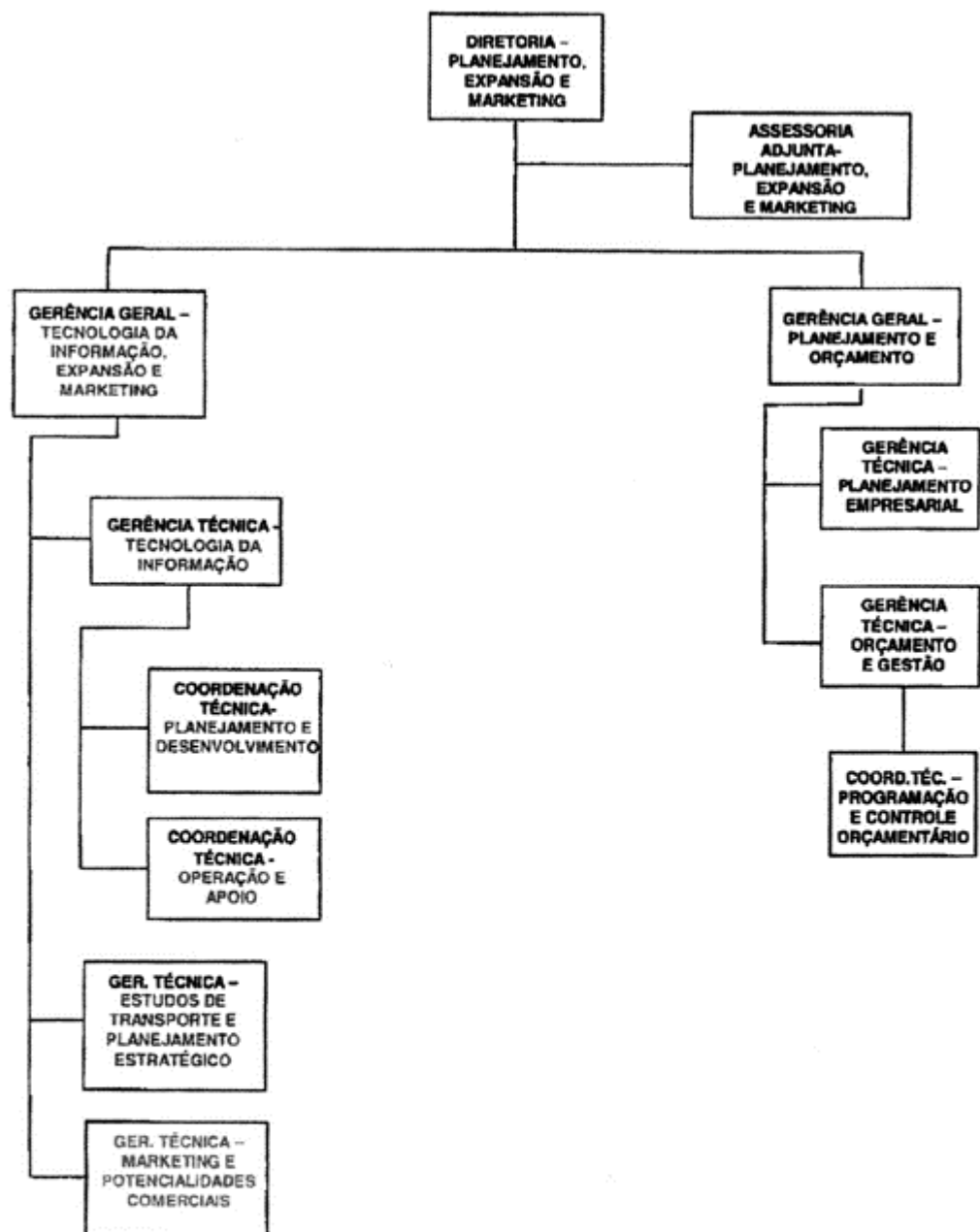
Assinatura



Handwritten signature



Handwritten signature



Assinatura

Cada Superintendência Regional tem sua estrutura aberta em Gerências Regionais e Coordenações, e as Gerências Gerais das Diretorias, na Administração Central, possuem seus organogramas estruturados em Gerência Técnicas e Coordenações.

A revisão dos documentos institucionais com as definições e atribuições do novo organograma da empresa foi iniciada em 2013, tendo sido publicada em 2014 a RDA-167-2014, criando Grupo de Trabalho para revisar o Manual de Organização, com a atualização das atribuições e competências de cada área da Companhia. Os trabalhos foram concluídos em 2015. A aprovação de nova adequação organizacional da Administração Central, em 2015, ensejará uma revisão do Manual de Organização.

A CBTU, de acordo com seu Estatuto Social, Cap. II – art. 4º, tem por objeto:

- a execução dos planos e programas aprovados pelo Ministério das Cidades em consonância com o Plano Nacional de Viação e destinados a reger os serviços de transporte ferroviário urbano constantes do Sistema Nacional de Transportes Urbanos;
- o planejamento, o estudo, os projetos, a construção e a implantação de serviços de transporte de pessoas, por trem de superfície nas Regiões Metropolitanas, cidades e aglomerados urbanos que justifiquem a existência desses serviços, em estreita consonância com a política de transporte e desenvolvimento urbano;
- a operação e a exploração comercial dos serviços de transporte ferroviário urbano e suburbano;
- o gerenciamento das participações societárias da União e da Rede Ferroviária Federal S/A - RFFSA em empresas de transporte ferroviário metropolitano e urbano de pessoas;
- a execução de atividades conexas que lhe permitam melhor atender seu objeto social.

A área estratégica da CBTU é composta por suas Diretorias, na Administração Central, e as Superintendências Regionais, operadoras dos sistemas de trens urbanos.

As informações referentes às competências das áreas estratégicas estão registradas no Quadro A.1.5.1

Quadro A.1.5.1 – Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Titular	Cargo	Período de atuação	Competências
Presidência (P)	Fernando Barini Rodrigues Alves	Diretor-Presidente	28Ago2014 – 08Out2015	I.Superintender e dirigir os negócios da CBTU, de maneira a assegurar o seu eficiente funcionamento e coordenar as atividades dos demais membros da Diretoria;
				II.Controlar a execução da política econômica e financeira da CBTU;
				III.Representar a CBTU, ativa e passivamente, em juízo ou em suas relações com terceiros, podendo, para tal fim, constituir procuradores, designar e autorizar prepostos;
				IV.Assinar, em conjunto com outro membro da Diretoria, os atos e contratos que obriguem a CBTU ou exonerem terceiros de responsabilidade para com ela, podendo delegar tais atribuições a outro membro da Diretoria ou constituir procurador;
				V.Movimentar, em conjunto com outro membro da Diretoria, as contas bancárias da Companhia, podendo delegar tais atribuições a outro membro da Diretoria ou constituir procurador;
				VI.Apresentar o relatório anual dos negócios da CBTU ao Conselho de Administração, para ser submetido à Assembléia Geral Ordinária;
	Marco Antonio de Araujo Fireman	Diretor-Presidente	08Out2015 -	VII.Submeter à Diretoria, ao Conselho de Administração e à Assembléia Geral os assuntos que por esses devam ser examinados;
				VIII.Admitir, conceder direitos, promover, transferir, punir e dispensar empregados de qualquer categoria;
				IX.Convocar as Assembléias Gerais em nome da Diretoria, de acordo com as disposições legais pertinentes;
				X.Designar os representantes da CBTU nas hipóteses previstas no item IV do parágrafo 2º, art. 2º, do Decreto nº 89.396 de 22.02.84 e no Decreto nº 1.091, de 21.03.94 e instruí-los sobre o exercício do direito de voto;
				XI.Exercer as atribuições não previstas que lhe forem fixadas ou delegadas pelo Conselho de Administração;
				XII.Designar os ocupantes de cargos comissionados;
				XIII.Fazer publicar, na forma da lei e do Estatuto Social, as decisões da Assembléia Geral e do Conselho de Administração que contiverem deliberação destinada a produzir efeitos perante terceiros.

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Titular	Cargo	Período de atuação	Competências
Diretoria de Administração e Finanças (DA)	Davidson Tolentino de Almeida	Diretor de Administração e Finanças	28Ago2014 -	I. Dirigir, supervisionar, coordenar e controlar a execução das políticas, planos e programas a serem aplicados ao conjunto da CBTU, no que se refere à gestão administrativa, financeira e de recursos humanos;
				II. Dirigir, supervisionar, coordenar e controlar as atividades inerentes às relações da Companhia com os sindicatos e demais órgão externos;
				III. Aprovar as instruções normativas no âmbito da sua Diretoria.
Diretoria Técnica (DT)	Sergio Sampaio Sessim	Diretor Técnico	28ago2014 -	I. Dirigir, supervisionar, coordenar e controlar a execução das políticas, planos e programas de transporte a serem executados pela Companhia;
				II. Dirigir, supervisionar, coordenar e controlar a elaboração de estudos e projetos, de forma a promover a integração do desenvolvimento tecnológico no campo da engenharia dos sistemas de trens urbanos;
				III. Dirigir, supervisionar, coordenar e controlar a execução das obras e montagens referentes à expansão e reformas dos sistemas de trens urbanos;
				IV. Orientar e coordenar as ações da diretoria na elaboração de termos de referências e editais para contratação de obras e serviços de responsabilidade da Diretoria Técnica;
				V. Elaborar normas, procedimentos e padrões técnicos para execução das atividades de desenvolvimento e serviços tecnológicos.
Diretoria de Planejamento, Expansão e Marketing (DP)	Francisco de Assis dos Santos Junior	Diretor de Planejamento, Expansão e Marketing	29Mai2012 -	I. Dirigir, supervisionar, coordenar e implantar o Planejamento Estratégico, Empresarial, Orçamentário e de Transporte Urbano;
				II. Coordenar a política de marketing e de responsabilidade social da Companhia;
				III. Supervisionar a elaboração e a divulgação do Balanço Social da Companhia;
				IV. Coordenar as ações necessárias para a captação de parcerias no setor privado, público e com organizações não-governamentais para implementação de projetos;
				V. Coordenar a captação de recursos junto a organismos internacionais, instituições de fomento ao comércio exterior e demais fontes de financiamento nacionais e internacionais;
				VI. Coordenar a política tarifária da Companhia.

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Titular	Cargo	Período de atuação	Competências
Superintendência Regional de Belo Horizonte (STU-BH)	José Rodrigues Pinheiro Dória	Superintendente Regional	12Dez2014 – 03Nov2015	I. Executar a política estabelecida pela CBTU para o sistema de trens urbanos local assegurando o cumprimento pleno das finalidades econômicas e sociais a que se destina a STU;
	Miguel da Silva Marques	Superintendente Regional	03Nov2015 -	II. Assegurar o perfeito relacionamento da STU com a Administração Central.
Superintendência Regional de Recife (STU-REC)	Bartolomeu José de Assis Carvalho	Superintendente Regional	01Ago2014 – 16Set2015	III. Exercer a coordenação geral dos órgãos locais;
	Clelio Correa de Lima Neto	Superintendente Regional	17Set2015 -	IV. Atuar no planejamento das áreas de interface da STU com o ambiente externo, a comunidade, os usuários e os gestores de transporte s públicos de passageiros;
Superintendência Regional de Natal (STU-NAT)	João Maria Cavalcanti	Superintendente Regional	09Jul2012 – 25Set2015	V. Representar a STU, ativa ou passivamente, em juízo ou fora dele;
	Leonardo Gurgel de Faria Diniz	Superintendente Regional	25Set2015 -	VI. Estabelecer as diretrizes de ação para as atividades da STU;
Superintendência Regional de João Pessoa (STU-JOP)	Wladme Macedo de Medeiros	Superintendente Regional	07Abr2014 - 17Set2015	VII. Detectar as oportunidades, e preparar a STU para assumir crescente autonomia e maiores responsabilidades técnicas, administrativas e institucionais;
	Paulo José de Mello Barreto	Superintendente Regional	18Set2015 -	VIII. Aprovar os planos e programas de trabalho e as propostas orçamentárias;
Superintendência Regional de Maceió (STU-MAC)	Marcelo de Aguiar Gomes	Superintendente Regional	13Mai2011 -	IX. Autorizar a realização de licitações e homologar os respectivos processos, na forma da legislação vigente e normas internas da Companhia;
				X. Aprovar sistemas, métodos e procedimentos visando a racionalização dos processos no âmbito da STU

Fonte: GAPLO/DP

1.6 - Macroprocessos Finalísticos

No contexto de seu objeto, são considerados como macroprocessos finalísticos da CBTU todas as ações finalísticas sob sua gestão. Estão incluídas neste conceito as ações do tipo Projeto (implantação, recuperação e/ou modernização de sistemas de transporte de passageiros sobre trilhos e adequação dos sistemas de trens urbanos à acessibilidade universal), por estarem diretamente relacionadas à razão de existir da CBTU e a ação de Funcionamento dos Sistemas, por ser imprescindível à prestação de serviço de transporte de passageiros sobre trilhos (negócio da CBTU).

Todas as ações estão associadas ao Programa 2048 – Mobilidade Urbana e Trânsito, à exceção da ação de Funcionamento dos Sistemas, que está incluída no Programa 2116 – Gestão e Manutenção do Ministério das Cidades.

No quadro A.1.6.1, a seguir, encontra-se a relação das ações que compuseram os macroprocessos finalísticos da CBTU em 2015. Cabe destacar que, do exercício de 2014 para o exercício de 2015, algumas ações tiveram suas funcionais alteradas, mantendo-se seu escopo:

Quadro A.1.6.1 – Macroprocessos Finalísticos

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
PROGRAMA 2048 – MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO				
15.453.2048.5176	Implantação do Trecho Eldorado-Vilarinho do Sistema de Trens Urbanos de Belo Horizonte	EMENDA PARLAMENTAR - 71140012 - BANCADA DE MINAS GERAIS - RECURSOS EM (RP2)	População da região metropolitana de Belo Horizonte	DIRETORIA, STU-BH
15.453.2048.14TT	Modernização e Recuperação dos Sistemas de Trens Urbanos	Consiste na recuperação da frota de material rodante; manutenção de estações existentes; aquisição de materiais e realização de obras e serviços de recuperação de via permanente; reaparelhamento de oficinas com aquisição de materiais/equipamentos; recuperação/melhorias dos sistemas de tração e freio de trens antigos; recuperação de sistema de sinalização e de sistema de ATC de TUEs, dos sistemas de telecomunicação/sonorização/iluminação, CFTV e de informação ao público nos TUEs; instalação de conversores de energia de frenagem dos trens para realimentação do sistema, sincronização de todo o sistema de tração dos trens, controle conjugado de demanda; e modernização predial.	População das regiões metropolitanas atendidas	DIRETORIA, STUs
15.453.2048.14TT PO 0004	Recuperação do Sistema de Trens Urbanos de João Pessoa - PB	A recuperação do sistema consiste nas seguintes intervenções: recuperação da frota de material rodante, composta por 3 locomotivas, 24 carros de passageiros e 12 estações; aquisição de materiais e realização de obras e serviços de recuperação de trechos da via permanente com	População da região metropolitanas de João Pessoa	DIRETORIA, STU-JOP

		uma extensão total de 30 km, da oficina de manutenção e melhorias no sistema de sinalização e de passagens de nível.		
15.453.2048.14TT PO 0007	Recuperação e Melhorias no Sistema de Trens Urbanos de Belo Horizonte - BH	Este PO visa atender as intervenções complementares e não contempladas no PAC, específicas para promover a recuperação e melhorias do sistema de BH, no trecho da Linha 1 entre Eldorado e Vilarinho, minimizando os efeitos dos desgastes naturais e promovendo as adequações necessárias: Melhorias dos Sistemas elétricos e subestações, Sinalização e Controle, Telecomunicações de TUEs e Estações. Revitalização de estações e da Via permanente. Revitalização/ampliação de passarelas e passagens inferiores (PIs). Reforma e recuperação dos TUEs mais antigos e melhorias em oficinas.	População da região metropolitanas de Belo Horizonte	DIRETORIA, STU-BH
15.453.2048.10SS	Apoio a Sistemas de Transporte Público Coletivo Urbano	Apoio à implantação e requalificação de infraestrutura de sistemas de transporte público coletivo urbano de passageiros visando a ampliação da capacidade e a promoção da integração intermodal, física e tarifária dos sistemas de mobilidade urbana, priorizando o transporte público coletivo urbano, promovendo a melhoria da mobilidade urbana, da acessibilidade universal e a integração com os meios não-motorizados. Os projetos apoiados compreendem a infraestrutura e superestrutura de vias, terminais e estações, sinalização, equipamentos e instrumentos de controle, fiscalização.	População das regiões metropolitanas atendidas	DIRETORIA, STUs

15.453.2048.10SS PO 0001 Antiga 15.453.2048.152S	Modernização do Sistema de Trens Urbanos de João Pessoa	A Modernização do sistema consiste em: Construção de 4 novas estações (Tibiri, Baixo Rosa, km 215 e IFPB) e reconstrução de 2 estações (novo posicionamento: Nova Bayeux e Nova Jacaré), reforma e adequação de 9 estações (St. Rita, Várzea Nova, Ilha do Bispo, João Pessoa, Mandacaru, Renascer, Poço, Manguinhos e Cabedelo), remodelação de toda infra e superestrutura da via permanente (30 km), construção de terminais de integração, execução de desvios em estações, vedação total da faixa de domínio, construção de 2 viadutos rodoviários para a transposição da ferrovia, fornecimento e instalação dos equipamentos de telecomunicações, fornecimento e instalação dos equipamentos de sinalização de via e automação de 22 passagens de nível.	População da região metropolitana de João Pessoa	DIRETORIA, STU- JOP
15.453.2048.10SS PO 0002 Antiga 15.453.2048.152T	Modernização do Sistema de Trens Urbanos de Natal	A Modernização do sistema consiste nas seguintes intervenções divididas em duas partes: Parte1- Linha Natal – Extremoz: construção de 6 novas estações (Shopping Norte, Fronteiras, Nova Alecrim, Baldo, BR Norte e Nordeste) e reconstrução(novo posicionamento) de 4 estações (Nova Natal, Quintas, Nova Soledade e Extremoz), reforma e adequação de 4 Estações (Estrela do Mar, Nordelândia, Sta. Catarina e Igapó), remodelação de toda infra e superestrutura da via permanente (21,3 km), vedação total da faixa de domínio, construção de 3 viadutos rodoviários para a transposição da ferrovia, fornecimento e instalação dos equipamentos de telecomunicações, automação de 15 passagens de	População da região metropolitana de Natal	DIRETORIA, STU- NAT

		<p>nível e fornecimento e instalação dos equipamentos de sinalização das vias.</p> <p>Parte2- Linha Sul: construção de 1 nova estação (BR Sul), reforma e adequação de 9 Estações (Natal, Padre João Vieira, Bom Pastor, Cidade da Esperança, Pró-Morar, Pitimbu, Cidade Satélite, Jd. Aeroporto e Parnamirim), remodelação de toda infra e superestrutura da via permanente (17 km), vedação total da faixa de domínio, construção de 3 viadutos rodoviários para a transposição da ferrovia, fornecimento e instalação dos equipamentos de telecomunicações, automação de 13 passagens de nível e fornecimento e instalação dos equipamentos de sinalização das vias.</p>		
<p>15.453.2048.10SS PO 0003 Antiga 15.453.2048.152U</p>	<p>Modernização do Sistema de Trens Urbanos de Maceió</p>	<p>A Modernização do sistema consiste nas seguintes intervenções: construção de 13 novas estações (Maceió; Mercado; Bom Parto; Mutange; Bebedouro; Flexal; Goiabeira; Fernão Velho; ABC; Rio Novo; Satuba; Utinga e Rio Largo), de terminais de integração, remodelação de toda infra e superestrutura da via permanente, execução de desvios em estações, vedação total da faixa de domínio, construção de 5 viadutos rodoviários para a transposição da ferrovia, fornecimento e instalação dos equipamentos de telecomunicações e fornecimento e instalação dos equipamentos de sinalização de via de 23 passagens de nível. E pelo Projeto Executivo da nova linha Maceió – Mangabeiras com a implantação de 4 estações.</p>	<p>População da região metropolitana de Maceió</p>	<p>DIRETORIA, STU-MAC</p>

15.453.2048.10SS PO 0004 Antiga 15.453.2048.10SY	Apoio à implantação do trecho Sul – Vila das Flores-João Felipe do Sistema de Trens Urbanos de Fortaleza	<p>Apoio a continuidade à implantação do METRÔ (Projeto METROFOR), visando dar maior acessibilidade e mobilidade à população da Região Metropolitana de Fortaleza por meio de uma modalidade de transporte segura, rápida, confiável e pontual.</p> <p>Envolve a duplicação e eletrificação da Linha Sul, numa extensão de 24,1 km, com alteração do traçado para passar em subterrâneo (3,9 km) pelo centro da cidade de Fortaleza e 2,2 em via elevada, a segregação do sistema de transporte ferroviário de carga em relação ao sistema de passageiros, com a construção de 33 km de linha singela, construção de 4, reforma de 5 e recuperação de 5 estações, a construção de Centro de Administrativo e Operacional e do Centro de Manutenção de Vila das Flores. Contempla também a aquisição de 10 TUEs, remanejamento de interferências com a construção de 13 pontes e viadutos e implantação de sistemas de eletrificação, sinalização, telecomunicação e bilhetagem eletrônica.</p>	População da região metropolitana de Fortaleza	DIRETORIA
PROGRAMA 2116 – GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DAS CIDADES				
15.453.2116.2843	Funcionamento dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros	Recuperação de vias e material rodante; operacionalização dos trens e das oficinas; manutenção preventiva e corretiva da via permanente, do material rodante, dos sistemas e dos prédios operacionais; conservação de estoque mínimo de peças de reposição e sobressalentes; contratação de mão-de-obra de terceiros para serviços de limpeza e segurança; aquisição de bilhetes de bloqueio automáticos; despesas de	Usuários dos sistemas	DIRETORIA, STU- BH STU-REC STU-NAT STU-JOP STU-MAC

		<p>energia elétrica de tração, combustível e outros visando garantir o funcionamento com qualidade dos sistemas de trens urbanos de Belo Horizonte, Recife, Natal, João Pessoa e Maceió, e otimizar o atual padrão de serviço, obedecendo aos padrões técnicos estabelecidos de segurança e confiabilidade.</p> <p>Serviços gerais de revitalização e de adequação do arranjo físico interno e externo de estações, objetivando a manutenção e preservação das condições de uso das instalações e a agregação de novos serviços e/ou funções, vinculados às demandas operacionais ou às estratégias de busca de novas receitas financeiras, pela exploração de espaços comerciais.</p>		
--	--	--	--	--

Fonte: GAPLO/DP

No exercício de 2015, os macroprocessos finalísticos apresentaram a seguinte evolução:

15.453.2048.5754 Implantação do trecho Rodoviária-Camaragibe e Modernização dos trechos Recife-Jaboatão-Coqueiral-Rodoviária e Recife-Cabo do Sistema de Trens Urbanos de Recife

Em Recife – Linhas Centro e Sul:

- i) na Linha Centro, já foram concluídas 98% das intervenções previstas.
- ii) as obras da Linha Sul atingiram em 2015 o acumulado de 96,0%, incluindo o trecho Cajueiro Seco/Cabo que está sendo duplicado com a implantação de Veículos Leves sobre Trilhos (VLTs);
- iii) foi concluída a implantação do Sistema de Bilhetagem Automática;
- iv) concluídas as obras dos Terminais de Integração Joana Bezerra e Prazeres;
- v) elaboração de aproximadamente 50% do projeto para Construção da Estação Nova Cabo; e
- vi) concluídos os processos licitatórios para as contratações do Rebaixamento do Lençol Freático da Estação Cosme e Damião, Construção de ponte sobre o rio Jaboatão e Construção de duas pontes sobre o rio Pirapama. No aguardo de liberação orçamentária.

Obs: Não foi previsto recurso na LOA/2015 para esta Ação de Recife. Em setembro/2015 foi solicitado Crédito Especial de R\$61,15 milhões, conforme acordado na Sala de Situação em 14/11/2014, tendo em vista as licitações do projeto de Recife realizadas em 2014 que não obtiveram sucesso em função da conjuntura do mercado naquela oportunidade. O Crédito foi aprovado em 22/12/2015 pelo Decreto de Lei Nº 13.218 e será reaberto em 2016.

15.453.2048.5176 Implantação do Trecho Eldorado-Vilarinho do Sistema de Trens Urbanos de Belo Horizonte – MG

Não foi encaminhado nenhum recurso para esta Ação no PLOA/2015 (PL 13/2014-CN). A LOA/2015 aprovou através de Emenda Parlamentar, R\$43,87 milhões, mas não houve liberação de limite orçamentário para conversão em Empenho.

Com recursos do RAP/2012 PAC Equipamento, na Linha 1 – Eldorado/Vilarinho de Belo Horizonte, foram entregues os nove TUEs restantes da nova frota. O 10º TUE entregue em dezembro, aguarda testes dinâmicos e deverá entrar em operação em 2016. Foram emitidos 9 Certificados de Aceitação Provisória – CAPs e os TUEs iniciaram Operação Comercial em setembro/2015.

Com as realizações empreendidas o avanço físico desta Ação atingiu em 2015 o total de 99,60%.

15.453.2048.14TT Modernização e Recuperação dos Sistemas de Trens Urbanos

Consiste na recuperação/modernização de sistemas de trens urbanos, visando proporcionar à população sistemas metro-ferroviário de superfície modernizado eficientes e confortáveis, com melhoria da mobilidade urbana, qualidade de vida e redução do tempo e custo dos deslocamentos.

Compreende as seguintes intervenções: Recuperação da frota de material rodante, recuperação/melhoria dos sistemas de tração e freio dos trens; recuperação/modernização de sistema de sinalização e de sistema de ATC de TUEs, dos sistemas de telecomunicações/sonorização/iluminação, CFTV e de informação ao público nos TUEs; conversão de energia de frenagem dos trens para realimentação do sistema, sincronização do sistema de tração dos trens, controle conjugado de demanda, e modernização predial; intervenções gerais nos sistemas,

como manutenção de estações existentes e construção de novas estações em locais que já apresentam demanda de passageiros; reaparelhamento de oficinas com aquisição de materiais/equipamentos e realização de obras e serviços de recuperação de via permanente.

Obs: Só houve conversão de recursos da LOA/2015 para aplicação nesta Ação, para atender os POs de João Pessoa e Belo Horizonte.

Outras intervenções foram realizadas com recursos de RAPs de orçamentos anteriores, inscritos em 2015, sendo no sistema de Maceió aplicados aproximadamente R\$1,46 milhões, principalmente para recuperação de Via Permanente (aquisição de materiais e serviços), gradis de proteção e em reforma do pavimento superior do prédio anexo da STU e construção do refeitório. Aproximadamente R\$1,58 milhão foi aplicado no sistema de Natal, basicamente para recuperação de locomotivas, motores de tração, de edificações e em aquisição de materiais de via, além de R\$3,10 milhões aplicados em João Pessoa na recuperação de uma locomotiva; aquisição de veículo rodoviário para apoio na via permanente e de sobressalentes para locomotivas e na recuperação de aparelhos de choque.

15.453.2048.14TT- PO 0004 - Recuperação do Sistema de Trens Urbanos de João Pessoa: Com a implantação da Ação de Modernização do Sistema através do PAC, a partir de 2014, as principais intervenções passaram a ser desenvolvidas nesta Ação. Para o PO 0004 a LOA/2015 disponibilizou R\$196,42 mil, apenas para aditar o contrato de Revisão e Recuperação de Locomotivas.

15.453.2048.14TT - PO 0007 - Recuperação e Melhorias no Sistema de Trens Urbanos de Belo Horizonte: A proposta Orçamentária da CBTU para compor este PO em 2015, atendendo à recuperação e melhorias deste sistema, após conclusão do escopo acordado pelo PAC, previu R\$17,03 milhões para este ano. Ocorre que a LOA/2015 só aprovou R\$2,0 milhões para Ação 14TT, dos quais, R\$1,4 milhão foram destinados ao PO 0007. Em virtude de demora nos processos licitatórios apenas R\$0,35 milhão pode ser convertido em empenho para construção de plataforma metálica elevada para manutenção de equipamentos sobre tetos dos TUEs. A plataforma foi concluída.

15.453.2048.10SS Apoio a Sistemas de Transporte Público Coletivo Urbano

Consiste no apoio à implantação e requalificação de infraestrutura de sistemas de transporte público coletivo urbano de passageiros visando a ampliação da capacidade e a promoção da integração intermodal, física e tarifária dos sistemas de mobilidade urbana, priorizando o transporte público coletivo urbano, promovendo a melhoria da mobilidade urbana, da acessibilidade universal e a integração com os meios não-motorizados.

Os projetos apoiados compreendem a infraestrutura e superestrutura de vias, terminais e estações, sinalização, equipamentos e instrumentos de controle, fiscalização.

15.453.2048.10SS - PO 0001 - Modernização do Sistema de Trens Urbanos de João Pessoa:

A LOA/2015 foi ajustada para R\$46.820.000,00, com as restrições financeiras foram empenhados R\$6.998.000,00. O avanço de 3,76% foi conseguido com os RAPs existentes de 2012 (PAC Equipamentos) e 2014 (PAC). Houve a entrega de 90.000 conjuntos de fixações para trilhos e 27.000 dormentes de concreto e formalização da contratação para aquisição de 2.000 t de trilhos. Foram concluídos os estudos hidrológicos e sondagens e o Projeto Geométrico, Terraplenagem e Arquitetura/Estrutura da Estação Padrão. Concluída a montagem e testes do 3º VLT. Continuam em andamento a fabricação de 5 unidades (os 2 VLTs entregues em 2014 foram incorporados à Operação) e a elaboração dos projetos executivos de recuperação da via, de edificações e de implantação de sistemas de sinalização e telecomunicações.

15.453.2048.10SS - PO 0002 - Modernização do Sistema de Trens Urbanos de Natal:

A LOA/2015 foi ajustada para R\$73.460.000,00, com as restrições financeiras foram empenhados R\$16.984.707,00. O avanço de 4,0% foi conseguido com os RAPs existentes de 2012 (PAC Equipamentos) e 2014 (PAC). Concluídos, o fornecimento de 02 locomotivas diesel-elétrica; a entrega de 192.244 conjuntos de fixações e 104.000 dormentes monoblocos de concreto e o projeto conceitual para a modernização do sistema de trens. Formalizada a contratação para aquisição de 3.300 t de trilhos. Continuam em andamento a fabricação de 9 Veículos Leves sobre Trilhos (VLTs) (as 3 unidades entregues em 2014 estão em operação); a elaboração dos projetos executivos de recuperação da via, de construção de novas estações e edificações operacionais e de implantação de sistemas de sinalização e telecomunicações.

15.453.2048.10SS - PO 0003 - Modernização do Sistema de Trens Urbanos de Maceió:

A LOA/2015 foi ajustada para R\$38.736.000,00, sendo que, com as restrições financeiras foram empenhados apenas R\$9.617.814,00. O avanço de 3,6% foi conseguido com o RAP existente de 2014 (PAC). Concluídas a aquisição de 82.000 fixações e a aquisição de 12.800 unidades de dormentes de concreto. Formalizada a contratação para aquisição de 1.300 t de trilhos. Continuam em andamento o Projeto Executivo de Expansão de Maceió até Mangabeiras, em fase final; a reconstrução da estação Bom Parto; a construção da estação Mercado; remodelação da infra e superestrutura da via, entre as estacas 87 e 162 e entre as estacas 850 e 1040 e a aquisições de Aparelhos de Mudança de Via (AMV) e de dormentes de concreto para AMV.

15.453.2048.10SS - PO 0004 - Apoio à implantação do trecho Sul – Vila das Flores-João Felipe do Sistema de Trens Urbanos de Fortaleza:

A LOA/2015 aprovou R\$27,0 milhões para dar continuidade em mais uma etapa das intervenções previstas na Linha Sul do Metrô de Fortaleza através dos Termos de Compromisso firmados com o Estado do Ceará.

As limitações orçamentárias/financeiras então impostas à CBTU para cumprimento de suas obrigações em 2015, principalmente em seu Programa de Modernização dos Sistemas do Nordeste forçou o remanejamento de valores entre as ações de gestão da CBTU, adequando-os à capacidade de realização das obras em Natal, João Pessoa, Maceió e em especial Recife para garantir a conclusão do Projeto com Crédito Especial de R\$61,15 milhões, aprovado em 22/12/2015 (Lei Nº 13.218). Desta forma ficou fixado R\$3,04 milhões para compor a LOA 2015 no Projeto de Fortaleza. Devido às restrições citadas não foi possível empenhar o recurso da LOA, sendo devolvido ao MCid. As ações do Projeto de Fortaleza foram desenvolvidas em 2015 com recursos de RAP, tendo sido transferidos R\$107,7 milhões para o METROFOR em janeiro/2015.

Dos 25 TUEs entregues até 2014, 4 concluíram a montagem e testes em 2015 e toda frota encontra-se operacional comercialmente. Permanece a restrição de 20 min de intervalo entre trens, dependendo da implantação dos sistemas de Telecomunicações e Sinalização; os sistemas de Telecomunicações e Sinalização foram contratados no 2º semestre de 2015, e estão em fase de projetos e montagem dos primeiros equipamentos; concluídos os sistemas de energia do CCO e da Estação São Benedito, além da montagem das pontes rolantes no Centro de Manutenção; concluído o eixo principal do viaduto Padre Cícero, no emboque do túnel e a Alça 7, saída da Av. José Bastos para a rua Padre Cícero / Av. Eduardo Girão e região Leste de Fortaleza.. Teve início, também, as obras de Adequação à Acessibilidade e de obras complementares de urbanização, nas estações, além do início da implantação do sistema de Bilhetagem Eletrônica estando já entregue as catracas.

Com as realizações empreendidas o avanço físico desta Ação atingiu em 2015 o total de 92,40%.

15.453.2116.2843 Funcionamento dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros

Em 2015, foram transportados 179,9 milhões de passageiros nos 5 sistemas operados pela CBTU, praticamente repetindo o resultado atingido no exercício passado.

Para amparar as despesas com a manutenção e operação dos 5 sistemas, foram destinados R\$211.403.323 na LOA e liberado limite orçamentário no total de R\$210.743.592. O total empenhado foi de R\$210.612.110.

A dotação orçamentária disponibilizada para a ação de Funcionamento dos Sistemas foi insuficiente para amparar de forma adequada as despesas referentes à manutenção e operação dos cinco sistemas que opera. Como efeito desta restrição, foram enfrentados sérios problemas notadamente na segurança física e patrimonial. Esta limitação impactou os contratos continuados (vigilância, limpeza, bilhetagem, conservação de via permanente, etc), os quais já tiveram seus escopos reduzidos em 2013 (17%) sem que houvesse a recomposição aos números adequados de postos de trabalho em 2014. Também foram mantidos níveis de compras abaixo do ideal, para os materiais de consumo, prejudicando as atividades de manutenção da frota de material rodante. Em 2015, a imposição de execução mensal de apenas 1/18 de seu orçamento até o mês de maio, impediu novamente a recomposição dos contratos de prestação de serviços, causando grande prejuízo à operação e manutenção e provocando a queda da segurança, com ocorrência de assaltos e atos de vandalismo nas composições e estações. Somente a partir de maio, com a publicação da LOA, foram priorizadas ações voltadas à minimizar os impactos causados.

A análise, nos últimos 6 anos e para o quadriênio 2016-2019, dos valores consignados às despesas discricionárias da CBTU nas quais se insere a ação Funcionamento dos Sistemas mostra um quadro de estagnação, não havendo evolução compatível nem com os índices inflacionários. Desde 2010 este número permanece em um patamar próximo a R\$220 milhões, mesmo a CBTU tendo apresentado um crescimento de 44 % na demanda transportada e sua frota operacional de material rodante tendo passado de 40 TUEs, 10 locomotivas e 50 carros de passageiros para 64 TUEs, 10 locomotivas, 50 carros de passageiros e 15 VLTs. No PLOA 2016, o valor consignado à ação já é 10,34% inferior ao realizado em 2015, prevendo grandes dificuldades para amparo das despesas durante o próximo exercício

Este procedimento está criando um passivo de intervenções necessárias que se refletem diretamente nos indicadores de desempenho. À época da elaboração do PPA 2016-2019, a CBTU foi informada dos referenciais monetários previstos para o próximo quadriênio, para amparar suas despesas discricionárias. Os números disponibilizados não apresentaram a evolução esperada, sendo insuficientes para atender às necessidade de manutenção e operação dos sistemas. Novamente, a CBTU registrou, junto ao órgão setorial sua preocupação com o patamar orçamentário sinalizado, incompatível com seu desempenho e crescentes resultados da prestação do serviço de transporte de passageiros sobre trilhos.

1.7 - Composição Acionária do Capital Social

Quadro A.1.7.1 – Composição Acionária do Capital Social

UJ COMO INVESTIDA - POSIÇÃO EM 31/12/2015				
Denominação completa				
Texto				
Ações Ordinárias (%)				
ACIONISTAS		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013
Governo	Tesouro Nacional	99,999	99,999	99,999
	Outras Entidades Governamentais			
	Fundos de Pensão que recebem recursos públicos			
	Ações em Tesouraria			
	% Governo	99,999	99,999	99,999
Free Float	Pessoas Físicas	0,001	0,001	0,001
	Pessoas Jurídicas			
	Capital Estrangeiro			
	% free float			
Subtotal Ordinárias (%)		100,000	100,000	100,000

Ações Preferenciais (%)				
ACIONISTAS		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013
Governo	Tesouro Nacional			
	Outras Entidades Governamentais			
	Fundos de Pensão que recebem recursos públicos			
	Ações em Tesouraria			
	% Governo			
Free Float	Pessoas Físicas			
	Pessoas Jurídicas			
	Capital Estrangeiro			
	% free float			
Subtotal Preferenciais (%)				
Total		100%	100%	100%

Fonte: GAFIN/DA

1.8 - Participação em Outras Sociedades

A CBTU não possui investimentos permanentes em outras sociedades

Fonte: GAFIN/DA

1.9 - Principais Eventos Societários Ocorridos no Exercício

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 04 de setembro de 2015, foi autorizado o aumento do capital social da empresa, cuja homologação se deu em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 04 de dezembro de 2015, cuja Ata foi publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no Jornal do Commercio em 22 de dezembro de 2015.

A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 04 de dezembro de 2015 homologou o aumento do Capital Social para R\$5.404.110.329,15 (cinco bilhões, quatrocentos e quatro milhões, cento e dez mil, trezentos e vinte e nove reais e quinze centavos), representados por 18.645.502.653.478 (dezoito trilhões, seiscentos e quarenta e cinco bilhões, quinhentos e dois milhões, seiscentos e cinquenta e três mil e quatrocentos e setenta e oito) ações ordinárias sem valor nominal, tendo como principal acionista a União, com 99,9% do capital. A elevação do capital foi de R\$207.602.745,44.

Fonte: GAPLO/DP, GAFIN/DA

2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

2.1 – Planejamento Organizacional

A alta direção da CBTU estabeleceu como meta para 2015 a realização do seu Planejamento Estratégico 2015-2109, que tem como objetivo redefinir o papel da empresa na sociedade e identificar novos serviços a serem prestados, respeitando sua expertise no setor metroferroviário e o conhecimento instalado de seu corpo técnico-operacional.

Dentro deste cenário, no decorrer de 2014 foi elaborado termo de referência, tendo sido contratada a Fundação Getúlio Vargas para a prestação de serviços de elaboração e condução do Planejamento Estratégico Institucional e Modernização Administrativa da Companhia para o período 2015-2019.

Ao longo do ano de 2015, as atividades do Planejamento Estratégico foram desenvolvidas pela FGV em parceria com a equipe designada pela companhia. Dentre os produtos entregues, destacam-se: Diagnóstico Institucional, Mapa Estratégico, definição dos Indicadores e Metas, Plano Estratégico e monitoramento dos Projetos Prioritários.

Com a definição da Missão, Visão, Valores e os Objetivos Estratégicos, foi possível construir o Mapa Estratégico.

Uma vez entregue a primeira etapa, a equipe da FGV seguiu com as reuniões de monitoramento dos Projetos Prioritários, que têm como objetivo garantir o alcance das metas da companhia.

Concomitantemente, foi definida a Cadeia de Valores e foram mapeados os 9 processos considerados estratégicos.

Com os processos mapeados e os projetos definidos e em desenvolvimento, a FGV vem trabalhando no Novo Modelo de Estrutura Organizacional da CBTU. Esta etapa, a última prevista pelo contrato, possibilitará a otimização dos recursos da companhia e tem previsão de término no primeiro semestre de 2016.

2.1.1 – Descrição Sintética dos Objetivos do Exercício

No contexto dos objetivos setoriais e orientações estratégicas do Ministério das Cidades e de acordo com a legislação vigente, a CBTU tem como objetivos estratégicos, externalizados através de suas macro ações ou atividades finalísticas:

- Implantar e modernizar sistemas de trens urbanos;
- Manter e operar os sistemas de trens urbanos sob sua administração;
- Fomentar os sistemas de transporte sobre trilhos no contexto da implantação das políticas da mobilidade e desenvolvimento urbano.

Em 2015, suas ações foram desenvolvidas com foco nestes objetivos estratégicos, visando a continuidade da implantação dos sistemas de trens urbanos de Recife, Belo Horizonte, Fortaleza, e a recuperação e modernização dos sistemas de trens urbanos de Natal, João Pessoa e Maceió. Complementando sua atuação, a operação dos cinco sistemas sob sua gestão, nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Recife, Natal, João Pessoa e Maceió, viabilizou o transporte de 179,9 milhões de passageiros em 2015, resultado praticamente igual ao do exercício anterior.

Sua estratégia de atuação frente aos objetivos estratégicos compreende o desenvolvimento de suas ações em conformidade com o PLANO PLURIANUAL 2012-2015. A Proposta Orçamentária, elaborada para cada exercício, explicita, para cada uma das ações sob sua gestão, as metas pretendidas, o avanço físico possível de ser atingido, os benefícios advindos de seu alcance e a dotação orçamentária necessária para sua execução, dentro do exercício. A implementação desta proposta é condicionada ao Orçamento aprovado na LOA e à disponibilização de limites orçamentários para movimentação e empenho. Todo o planejamento de execução das ações no PPA

2012-2015 foi registrado no SIOP - Sistema de Informações de Orçamento e de Planejamento, atualizado e monitorado mensalmente.

2.1.2 – Vinculação dos Planos da Unidade com as Competências Institucionais e Outros Planos

De acordo com o PPA 2012-2015, a CBTU está inserida nos seguintes objetivos:

PROGRAMA 2048:

Objetivo 0574: Requalificar, implantar e expandir sistemas de transportes públicos coletivos, induzindo a promoção da integração modal, física e tarifária de forma sustentável e amplamente acessível.

Compreende as ações finalísticas:

15.453.2048.5754 – Implantação do Trecho Rodoviária-Camaragibe e Modernização dos Trechos Recife-Jaboatão-Coqueiral-Rodoviária e Recife-Cabo de Santo Agostinho do Sistema de Trens Urbanos de Recife,

15.453.2048.5176 – Implantação do Trecho Eldorado-Vilarinho do Sistema de Trens Urbanos de Belo Horizonte,

15.453.2048.10SY – Apoio à Implantação do Trecho Sul – Vila das Flores-João Felipe do Sistema de Trens Urbanos de Fortaleza

15.453.2048.14TT – Modernização e Recuperação dos Sistemas de Trens Urbanos de Natal, João Pessoa, Maceió, Belo Horizonte e Recife

A partir de 2014, foram incluídas as seguintes ações:

15.453.2048.152T – Modernização do Sistema de Trens Urbanos de Natal

15.453.2048.152S – Modernização do Sistema de Trens Urbanos de João Pessoa

15.453.2048.152U - Modernização do Sistema de Trens Urbanos de Maceió

A partir de 2015, foi incluída a seguinte ação:

15.453.2048.10SS – Apoio a Sistemas de Transporte Coletivo Urbano, com Planos Orçamentários definidos para Modernização do Sistema de Trens Urbanos de Natal, João Pessoa e Maceió e Apoio à Implantação do Trecho Sul – Vila das Flores-João Felipe do Sistema de Trens Urbanos de Fortaleza.

Objetivo 0580 : Apoiar sistemas de transportes não motorizados integrados aos sistemas de transporte público coletivo e promover a acessibilidade universal.

Compreende a seguinte ação finalística:

15.453.2048.14TS – Adequação dos Sistemas de Trens à Acessibilidade Universal

Objetivo 0584: Fomentar ações estruturantes para o fortalecimento institucional, promovendo a regulação do setor, a pesquisa, a implantação de sistemas de informação, a elaboração de projetos e planos de Transporte, de Mobilidade Urbana e Trânsito e a capacitação institucional dos agentes públicos e sociais para os sistemas de mobilidade urbana, de forma integrada e sustentável.

Compreende as seguintes ações finalísticas:

15.453.2048.123N – Elaboração dos Projetos de Engenharia das Linhas 2 e 3 do Sistema de Trens Urbanos de Belo Horizonte

15.453.2048.20YB - Fomento à Expansão e ao Fortalecimento de Sistemas de Trens Urbanos.

Os planos de ação, elaborados pelas Superintendências da CBTU a cada ano, estão alinhados aos objetivos do PPA, buscando a melhoria da qualidade e a ampliação da prestação do serviço de transporte de passageiros sobre trilhos a uma parcela cada vez maior da população das cidades onde está inserida.

2.2 – Formas e Instrumentos de Monitoramento da Execução e Resultados dos Planos

Desde 2007, a CBTU tem ações incluídas no PAC – Programa de Aceleração do Crescimento, sendo objeto de acompanhamento e monitoramento pelo Ministério do Planejamento. A aplicação de recursos federais em obras e projetos de interesse de Estados e Municípios, através de transferência, é acompanhada e fiscalizada pela CBTU, observando-se o disposto na IN-01/97, de 15 de janeiro de 1997, alterada (INCISOS III E IV DO ART.18) pela IN/STN/01, de 1º de fevereiro de 1999 e alterada (§ 3º ART. 31) pela IN/STN/01, de 13 de março de 2000, da Portaria Interministerial nº 507, de 24 de novembro de 2011 e do Tribunal de Contas da União, mediante determinações emanadas nos acórdãos daquela Corte de Contas.

Mensalmente é acompanhado o avanço físico e financeiro de cada uma das ações, a partir das informações prestadas pelos gestores de cada contrato. Estes resultados são apresentados no Relatório Mensal de Atividades, publicado no portal da Internet. As metas operacionais previstas pelas STU em seus Planos de Ação anuais são acompanhadas e os resultados mensais são informados pelas Superintendências à Administração Central, que mantém um banco de dados dos indicadores operacionais. Mensalmente, estes resultados são apresentados ao Conselho de Administração da CBTU.

Com relação aos Planos Plurianual e à LOA, o monitoramento é feito através do SIOP - Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento, do Ministério do Planejamento, através de informações inseridas obedecendo a calendário determinado pelo Ministério do Planejamento.

2.3 – Desempenho Orçamentário

Suas principais ações, no contexto da função de governo 15 - URBANISMO, subfunção 453 - TRANSPORTE URBANO DE PASSAGEIROS, incluídas no Plano Plurianual 2012–2015, no Programa 2048 – Mobilidade Urbana e Trânsito, detalham aquelas atividades finalísticas, tendo como público alvo a população, em especial a de baixa renda, dos aglomerados urbanos e regiões metropolitanas onde atua.

No período de 2008 a 2012, a CBTU aplicou cerca de R\$1,9 bilhão na expansão dos sistemas, aplicados em via permanente, material rodante e obras civis. Somente em 2012, foram investidos R\$461 milhões na compra de novas composições, e R\$193,6 milhões na implantação, modernização e recuperação de seus sistemas. Isso representou a aquisição de 10 novos trens para Belo Horizonte e 20 VLTs para João Pessoa e Natal, além de duas locomotivas para reforço da operação nesta última capital. Para atender à população de Maceió e Recife, a CBTU investiu R\$336,6 milhões em 32 novas composições, cuja entrega foi concluída em 2013.

Em 2014, a empresa aumentou em, aproximadamente, dez milhões o seu número de usuários em relação a 2013, com uma média de 600 mil passageiros por dia útil. Os sistemas de Natal, Maceió e João Pessoa transportaram, juntos, mais de 450 mil passageiros/mês. Mereceram destaque a majoração da demanda do sistema de Recife, alcançando o patamar de 110 milhões passageiros/ano, assim como o de Belo Horizonte, que transportou cerca de 65 milhões de usuários aos seus destinos.

Em 2015, o resultado alcançado na demanda transportada não apresentou evolução, mantendo-se no patamar de 180 milhões de passageiros nos cinco sistemas operados pela CBTU. Tal patamar foi

devido, basicamente, à concorrência predatória do BRT em Belo Horizonte, que levou a uma perda de cerca de 3.300.000 passageiros naquele sistema.

O orçamento aprovado para as obras do PAC (investimento) em 2015 foi de R\$223.209.000. Por outro lado, o limite de pagamento em 2015 para as ações do PAC da CBTU, foi estabelecido em R\$248 milhões. Como consequência, o compromisso de repasse de R\$107 milhões para o sistema de Fortaleza em janeiro, representou quase 50% da capacidade de pagamento da CBTU para o ano. Tal fato, aliado ao grande volume de recursos inscritos em Restos a Pagar de exercícios anteriores foi determinante para a reprogramação dos projetos. Ao final de 2015, apenas R\$33,6 milhões foram empenhados do total aprovado na LOA.

Em Recife, nas linhas Centro e Sul, foram concluídas a implantação do Sistema de Bilhetagem Automática, as obras de dois novos Terminais de Integração (Joana Bezerra e Prazeres) e o projeto da Estação Nova Cabo. O avanço das obras no trecho Cajueiro Seco – Cabo de Santo Agostinho, que está sendo duplicado para a operação com VLTs, já atingiu 98,5%.

Em Belo Horizonte, foram entregues 9 TUEs em 2015, integralizando os 10 contratados. Estes TUEs entraram em operação comercial a partir de 16/09/2015. Destaca-se, também, a conclusão da adequação à acessibilidade em 4 estações (São Gabriel, Primeiro de Maio, Waldomiro Lobo e Floramar).

Para os sistemas de Natal, João Pessoa e Maceió, está contratada e programada a entrega de 364.000 conjuntos de fixação e 122.800 dormentes de concreto, bem como formalizada a aquisição de 6.600 t de trilhos.

No sistema de Natal, destaca-se a conclusão do projeto conceitual para a modernização do sistema de trens e o fornecimento de 02 locomotivas diesel-elétricas. Continuam em andamento a fabricação de 9 Veículos Leves sobre Trilhos (VLTs), com a previsão de entrega de 3 composições ao longo de 2016. Em 2015 teve prosseguimento a elaboração dos projetos executivos de recuperação da via, edificações e implantação de sistemas de sinalização e telecomunicações.

Em João Pessoa, foi entregue 1VLT, com o prosseguimento da fabricação dos 5 restantes. Estão em andamento os projetos executivos de recuperação da via, edificações e implantação de sistemas de sinalização e telecomunicações.

Em Maceió, continuam em andamento o Projeto Executivo de Expansão de Maceió até Mangabeiras; a reconstrução da estação Bom Parto; a construção da estação Mercado; remodelação da infra e superestrutura da via, entre as estacas 87 e 162 e entre as estacas 850 e 1040 e a aquisições de Aparelhos de Mudança de Via (AMV) e de dormentes de concreto para AMV.

Em Fortaleza – Linha Sul, dos 25 TUEs entregues até 2014, 4 tiveram a montagem e testes concluídos em 2015 e toda frota encontra-se operacional comercialmente. Os sistemas de Telecomunicações e Sinalização foram contratados no 2º semestre de 2015, e estão em fase de projetos e montagem dos primeiros equipamentos. Teve início, também, a implantação do sistema de Bilhetagem Eletrônica, além das obras de Adequação à Acessibilidade e de obras complementares de urbanização, nas estações.

(Fonte: GAPLO)

2.3.1 – Execução Física e Financeira das Ações da Lei Orçamentária Anual de Responsabilidade da Unidade

Apesar de não pertencerem a programas temáticos, foram incluídas neste item as ações 15.453.2116.2843 – Funcionamento dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros e 15.122.2116.2000 – Administração da Unidade, amparando a administração, operação e manutenção dos cinco sistemas de trens urbanos, objeto principal da CBTU.

2.3.1.1 - Ações - OFSS

Quadro A.2.3.1.1 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS

Identificação da Ação						
Código	10SY		Tipo: Projeto			
Título	Apoio a Implantação do Trecho Sul – Vila das Flores – João Felipe do Sistema de Trens Urbanos de Fortaleza					
Iniciativa	Iniciativa 0282 - Implantação do Trecho Sul Vila das Flores-João Felipe do Sistema de Trens Urbanos de Fortaleza - CE					
Objetivo	Requalificar, implantar e expandir sistemas de transportes públicos coletivos, induzindo a promoção da integração modal, física e tarifária de forma sustentável e amplamente acessível. <div>Código: 574</div>					
Programa	Mobilidade Urbana e Trânsito		Código: 2048		Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU					
Ação Prioritária	(x) Sim ()Não Caso positivo: (x)PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0	0	0	0	0	0	0
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Trecho implantado			%	0	0	0
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
30.300.000	0	0	Trecho implantado		%	3,5

Obs: O avanço físico foi registrado com intervenções realizadas com R\$ 107,7 milhões do RAP/2014 Processado e inscrito em 2015.

Identificação da Ação						
Código	14TS		Tipo: Projeto			
Título	Adequação dos Sistemas de Trens a Acessibilidade Universal					
Iniciativa	Iniciativa 029W - Apoiar a implantação e adequação de infraestrutura urbana para propiciar acessibilidade às pessoas com restrição de mobilidade e deficiência.					
Objetivo	Apoiar sistemas de transportes não motorizados integrados aos sistemas de transporte público coletivo e promover a acessibilidade universal. Código: 580					
Programa	Mobilidade Urbana e Trânsito		Código: 2048	Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU					
Ação Prioritária	() Sim (x)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação				Despesa	Restos a Pagar inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0	0	0	0	0	0	0
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Projeto executado			%	0	0	0
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
1.909.860	1.174.896	0	Projeto executado		%	1,68

Identificação da Ação						
Código	14TT		Tipo: Projeto			
Título	Modernização e Recuperação dos Sistemas de Trens Urbanos					
Iniciativa	Iniciativa 0283 - Implantar, expandir, recuperar e modernizar os sistemas de transporte metroferroviário nos centros urbanos					
Objetivo	Requalificar, implantar e expandir sistemas de transportes públicos coletivos, induzindo a promoção da integração modal, física e tarifária de forma sustentável e amplamente acessível. <div>Código: 574</div>					
Programa	Mobilidade Urbana e Trânsito		Código: 2048	Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação				Despesa	Restos a Pagar inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
2.000.000	1.600.000	556.285	196.425	196.425	0	359.860
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Sistema modernizado			%	0,2	0,16	0,02
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
8.518.044	6.448.138	0	Sistema modernizado		%	0,70

Identificação da Ação						
Código	152S		Tipo: Projeto			
Título	Modernização do Sistema de Trens Urbanos de João Pessoa					
Iniciativa	Iniciativa 0283 - Implantar, expandir, recuperar e modernizar os sistemas de transporte metroferroviário nos centros urbanos					
Objetivo	Requalificar, implantar e expandir sistemas de transportes públicos coletivos, induzindo a promoção da integração modal, física e tarifária de forma sustentável e amplamente acessível. <div>Código: 574</div>					
Programa	Mobilidade Urbana e Trânsito		Código: 2048	Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU					
Ação Prioritária	(x) Sim () Não Caso positivo: (x)PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação				Despesa	Restos a Pagar inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0	0	0	0	0	0	0
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Sistema modernizado			%	0	0	0
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
17.394.842	8.427.829	0	Sistema modernizado		%	4,70

Identificação da Ação						
Código	152T		Tipo: Projeto			
Título	Modernização do Sistema de Trens Urbanos de Natal					
Iniciativa	Iniciativa 0283 - Implantar, expandir, recuperar e modernizar os sistemas de transporte metroferroviário nos centros urbanos					
Objetivo	Requalificar, implantar e expandir sistemas de transportes públicos coletivos, induzindo a promoção da integração modal, física e tarifária de forma sustentável e amplamente acessível. <div>Código: 574</div>					
Programa	Mobilidade Urbana e Trânsito		Código: 2048	Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU					
Ação Prioritária	(x) Sim () Não Caso positivo: (x)PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação				Despesa	Restos a Pagar inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0	0	0	0	0	0	0
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Sistema modernizado			%	0	0	0
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
35.067.701	19.635.551	0	Sistema modernizado	%	6,30	

Identificação da Ação						
Código	152U		Tipo: Projeto			
Título	Modernização do Sistema de Trens Urbanos de Maceió					
Iniciativa	Iniciativa 0283 - Implantar, expandir, recuperar e modernizar os sistemas de transporte metroferroviário nos centros urbanos					
Objetivo	Requalificar, implantar e expandir sistemas de transportes públicos coletivos, induzindo a promoção da integração modal, física e tarifária de forma sustentável e amplamente acessível. <div>Código: 574</div>					
Programa	Mobilidade Urbana e Trânsito		Código: 2048	Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU					
Ação Prioritária	(x) Sim () Não Caso positivo: (x)PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0	0	0	0	0	0	0
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Sistema modernizado			%	0	0	0
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
32.212.125	5.509.970	0	Sistema modernizado		%	2,60

Identificação da Ação						
Código	5176 Tipo: Projeto					
Título	Implantação do Trecho Eldorado-Vilarinho do Sistema de Trens Urbanos de Belo Horizonte					
Iniciativa	Iniciativa 027Z - Implantação do Trecho Eldorado-Vilarinho do Sistema de Trens Urbanos de Belo Horizonte - MG					
Objetivo	Requalificar, implantar e expandir sistemas de transportes públicos coletivos, induzindo a promoção da integração modal, física e tarifária de forma sustentável e amplamente acessível. Código: 574					
Programa	Mobilidade Urbana e Trânsito Código: 2048 Tipo: Temático					
Unidade Orçamentária	Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU					
Ação Prioritária	(x) Sim () Não Caso positivo: (x)PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação				Despesa	Restos a Pagar inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
43.870.367	43.870.367	0	0	0	0	0
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Trecho implantado			%	0	0	0
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
2.290.000	0	0	Trecho implantado		%	1,58

Identificação da Ação						
Código	5754		Tipo: Projeto			
Título	Implantação do Trecho Rodoviária-Camaragibe e Modernização dos Trechos Recife-Jaboatão, Coqueiral – Rodoviária e Recife-Cabo do Sistema de Trens Urbanos de Recife.					
Iniciativa	Iniciativa 0281 - Implantação do Trecho Rodoviária-Camaragibe e Modernização dos Trechos Recife-Jaboatão; Coqueiral-Rodoviária e Recife-Cabo do sistema de Trens Urbanos de Recife / PE					
Objetivo	Requalificar, implantar e expandir sistemas de transportes públicos coletivos, induzindo a promoção da integração modal, física e tarifária de forma sustentável e amplamente acessível. <div>Código: 574</div>					
Programa	Mobilidade Urbana e Trânsito		Código: 2048	Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU					
Ação Prioritária	(x) Sim () Não Caso positivo: (x)PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação				Despesa	Restos a Pagar inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0	0	0	0	0	0	0
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Trecho implantado			%	0	0	0
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
63.200.992	8.365.677	0	Trecho implantado		%	0,28

Identificação da Ação						
Código	5754 Tipo: Projeto					
Título	Implantação do Trecho Rodoviária-Camaragibe e Modernização dos Trechos Recife-Jaboatão, Coqueiral – Rodoviária e Recife-Cabo do Sistema de Trens Urbanos de Recife.					
Iniciativa	Iniciativa 0281 - Implantação do Trecho Rodoviária-Camaragibe e Modernização dos Trechos Recife-Jaboatão; Coqueiral-Rodoviária e Recife-Cabo do sistema de Trens Urbanos de Recife / PE					
Objetivo	Requalificar, implantar e expandir sistemas de transportes públicos coletivos, induzindo a promoção da integração modal, física e tarifária de forma sustentável e amplamente acessível. Código: 574					
Programa	Mobilidade Urbana e Trânsito Código: 2048 Tipo: Temático					
Unidade Orçamentária	Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU					
Ação Prioritária	(x) Sim ()Não Caso positivo: (x)PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0	61.150.000	0	0	0	0	0
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Trecho implantado			%	0	0	0
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0	0	0	Trecho implantado		%	0

Identificação da Ação						
Código	5754		Tipo: Projeto			
Título	Implantação do Trecho Rodoviária-Camaragibe e Modernização dos Trechos Recife-Jaboatão, Coqueiral – Rodoviária e Recife-Cabo do Sistema de Trens Urbanos de Recife.					
Iniciativa						
Objetivo	Código					
Programa	Descentralização dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros Código: 1295 Tipo:					
Unidade Orçamentária	Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU					
Ação Prioritária	(x) Sim () Não Caso positivo: (x)PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação				Despesa	Restos a Pagar inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0	0	0	0	0	0	0
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Trecho implantado			%	0	0	0
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
33.851.986	1.019.857	0	Trecho implantado		%	0,03

Identificação da Ação						
Código	10SS		Tipo: Projeto			
Título	Apoio a Sistemas de Transporte Público Coletivo Urbano					
Iniciativa	Iniciativa 027W - Apoiar implantação, modernização e complementação de sistemas de transporte público coletivo, incluindo a aquisição de veículos e equipamentos					
Objetivo	Requalificar, implantar e expandir sistemas de transportes públicos coletivos, induzindo a promoção da integração modal, física e tarifária de forma sustentável e amplamente acessível.					
Código: 574						
Programa	Mobilidade Urbana e Trânsito		Código: 2048		Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU					
Ação Prioritária	(x) Sim () Não Caso positivo: (x)PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação				Despesa	Restos a Pagar inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
223.209.000	162.059.000	33.600.521	3.319.334	1.282.839	2.036.495	30.281.187
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Trecho implantado			%	23,60	17,10	0,35
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0	0	0	Trecho implantado		%	0

Identificação da Ação							
Código	11J9		Tipo: Projeto				
Título	Recuperação do Sistema de Trens Urbanos de João Pessoa						
Iniciativa	Iniciativa 283 - Implantar, expandir, recuperar e modernizar os sistemas de transporte metroferroviário nos centros urbanos						
Objetivo	Requalificar, implantar e expandir sistemas de transportes públicos coletivos, induzindo a promoção da integração modal, física e tarifária de forma sustentável e amplamente acessível.						
Código: 574							
Programa	Mobilidade Urbana e Trânsito		Código: 2048		Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
Dotação				Despesa		Restos a Pagar inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada		Paga	Processados	Não Processados
0	0	0	0		0	0	0
Execução Física							
Descrição da meta			Unidade de medida		Montante		
					Previsto	Reprogramado	Realizado
Trecho implantado			%		0	0	0
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas				
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada	
5.023	0	0	Trecho implantado		%	0	

Identificação da Ação						
Código	11JD		Tipo: Projeto			
Título	Modernização e Recuperação do Sistema de Trens Urbanos de Maceió					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	Descentralização dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros Código: 1295 Tipo:					
Unidade Orçamentária	Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação				Despesa	Restos a Pagar inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0	0	0	0	0	0	0
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Trecho implantado			%	0	0	0
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
540.234	144.314	0	Trecho implantado		%	0,10

Identificação da Ação						
Código	142W		Tipo: Projeto			
Título	Modernização dos Sistemas de Trens Urbanos de Passageiros					
Iniciativa	Iniciativa 283 - Implantar, expandir, recuperar e modernizar os sistemas de transporte metroferroviário nos centros urbanos					
Objetivo	Requalificar, implantar e expandir sistemas de transportes públicos coletivos, induzindo a promoção da integração modal, física e tarifária de forma sustentável e amplamente acessível. Código: 574					
Programa	Mobilidade Urbana e Trânsito		Código: 2048	Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU					
Ação Prioritária	(x) Sim () Não Caso positivo: (x)PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação				Despesa	Restos a Pagar inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0	0	0	0	0	0	0
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Trecho implantado			%	0	0	0
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
171.610.886	17.607.985	0	Trecho implantado		%	7,00

As ações a seguir são do PROGRAMA 2116, de gestão e administração e serviços ao Estado, mas amparam a administração, operação e manutenção dos cinco sistemas de trens urbanos da CBTU.

Identificação da Ação						
Código	2000		Tipo: Atividade			
Título	Administração da Unidade					
Iniciativa	-					
Objetivo	-		Código: -			
Programa	Gestão e Manutenção do Ministério das Cidades - Código: 2116 Tipo:					
Unidade Orçamentária						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação				Despesa	Restos a Pagar inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
17.651.000	18.051.000	17.369.363	15.036.946	14.912.450	124.497	2.332.414
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
-				-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
3.158.990	1.422.375	0	-		-	-

Identificação da Ação						
Código	2843		Tipo: Atividade			
Título	Funcionamento dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros					
Iniciativa	-					
Objetivo	-		Código: -			
Programa	Gestão e Manutenção do Ministério das Cidades - Código: 2116 Tipo:					
Unidade Orçamentária						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
216.983.323	216.983.323	214.675.295	180.507.974	162.772.337	17.735.637	34.167.321
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Média de Passageiro Transportado - MDU			Passageiro Transportado	655 mil	610 mil	593 mil
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
26.635.727	21.388.384	156.890	Média de Passageiro Transportado - MDU		Passageiro Transportado	596 mil

Identificação da Ação						
Código	2843		Tipo: Atividade			
Título	Funcionamento dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros					
Iniciativa	-					
Objetivo	- Código: -					
Programa	Descentralização dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros Código: 1295					
Unidade Orçamentária	Tipo:					
Ação Prioritária	() Sim (x)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0	0	0	0	0	0	0
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Média de Passageiro Transportado - MDU			Passageiro Transportado	655 mil	610 mil	593 mil
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
25.883	1.388	0	Média de Passageiro Transportado - MDU	Passageiro Transportado	596 mil	

2.3.1.2 - Ações/Subtítulos - OFSS

As ações da CBTU possuem apenas um localizador, já estando relacionadas no item 2.3.1.1

Não existem subtítulos para as ações da CBTU.

2.3.1.3 - Ações não Previstas na LOA 2014 – Restos a Pagar não Processados - OFSS

Quadro A.2.3.1.3 – Ações não Previstas LOA 2014 - Restos a Pagar – OFSS

Identificação da Ação					
Código		10SYTipo: Projeto			
Título		Apoio a Implantação do Trecho Sul – Vila das Flores – João Felipe do Sistema de Trens Urbanos de Fortaleza			
Iniciativa		Iniciativa 0282 - Implantação do Trecho Sul Vila das Flores-João Felipe do Sistema de Trens Urbanos de Fortaleza - CE			
Objetivo		Requalificar, implantar e expandir sistemas de transportes públicos coletivos, induzindo a promoção da integração modal, física e tarifária de forma sustentável e amplamente acessível. Código: 574			
Programa		Mobilidade Urbana e TrânsitoCódigo: 2048Tipo: Temático			
Unidade Orçamentária		Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU			
Ação Prioritária		(x) Sim ()Não Caso positivo: (x)PAC () Brasil sem Miséria () Outras			
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
30.300.000	0	0	Trecho implantado	%	3,5

Obs: O avanço físico foi registrado com intervenções realizadas com R\$ 107,7 milhões do RAP/2014 Processado e inscrito em 2015.

Identificação da Ação					
Código	14TS Tipo: Projeto				
Título	Adequação dos Sistemas de Trens a Acessibilidade Universal				
Iniciativa	Iniciativa 029W - Apoiar a implantação e adequação de infraestrutura urbana para propiciar acessibilidade às pessoas com restrição de mobilidade e deficiência.				
Objetivo	Apoiar sistemas de transportes não motorizados integrados aos sistemas de transporte público coletivo e promover a acessibilidade universal. Código: 580				
Programa	Mobilidade Urbana e Trânsito Código: 2048 Tipo: Temático				
Unidade Orçamentária	Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU				
Ação Prioritária	() Sim (x)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
1.909.860	1.174.896	0	Projeto executado	%	1,68

Identificação da Ação					
Código		152S Tipo: Projeto			
Título		Modernização do Sistema de Trens Urbanos de João Pessoa			
Iniciativa		Iniciativa 0283 - Implantar, expandir, recuperar e modernizar os sistemas de transporte metroferroviário nos centros urbanos			
Objetivo		Requalificar, implantar e expandir sistemas de transportes públicos coletivos, induzindo a promoção da integração modal, física e tarifária de forma sustentável e amplamente acessível. Código: 574			
Programa		Mobilidade Urbana e Trânsito		Código: 2048	Tipo: Temático
Unidade Orçamentária		Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU			
Ação Prioritária		(x) Sim () Não Caso positivo: (x)PAC () Brasil sem Miséria () Outras			
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
17.394.842	8.427.829	0	Sistema modernizado	%	4,70

Identificação da Ação					
Código		152T Tipo: Projeto			
Título		Modernização do Sistema de Trens Urbanos de Natal			
Iniciativa		Iniciativa 0283 - Implantar, expandir, recuperar e modernizar os sistemas de transporte metroferroviário nos centros urbanos			
Objetivo		Requalificar, implantar e expandir sistemas de transportes públicos coletivos, induzindo a promoção da integração modal, física e tarifária de forma sustentável e amplamente acessível. Código: 574			
Programa		Mobilidade Urbana e Trânsito		Código: 2048	Tipo: Temático
Unidade Orçamentária		Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU			
Ação Prioritária		(x) Sim ()Não Caso positivo: (x)PAC () Brasil sem Miséria () Outras			
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
35.067.701	19.635.551	0	Sistema modernizado	%	6,30

Identificação da Ação					
Código		152U Tipo: Projeto			
Título		Modernização do Sistema de Trens Urbanos de Maceió			
Iniciativa		Iniciativa 0283 - Implantar, expandir, recuperar e modernizar os sistemas de transporte metroferroviário nos centros urbanos			
Objetivo		Requalificar, implantar e expandir sistemas de transportes públicos coletivos, induzindo a promoção da integração modal, física e tarifária de forma sustentável e amplamente acessível. Código: 574			
Programa		Mobilidade Urbana e Trânsito Código: 2048 Tipo: Temático			
Unidade Orçamentária		Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU			
Ação Prioritária		(x) Sim ()Não Caso positivo: (x)PAC () Brasil sem Miséria () Outras			
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
32.212.125	5.509.970	0	Sistema modernizado	%	2,60

Identificação da Ação					
Código		5754 Tipo: Projeto			
Título		Implantação do Trecho Rodoviária-Camaragibe e Modernização dos Trechos Recife-Jaboatão, Coqueiral – Rodoviária e Recife-Cabo do Sistema de Trens Urbanos de Recife.			
Iniciativa					
Objetivo		Código			
Programa		Descentralização dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros Código: 1295 Tipo:			
Unidade Orçamentária		Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU			
Ação Prioritária		(x) Sim ()Não Caso positivo: (x)PAC () Brasil sem Miséria () Outras			
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
33.851.986	1.019.857	0	Trecho implantado	%	0,03

Identificação da Ação					
Código		11J9Tipo: Projeto			
Título		Recuperação do Sistema de Trens Urbanos de João Pessoa			
Iniciativa		Iniciativa 283 - Implantar, expandir, recuperar e modernizar os sistemas de transporte metroferroviário nos centros urbanos			
Objetivo		Requalificar, implantar e expandir sistemas de transportes públicos coletivos, induzindo a promoção da integração modal, física e tarifária de forma sustentável e amplamente acessível. Código: 574			
Programa		Mobilidade Urbana e Trânsito		Código: 2048	Tipo: Temático
Unidade Orçamentária		Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU			
Ação Prioritária		() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras			
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
5.023	0	0	Trecho implantado	%	0

Identificação da Ação					
Código		11JD Tipo: Projeto			
Título		Modernização e Recuperação do Sistema de Trens Urbanos de Maceió			
Iniciativa					
Objetivo		Código:			
Programa		Descentralização dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros Código: 1295 Tipo:			
Unidade Orçamentária		Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU			
Ação Prioritária		() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras			
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
540.234	144.314	0	Trecho implantado	%	0,10

Identificação da Ação					
Código		142W Tipo: Projeto			
Título		Modernização dos Sistemas de Trens Urbanos de Passageiros			
Iniciativa		Iniciativa 283 - Implantar, expandir, recuperar e modernizar os sistemas de transporte metroferroviário nos centros urbanos			
Objetivo		Requalificar, implantar e expandir sistemas de transportes públicos coletivos, induzindo a promoção da integração modal, física e tarifária de forma sustentável e amplamente acessível. Código: 574			
Programa		Mobilidade Urbana e Trânsito Código: 2048 Tipo: Temático			
Unidade Orçamentária		Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU			
Ação Prioritária		(x) Sim ()Não Caso positivo: (x)PAC () Brasil sem Miséria () Outras			
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
171.610.886	17.607.985	0	Trecho implantado	%	7,00

Identificação da Ação									
Código		00H2Tipo: Atividade							
Título		Pagamento de Depósitos Recursais Devidos por empresas Estatais							
Iniciativa		-							
Objetivo		-Código: -							
Programa		Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças JudiciaisCódigo: 2116Tipo:							
Unidade Orçamentária									
Ação Prioritária		() Sim (x)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras							
Lei Orçamentária 2015									
Execução Orçamentária e Financeira									
Dotação				Despesa		Restos a Pagar inscritos 2015			
Inicial	Final	Empenhada		Liquidada		Paga	Processados	Não Processados	
0	0	0		0		0	0	0	
Execução Física									
Descrição da meta				Unidade de medida	Montante				
					Previsto	Reprogramado		Realizado	
-				-		-	-	-	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores									
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas					
Valor em 1/1/2015		Valor Liquidado		Valor Cancelado		Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
7.666		0		0		-		-	-

Identificação da Ação					
Código	2843Tipo: Atividade				
Título	Funcionamento dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros				
Iniciativa	-				
Objetivo	-Código: -				
Programa	Descentralização dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de PassageirosCódigo: 1295Tipo:				
Unidade Orçamentária					
Ação Prioritária	() Sim (x)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
25.883	1.388	0	Média de Passageiro Transportado - MDU	Passageiro Transportado	596 mil

Identificação da Ação					
Código	20CW		Tipo: Atividade		
Título	Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos				
Iniciativa	-				
Objetivo	-		Código: -		
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Cidades Código: 1295 Tipo:				
Unidade Orçamentária					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
1.490	0	1.490	-	-	-

2.3.1.4 - Ações - Orçamento de Investimento - OI

Não se aplica à CBTU

2.3.1.5 - Análise Situacional

2048.5754: IMPLANTAÇÃO DO TRECHO RODOVIÁRIA-CAMARAGIBE E MODERNIZAÇÃO DOS TRECHOS RECIFE-JABOATÃO, COQUEIRAL- RODOVIÁRIA E RECIFE-CABO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE RECIFE:

Evolução física

Realizado até 2014: 92,11%

Meta para 2015: 4,5%

Realizado em 2015, até dezembro: 0,31%

Restos a Pagar inscritos (-bloqueados) em 2015: R\$82,68 milhões

Restos a Pagar pagos: R\$3,94 milhões

LOA 2015 (LOA/2015 - nº 13.115): R\$61,15 milhões (conforme readequações estabelecidas para atender o Crédito solicitado para Recife, e aprovado pelo Decreto de Lei Nº 13.218, de 22/12/2015)

LOA 2015 (limite autorizado): R\$0,00 milhão

LOA 2015 (valor empenhado): R\$0,00 milhão

Esta Ação, incluída no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), desde janeiro/2007, contemplando algumas recuperações da Linha Centro, a otimização do trecho Cajueiro Seco/Cabo destacando a aquisição de 9 VLTs, a aquisição de 15 TUEs a partir de 14/12/2010 e os Termos de Compromisso entre a CBTU e o Governo do Estado de Pernambuco para a construção de terminais de integração de passageiros e do viaduto da 9ª Travessa, teve todo recurso acordado no PAC, até 2013, liberado integralmente (PAC I = R\$420,37 e PAC II R\$252,90). A Ação, que passou a incorporar com os recursos liberados antes de 2007 e os do PAC citados, com parte em execução em RAPs, o valor final de R\$1.225,8 milhões tem nova previsão para conclusão em 2017.

Em junho/2013 a CBTU apresentou ao MCid sua Proposta Orçamentária para 2014, prevendo para a Ação 5754 (Metrô/PAC), R\$59,76 milhões. Contudo a LOA/2014 aprovou para este ano R\$54,98 milhões. Estes recursos visaram atender aumento de oferta de lugares no metrô, com intervenções para melhorias e concluir a Duplicação do trecho Cajueiro Seco/Cabo (desapropriações, construção de estação e suplementação para implantação de 2 pontes e reforma e ampliação de outra ponte que tiveram alteração de projeto) e Melhorias na linha Centro (reaparelhamento de oficina, veículo rodoferroviário, via permanente, melhorias em estações). Todo recurso da LOA foi liberado até setembro, tendo sido empenhados apenas R\$22,94 milhões, principalmente para atender projetos executivos e obras de via permanente e desapropriações para a Duplicação do trecho Cajueiro Seco/Cabo, obras de estação e terminais de integração, além de equipamentos para oficina, sistemas elétricos e eletrônicos e TUEs. Desta forma o valor atual do Projeto, passou a totalizar R\$1.248,80 milhões até 2014, sendo o total de PAC II de R\$275,84 milhões.

Observa-se que o saldo dos recursos da Ação do PAC que não pode ser empenhado em 2014, em virtude das Licitações que não tiveram sucesso (propostas vazias), deverá ser reconquistado em 2015, para finalizar a programação pleiteada até 2014, em especial: Pontes sobre os rios Jaboatão e Pirapama; Rebaixamento de Lençol Freático em Cosme Damião; Melhorias na Estação Joana Bezerra; Aquisição de Niveladora Bitola Métrica.

Da LOA/2014 foram liquidados R\$2,76 milhões e pagos R\$2,45 milhões até 31/12/2014, principalmente para as desapropriações e obras de estações e terminais e R\$20,48 milhões foram postergados para Restos a Pagar em 2015 como (RAP/2014). Deste RAP foram pagos R\$0,95 milhão até dezembro/2015.

As intervenções da Ação 5754 estão sendo desenvolvidas também com os recursos dos RAPs 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012 e 2013, que foram postergados para 2015.

Do total do RAP/2007, ainda postergado para 2015, R\$2,96 milhões, foram bloqueados R\$1,43 milhões, e não houve pagamento até dezembro. Do RAP/2008 ainda inscrito em 2015, no total de R\$0,05 milhão, não houve pagamento. Do RAP/2009, no total de R\$11,78 milhões, foram bloqueados R\$1,12 milhões e foi pago apenas R\$467,74. Do RAP/2010, no total de R\$19,72 milhões inscritos em 2015, foram bloqueados R\$13,63 milhões e foram pagos R\$1,47 milhões, para o RAP/2011, no total de R\$0,27 milhão inscrito em 2015, foi bloqueado R\$0,11 milhão e pago R\$0,13 milhão até dezembro. Do RAP/2012, ficou R\$6,29 milhões postergado para 2015, sendo bloqueado R\$0,03

milhão e pago apenas R\$0,37 milhão e para o RAP/2013 com R\$37,61 milhões postergados para 2015, foi bloqueado R\$0,15 milhão e pago R\$1,02 milhão até 31/12/2015.

A CBTU propôs também para o PPA 2012/2015, intervenções de melhorias na Linha Centro, juntamente com ações complementares às do PAC para modernização do trecho Cajueiro Seco/Cabo e a Curado, em Ação específica denominada Recuperação e Melhorias no Sistema de Trens Urbanos de Recife, com o valor de R\$330,64 milhões. Propôs também estudos e projetos para região metropolitana de Recife (Aeroporto/Werneck; Cajueiro Seco/Macaxeira; Joana Bezerra/Terminal SEI - PE15; Cajueiro Seco/Rodoviária; Camaragibe/São Lourenço da Mata; Curado/Rodoviária e ligação de Cabo até Suape, com tecnologia de VLT), totalizando R\$32,18 milhões que ficaram apresentados em uma Ação exclusiva denominada de Elaboração de Estudos e Projetos Funcional, Básico e Executivo para Implantação e Expansão de Sistemas de Trens Urbanos no Estado de Pernambuco.

Ocorre que a partir de 2013 a Ação de Recuperação e Melhorias no Sistema de Trens Urbanos de Recife passou a ser incorporada na Ação 14TT-0001 (Modernização e Recuperação dos Sistemas de Trens Urbanos) para melhorias em diversas Unidades da CBTU, e a Ação de Elaboração de Estudos e Projetos, foi incorporada na Ação 20YB-0001 (Fomento à Expansão e ao Fortalecimento dos Sistemas de Trens Urbanos), juntando Estudos e Projetos de varias outras unidades da CBTU e o Desenvolvimento e Fortalecimento Institucional, sendo que não houve liberação de recursos para atender às intervenções de Recife nestas Ações em 2013.

Na Proposta Orçamentária da CBTU para 2014, apresentada ao MCid para as Ações 14TT-0001 (Modernização e Recuperação dos Sistemas de Trens Urbanos) e 20YB-0001 (Fomento à Expansão e ao Fortalecimento dos Sistemas de Trens Urbanos), foram previstos respectivamente R\$79,93 milhões para Modernização do sistema de Recife e R\$4,09 milhões para Estudos e Projetos específicos para Recife. Contudo a LOA/2014 aprovou para este ano, respectivamente para estas Ações os valores de R\$6,05 milhões, sendo R\$0,05 milhão para Recuperação do sistema de Recife e R\$0,50 milhões, sendo apenas R\$0,10 milhão para estudos e projetos específicos de Recife. Não foi solicitado Limite Orçamentário para estas Ações, não havendo nenhuma evolução física destas em 2014.

Em junho/2014 a CBTU apresentou ao MCid sua Proposta Orçamentária para 2015, prevendo para a Ação do PAC (originalmente – Ação 5754) R\$0,10 milhão, apenas para manter a Ação aberta no próximo exercício, em virtude da conclusão dos recursos do PAC. A continuidade das intervenções no sistema de Recife foi proposta através de um Plano Orçamentário (PO) da Ação 14TT para Recuperação e Melhorias dos Sistemas de Trens Urbanos, com recursos da ordem de R\$189,67 milhões. Para Ação de Estudos e Projetos (originalmente – Ação 20YB), foi proposto para os estudos específicos de Recife o valor de R\$4,08 milhões. Ocorre que para o PLOA/2015 (PL 13/2014-CN), que teve início de tramitação em agosto/2014, as Ações, 5754 e a 20YB, não tiveram nenhum valor encaminhado. Para a Ação 14TT, foi encaminhado apenas R\$2,5 milhões para atender os POs desta Ação, referentes a todas as unidades da CBTU. A Lei Orçamentária Anual nº 13.115, foi aprovada em 20/04/2015 contemplando R\$2,0 milhões para Ação 14TT, dos quais R\$1,60 milhão foi destinado a BH e R\$0,40 milhão cedido em cancelamento, em prol de outra Ação.

Em setembro/2015 foi solicitado Crédito Especial para suplementar o PAC de Recife, a ser atendido com cancelamento de igual valor nas demais Ações do PAC na LOA deste ano. Desta forma, segundo redistribuição de comum acordo com a DT/AC, dos R\$223,21 milhões aprovados nesta LOA, ficou fixado R\$61,15 milhões, para a Ação 5754 de Recife. Este valor foi aprovado pelo Decreto de Lei Nº 13.218, de 22/12/2015, publicado no DOU em 23/12/2015, e visa atender basicamente o que já estava aprovado pelo PAC para 2014 e que não pode ser atendido.

Em junho/2015 a CBTU apresentou ao MCid sua Proposta Orçamentária para o PPA 2016/2019, a qual foi lançada no SIOP, como fase qualitativa, onde manifestou seu desejo de atender ao Sistema de Recife conforme a seguir:

- Para atender às intervenções necessárias ao sistema atual em andamento, e complementares ao PAC, através da Ação 10SS, no PO 0006 – Modernização e Recuperação da Linha Sul - Recife/CajueiroSeco/Cabo, Linha Centro – Recife/Jaboatão e Camaragibe e Linha Cajueiro Seco/Curado, do Sistema de Trens Urbanos de Recife, prevendo para o PPA-2016/2019 o total de R\$1.288,29 milhões sendo para o ano de 2016 R\$369,55 milhões.

- Para atender a expansão do sistema, com a proposta de Implantação de novos Trechos, através das Ações:

15KR - Implementação do trecho Tancredo Neves – Werneck, prevendo para o PPA-2016/2019 o total de R\$137,94 milhões sendo para o ano de 2016 R\$12,00 milhões;

15KS - Implementação do trecho Largo da paz – Forte Brum, prevendo para o PPA-2016/2019 o total de R\$106,29 milhões sendo para o ano de 2016 R\$11,45 milhões, e

- Para atender a expansão do sistema, com a proposta de elaboração de estudos e projetos para implantação futura de novos Trechos (Cabo de Santo Agostinho – SUAPE; Joana Bezerra – Terminal do SEI, na PE-15; Camaragibe - São Lourenço da Mata (eletrificado); Joana Bezerra - Barra de Jangada; Joana Bezerra – Macaxeira (via Av. Norte); Largo da Paz – Recife Antigo e Cajueiro Seco – Macaxeira), através da Ação 20YB de Fomento à Expansão e ao Fortalecimento do Sistema, no PO 0001, prevendo para o PPA-2016/2019 o total de R\$50,05 milhões sendo para o ano de 2016 R\$17,26 milhões.

Ocorre que, quando do fechamento da proposta quantitativa para o PPA, em 23/07/2015, devido à restrição dos Limites Orçamentários fixados pelo MCID, não coube nenhum recurso para o PO 0006 de Recife da Ação 10SS, nenhum recurso para os novos trechos das Ações 15KR e 15KS e da mesma forma também não foi possível alocar recursos para Ação 20YB, para elaboração de estudos e projetos para o sistema de Recife, ficando postergados para após 2019. Em 18/08/2015 recebemos um e-mail do Ministério do Planejamento, comunicando que o PO 0006, não pode ficar incluído na Ação 10SS, por ter valor superior a R\$500,00 milhões, e que seria retirado da Ação.

Obs: Em 27/08/2015 recebemos um e-mail do MCid, informando ampliação de limites repassados pela SPI/MP para a Ação do PAC (10SS), suplementando entorno de R\$251,13 milhões para todo o período do PPA, dos quais, R\$58,70 milhões para 2016 que foram distribuídos pelos POs de Modernização de Natal, J. Pessoa e Maceió.

O não cumprimento da meta física (%) proposta para 2015 foi devido principalmente a:

A meta física não foi atendida devido principalmente ao baixo desempenho das intervenções que estavam previstas com os recursos dos RAPs inscritos em 2015, num total de R\$82,68 milhões, dos quais só foram pagos R\$3,94 milhões e em parte devido às dificuldades geradas com as restrições dos limites financeiros impostos à CBTU em 2015. Destacando-se:

Os serviços de infra e superestrutura ferroviária do trecho Cajueiro Seco até ponte sobre o rio Pirapama, Lote I, e da ponte sobre o rio Pirapama até estação Cabo, Lote II, tiveram seus contratos paralisados por solicitação da contratada, motivada pelos constantes atrasos de pagamentos que vinham ocorrendo desde 2013. Esses contratos estão em processo de rescisão.

Quanto ao fornecimento e implantação de software de gestão, todos os módulos já foram entregues, em condições de serem utilizados na Produção. O contrato 067/2010 foi prorrogado até outubro/2016, para que a Contratada acompanhe a entrada em produção do sistema como um todo, resolvendo problemas que porventura surjam decorrentes da customização de algumas rotinas ou procedimento incorreto do usuário, e para utilização do Banco de Horas (horas contratadas para realizar melhorias no sistema).

Referente ao Termo de Compromisso 001/2008, os dois últimos terminais de integração foram concluídos em 2015. O Terminal Prazeres em 18/12/2015 e o Joana Bezerra em 30/11/2015, restando apenas um novo viário de acesso ao terminal Joana Bezerra, cuja previsão de conclusão é Março/2016.

Devido às obras do viaduto da 9ª Travessa não terem sido iniciadas até 30/11/2015, quando do término de sua vigência, a CBTU decidiu não aditar o prazo, solicitando a Secretaria de Transportes/PE a rescisão amigável do Termo de Compromisso 002/2008.

A Contenção de Taludes não foi executada devido ao declínio do contrato por parte da construtora, impedindo assim o avanço físico da mesma

Principais ações em desenvolvimento:

SINALIZAÇÃO DE CAMPO:

Linha Centro:

Conforme entendimento entre a CBTU e a Alstom houve a supressão do item função de demanda.

O software foi entregue pela ALSTOM e já foi devidamente instalado.

Após a instalação da última versão do software o contrato foi encerrado.

MATERIAL RODANTE:

Os 9 VLTs foram entregues até junho/2013 e os 15 TUEs até fevereiro/2014 e estão em período de garantia.

OBRAS CIVIS:

O contrato de aquisição e montagem de 10 escadas rolantes e 6 elevadores, foi concluído em dezembro/2014. No Termo de Encerramento será suprimido do escopo deste contrato; a montagem, teste e documentação técnica do elevador da estação Joana Bezerra. O elevador foi adquirido, porém não instalado devido aos atrasos da obra. Também será suprimido a montagem, teste e documentação técnica de uma escada rolante, também adquirida; que será instalada na Estação Recife. As montagens serão feitas através de novo contrato.

Com relação aos Termos de Compromisso firmados entre a CBTU e o Governo do Estado de Pernambuco, através das Secretarias das Cidades e de Transportes, observa-se:

Obras do viaduto da 9ª Travessa de Cajueiro Seco, com recursos adicionais do Governo de Pernambuco. A CBTU está acionando a Secretaria dos Transportes/PE a fim de proceder o encerramento amigável do termo de compromisso 002/2008, visto que as obras não foram iniciadas até 30/11/2015, quando do término de sua vigência.

O Terminal de Integração Prazeres: Concluído em 18/12/2015, com 16% de avanço físico realizados em 2015.

Terminal Joana Bezerra: Terminal concluído, restando apenas um novo viário de acesso ao terminal, cuja previsão de conclusão é março/2016, quando se inicia a operação.

Com referencia aos serviços de Infra e Superestrutura ferroviária do trecho Cajueiro Seco/Cabo, não houve avanço físico para os Lotes I e II a partir de fev/15, permanecendo com o avanço físico de 62% e 76%, respectivamente. Os prazos de conclusão de contrato se encerraram para o Lote I, em 31/10/2015 e Lote II em 30/07/2015. Encontra-se em processo de rescisão contratual e início de preparo para nova licitação para continuidade das obras. Ver texto acima sobre justificativa do não cumprimento das metas 2015.

Rescindido em 07/10/2015, de forma amigável, o contrato para recuperação de taludes na linha centro, celebrado com a RMS Engenharia.

Referente ao contrato para construção da Estação Nova Cabo, celebrado com a Empresa Trópicos Engenharia, em 30/12/2014, a Ordem de Serviço (O.S) foi assinada em 02/03/2015. Encontra-se em andamento a elaboração dos projetos.

Finalizados os processos licitatórios para, rebaixamento do lençol freático da Estação Cosme e Damião, construção de ponte sobre o rio Jaboatão, construção de duas pontes sobre o rio Pirapama. Contratações previstas para 2016, com os recursos do Crédito Especial (Decreto de Lei Nº 13.218) aprovado em 22/12/2015 e que será reaberto em 2016.

SISTEMA DE BILHETAGEM AUTOMÁTICA (SBA):

O contrato referente à implantação do Sistema de Bilhetagem Automática foi concluído em 03/05/2015.

GERAL:

O contrato de fornecimento e cessão de direito de uso de software de gestão, está com avanço físico de 97%, dos quais 2% realizado em 2015. O prazo contratual foi estendido para outubro/2016.

2048.5176: IMPLANTAÇÃO DO TRECHO ELDORADO-VILARINHO, DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE BELO HORIZONTE (Linha 1):

Realizado até 2014: 98,03%

Meta para 2015: 1,59%

Realizado em 2015, dezembro: 1,58%

Restos a Pagar inscritos em 2015: R\$199,06 milhões

Restos a Pagar pagos: R\$101,38 milhões

LOA 2015 (Lei nº 13.115): R\$0,00 milhão

LOA 2015 (limite autorizado): R\$0,00 milhão

LOA 2015 (valor empenhado): R\$0,00 milhão

O orçamento desta Ação acordado originalmente para o PAC esgotou-se em 2009, tendo sido empregado por este Programa R\$16,37 milhões. O total aplicado na Ação até 2011, incluindo os recursos do Projeto BIRD a partir de 1995, montou em R\$596,74 milhões. Com o PAC dos Equipamentos, em 2012 esta Ação foi contemplada com um Crédito Extraordinário de R\$211,00 milhões, especificamente para atender a aquisição de 10 TUEs. Em 16/10/2012 foi publicado no DOU Decreto de 15/10/2012 abrindo crédito suplementar no valor de R\$4,30 milhões, para blindagem nos módulos de bilheterias e salas de serviços operacionais em 15 estações. Contudo, só foram efetivamente disponibilizados R\$2,29 milhões para atender o escopo, que foi reduzido quando da assinatura do contrato. Desta forma o total disponibilizado para a Ação até 2014 foi de R\$810,03 milhões, dos quais R\$229,66 são dos Programas PAC, sendo, como já dito, R\$211,00 milhões do PAC Equipamentos.

A linha está operando comercialmente, com deficiências para atender a demanda de transporte de passageiros atual. As obras civis de infraestrutura da via permanente e eletrificação do estacionamento de trens e pátio de manobras de Vilarinho (Rabicho de Vilarinho), foram paralisadas em 2010, devido a dificuldades para sua execução com os recursos existentes e as alterações de

projetos que se fizeram necessárias, inviabilizando sua continuidade, sendo rescindido o contrato e ficando as obras inacabadas.

A CBTU propôs, em sua proposta orçamentária para o PPA/2012-2015, a continuidade desta Ação, com necessidade de suplementação de R\$278,08 milhões, para atender as necessidades crescentes de demandas de passageiros na linha 1. A aquisição dos novos trens foi garantida a partir de 2012. Contudo, é necessário conquistar o restante das intervenções que vinham sendo negociadas, incluindo a conclusão do estacionamento dos trens em Vilarinho, execução de melhorias operacionais e de sinalização, substituição dos ATCs de bordo nos 25 TUEs, aquisição de equipamentos para conservação das vias, ampliação/melhoria de oficinas e construção de pãra ferroviária em São Gabriel.

Do total do RAP/2012, postergado para 2015, no montante de R\$196,77 milhões para atender aos contratos de material rodante, foram pagos até dezembro, R\$101,38 milhões, dos quais R\$0,33 milhão com serviços de Supervisão Técnica. Do RAP/2012 de R\$2,29 milhões, ainda não cancelado e que foi postergado para 2015, para atender a blindagem nas bilheterias e salas de serviços operacionais em 15 estações, não houve execução. Não foi emitida a Ordem de Serviço e o contrato com a empresa Blindago Comércio e Indústria de Produtos Blindados Ltda, encontra-se suspenso devido a decisão judicial, deferindo liminar requerida pela Empresa Glass Sentinal do Brasil Ltda. Aguarda-se o final do processo judicial. É provável que este RAP (R\$2,29 milhões) seja cancelado e não seja repassado para 2016.

Embora a CBTU tenha apresentado em junho/2013 ao MCid, para seu conhecimento, uma proposta orçamentária para 2014, manifestando seu desejo de dar continuidade nesta Ação, com previsão de R\$33,44 milhões, para atender o restante das intervenções que vinham sendo negociadas, a LOA/2014 aprovou apenas R\$0,10 milhão, inviabilizando a conquista das intervenções complementares já citadas. Desta forma, não houve avanço físico em 2014 com recursos da LOA. Continuou em andamento apenas o contrato de aquisição de TUEs com recursos inscritos em RAP.

Ainda assim, em junho/2014 a CBTU, continuando com o propósito de garantir as intervenções necessárias para melhoria do sistema de BH, apresentou ao MCid sua Proposta Orçamentária para 2015, prevendo para esta Ação R\$19,54 milhões. A CBTU apresentou também nesta Proposta para 2015, retomar a Ação da Linha 2 Barreiro/Calafate, com recursos de R\$71,51 milhões. Propôs também na Ação de Recuperação e Melhorias do Sistema de Trens Urbanos (14TT), um Plano Orçamentário (PO) exclusivo para recuperação da Linha 1 do sistema de BH, prevendo R\$17,03 milhões para 2015.

Ocorre que no PLOA/2015 (PL 13/2014-CN), as Ações 5176 e a da Linha 2, não puderam ter nenhum valor consignado. Para a Ação 14TT (não PAC), foram disponibilizados apenas R\$2,5 milhões para atender os Planos Orçamentários (PO) desta Ação, referentes a todas as unidades da CBTU. A Lei Orçamentária Anual nº 13.115 foi aprovada em 20/04/2015 contemplando R\$2,0 milhões para Ação 14TT, dos quais R\$0,40 milhão foi cedido em cancelamento, em prol de outra Ação, R\$0,20 destinado ao PO de João Pessoa e R\$1,40 milhão foi destinado a BH. Até 31/12/2015 foi empenhado para BH apenas R\$0,35 milhão, devido a atrasos nos processos de licitação.

Em junho/2015 a CBTU apresentou ao MCid sua Proposta Orçamentária para o PPA 2016/2019, a qual foi lançada no SIOP na fase qualitativa, onde manifestou seu desejo de atender ao Sistema de Belo Horizonte conforme a seguir:

- Para atender às intervenções necessárias ao sistema atual em andamento, e complementares ao PAC, através da Ação 10SS, no PO 0005 – Modernização e Recuperação do Trecho Eldorado - Vilarinho do Sistema de Trens Urbanos de Belo Horizonte, prevendo para o PPA-2016/2019 o total de R\$573,42 milhões sendo para o ano de 2016 R\$108,95 milhões.

- Para retomada da Ação 5178 - Implantação do Trecho Barreiro – Calafate do Sistema de Trens Urbanos de Belo Horizonte, prevendo para o PPA-2016/2019 o total de R\$1.031,92 milhões sendo para o ano de 2016 R\$76,81 milhões.

Ocorre que, quando do fechamento da proposta quantitativa para o PPA, em 23/07/15, devido a restrição dos Limites Orçamentários fixados pelo MCID, não coube nenhum recurso para o PO 0005 de BH e para Ação 5178 (Linha 2), ficando postergadas para após 2019.

Ocorre que em 18/08/2015 foi informado pelo Ministério do Planejamento que o PO 0005 não pode ficar incluído na Ação 10SS, por ter valor superior a R\$500,00 milhões, e que seria retirado da Ação.

Obs: Em 27/08/2015 foi informada, pelo MCid, a ampliação de limites repassados pela SPI/MP para a Ação do PAC (10SS), suplementando-a em R\$251,13 milhões para todo o período do PPA, dos quais R\$58,70 milhões para 2016, que foram distribuídos pelos POs de Modernização de Natal, João Pessoa e Maceió.

O não cumprimento da meta física (%) proposta para 2015 foi devido principalmente a:

A meta física prevista para 2015 (1,59%), refere-se a entrega dos TUEs restantes, com recursos do RAP/2012 inscrito em 2015. A meta não foi atingida porque o 10º TUE chegou em BH no dia 14/12/2015, não sendo possível complementar os testes dinâmicos, ficando pendente para 2016 a conclusão desses testes, a emissão do CAP e sua entrada em operação.

Plano de Metas – Principais atividades que foram previstas para o exercício de 2015:

Continuidade do andamento da fabricação dos diversos sistemas a serem incorporados nos trens. Prevê-se a entrega dos últimos nove TUEs até abril/2015. A finalização dos testes dinâmicos, emissão de CAPS e liberação para entrada em operação de todas as unidades está prevista para até junho/2015.

Principais realizações em desenvolvimento:

Sistema de Sinalização: Concluído em 2010

Encontra-se em período de garantia estendido, para a conclusão de ajustes necessários do sistema SI-CTE, constatados durante o período de garantia, quando então poderá ser emitido o Termo de Encerramento do Contrato.

Obras Cíveis:

O Shopping Estação BH foi aberto ao público em 23/05/2012. Estão concluídas as obras do BRT metropolitano no setor norte. Os projetos finais (as built) de todo o empreendimento foram repassados a CBTU em setembro/2013. Está sendo elaborado um novo termo de alteração contratual, incorporando as modificações finais implantadas pela Concessionária. Estima-se que 3.000 empregos estejam sendo gerados pelo Shopping Estação BH. O valor da parcela da concessão referente ao mês de dezembro (043/340) é de R\$206.680,28.

Aquisição e instalação do sistema de blindagem nos módulos de bilheteria e Salas de Serviços Operacionais de 15 estações: Foi assinado em 28/12/2012 o contrato 029-2012/DT com a empresa Blindagem no valor de R\$2,17 milhões, com prazo de 8 meses. Em razão de decisão judicial, deferindo liminar requerida pela Empresa Glass Sentinal do Brasil Ltda, foram suspensas, por ora, qualquer ação até ulterior decisão do Juízo, desta forma o contrato permaneceu suspenso em dezembro/2015, não tendo sido emitida a Ordem de Serviço. Este RAP deverá ser cancelado, não sendo repassado para 2016.

Material Rodante:

Aquisição de TUES: O 10º TUE teve sua conclusão prejudicada por falta de componentes que foram substituídos em outros TUES por defeitos e que foram retirados deste último trem por estratégia. Este TUE foi entregue em dezembro, restando os testes dinâmicos.

Até dezembro/2015 foram entregues em BH, os 10 TUEs, nas seguintes datas: 1º TUE (16/10/2014), 2º TUE (03/02/2015), 3º TUE (09/03/2015), 4º TUE (20/03/2015), 5º TUE (13/04/2015), 6º TUE (05/05/2015), 7º TUE (08/06/2015), 8º TUE (29/06/2015), 9º TUE (20/07/2015) e 10º TUE (14/12/2015). Até dezembro foram emitidos os Certificados de Aceitação Provisória – CAPs dos 9 primeiros TUEs, nas seguintes datas: 1º TUE (CAP no 001 de 23/04/2015), 3º TUE (CAP no 002 de 13/05/2015), 4º TUE (CAP no 003 de 02/06/2015), 2º TUE (CAP no 004 de 22/06/2015), 6º TUE

(CAP no 005 de 08/07/2015), 5º TUE (CAP no 006 de 11/09/2015), 7º TUE (CAP no 007 de 11/09/2015), 8º TUE (CAP no 008 de 11/09/2016), 9º TUE (CAP no 009 de 01/10/2015).

Em 28 de maio foi assinado o Termo Aditivo no 01 e apresentado na CBTU-AC todo o faturamento que estava represado.

Em 30/12/2015 a CBTU efetuou o último pagamento em 2015 no valor de R\$4.349.947,14, no entanto o valor total referente aos documentos com prazos vencidos, ainda pendentes de pagamento, ficou no montante de R\$19.308.166,39.

Gerenciamento e Supervisão dos Contratos de Material Rodante: Em dezembro foi apresentado o 34º Relatório mensal de acompanhamento do Contrato 023-12/DT do período de novembro/2015. Em razão das restrições financeiras os técnicos da supervisora terminaram os trabalhos na fábrica da montadora do TUE de BH em 31/07/2015.

Equipamentos:

Foram concluídos, com algumas pendências e colocados até 2010 em operação os 25 sistemas de lubrificação de friso e os 4 de lubrificação de topo. Considerando o término da garantia sem que houvesse resposta da contratada, em 24/04/2012 foi enviada nova correspondência solicitando informar a previsão de solução das pendências. Não houve resposta até 31/12/2012 e havia sido considerada esgotada a possibilidade de contato com a contratada. Após levantamento e discussão dos fatos ocorridos, foi constatado que os sistemas instalados estão em pleno funcionamento, com exceção de um sistema de friso, cujo componente principal apresentou falha ainda no período de garantia. O sistema de lubrificação de friso inoperante tem valor contratual de R\$19.963,80, que é o impacto financeiro do contrato para decisão das ações futuras da CBTU de cobrança à Contratada. Encaminhado pelo gestor ao Jurídico da STU-BH o processo no 1904/14 com um histórico das pendências e pedido de orientação quanto ao acionamento judicial cabível, continuando sem resposta até o momento.

2048.10SZ: APOIO À MODERNIZAÇÃO DO TRECHO CALÇADA/PARIPE DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE SALVADOR:

Execução física

Realizado até 2014: 99,00%

Meta para 2015: 1,00%

Realizado em 2015, até dezembro: 0,50%

Restos a Pagar inscritos em 2015: R\$0,00 milhão

Restos a Pagar pagos: R\$0,00 milhão

LOA 2015 (LOA/2015 - nº 13.115): R\$0,00 milhão

LOA 2015 (limite autorizado): R\$0,00 milhão

LOA 2015 (valor empenhado): R\$0,00 milhão

Esta Ação não foi contemplada na LOA/2014. O avanço físico para 2014 foi previsto com os recursos dos RAPs de exercícios anteriores, já transferidos para CTB e com o RAP/2013 de R\$4,20 milhões, transferido em abril/2014, para atender compromissos na recuperação da Ponte São João. Em função desta Ação não estar mais contemplada no PAC a CBTU não apresentou em sua Proposta Orçamentária para 2015, entregue ao MCid em junho/2014, nenhum recurso para seu desenvolvimento e para também não houve proposta para o período do PPA – 2016/2019.

Em 22/04/2013, foi assinado entre a Prefeitura de Salvador, a Prefeitura de Lauro de Freitas e o Governo do Estado da Bahia, o “Contrato de Programa”, transferindo para o Governo da Bahia a

administração da CTS, agora denominada Companhia de Transportes do Estado da Bahia – CTB. O Estado viabilizará a conclusão da atual Linha 1 do Metrô (Lapa a Pirajá) através de uma PPP. Não haverá qualquer comprometimento da PPP com a conclusão dos serviços pendentes para a linha do Sistema do Trem do Subúrbio, bem como com a sua exploração comercial, permanecendo a CTB como única responsável pela conclusão da modernização do trecho Calçada/Paripe.

Somados aos problemas de continuidade e conclusão que ocorreram nos contratos de recuperação dos trens elétricos e as indefinições por parte da CTB na utilização do saldo atual do convênio nº 005-2007/DT, em atividades previstas no objeto do mesmo, esta Ação também sofreu reflexos devido à transferência da empresa CTS para o Estado da Bahia e os serviços originalmente contratados, ficaram praticamente paralisados. Desta forma não foi possível o atendimento das metas físicas previstas para 2014.

Previu-se a princípio para até dezembro/2014 a conclusão dos dois últimos TUEs, seus testes e colocar o sistema em plena operação com os 3 TUEs recuperados, contudo a CTB optou pelo cancelamento do contrato em virtude do não atendimento adequado do escopo, pela contratada.

A CTB solicitou mais uma vez prorrogação de prazo para utilização do saldo dos recursos ainda existentes nos convênios.

O Convênio nº 005-2007/DT teve seu pedido de prorrogação de prazo negado, tendo sua vigência encerrada dia 31/12/2014. A CTB apresentou em 2015 a Prestação de Contas Final deste Convênio, que está em aprovação pela Diretoria da CBTU.

O aditivo para o Convênio nº 003-2010/DT foi aprovado, prorrogando sua vigência para até 31/12/2015. Foram desenvolvidos alguns serviços complementares na ponte São João e o Convênio teve sua vigência encerrada em dezembro. O término da vigência foi comunicado pela CBTU à CTB e solicitada apresentação da Prestação de Contas Final do referido Convênio. O saldo do convênio não foi utilizado e será devolvido, desta forma não foi possível o cumprimento da meta física prevista para 2015.

2048.10SY: APOIO À IMPLANTAÇÃO DO TRECHO SUL - VILA DAS FLORES - JOÃO FELIPE DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE FORTALEZA:

Durante o desenvolvimento do Projeto algumas estações tiveram seus nomes alterados, inclusive a estação terminal de Vila das Flores, atual Carlito Benevides. Em função do aumento considerável de demanda projetado para uma estação de transferência entre as Linhas Sul, Oeste e Leste, e do tombamento da estação João Felipe, em seu pátio foi implantada uma nova estação Central - Chico da Silva.

O Projeto para duplicação e eletrificação da Linha Sul do Metrô de Fortaleza foi iniciado em janeiro/1999 por um consórcio liderado pela empresa Queiroz Galvão. Muito longe de atingir a meta inicial, de conclusão do empreendimento em junho/2001, até dezembro/2005 haviam sido aplicados:

R\$442,642 milhões pela União;

R\$57,709 milhões pelo Governo do Estado do Ceará.

Por problemas nas inúmeras adaptações de projeto, postergações e descontinuidade no fluxo de recursos da União, a partir de janeiro/2006 tais recursos passaram a ser realizados através do Convênio 007-2005/DT, homologado em 28/12/2005, instrumento operacional do Convênio 011-2005/P.

O Convênio 007-2005/DT, em seu último TA vigente, previa o repasse de:

R\$738,005 milhões pela União;

R\$207,734 milhões pelo Governo do Estado do Ceará.

No Convênio 007-2005/DT, entre janeiro/2006 a dezembro/2012, o total repassado pela União foi de R\$665,70 milhões, seguindo o cronograma estabelecido no Plano de Trabalho de seu TA-04.

Por variações cambiais, R\$1,19 milhões foram cancelados do RAP/2005 em 2007, antes do repasse desse valor ao METROFOR.

Em janeiro/2008, por ocasião do fechamento das contas do Acordo de Empréstimo com o JBIC e novamente por desvalorização da moeda, foi necessária a devolução, pelo METROFOR, de R\$4,67 milhões.

Assim, o total efetivo de recursos da União para o METROFOR foi de R\$661,03 milhões. Esses R\$5,86 milhões só foram reconquistados e incluídos ao orçamento do Projeto em reunião na Sala de Situação de 20/06/2011.

Incluída no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) a partir de janeiro/2007, teve sua previsão de conclusão física postergada no seu TA-05 para dez/2015, fruto dos atrasos nas Licitações de Sinalização e Telecomunicações, por falta de fonte de recursos.

Após quase 1 ano e meio de discussões, ao final de outubro/2012 foi encaminhado para Brasília o Processo 17.092/2011, para homologação do TA 03 ao Convênio Mãe 011-2005/P, que daria respaldo ao TA05 do Convênio 007-2005/DT, composto por quatro questões principais:

- Prorrogação da data final de 31/12/2012 para 31/12/2014;
- Retirada de atribuição do fornecimento do Material Rodante da empresa Alstom;
- Redistribuição dos recursos da ação Material rodante – R\$76,97 milhões, para o ressarcimento das obras civis;
- Transferência do cumprimento do Objeto Material Rodante aos 25 TUEs contratados diretamente pelo Governo do Estado do Ceará junto à empresa Ansaldo Breda – Contrato 016/SEINFRA/CC/2009.

Em 07/12/2012 e ainda sem assinatura do Ministro das Cidades, esse Processo retornou à CBTU pelo Despacho/Conjur/MCidades/Nº3928/2012, para adequações que visavam tão somente a prorrogação de prazo até dezembro/2014, com a equivocada consideração de “...*exiguidade do prazo para a celebração tempestiva do termo aditivo...*”.

Tal pedido era insipiente, até porque a mera prorrogação de prazo interromperia a remessa de recursos da União a Fortaleza, já que os recursos da União não encaminhados ao METROFOR totalizavam, coincidentemente, os R\$76,97 milhões destinados ao exclusivo ressarcimento do Material Rodante da Alstom.

Mesmo assim, já que o prazo de vigência se esgotava, tal Processo foi readequado ao pedido e retornou em 20/12/2012 para o Ministério das Cidades, em Brasília.

Somente em 08/04/2013 recebemos através do Ofício 136/2013/GAB-MCIDADES de 05/04/2013, a devolução do Processo 17.092/2011, com inclusão da NOTA PGFN/CAF 37/2013, informando quanto ao “... *sepultamento da possibilidade jurídica de sua reformulação...*” do Convênio 011-2005/P e, por desdobramento, do término prematuro do Convênio Operacional 007-2005/DT.

Como a CBTU veio a tomar conhecimento de tal encerramento em abril/2013, somente em 18/04/2013, através da Carta CRT09-2013/GEFOR-GAPRO/DT, foi solicitado oficialmente ao METROFOR a apresentação da Prestação Final de Contas do Convênio 007-2005/DT.

Tal Prestação Final de Contas foi analisada e o encerramento formal do Convênio 007-2005/DT se deu em 30/07/2013 no SIAFI.

Dos R\$945,74 milhões previstos para o Convênio 007-21005/DT, foram aplicados e atestadas a utilização, até 31/12/2012, de R\$843,44 milhões, sendo:

R\$652,32 milhões pela União;

R\$191,12 milhões pelo Estado do Ceará.

Pela Prestação Final de Contas não foram utilizados R\$94,25 milhões, referentes a:

Saldo da conta do CV:	R\$8,39 milhões;		
RAP 2012 :	R\$69,15 milhões;		
LOA 2013:	R\$7,12 milhões;		
Saldo PAC para 2014:	R\$0,70 milhões;		
Devolução Siemens (NT CGU):	R\$0,33 milhões;		
Aplicações financeiras:	R\$8,56 milhões.		



R\$76,97 milhões

Além de R\$16,62 milhões da Contrapartida.

De forma a viabilizar a retomada na transferência de recursos da União, em 27/06/2013 foi assinado o **Termo de Compromisso 001/2013 – TC 001/2013**, com validade até 31/12/2015, em regime de transferência obrigatória, tendo a CBTU como Compromissária, a METROFOR como Compromitente e a SEINFRA como Interveniente, com os seguintes valores:

UNIÃO	R\$94.251.597,53
METROFOR	R\$5.000.000,00
Total	R\$99.251.597,53

As remessas de recursos, pela União, foram previstas no Plano de Trabalho da seguinte forma:

2013 –	R\$33.956.179,92
2014 –	R\$60.295.417,61

O recurso programado para 2013, R\$33,96 milhões, compôs-se da LOA 2013 de R\$7,12 milhões e Crédito Suplementar de R\$26,84 milhões. O total foi empenhado e repassado ao METROFOR em 2013 somente o valor da LOA. O valor do suplemento foi transferido como RAP/2013 em 21/02/2014.

O saldo deste TC de R\$60,29 milhões foi inicialmente previsto para transferência integral em 2014.

Em 27/02/2014 o METROFOR deu entrada no Protocolo Geral da CBTU o Ofício 141/2014-DPR, solicitando a inclusão de pagamentos efetuados em junho/2013, mas anteriores a assinatura do TC001/2013 – 27/06/2013. Tal pleito foi analisado através do Processo 3.174/2014. Ao final, a CBTU considerou elegível a proporcionalidade do pagamento aos dias de vigência do termo de compromisso no mês, ou seja, apenas 4 dos 30 dias de junho, e os recursos não elegíveis se transformaram em pagamentos às empresas administradoras com recursos do Estado do Ceará, fora do TC 001/2013, na forma de reparação ao Erário.

Finalmente, em 13/08/2014 recebemos a 1ª. Prestação Parcial de Contas do TC 001/2013, referente ao período de 27/06 a 30/09/2013.

A última Prestação de Contas enviada em junho/2015 de N°06, agrega as medições até 31/12/2014 cujos pagamentos foram realizados até 31/01/2015 e encontra-se em análise.

Frente a morosidade no andamento dos serviços em 2014 houve o repasse, como 2ª. remessa de recursos da União ao METROFOR, de mais R\$30 milhões. O saldo de R\$30,29 milhões do RAP/2014 será repassado somente quando o METROFOR regularizar a apresentação de suas Prestações de Contas e disponibilidade financeira.

O TA01 ao TC 001/2013 foi assinado em 18/05/2015 e postergou sua data de vigência para 31/12/2016.

Desde o final de 2011 o METROFOR vinha sinalizando a necessidade de complementação de recursos da ordem de R\$190,00 milhões (base maio/2013) para conclusão do Projeto da Linha Sul.

Em 31/07/2014, através do Ofício 194/SEPAC-MP, o Ministério do Planejamento informou quanto a aprovação de R\$191,80 milhões para a Linha Sul de Fortaleza, sendo R\$150,00 milhões da União e R\$41,8 milhões de contrapartida do Estado.

Assim, em 19/09/2014 foi assinado o **Termo de Compromisso TC 001/2014**, para atender às intervenções dos Sistemas Fixos de Sinalização, Telecomunicações, Bilhetagem Eletrônica, futura Ventilação de túneis, e da Fiscalização correlata.

A LOA/2014 foi contemplada com R\$138,00 milhões. Estes recursos foram empenhados em 15/08/2014, para arcar com os R\$60,29 milhões previstos para fechamento do Plano de Trabalho do TC 001/2013, em andamento, e o saldo de R\$77,71 milhões para atender a 1ª parcela da União no TC 001/2014.

Tais recursos se tornaram RAP/2014, tendo sido transferidos R\$107,7 milhões para o METROFOR em janeiro/2015 – R\$30 milhões para o TC 001/2013 e R\$77,7 milhões para o TC 001/2014.

Em junho/2014 a CBTU apresentou ao MCid, em sua Proposta para 2015, R\$30,0 milhões para dar continuidade em mais uma etapa das intervenções previstas na Linha Sul do Metrô de Fortaleza através do TC 001/2014. Este valor foi encaminhado pelo MCid para compor o PLOA/2015 (PL 13/2014-CN), contudo a Lei Orçamentária Anual nº 13.115 de 20/04/2015 aprovou R\$27,0 milhões.

As limitações financeiras então previstas à CBTU para cumprimento de suas obrigações em 2015, principalmente em seu Programa de Modernização dos Sistemas do Nordeste forçou o remanejamento de valores entre as ações de gestão da CBTU, adequando-os à capacidade de realização das obras em Natal, João Pessoa, Maceió e em especial Recife para permitir a conclusão do Projeto com Crédito Especial de R\$61,15 milhões. Desta forma foi fixado finalmente R\$3,04 milhões para compor a LOA 2015 no Projeto de Fortaleza. Devido às restrições citadas não foi possível empenhar os recursos da LOA, sendo devolvido ao MCid, não havendo avanço físico promovido com a LOA/2015. As intervenções do Projeto de Fortaleza foram desenvolvidas neste ano com parte dos recursos do RAP/2014 já transferido.

Em junho/2015 a CBTU apresentou ao MCid sua Proposta Orçamentária para o PPA 2016/2019, a qual foi lançada no SIOP, como fase qualitativa, onde manifestou seu desejo de atender ao Sistema de Fortaleza conforme a seguir:

- Para atender às intervenções necessárias ao sistema atual em andamento, e complementares ao PAC, através da Ação 10SS, no PO 0004 – Implantação do Trecho Sul do Sistema de Trens Urbanos de Fortaleza, prevendo para o PPA-2016/2019 o total de R\$67,79 milhões sendo para o ano de 2016 R\$52,49 milhões, baseado que a LOA/2015 havia sido revisada para R\$4,509 milhões para atender o PO 0004.

Quando da programação de recursos para 2016 nesta Ação, a CBTU recuperou os R\$22,491 milhões do saldo perdido da LOA aprovada em 20/04/2015, resultando nos R\$52,49 milhões apresentados para o orçamento de 2016, de forma a não comprometer o perfeito andamento do TC 001/2014 neste ano.

Ocorre que, quando do fechamento da proposta quantitativa para o PPA, em 23/07/2015, devido à restrição dos Limites Orçamentários fixados pelo MCID, não coube nenhum recurso para o PO 0004, para o ano de 2016. Observa-se que os recursos perdidos, também da LOA/2015 revisada e os não contemplados no PPA para 2016, deverão ser recuperados em anos subsequentes.

Obs: Em 27/08/2015 recebemos um e-mail do MCid, informando ampliação de limites repassados pela SPI/MP para a Ação do PAC (10SS), suplementando entorno de R\$251,13 milhões para todo o período do PPA, dos quais, R\$58,70 milhões para 2016 que foram distribuídos pelos POs de Modernização de Natal, J. Pessoa e Maceió.

Execução física

O avanço físico do Projeto Linha Sul do Metrô de Fortaleza, aqui calculado, engloba todos os recursos orçamentários formalizados desde 1998, incluindo os Termos de Compromisso TC 001/2013 e TC 001/2014, além do fornecimento do Material Rodante a cargo da empresa italiana Ansaldo Breda SpA e representando pouco mais de 15% do Projeto, conforme última atualização.

Neste contexto, temos o avanço físico:

Realizado até 2014:	88,81%
Meta para 2015:	4,10%
Realizado em 2015, até dezembro:	3,55%
Restos a Pagar inscritos em 2015:	R\$138,00 milhões
Restos a Pagar pagos:	R\$107,7 milhões
LOA 2015 (LOA/2015 - nº 13.115):	R\$3,04 milhões (conforme readequação pactuada com a DT)
LOA 2015 (limite autorizado):	R\$0,00 milhão
LOA 2015 (valor empenhado):	R\$0,00 milhão

Justificativa para o não atendimento da meta de 2015:

A meta física (%) para 2014 havia sido atingida principalmente pelo contrato de fornecimento dos TUEs com recursos do Estado, fora dos Termos de Compromisso, inclusa em nosso avanço físico por se tratar de cumprimento do Objeto nas tratativas entre Governo e Estado do Ceará em 2005. Com a entrega do CAP – Certificado de Aceitação Provisória do 21º TUE, tal cumprimento foi atingido.

De forma análoga ao ano de 2014, a meta física para 2015 chegou próxima ao seu objetivo por conta do desempenho do contrato dos trens.

Os pontos negativos, que serviram para derrubar nossas expectativas, ficaram por conta de:

2ª. Licitação de Ventilação, realizada em maio/2015, sem participantes;

O baixo desempenho na execução do Viaduto Padre Cícero, no emboque do túnel, principalmente no acesso Norte, por problemas de desapropriações;

O não envio da 3ª. remessa de recursos (R\$16 milhões) por contingenciamentos mas, principalmente, pelos atrasos nas entregas das Prestações de Contas Parciais, desrespeitando o “*item 4.2 – Obrigações do METROFOR*” no Termo de Compromisso TC 001/2013, o que só veio a ser sanado em 25/11/2015 com a apresentação da 8ª. PCP, referente aos pagamentos de serviços até 30/09/2015.

Plano de Metas – Atividades previstas para o exercício de 2015:

Conclusões dos sistemas de energia do CCO e da Estação S. Benedito - Atendido;

Conclusão das obras do emboque e entorno do túnel da Linha Sul – 70%;

Prosseguimento na montagem do 25º TUE e testes do 24º TUE, do total das 25 unidades contratadas e entregues até dez/2014. A operação conjunta com todas as unidades se concretizará somente após a conclusão do Sistema de Sinalização da Via, previstos para 2017, caso seja mantida regularidade na remessa de recursos pela União;

Conclusão da Instalação de duas Pontes Rolantes, ambas com capacidade de 20 ton e vão de 22,9 metros - Atendido;

Dar andamento à implantação do Sistema de Bilhetagem Eletrônica - Atendido;

Conclusão da Instalação do sistema de refrigeração do CCO – Atendido;

Contratação e início do Sistema de Ventilação dos Túneis – Não atendido;

Contratação e início das Obras Cíveis Complementares - Atendido;

Contratação e início do Sistema de Telecomunicações - Atendido;

Contratação e início do Sistema de Sinalização - Atendido;

Contratação e início do Projeto de Acessibilidade das Estações - Atendido;

Contratação e início do fornecimento dos Equipamentos de Oficina 2ª, 3ª e 4ª parte - Não atendido.

A CBTU vem acompanhando o cumprimento aos Acórdãos TCU-3.070/2008 e TCU-2.450/2009 proveniente do Convênio 007-2005/DT. Enquanto não ocorre o julgamento definitivo da suspeita de sobrepreço na licitação realizada em 1997, as cartas de fianças bancárias e seguros garantia continuarão a ser renovadas. Tal assunto consta do Termo de Compromisso 001/2013.

O METROFOR encaminhou, no início do mês de abril/2015, cópia da renovação das cartas de fiança bancárias, totalizando R\$93,25 milhões e com vencimento postergado para 31/03/2016.

Desde a reunião realizada na CBTU/AC no dia 02/06/2015, ficou acordado da CBTU passar a analisar somente tecnicamente os assuntos referentes às licitações advindas dos Termos de Compromisso, em cumprimento à cláusula “4.1.b – Obrigações da CBTU” destes Termos.

Equipamentos de Oficina 4ª Etapa (TC 001/2013)

A CBTU emitiu parecer da GEMAR através da Carta CRT 20-2015/GEFOR-GAPRO/DT de 13/08/2015 e aguardamos seu atendimento para uma autorização formal. Soubemos que seu escopo poderá ser reduzido à compra de apenas 2 equipamentos, a saber:

Lote 1 – Locotrator;

Lote 2 – Torno de rodeiros.

NOTA: Pode vir a ser cancelado para uso de seu recurso no ressarcimento da Setec.

Sistema de Ventilação do Túnel (TC 001/2014)

Após a licitação Tipo Pregão Eletrônico de Nº 20140028 ser concluída e dada como DESERTA, em virtude do não comparecimento de empresas no certame, o METROFOR encaminhou Processo para análise técnica da CBTU, que emitiu orientações para adequação e correções no Edital, na modalidade RDC - Regime Diferenciado de Contratação. Foi encaminhado aos fornecedores pedido para atualização de alguns preços da Planilha de Edital, mas ainda não houve retorno.

Equipamentos de Oficina 3ª Etapa (TC 001/2014)

O processo 9.213/15 foi aprovado pela CBTU e contemplava a compra de cinco equipamentos, mas acabou reduzida a três, a saber:

Lote 1 – Equipamento Ultra-som portátil;

Lote 2 – Trolley para inspeção por Ultra-som;

Lote 3 – Trolley para medição da geometria de via

Equipamentos de Oficinas 2ª Etapa (TC 001/2014)

Pregão eletrônico realizado em 11/05/2015. Previa a compra de 40 equipamentos distribuídos em oito lotes, dos quais só foram arrematados três. O METROFOR realizou o pedido de cancelamento do processo licitatório, devido a existência de inconsistência nos documentos técnicos de habilitação apresentados pelas empresas.

Principais ações em desenvolvimento

OBRAS CIVIS (Contratos agregados ao TC 001/2013):

CONTRATO 026/METROFOR/2013 – Empresa TRANA: Assinado em 15/07/2013.

Obras do emboque e entorno do túnel, próximas à rua Padre Cícero

Tramo Norte: Escavação com execução de troca de solo, drenagem.

Tramo Sul: Em execução arremates na pavimentação asfáltica dos acessos 7 e 8, sinalização horizontal e vertical, calçadas e ciclovias.

A conclusão das obras só será efetivada com todas as interferências sanadas, por conta de desapropriações.

CONTRATO 003/METROFOR/2015 – Empresa ENGEXATA: Assinado em 27/02/2015

Obras Complementares na Linha Sul. Em andamento os serviços de calçamento, colocação de janelas, pavimentação asfáltica, pavimentação em pedra tosca, assentamento de pedra portuguesa, finalização da urbanização da praça, sistema de irrigação, gradil e guarda-corpos.

CONTRATO 013/METROFOR/2015 – Empresa L. Rabelo Engenharia LTDA: Assinado em 16/06/2015.

Obras de Acessibilidade nas Estações da Linha Sul. O contrato foi assinado em 16/06/2015 e os serviços iniciaram em setembro/2015.

Continua em andamento o assentamento de piso tipo podotátil interno e externo nas dependências das estações, além de mapas táteis.

EQUIPAMENTOS DE OFICINA (Contratos agregados ao TC 001/2013):

CONTRATO 030/METROFOR/2013 – Empresa - H.S. Desenv. e Comércio de Equip: Assinado em 27/08/13.

Prensa de rodeiros e drop table montados. As duas Pontes Rolantes, com capacidade de 20 ton e vão de 22,9 metros, entregues em março/2015, foram içadas em maio/2015 aos seus locais definitivos de serviço.

Serviços realizados este mês:

Instalação das calhas elétricas nas vigas;

Pintura e acabamento das escadas marinheiro de acesso às pontes 01 e 02.

CONTRATO 001/METROFOR/2014 – Empresa Fornecedora Máquinas e Equipamentos Ltda: Assinado em 20/01/2014.

Duas empilhadeiras, sendo uma de 2,5 t e outra de 4,5 t, fazem parte dos Equipamentos de Oficina 1ª Parte, entregues.

As empilhadeiras bem como os respectivos manuais já foram entregues, com treinamento e emissão de CAP.

MATERIAL RODANTE (Cumprimento de Objeto do CV 011-2005/P):

CONTRATO 016/SEINFRA/CCC/2009 – Ansaldo Breda SpA:

Dos 25 TUEs com 3 carros fornecidos pela italiana **AnsaldoBreda SpA**, adquiridos com recursos do Estado do Ceará, os TUEs 1 a 21 receberam o Certificado de Aceitação Provisório – CAP e estão a disposição da Operação.

Os TUEs 22 a 24 já receberam aprovação e aguardam a liberação do processo de emissão do CAP. O METROFOR está retendo a emissão do CAP a fim de garantir a reparação de pequenos defeitos apresentados nos trens já em operação e que estão dentro do prazo de garantias, como troca de parabrisas, substituição de borrachas de vedação de portas, falta de proteção de disjuntores de by-pass, tradução para o português de diversos adesivos, falta escada de emergência e instalação de rádios de comunicação.

A Linha Sul do Metrô de Fortaleza já dispõe de **10 (dez) composições** de Trens para a Operação, sendo cada composição formada por **2 (dois) TUE's**.

No entanto, somente **04 (quatro)** composições operam o percurso de 24,1 km entre as estações Carlito Benevides a Chico da Silva, devido à falta de implantação de mais Sistemas como Sinalização e Telecomunicação, contratados através do Termo de Compromisso TC 001/2014.

O TUE 25 encontra-se em fase final de testes.

Com o CAP do 21º TUE da Ansaldo, ficou considerado como cumprida a meta do Objeto do Convênio 011-2005/P equivalente aos 10 TUEs da ALSTOM.

SISTEMAS FIXOS (Agregados ao TC 011/2013):

CONTRATO 014/METROFOR/1998 – Consórcio QGCC

Energia - Empresas SIEMENS e ADTRANZ:

Subestações de Serviços Auxiliares – SSA

15 estações tiveram a energização concluída e receberam o Certificado de Aceitação Provisório – CAP, atualmente encontram-se no período de garantia, a saber: Carlos Benevides, Jereissati, Macaranaú, Virgílio Távora, Raquel de Queiroz, Alto Alegre, Aracapé, Esperança, Mondubim, Manoel Sátiro, Vila Pery, Parangaba, Couto Fernandes, Porangabussu e Chico da Silva;

As estações de Benfica e José de Alencar aguardam a energização definitiva da Coelce;

Subestações Retificadoras – SR

As 3 SR – Benfica, Pajuçara e Vila Pery estão energizadas e já receberam o CAP, atualmente encontram-se no período de garantia;

Cabines de Seccionamento e Paralelismo – CSP

As 4 CSP estão montadas e energizadas, e já receberam o CAP, em período de garantia: Carlito Benevides, Aracapé, Couto Fernandes e Chico da Silva;

Rede Aérea - Serviços da SIEMENS e ADTRANZ:

Concluída a energização total dos 24,1 km de via dupla, já houve a aceitação provisória faltando apenas a aceitação definitiva.

CONTRATO 025/METROFOR/2013 – Energia - Empresa ORTENG. Assinado em 15/07/2013.

Subestação auxiliar da estação São Benedito e Subestação do Centro de Controle Operacional:

Neste período foram desenvolvidas as seguintes atividades de implantação:

CCO: Emitido o CAP – Certificado de Aceitação Provisória. Operação Assistida Concluída;

Estação São Benedito: Realização de energização definitiva pela Concessionária COELCE no dia 18/11/2015. Elaboração de documento para emissão do CAP – Certificado de Aceitação Provisória.

CONTRATO 006/METROFOR/2014 – Ar Condicionado - Empresa COLDAR:

Refrigeração do prédio administrativo e CCO: Assinado em 18/02/2014.

Concluída a instalação e energização definitiva pela COELCE;

Este contrato teve dois aditivos. Os dois aditivos de valor não passaram pela autorização da CBTU e serão ressarcidos com recursos do Estado.

No atual período, continua o serviço de manutenção preventiva e corretiva, parte integrante do escopo do contrato.

CONTRATO 028/ METROFOR/2014 – Bilhetagem - Empresa TACON: Assinado em 23/10/2014.

No período foram realizados serviços de montagens no CCO, nas estações Porangabussu, Couto Fernandes e Parangaba, além de serviços de infraestrutura com abertura de canaletas para distribuição dos cabos lógicos nas estações Vila Pery, Manoel Sátiro, Mondubim, Esperança, Aracapé, AltoAlegre, Raquel de Queiroz, Virgílio Távora, Maracanaú, Jereissati, Carlito Benevides.

SISTEMAS FIXOS (Agregados ao TC 011/2014):

CONTRATO 010/ METROFOR/2015 – Telecomunicações – Consórcio Comunicação METROFOR: Assinado em 24/06/2015.

O Sistema de Telecomunicações da Linha Sul do Metrô de Fortaleza é constituído pelos seguintes subsistemas:

Sistema de Transmissão por Fibra Ótica;

Sistema de Telefonia;

Sistema de Rádio;

Sistema de Sonorização;

Sistema de Cronometria;

Sistema de Gravação de Voz;

Neste período foram realizados os seguintes serviços:

Finalização da montagem da infraestrutura para instalação do cabo irradiante entre as Estações São Benedito/ Benfica e entre estação Benfica e saída do túnel pela via 2;

Finalização da passagem de cabos das vias 1 e 2 para as respectivas salas técnicas de telecomunicações de cada estação;

Estação Chico da Silva: em andamento serviços de infraestrutura para lançamento da fibra óptica.

CONTRATO 015/METROFOR/2015 – Sinalização – Empresa MPE ENGENHARIA E SERVIÇOS S/A: Assinado em 14/07/2015.

Prosseguimento no desenvolvimento de Projeto Executivo do SSC – Sistema de Sinalização e Controle de Trens das Estações Chico da Silva à Carlito Benevides e do Pátio de Manutenção em Vila das Flores e desenvolvimento de Projeto Executivo do SICTE;

Realização dos serviços de instalação da mão francesa e fixação das calhas elétricas que receberão a fibra óptica, nos seguintes trechos: Túnel (Estações Chico da Silva até emboque do túnel) e Elevado (Entre as Estações Juscelino Kubitschek e Parangaba.

ADMINISTRAÇÃO:

Em andamento os serviços de Gerenciamento, Supervisão e Controle de Qualidade e Internalização de Tecnologia.

CONTRATO 036/METROFOR/2003 – Gerenciamento - Setec Ltda: Assinado em 01/12/03 (Agregada ao TC 001/2013)

Gerenciamento do Projeto;

FISCALIZAÇÃO:

CONTRATO 039/METROFOR/2008 – Concremat S/A: Assinado em 26/09/2008 (Agregada ao TC 001/2013 até dez/2015).

Fiscalização das Obras Civas;

CONTRATO 002/METROFOR/2009 – Consórcio Ductor/Planal: Assinado em 09/02/2009 (Agregada ao TC 001/2014).

Fiscalização de Material Rodante e Sistemas Fixos.

RESUMO DAS ATIVIDADES NO PERÍODO (01 A 31/DEZEMBRO/2015):

Prosseguimento nos testes em TUEs;

Prosseguimento das obras no emboque do túnel, no acesso Sul do viaduto da Padre Cícero;

Prosseguimento nas Obras Complementares da Lina Sul;

Prosseguimento nos serviços de implantação da Bilhetagem Eletrônica em 8 estações;

Prosseguimento no contrato de Sinalização com a entrega de documentos e o desenvolvimento dos projetos Executivos;

Prosseguimento no contrato de Telecomunicação da Linha Sul;

Prosseguimento do contrato de Acessibilidade;

Prosseguimento nos serviços de instalação da ponte rolante;

Em andamento os serviços de Gerenciamento e Supervisão das obras e serviços.

142W.0101: MODERNIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE TRENS URBANOS DE PASSAGEIROS SOB GESTÃO DA CBTU – NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – NATAL (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO)

Evolução física

Data de início da Ação: Out/2012

Realizado até 2014: 56,5 %

Meta física para 2015: 32,0 %

Realizado até dezembro de 2015: 2,5 %

Restos a Pagar inscritos (-cancelados) em 2014: R\$113,06 milhões

Restos a Pagar pagos:	R\$13,98 milhões
LOA 2015 (+créditos aprovados):	R\$0,0 milhão
LOA 2015 (limite autorizado):	R\$0,0 milhão
LOA 2015 (valor empenhado):	R\$0,0 milhão

A meta ficou abaixo da estimada devido a restrições de Limite Financeiro para o exercício de 2015, suspendendo entregas, com consequência direta no cumprimento das metas.

Os RAPs existentes até dez/2015 são de 2012 no valor de R\$113,06 milhões. O avanço físico se deve exclusivamente aos RAPs existentes.

Principais ações em desenvolvimento:

Contrato Nº 019/2012, Objeto: Aquisição de 20 (vinte) veículos Leve sobre Trilhos - VLT, cada VLT composto por 03 (três) carros, movidos a tração diesel-hidráulica, em bitola métrica, sendo 12(doze) destinados à Superintendência de Trens Urbanos de Natal (STU/NAT), e 8 (oito) à Superintendência de Trens Urbanos de João Pessoa (STU/JOP), Prazo: 47 (quarenta e sete) meses. Data da Assinatura: 27 de novembro de 2012. VALOR GLOBAL: R\$173.363.183,40 (cento e setenta e três milhões trezentos e sessenta e três mil cento e oitenta e três reais e quarenta centavos). Contratada: BOM SINAL - Bom Sinal Indústria e Comércio.

Realizado Físico/Financeiro Proporcional à Natal de 53,3%. Entregue a terceira composição dos 12 VLTs contratados.

Foi assinado no dia 05/12/2014 o termo aditivo nº 01 prorrogando a vigência do contrato de 47 para 56 meses, vencendo em 27/07/2017.

Contrato Nº 024-2012/DT, Espécie: Contratação de empresa de engenharia consultiva para a realização de serviços especializados de consultoria técnica e apoio ao gerenciamento e supervisão dos contratos de fornecimento de material rodante metroferroviário constantes do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC, sob a responsabilidade da CBTU. Prazo: 24 meses. Data de assinatura: 19 de dezembro de 2012. Valor global: R\$4.639.128,12. Contratada: Consórcio Focco-Pólux.

Foram aprovados os relatórios técnico-gerenciais referentes a agosto/2015. Realizado Físico/Financeiro: 70,0 %

Foi assinado um termo aditivo de prazo, prorrogando a vigência até março de 2016.

Contrato nº 025-2012/DT. Objeto: Aquisição de 2 (duas) locomotivas novas, movidas a tração diesel-elétrica, em bitola métrica, com a faixa de potência entre 700HP e 1200HP, destinadas à Superintendência Regional de Natal, cujas especificações técnicas estão descritas no Termo de Referência. Prazo: 31 meses. Data da Assinatura: 19 de dezembro de 2012. Valor: R\$8.793.400,42. Contratada: MGE - Equipamentos e Serviços Ferroviários.

Entregues as duas locomotivas. Realizado Físico/Financeiro: 91,0%.

Foi assinado um termo aditivo de prazo, prorrogando a vigência do contrato até 29/07/16, com o objetivo de abrigar o período de garantia do equipamento.

10SS: APOIO A SISTEMAS DE TRANSPORTE PÚBLICO

PO 0002: MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE NATAL

Evolução física

Data de início da Ação: Jan/2014

Realizado até 2014:	0,27 %
Meta para 2015:	17,6 %
Realizado até dezembro de 2015:	4,0%

Restos a Pagar inscritos (-cancelados) em 2015: R\$35,07 milhões

Restos a Pagar pagos: R\$12,46 milhões

LOA 2015 (+créditos aprovados): R\$83,63 milhões

LOA 2015 (limite autorizado): R\$73,46 milhões

LOA 2015 (valor empenhado): R\$16,98 milhões

A meta ficou abaixo da estimada devido a restrições de Limite Financeiro para o exercício de 2015, refletindo no desempenho do orçamento do ano, suspendendo entregas e retardando licitações de contratações, com consequência direta no cumprimento das metas.

Os RAPs existentes até dez/2015 são de 2014 no valor de R\$35,07 milhões, provenientes da antiga Ação 152T. O avanço físico se deve exclusivamente aos RAPs 2014 existentes.

Principais ações em desenvolvimento:

Foram assinadas Ordens de Compra relativas ao Registro de Preço para Pregão Eletrônico realizado em 2013, para fornecimento de equipamentos para via permanente envolvendo fixações, dormentes de concreto, AMVs e dormentes especiais para AMVs.

As referidas Ordens de Compra foram feitas com base na verba oriunda do PAC, publicado pela D.O.U. de 03 de julho de 2014.

Ainda com base na verba do PAC, acima citado, a Administração Central assinou o contrato com a empresa EPC Engenharia para a recuperação do Sistema dos Trens Urbanos de Natal.

Até 31/12/2015 foram entregues 192.244 conjuntos de fixações, 104.000 dormentes de concreto e o Projeto Conceitual da Recuperação do Sistema, já tendo sido dado início a elaboração do Projeto Executivo.

As Ordens de Compra 021/GENOR/2014, referente à aquisição dos dormentes especiais para AMVs, com a EMPAC, e 022/GENOR/2014, referente à aquisição dos AMVs, com a BR Railparts, foram suspensas até o dia 07/01/2016. Já a Ordem de Compra 020/GENOR/2014, referente à aquisição dos dormentes de concreto, com a EMPAC, teve o fornecimento concluído, restando apenas os pagamentos. Foi assinado o Termo Aditivo nº 02 ao Contrato nº 015-2014, com a EPC, prorrogando o prazo de vigência para 30/04/2016.

Já foram iniciados processos para prorrogação da suspensão das Ordens de Compra 021/GENOR/2014 e 022/GENOR/2014, por mais 120 dias, estando em fase de assinatura.

Formalizada a contratação para aquisição de 3.300 t de trilhos.

142W.0103: MODERNIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE TRENS URBANOS DE PASSAGEIROS SOB GESTÃO DA CBTU – NO ESTADO DA PARAÍBA – JOÃO PESSOA (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO)

Evolução física

Data de início da Ação: Out/2012

Realizado até 2014: 44,23 %

Meta para 2015: 30,77 %

Realizado até dezembro de 2015: 3,0%

Restos a Pagar inscritos (- cancelados) em 2015: R\$71,38 milhões

Restos a Pagar pagos: R\$9,55 milhões

LOA 2015 (+créditos aprovados): R\$0,0

LOA 2015 (limite autorizado): R\$0,0

LOA 2015 (valor empenhado): R\$0,0

A meta ficou abaixo da estimada devido a restrições de Limite Financeiro para o exercício de 2015, suspendendo entregas, com consequência direta no cumprimento das metas.

Os RAPs existentes até dez/2015 são de 2012 no valor de R\$71,38 milhões. O avanço físico se deve exclusivamente aos RAPs existentes.

Principais ações em desenvolvimento:

Contrato Nº- 19/2012, Objeto: Aquisição de 20 (vinte) veículos Leve sobre Trilhos - VLT, cada VLT composto por 03 (três) carros, movidos a tração diesel-hidráulica ou diesel-elétrica, em bitola métrica, sendo 12(doze) destinados à Superintendência de Trens Urbanos de Natal (STU/NAT), e 8 (oito) à Superintendência de Trens Urbanos de João Pessoa (STU/JOP), Prazo: 47 (quarenta e sete) meses. Data da Assinatura: 27 de novembro de 2012. Valor Global: R\$173.363.183,40 (cento e setenta e três milhões trezentos e sessenta e três mil cento e oitenta e três reais e quarenta centavos). Contratada: BOM SINAL - Bom Sinal Indústria e Comércio.

Realizado Físico/Financeiro Proporcional à João Pessoa de 36,5 %. Entregue a segunda composição de 8 VLT contratados. A terceira composição foi inspecionada em fábrica e liberada, aguardando transporte.

Foi assinado no dia 05/12/2014 o termo aditivo nº 01 prorrogando a vigência do contrato de 47 para 56 meses, vencendo em 27/07/2017.

Contrato Nº 24-2012/DT, Espécie: Contratação de empresa de engenharia consultiva para a realização de serviços especializados de consultoria técnica e apoio ao gerenciamento e supervisão dos contratos de fornecimento de material rodante metroferroviário constantes do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC, sob a responsabilidade da CBTU.

Prazo: 24 (vinte e quatro) meses. Data de assinatura: 19 de dezembro de 2012. Valor global: R\$4.639.128,12 (quatro milhões, seiscentos e trinta e nove mil, cento e vinte oito reais e doze centavos). Contratada: Consórcio Focco-Pólux.

Foram aprovados os relatórios técnico-gerenciais referentes ao mês de agosto/2015. Realizado Físico/Financeiro 70,0%.

Foi assinado um termo aditivo de prazo, prorrogando a vigência até março de 2016.

10SS: APOIO A SISTEMAS DE TRANSPORTE PÚBLICO

PO 0001: MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE JOÃO PESSOA

Evolução física

Data de início da Ação: Jan/2014

Realizado até 2014:	0,15%
Meta para 2015:	19,42%
Realizado até dezembro de 2015:	3,76%
Restos a Pagar inscritos (-cancelados) em 2015:	R\$17,41 milhões
Restos a Pagar pagos:	R\$3,06 milhões
LOA 2015 (+créditos aprovados):	R\$73,85 milhões
LOA 2015 (limite autorizado):	R\$46,82 milhões
LOA 2015 (valor empenhado):	R\$7,00 milhões

A meta ficou abaixo da estimada devido a restrições de Limite Financeiro para o exercício de 2015, refletindo no desempenho do orçamento do ano, suspendendo entregas e retardando licitações de contratações, com consequência direta no cumprimento das metas.

Os RAPs existentes até dez/2015 são de 2014 no valor de R\$17,41 milhões, provenientes da antiga Ação 152S. O avanço físico se deve exclusivamente aos RAPs 2014 existentes.

Principais ações no período:

Foram renovadas as suspensões das Ordens de Compra OC017/GENOR/2014, da EMPAC, e OC019/GENOR/2014, da BR Railparts. Para uma melhor adequação aos recursos oriundos da União, foram estabelecidas prioridades de entrega dos dormentes especiais e dos AMVs, iniciando por Maceió e, na sequência, João Pessoa e Natal;

A Conprenor – OC018/GENOR/2014, face aos atrasos já superiores a 110 dias entre o repasse de recursos e os pagamentos da União concluiu a entrega dos 27.609 dormentes liberados pela fiscalização para transporte. Por tais problemas no repasse de recursos, uma vez que a dívida com a Conprenor já supera os R\$4 milhões, foi efetuada a suspensão desta OC por mais 90 dias, até que seja feita a regularização nos pagamentos;

O Consórcio Headwayx/ATP fez a entrega, ao final de dezembro/15, de especificações complementares ao projeto de Telecomunicações, que foi refugado pela GESIS por apresentar os mesmos erros anteriormente analisados em 06/11/15.

Não houve pagamento de faturas no mês de novembro e a União acumula uma dívida de R\$5,54 milhões, fora as multas por atrasos de pagamento.

Formalizada a contratação para aquisição de 2.000 t de trilhos.

O resumo do Projeto encontra-se no quadro a seguir:

**QUADRO DE EVOLUÇÃO DOS CONTRATOS E ORDENS DE COMPRA
JOÃO PESSOA**

EMPRESA	CRT / OC	PRAZO DE VENCIMENTO	PRODUTO / SERVIÇO	QUANTIDADE		
				TOTAL	FORNECIDA	
					NO MÊS	ACUMULADA
					UNID.	UNID.
CONDUTEC	OC 002/GENOR/2014	(Concluído)	CONJUNTOS DE FIXAÇÃO	90.000		90.000
EMPAC	OC 017/GENOR/2014	06/05/16	DORMENTE DE CONCRETO P/ AMV	4.368		
COMPRENOR	OC 018/GENOR/2014	07/03/16	DORMENTE DE CONCRETO DE VIA	45.000		27.609
BR - RAILPARTS	OC 019/GENOR/2014	05/05/16	AMV - 1/14	16		
			AMV - 1/10	4		
HEADWAYX/ATP	CRT 016-2014/DT	09/05/16	PROJETO DE REMODELAÇÃO	1,00		49,87%
						AVANÇO PROJETO

10SS: APOIO A SISTEMAS DE TRANSPORTE PÚBLICO

PO 0003: MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE MACEIÓ

Evolução física

Data de início da Ação: jan/2014

Realizado até 2014:	0%
Meta para 2015:	13%
Realizado até dezembro de 2015:	3,6%
Restos a Pagar inscritos (-cancelados) em 2015:	R\$32,21 milhões
Restos a Pagar pagos:	R\$5,90 milhões
LOA 2015 (+créditos aprovados):	R\$38,74 milhões
LOA 2015 (limite autorizado):	R\$38,74 milhões
LOA 2015 (valor empenhado):	R\$9,62 milhões

A meta ficou abaixo da estimada devido a restrições de Limite Financeiro para o exercício de 2015, refletindo no desempenho do orçamento do ano, provocando redução no ritmo das obras, suspendendo entregas e retardando licitações de contratações, com consequência direta no cumprimento das metas.

Os RAPs existentes até dez/2015 são de 2014 no valor de R\$32,21 milhões, provenientes da antiga Ação 152U. O avanço físico se deve aos RAPs 2014 existentes, a LOA/2015 não provocou avanço físico.

Principais ações em desenvolvimento:

Com base na verba oriunda do PAC, publicado pela D.O.U. de 03 de julho de 2014, a Administração Central está licitando compra de equipamentos para via permanente, bem como projetos concernentes ao sistema de Maceió.

Ainda com base na verba do PAC, acima citado, a Administração Central fechou contrato com o consórcio Headwayx/ATP para a recuperação dos trens urbanos de Maceió.

Ainda com base na verba oriunda do PAC, houve avanço físico envolvendo parte do projeto conceitual de arquitetura das estações e oficinas, bem como de sinalização da via.

Formalizada a contratação para aquisição de 1.300 t de trilhos.

Recebimento dos CADs dos 8 VLTs já entregues.

Em 06 de Mar/2015 foi assinada a ordem de serviço 007/GENOR/15 do contrato número 0021-14/DT com um valor total de R\$7.567.074,65, em favor da empresa CONY engenharia LTDA (CNPJ 41.167.347/0001-00) programa PROG-PI: MC.IC02.902CA, referente à obra da nova estação Bom Parto e remodelação da infra e superestrutura da via permanente entre as estacas 87-162 em Maceió. Nesse mesmo mês foi feita a mobilização e implantação do canteiro de obras. Em abr/2015 foi iniciado o serviço de demolição da antiga estação, bem como os estudos para desvio/revestimento da galeria de águas pluviais que passa abaixo da atual estação. Em mai/2015 foi feito pela CONY engenharia e aprovado pela SEMINFRA o projeto para desvio de águas pluviais e dada continuidade a demolição. Em Jun/2015 foi realizada 60% da demolição. Em Jul/2015 foi feito o fechamento da canaleta de drenagem com tampas de concreto e construído o barracão de obra. Além disso foi realizada a limpeza de 370m² de área do terreno. Em ago/2015 a obra foi paralisada em função da necessidade de executar a troca de tubulação da Casal, sendo esta pendente de ser aditivada. Foi executada a plataforma provisória. Em set/2015 as obras continuaram paralisadas. Em Out/2015 as obras continuaram paralisadas. Em Nov/15 e Dez/15 as obras mantiveram-se paralisadas.

Em 06 de Mar/2015 foi assinada a ordem de serviço 008/GENOR/15 do contrato número 0022-14/DT com um valor total de R\$7.054.823,45, em favor da empresa CONY engenharia LTDA (CNPJ 41.167.347/0001-00) programa PROG-PI: MC.IC02.902CA, referente à obra da nova estação Mercado em Maceió. O prazo de execução do contrato é de 365 dias. Nesse mesmo mês foi iniciada a construção do canteiro de obras bem como o isolamento da área de implantação da nova estação. Em Abr/2015 foi concluída a construção do canteiro de obras e mobilizado o equipamento para execução da fundação em estaca raiz. Foi feita também a locação definitiva dos elementos da obra. Em Mai/2015 foi iniciado o estaqueamento da obra. Em Jun/2015 foi feito 80% do estaqueamento. Em Jul/2015 foi feita a preparação das estacas para a prova de carga. No dia 30 foi realizado um desses testes. Em ago/2015 foram finalizadas as provas de carga. A contratada fez um relatório sobre as 4 estacas sugerindo um reforço na fundação. Em set/2015 as obras foram paralisadas devido a pendente análise do aditivo referente as estacas. Em Out/2015 as obras continuaram paralisadas. Em Nov/15 e Dez/15 as obras mantiveram-se completamente paralisadas.

Em 06 de Março de 2015 a ordem de serviço 006/GENOR/15 do contrato número 0023-14/DT com um valor total de R\$8.862.785,31, em favor da empresa CONY engenharia LTDA (CNPJ 41.167.347/0001-00) programa PROG-PI: MC.ID02.902CB, referente à obra de recuperação da via permanente, infra e superestrutura ferroviária, entre as estacas 850-1040. Nesse mesmo mês foi iniciada a construção do canteiro de obras, a mobilização de equipamentos e o transporte de trilhos e

dormentes ao longo do trecho. No dia 30/03 foi paralisada a circulação de trens no trecho Utinga-Satuba a fim de que a contratada pudesse iniciar a desmontagem e posterior montagem da nova via, com retorno da operação comercial previsto para o dia 30/06/2015. Em abr/2015 foi iniciada a desmontagem da linha antiga e concluída a terraplanagem no trecho das estacadas 1040-1023. Em Mai/2015 foi iniciada a construção de bueiros tubulares, o capeamento dos bueiros de greide e dada continuidade a desmontagem da via até a estaca 889+0,00. Em Jun/2015 foi iniciada e concluída a montagem da linha até a estaca 889+0,00. Foi realizada também a concretagem dos bueiros tubulares e feita a reconstrução do encontro em concreto ciclópico na estaca 1009. Em Jul/2015 foi iniciado o lastreamento da via com utilização do trem de serviço e posteriormente a execução do nivelamento do trecho da estaca 1040 até a 889. Em Ago/2015 foi paralisado o serviço de nivelamento e alinhamento da via pela contratada alegando a mesma que devido aos atrasos no recebimento das medições anteriores não seria possível continuar com os serviços supracitados. Iniciando com efetivo mínimo a construção de muretas pré-moldadas na fábrica instalada no canteiro de Satuba. Em Set/2015 os serviços de nivelamento e alinhamento de via continuaram paralisados devido aos motivos citados no mês de agosto. Também não foram iniciados os serviços de solda aluminotérmica pelos mesmos motivos alegados pela contratada. Foi iniciada a instalação de muretas guarda-lastro a partir da estaca 1040. Em Out/2015 a contratada vem dando continuidade a fabricação e instalação de muretas guarda-lastro a partir da estaca 1040 em direção à estação de Satuba. Mantem-se paralisados os demais serviços que fazem parte do escopo desta contratação. Informamos ainda que os demais serviços que encontram-se paralisados são por decisão unilateral da contratada. Em Nov/15 foram assentadas muretas guarda-lastro até o dia 08 deste mês. Após essa data a contratada paralisou todas as atividades, alegando a impossibilidade de continuar os serviços em função dos atrasos do pagamento das medições pela CBTU. Em Dez/15 as obras continuaram paralisadas.

QUADRO DE EVOLUÇÃO DOS CONTRATOS E ORDENS DE COMPRA DE MACEIÓ

EMPRESA	PRODUTO/SERVIÇO	QUANTIDADE		
		QUANTIDADE (UN)	FORNECIDA	
			NO MÊS	ACUMULADA
			UNID.	UNID.
BR RAILWAY	AMV'S	18	0	0
BR RAILWAY	FIXAÇÕES	82000	0	82
EMPAC	DORMENTE DE CONCRETO	12800	0	12800
EMPAC	DORMENTE DE CONCRETO P/ AMV'S	3800	0	0
		VALOR CONTRATUAL	TOTAL MEDIDO	
		R\$	NO MÊS(%)	ACUM. (%)
CONY ENG	CONST. ESTAÇÃO BOM PARTO	7.567.074,65	0	4,01
CONY ENG	CONST. ESTAÇÃO MERCADO	7.054.823,45	0	3,82
CONY ENG	RECUP. VIA ESTAC. 850/1040	8.862.785,31	1	9,27
ATP/HEADWAYX	ESTUDOS E PROJ. SISTEMAS DE TREM MACEIÓ	1.626.001,94	0,1	24
BOM SINAL	FORNECIMENTO DE 08 VLTs (CADs)	3.500.000,00	0	36,65

14TS.0026: ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE RECIFE À ACESSIBILIDADE

Data de início da Ação: Jan/2008

Realizado até 2014: 8,90%

Meta para 2015: não definida

Realizado até dezembro de 2015: 0,52 %

Restos a Pagar inscritos (-cancelados) em 2015: R\$0,17 milhão

Restos a Pagar pagos: R\$0,17 milhão

LOA 2015 (+créditos aprovados): R\$0,0 milhão

LOA 2015 (limite autorizado): R\$0,0 milhão

LOA 2015 (valor empenhado): R\$0,0 milhão

Principais ações em desenvolvimento: Não houve evolução.

14TS.0031: ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE TRENS DE BELO HORIZONTE À ACESSIBILIDADE

Evolução física

Data de início da Ação: Jan/2008

Realizado até 2014: 7,35%

Meta para 2015: 7,08%

Realizado até dezembro de 2015: 4,31%

Restos a Pagar inscritos (-cancelados) em 2015: R\$1,74 milhão

Restos a Pagar pagos: R\$1,00 milhão

LOA 2015 (+créditos aprovados): R\$0,00 milhão

LOA 2015 (limite autorizado): R\$0,00 milhão

LOA 2015 (valor empenhado): R\$0,00 milhão

Principais ações em desenvolvimento em 2015:

Em 10/12/2013 foi assinado o contrato 032/CBTU/STU-BH/2013 com a Construtora Minas Nova Ltda no valor de R\$495.400,00, tendo por objeto as Obras de adequação às normas de acessibilidade nas estações São Gabriel, Primeiro de Maio, Waldomiro Lobo e Floramar. Com recursos da LOA/2013 foi emitida Ordem de Serviço nº 071/2013 e empenhado o valor total do contrato através da NE002527, o prazo do contrato, contados a partir de 10/12/2013, foi acrescido no Termo Aditivo nº 01 em mais 6 meses, totalizando 14 meses de prazo contratual, com previsão de encerramento em 09 de fevereiro de 2015 e o valor do contrato foi acrescido no Termo de Alteração nº 02 em R\$12.996,25, em função do aumento do ISSQN pela Prefeitura de Belo Horizonte, passando a valor total do contrato para R\$508.396,25. Concluída toda adaptação da estação São Gabriel, concluídos os pisos podotátil no saguão e plataforma das estações Waldomiro Lobo, Primeiro de Maio e Floramar, concluídos também os sanitários acessíveis das estações Floramar e Primeiro de Maio e a sinalização visual no piso dos degraus da escada da estação Primeiro de Maio. Em janeiro foram concluídas as adaptações nos sanitários da estação Waldomiro Lobo e adequações nas bilheterias das

estações Floramar, Waldomiro Lobo e Primeiro de Maio. Em janeiro foi feita a décima segunda e última medição de serviços do contrato no valor de R\$56.518,27, que somada com diferença do valor do aumento do ISSQN das medições realizadas anteriormente no valor de R\$10.789,95, totaliza um valor medido de R\$508.396,25. A mão de obra mobilizada em janeiro para as obras foi de 4 empregados. Contrato Concluído em janeiro/2015.

Em 30/12/2013 foi assinado o contrato 036/CBTU/STU-BH/2013 com a REP – Serviços de Engenharia Ltda no valor de R\$212.930,00, tendo por objeto a revisão dos projetos executivos em atendimento às normas de acessibilidade nas estações Lagoinha, Calafate, Gameleira e Cidade Industrial. Com recursos da LOA/2013 foi empenhado o valor total do contrato através da NE002597, o prazo do contrato foi acrescido no Termo Aditivo nº 01 em mais 8 meses, totalizando 16 meses de prazo contratual, com previsão de encerramento em 30 de abril de 2015. Foi firmado em abril/2015 o Termo Aditivo nº 02 que prorrogou o prazo contratual para 30/10/2015. Em julho/14 foi concluído o trabalho de digitalização dos projetos de arquitetura das quatro estações, cujas cópias em papel vegetal haviam sido repassadas à contratada. Esses projetos digitalizados estão sendo ajustados às normas de acessibilidade pela contratada. Em agosto/14 foram concluídas as vistorias e levantamentos de campo com entrega de relatório de intervenções e necessidades. Em andamento a execução do projeto básico de acessibilidade nas 4 (quatro) estações. Em julho/15 foi feita a quarta medição de serviços do contrato até o momento no valor de R\$31.939,50, que somada as anteriores totaliza um valor de R\$106.465,00. Em agosto/15 não houve avanço nos trabalhos e a gestão preparou correspondência à contratada comunicando a pretensão de encerramento do contrato com aplicação de penalidades, em virtude do não cumprimento do cronograma, da paralisação dos serviços sem justificativas à CBTU, do não atendimento às solicitações da gestão e fiscalização e a não apresentação da garantia contratual do Termo Aditivo nº02. Em 18/09/2015 foi publicado no extrato do Diário Oficial da União – DOU a pretensão de encerramento do contrato com aplicação de penalidades e realizada a juntada do aviso de recebimento da correspondência encaminhada à contratada, com mesmo teor da publicação realizada. No dia 28/09/2015 foi encerrado o prazo da contratada para a manifestação de sua defesa. O processo 0989/15, que trata desse assunto, foi encaminhado ao STU-BH para conhecimento e aprovação das ações realizadas pelo gestor do contrato. O prazo do contrato expirou no dia 29/10/2015, A empresa não se manifestou quanto a correspondência que foi encaminhada e à publicação realizada no Diário Oficial da União no dia 27/10/15. O processo 0989/15 foi encaminhado à Gerência de Obras para posterior encaminhamento ao STU-BH, para as devidas providências da aplicação da multa no valor de R\$12.243,48. O contrato foi encerrado com 50% de execução, evolução suficiente para a conclusão dos projetos básicos dessas quatro estações (faltam os projetos executivos). O projeto básico contemplou todas as alterações necessárias para a adequação à norma de acessibilidade, com detalhes do banheiro acessível, das bilheterias e rotas acessíveis (podotátil). Como o executivo não foi desenvolvido, a STU-BH pretende realizar o levantamento dos quantitativos de serviços e materiais com pessoal interno da Gerência Regional de Obras – GIORB, deixando as obras de adequação dessas estações prontas para serem licitadas quando os recursos forem liberados.

Em 27/06/2014 foi assinado o contrato 022/CBTU/STU-BH/2014 com a empresa FORX Engenharia Ltda no valor de R\$1.355.104,34 para serviços de adaptação das estações Santa Inês, José Cândido da Silveira e Minas Shopping às normas e leis vigentes de acessibilidade. Em 30/06/2014 foi emitida a Ordem de Serviço nº 052-2014 no valor de R\$1.355.104,34 e com recursos da LOA/2014 foi empenhado o valor total do contrato através da das NE0001035 no valor de R\$355.100,00 e NE0001036 no valor de R\$1.000.000,00. O prazo do contrato é de 8 meses. Em fev/15 foi assinado Termo Aditivo 01, que prorroga o prazo contratual em mais 8 meses, com previsão de encerramento de 27/10/2015. Concluído o remanejamento e adequação dos corrimãos de escadas e rampas. Concluídas as construções das estruturas de concreto armado para instalação dos elevadores previstos em contrato. Continuam em andamento as implantações do piso podotátil nas estações Santa Inês, José Cândido e Minas Shopping, as instalações dos elevadores 01 e 02 e instalações sanitárias na

estação Santa Inês. Iniciadas as instalações sanitárias e a implantação da rampa de acesso na estação José Candido. Em out/2015 foram concluídas as implantações do piso podotátil nas estações Santa Inês, José Cândido e Minas Shopping, a implantação dos elevadores 1 e 2 na estação Santa Inês e a rampa de acesso de acesso na estação José Cândido. Em outubro foi realizada a 16ª e última medição no valor de R\$189.681,41, totalizando um valor medido final de R\$1.353.254,24.. A mão de obra mobilizada em outubro para os serviços foi de 10 empregados. Contrato concluído em outubro de 2015.

Em 30 de dezembro de 2014 foi assinado o contrato 055/CBTU/STU-BH/2014 com a empresa Elevadores Otis no valor de R\$121.049,28, para serviço de fabricação e montagem de peças para o reparo da escada rolante ER-2853 (Escada Rolante nº 13) do setor sul do terminal de integração da Estação Vilarinho da CBTU-STU/BH. Em 05/12/2014 foi emitida o empenho NE002432 (PROC. 2801/2014) no valor de R\$121.049,28. Os serviços iniciaram-se em 02/02/2015 e o prazo para conclusão é de 3 meses. Em 25 de março os serviços de recuperação foram concluídos e foi efetuada a única medição no valor de R\$121.049,28. A mão de obra mobilizada em março para os serviços foi de 4 empregados. Contrato concluído em março de 2015.

Em 01 de abril de 2015 foi assinado o Contrato nº 001/CBTU/STU-BH/15 com a empresa EGS Elevadores Ltda no valor de R\$536.100,00, para os serviços de adaptação as normas de acessibilidade em 25 elevadores de fabricação Atlas Schindler, instalados nas estações, no CCO e no Edifício Sede da STU-BH. Foram emitidas as Notas de Empenho 2014NE002423 e 2014NE002425. Em 18/05/15 foi emitida a Ordem de Serviço e realizadas reuniões com a contratada e com a empresa que faz a manutenção dos elevadores e que possuem responsabilidade técnica de funcionamento sobre os mesmos para acerto de detalhes sobre a execução do serviço. Em junho a empresa encaminhou documentação referente aos procedimentos de segurança do trabalho que foram analisados e aprovados para início das atividades pela área responsável da STU-BH. Em agosto foram concluídos os serviços nos 2(dois) elevadores que servirão de protótipos. Esses equipamentos estão em funcionamento para avaliação e aceitação da CBTU/STU-BH. Em setembro a contratada corrigiu pendências de instalação nos elevadores concluídos e iniciou adaptações de mais dois elevadores. Os elevadores já adaptados continuam em funcionamento para avaliação. Em out/2015 a contratada entregou 5 elevadores adaptados e está em fase de planejamento para execução de mais 4. Todos os equipamentos adaptados estão em funcionamento e disponíveis aos usuários. Em out/2015 foi realizada a 1ª medição no valor de R\$128.664,00. O serviço de adaptação dos elevadores é fundamentalmente de natureza eletrônica e envolve fabricação, montagem e instalação / adaptação de peças. No mês de novembro foram realizadas medições e feitos levantamentos dos equipamentos para a fabricação e adaptação das peças, desta forma a execução do serviço é desenvolvida em pacotes que envolvem a instalação dos kits de adaptação que chegam aos locais de instalação já prontos. Em dezembro a empresa avançou na adaptação de um conjunto de 4 (quatro) elevadores que serão comissionados em janeiro de 2016. A contratada esta em fase de planejamento da execução para iniciar a adaptação de mais um lote de elevadores em janeiro de 2016. O prazo do contrato é de 13 meses.

Em 01 de abril de 2015 foi assinado o Contrato nº 002/CBTU/STU-BH/15 com a empresa Villarta Elevadores Ltda no valor de R\$160.000,00, para os serviços de adaptação as normas de acessibilidade em 6 elevadores de fabricação Otis, instalados no Terminal de Vilarinho. Foi emitida a Nota de Empenho 2014NE002426. Em 18/05/15 foi emitida a Ordem de Serviço e realizadas reuniões com a contratada e com a empresa que faz a manutenção dos elevadores e que possuem responsabilidade técnica de funcionamento sobre os mesmos para acerto de detalhes sobre a execução do serviço. Em junho a empresa encaminhou documentação referente aos procedimentos de segurança do trabalho que foram analisados e aprovados para início das atividades pela área responsável da STU-BH. Em agosto foram iniciados os trabalhos de adaptação no elevador que servirá de protótipo. Em setembro foi dada continuidade aos serviços de adaptação do elevador protótipo, faltando a instalação de poucos itens para a conclusão deste serviço. Em out/2015 foi iniciada a instalação de itens para a

conclusão da adaptação no elevador protótipo. O elevador está em funcionamento e sendo avaliado para aceitação e comissionamento. O início do faturamento está condicionado à entrega sem pendências do primeiro equipamento pela contratada e ao aceite do serviço executado pela fiscalização. O serviço de adaptação dos elevadores é fundamentalmente de natureza eletrônica e envolve fabricação, montagem e instalação / adaptação de peças. No mês de dezembro foram corrigidas pendências do elevador protótipo, que foram apontadas pela fiscalização (sinalização das botoeiras e complementação dos corrimãos). Em razão função das dificuldades encontradas na fabricação e adaptação das peças a serem instaladas foi solicitada a prorrogação no prazo de execução dos serviços por mais 3 meses a partir de 31/12/2015. O prazo atual do contrato é de 9 meses.

Em 01 de abril de 2015 foi assinado o Contrato nº 003/CBTU/STU-BH/15 com a empresa Villarta Elevadores Ltda no valor de R\$27.000,00, para os serviços de adaptação as normas de acessibilidade em 1 elevador de fabricação Thyssen Krupp, instalado no Terminal Rodoviário da Lagoinha. Foi emitida a Nota de Empenho 2014NE002429. . Em 18/05/15 foi emitida a Ordem de Serviço e realizadas reuniões com a contratada e com a empresa que faz a manutenção do elevador e que possuem responsabilidade técnica de funcionamento sobre o mesmo para acerto de detalhes sobre a execução do serviço. Em junho a empresa encaminhou documentação referente aos procedimentos de segurança do trabalho que foram analisados e aprovados para início das atividades pela área responsável da STU-BH. Em agosto a contratada concluiu o levantamento das necessidades de materiais para iniciar as atividades de adequação do elevador e ainda está em fase de planejamento para a execução dos serviços, permanecendo em setembro aguardando o provisionamento de todo o material necessário à adaptação do elevador. Em out/2015 a contratada encerrou o levantamento de todas as necessidades de materiais e está em fase de planejamento para a execução dos serviços. A empresa Thyssen Krupp, fabricante do elevador e responsáveis pela manutenção, enviou correspondência à STU-BH informando que caso outra empresa fizesse adaptações no elevador se desobrigaria de qualquer responsabilidade técnica sobre o equipamento. Após análise do jurídico da STU-BH foi decidido pela Administração dar continuidade às adaptações para acessibilidade no equipamento e o serviço foi retomado em novembro. Em dezembro a contratada encerrou o levantamento das necessidades de materiais e está em fase de planejamento para início da execução do serviço. Foi assinado aditivo contratual prorrogando o prazo por mais 4 meses, prorrogando o contrato até 29/02/2016.

14TS.0024: ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE NATAL À ACESSIBILIDADE

Evolução física

Data de início da Ação: Jan/2001

Realizado até 2014: 14,43%

Meta para 2015: em estudo

Realizado até dezembro de 2015: 0,0 %

Restos a Pagar inscritos (-cancelados) em 2015: R\$0,0 milhão

Restos a Pagar pagos: R\$0,0 milhão

LOA 2015 (+créditos aprovados): R\$0,0 milhão

LOA 2015 (limite autorizado): R\$0,0 milhão

LOA 2015 (valor empenhado): R\$0,0 milhão

Principais ações em desenvolvimento:

Não houve evolução.

14TS.0025: ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE JOÃO PESSOA À ACESSIBILIDADE

Evolução física

Data de início da Ação: Jan/2001

Realizado até 2014: 12,22 %

Meta para 2015: 0,0 %

Realizado até dezembro de 2015: 0,00 %

Restos a Pagar inscritos (-cancelados) em 2015: R\$0,0 milhão

Restos a Pagar pagos: R\$0,0 milhão

LOA 2015 (+créditos aprovados): R\$0,0 milhão

LOA 2015 (limite autorizado): R\$0,0 milhão

LOA 2015 (valor empenhado): R\$0,0 milhão

Principais ações em desenvolvimento:

Não houve evolução.

14TS.0027: ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE MACEIÓ À ACESSIBILIDADE

Evolução física

Data de início da Ação: Jan/2001

Realizado até 2014: 6,60%

Meta para 2015: em estudo

Realizado até dezembro de 2015: 0,00 %

Restos a Pagar inscritos (-cancelados) em 2015: R\$0,0 milhão

Restos a Pagar pagos: R\$0,0 milhão

LOA 2015 (+créditos aprovados): R\$0,0 milhão

LOA 2015 (limite autorizado): R\$0,0 milhão

LOA 2015 (valor empenhado): R\$0,0 milhão

Principais ações em desenvolvimento:

Parte das ações que faltam estão contempladas nas obras civis de recuperação e construção de estações para os VLTs, na Ação de Modernização e Recuperação dos Trens Urbanos de Maceió.

14TT.0024: MODERNIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS - NATAL

Evolução física

Data de início da Ação: Abr/2001

Realizado até 2014: 13,60%

Meta para 2015: 1,35 %

Realizado até dezembro de 2015: 1,10 %

Restos a Pagar inscritos (-cancelados) em 2015: R\$2,31 milhões

Restos a Pagar pagos: R\$1,89 milhão

LOA 2015 (+créditos aprovados): R\$0,0 milhão

LOA 2015 (limite autorizado): R\$0,0 milhão

LOA 2015 (valor empenhado): R\$0,0 milhão

Principais ações em desenvolvimento:

Continuam em desenvolvimento algumas ações na via permanente com recursos de custeio, empregando materiais adquiridos com recursos de capital. Foram executados na manutenção da via permanente, carga e descarga de trilhos (barra de 12m) em 251 unidades, descarga de pedra britada em 384 m³, distribuição de pedra britada sobre o lastro da via em 396m³, nivelamento de juntas em 36 unidades, reforço de aterro em 16m³, roçada manual em 3.000m², substituição de dormentes de concreto monobloco/bi-bloco em 181 unidades, substituição de dormentes de madeira em 3 unidades, substituição de parafusos de talas de junção em 21 unidades e substituição de trilhos em 2.828 m.

2048.14TT: MODERNIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS – JOÃO PESSOA

Evolução física

Data de início da Ação: Mar/2002

Realizado até 2014: 20,77%

Meta para 2015: 2,92 %

Realizado até dezembro de 2015: 2,92%

Restos a Pagar inscritos (-cancelados) em 2015: R\$3,12 milhões

Restos a Pagar pagos: R\$3,11milhão

LOA 2015 (+créditos aprovados): R\$0,0 milhão

LOA 2015 (limite autorizado): R\$0,0 milhão

LOA 2015 (valor empenhado): R\$0,0 milhão

Principais ações em desenvolvimento:

Reparo da Loco 6012.

Concluído o reparo Ponte Rolante da Oficina de Cabedelo.

Reparo Sistema Elétrico da Oficina Cabedelo.

Continua a Manutenção Corretiva da parte elétrica das Estações da STU-JOP pelo pessoal da Oficina. Substituição de luminárias convencionais por LED.

Manutenção corretiva na parte de Sinalização na Via, pelo pessoal da Oficina.

Concluída a recuperação 32 Engates para Carros de Passageiros.

Concluída a Recuperação de 6 Motores de Tração.

Continua a Manutenção Preventiva de 5 Locomotivas e 17 Carros de Passageiros – Oficina de Cabedelo.

Continua a Serviços de Manutenção na Via Permanente.

Continua suspenso Serviço Manutenção - Rádios VHF e Sinalização Eletrônica.

Em Operação Comercial duas unidades do VLT.

Continua a Manutenção Preventiva e Corretiva de Dois VLTs em Operação na STU-JOP.

Recuperação de Instalações: concluído o muro do Pátio da Estação de Cabedelo; concluído a recuperação da sala do COAFI em João Pessoa; concluído a recuperação do vestiário da Oficina Cabedelo e concluído a recuperação do forro do Almoxarifado (Escritório e Sala de Mat. Especiais).

14TT.0027: MODERNIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS - MACEIÓ

Evolução física

Data de início da Ação: Fev/2002

Realizado até 2014: 51,00 %

Meta para 2015: 1,33 %

Realizado até dezembro de 2015: 0,64 %

Restos a Pagar inscritos (-cancelados) em 2015: R\$3,81 milhões

Restos a Pagar pagos: R\$1,55 milhão

LOA 2015 (+créditos aprovados): R\$0,0 milhão

LOA 2015 (limite autorizado): R\$0,0 milhão

LOA 2015 (valor empenhado): R\$0,0 milhão

Principais ações em desenvolvimento:

Em 13 de Dezembro de 2013 foi empenhado o valor de R\$665.649,13, para a empresa PLANERGY ENGENHARIA LTDA., vencedora da Tomada de Preço nº. 003/2013 da STU-MAC, que tem como objeto a Remodelação da via permanente entre as estacas 528 a 664 do sistema de trens urbanos de Maceió (compreendendo a construção e readequação dos dispositivos de drenagem, guarda lastro e contenções). Em janeiro de 2014, fase de entrega de documentos diversos, assinatura do contrato e ordem de contratação (serviço). A obra foi iniciada com cargas e descargas das muretas de contenção de lastro, construção do barracão da obra e placa da obra. Em Fev/2014, iniciou-se a construção das muretas pré-moldadas no canteiro de obra da contratada; ainda em fevereiro iniciou-se o assentamento das muretas bem como a continuidade do transporte, carga e descarga das muretas. Em

mar/2014, foi concluído o transporte carga e descarga das muretas de Maceió até a estaca 550; Prosseguiu-se o assentamento das muretas dos dois lados da via, bem como a contratada iniciou a confecção de muretas na sua fábrica instalada ao lado do barracão de obras. Em abr/2014, foi dada continuidade ao assentamento das muretas do trecho estação Goiabeira à estação Fernão Velho, bem como, iniciou-se o assentamento do trecho Goiabeira sentido estação Flexal. Em mai/2014, a contratada iniciou os serviços de recuperação de canaletas no trecho Goiabeira-Fernão Velho, bem como, a concretagem da laje para capiar o bueiro. Continuação da instalação de muretas para lastro entre Goiabeira e Flexal. Em Jun/2014, deu continuidade aos serviços de recuperação de canaletas no trecho Goiabeira – Fernão Velho, foram concretado as lajes de mais dois bueiros entre Flexal e Goiabeira, por fim a contratada continua instalando muretas para lastro entre Goiabeira – Fernão Velho. Em Jul/14, foi concluída a concretagem dos bueiros e iniciou-se o assentamento das muretas do trecho Fernão Velho – ABC. Continua a recuperação das canaletas entre Goiabeira e Fernão Velho. Em Ago/2014, foi concluída a recuperação das canaletas entre Goiabeira e Fernão Velho, concluída a concretagem e o lançamento dos pontilhões entre Flexal e Goiabeira; Continua sendo instaladas as muretas de concreto no trecho Fernão Velho – ABC, bem como a construção de canaletas trapezoidais de concreto. Em set/14, continua sendo instaladas as muretas de concreto no trecho Fernão Velho – ABC, bem como a construção de canaletas trapezoidais de concreto, foi verificado que nos pontilhões que foram concretados, o surgimento de trincas superficiais na face superior da laje, devido ao recalque dos encontros dos pontilhões, para tanto a contratada solicitou aditivo de prazo bem como de quantidade e qualidade para os reparos nas lajes e nos encontros, o que foi acatado pelo gestor e fiscal do contrato.

1. Em 02 de Dezembro de 2014 foi empenhado o valor de R\$336.640,00, para empresa RA Serviços de inspeção em ensaios não destrutivos Ltda., vencedora da Tomada de Preço nº. 004/2014, que tem como objeto a inspeção por ultrassom e liquido penetrante em Soldas aluminotérmicas, km 310+040 ao km 322+300. Em Janeiro de 2015, foi iniciado as inspeções pelo trecho Lourenço de Albuquerque / Gustavo Paiva. . Em Fevereiro de 2015, foi iniciado as inspeções das soldas no trecho Gustavo Paiva / Utinga, no dia 13 do mesmo mês foi finalizada a primeira medição dos serviços executados. Em março de 2015, foi concluído as inspeções nas soldas nos trechos Lourenço de Albuquerque / Gustavo Paiva, Gustavo Paiva / Utinga e Utinga / KM 322+300, no dia 13 do mesmo mês foi fechada a 2ª. Medição dos serviços realizados.

2. Em 02 de Dezembro de 2014 foi empenhado o valor de R\$164.010,73 em favor da empresa D.M.G Engenharia Ltda, vencedora da Tomada de Preço nº. 003/2014, que tem como objeto Construção do Refeitório e arquivo da STU-MAC.

Em Jan/2015, foram iniciados os serviços de demolição de alvenaria, revestimento e piso, carga e transporte de entulhos. Em fev/2015 foram continuados os serviços demolições de alvenaria, revestimento e piso, carga e transporte de entulhos. de , escavação de solo desmonte de estrutura metálica, forma, armação e concreto de fundação. Em mar/2015, continuação dos serviços de carga e transporte de entulhos, execução da estrutura metálica em tesouras, forma, armação e concreto da estrutura, execução da laje pré-moldada e foram iniciados os serviços de hidro-sanitários e revestimento de paredes. Em abr/2015 foi executada a estrutura metálica, estrutura de cobertura, serviços de alvenaria, lastro de piso, instalações elétricas e hidro-sanitárias. Em mai/2015 a obra fechou 70% do seu cronograma físico-financeiro, sendo executados serviços de alvenaria, madeiramento, estrutura de cobertura, lastro de piso, instalações elétricas e hidro sanitárias, revestimento de parede e de piso. Em Jun/2015 foi realizada a retirada de entulhos e limpeza de obra, a execução de caixas de passagem de alvenaria, foi iniciada a aplicação do forro de PVC, a colocação de luminárias, a pintura de paredes internas e concluído o telhado. Em Jul/2015 foram concluídos: forro, pintura, calçada, drenagem e instalações hidro-sanitárias. Em ago/2015 foram finalizados serviços de instalação elétrica. Em set/2015 foi concluída a obra com algumas pendências. Em Out/2015 as obras foram concluídas.

3. Em 04 de Dezembro de 2014 foi empenhado o valor de R\$273.963,02 em favor da empresa D.M.G Engenharia Ltda, vencedora da Tomada de Preço nº. 005/2014, que tem como objeto Reforma do Prédio anexo à STU-MAC. Em Janeiro de 2015, a ordem de serviço ainda não foi assinada, portanto a obra não foi iniciada.

4. Em 05 de Dezembro de 2014, foi empenhado o valor de R\$531.353,20, Tomada de Preço nº. 006/2014 em favor da empresa D.M.G Engenharia Ltda., CNPJ nº. 18.939.391/0001-70, que tem como objeto Implantação do novo posto de abastecimento de combustível para os trens da STU-MAC. Em Janeiro de 2015, a ordem de serviço ainda não foi assinada, portanto a obra não foi iniciada.

FONTE: GAPLO/DP, GAPRO/DT

2.3.2 – Fatores Intervenientes no Desempenho Orçamentário

A execução do orçamento de 2015 foi balizada pelos seguintes normativos principais:

PLOA 2015 nº -013/2014

Decreto 8.389, 7 jan 2015

Dispõe sobre a execução orçamentária dos órgãos, dos fundos e das entidades do Poder Executivo até a publicação da Lei Orçamentária de 2015

Decreto nº 8.407, de 24 fev 2015

Dispõe sobre a realização, no exercício 2015, de despesas inscritas em restos a pagar não processados e dá outras providências

Lei nº 13.115, de 20 abr 2015

Estima a receita e fixa a despesa da união para o exercício financeiro de 2015

Portaria/MPLOG nº 16, de 29 abr 2015

Estabelece procedimentos e prazos para solicitação de alterações orçamentárias, no exercício de 2015, e dá outras providências

Decreto nº 8.456, de 22 mai 2015, e demais

Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2015, e dá outras providências

Portaria/MPLOG nº 168, de 22 mai 2015

Detalhar limites de movimentação e empenho de que trata o Anexo I do Decreto 8.456

Portaria/MPLOG nº 172, de 27 mai 2015

Dispostos nos Artigos 5º e 9º do Decreto nº 7.689, de 2 mar 2012

Limitação da despesa a ser empenha com contratação de bens e serviços e com concessão de diárias e passagens, no âmbito dos órgãos e unidades orçamentária do Poder Executivo, no exercício de 2015

A restrição imposta pelo Decreto 8.389, de execução mensal de apenas 1/18 do valor constante do PLOA, desde janeiro até a publicação do decreto de execução orçamentária, em maio, foi determinante para a redução de contratos de prestação de serviços, o que impactou negativamente principalmente a segurança e limpeza nos sistemas de trens urbanos. Ainda em maio, a Portaria nº 172 impactou ainda mais os contratos de prestação de serviços, limitando o valor total para sua execução, incluindo-se neste rol de despesas, os valores de viagens e pagamento de diárias. Como a CBTU é uma companhia com 6 unidades descentralizadas, tal medida impôs um severo controle nos

deslocamentos dos seus técnicos, tendo sido priorizadas as viagens da Diretoria Colegiada e Conselheiros.

A limitação de pagamento para os contratos incluídos no PAC refletiu negativamente na execução do orçamento de 2015, uma vez que muitas licitações foram postergadas por não se ter como honrar os pagamentos pelos serviços. Tal limitação refletirá no andamento dos projetos nos exercícios de 2016 e 2017, período no qual será reduzido o volume de recursos inscritos em Restos a Pagar de exercícios anteriores.

2.3.3 – Informações sobre a Realização das Receitas

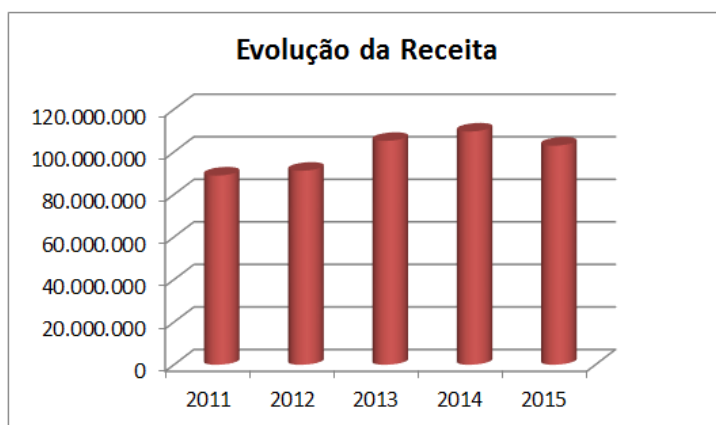
Os quadros a seguir mostram informações sobre a receita da CBTU, por cada Superintendência de Trens Urbanos e consolidada.

STU BELO HORIZONTE

EXERCÍCIO: 2015

R\$ 1,00		
DESCRIÇÃO	META	REALIZADO
RECEITA OPERACIONAL	107.194.876	96.724.515
OUTRAS RECEITAS	7.013.747	6.243.813
TOTAL	114.208.623	102.968.328

R\$ 1,00	
RECEITAS TOTAIS	
EXERCÍCIO	VALORES
2011	88.923.591
2012	91.182.604
2013	105.211.430
2014	109.621.745
2015	102.968.328



OBSERVAÇÕES:

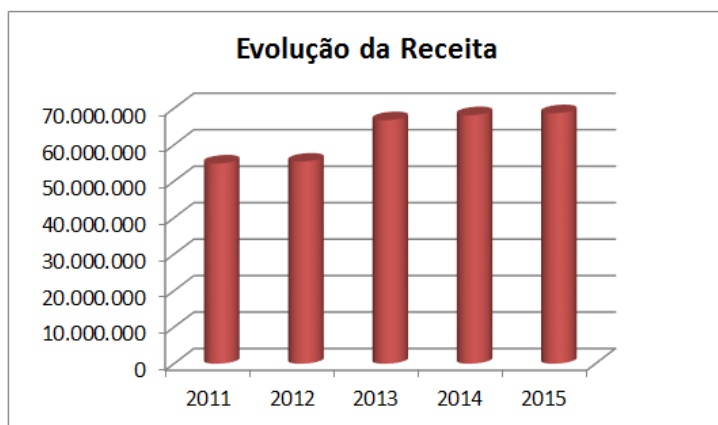
- (1) A Receita financeira arrecadada em 2015 totalizou R\$ 725.141.
- (2) A Receita Patrimonial arrecadada em 2015 totalizou R\$5.445.646

STU RECIFE

EXERCÍCIO: 2015

R\$ 1,00		
DESCRIÇÃO	META	REALIZADO
RECEITA OPERACIONAL	67.200.000	67.606.824
OUTRAS RECEITAS	1.440.000	1.080.938
TOTAL	68.640.000	68.687.762

R\$ 1,00	
RECEITAS TOTAIS	
EXERCÍCIO	VALORES
2011	54.910.850
2012	55.432.538
2013	66.771.358
2014	68.157.475
2015	68.687.762



OBSERVAÇÕES:

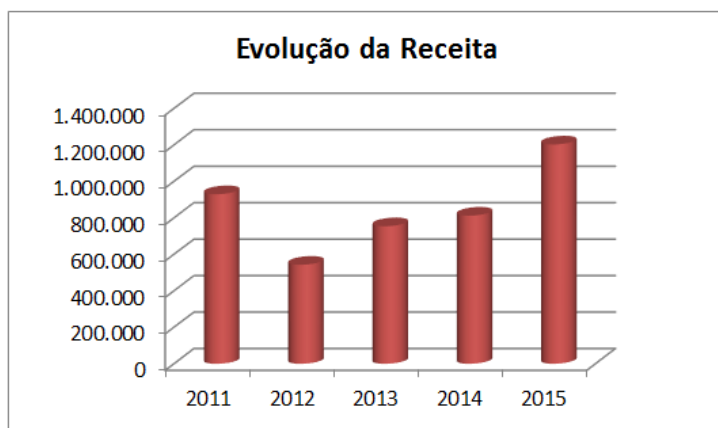
- (1) A Receita financeira arrecadada em 2015 totalizou R\$ 26.864,00
- (2) A Receita Patrimonial arrecadada em 2015 totalizou R\$ 872.381,00

STU NATAL

EXERCÍCIO: 2015

R\$ 1,00		
DESCRIÇÃO	META	REALIZADO
RECEITA OPERACIONAL	1.040.900	1.163.959
OUTRAS RECEITAS	25.440	38.817
TOTAL	1.066.340	1.202.777

R\$ 1,00	
RECEITAS TOTAIS	
EXERCÍCIO	VALORES
2011	930.002
2012	543.159
2013	754.387
2014	812.433
2015	1.202.777



OBSERVAÇÕES:

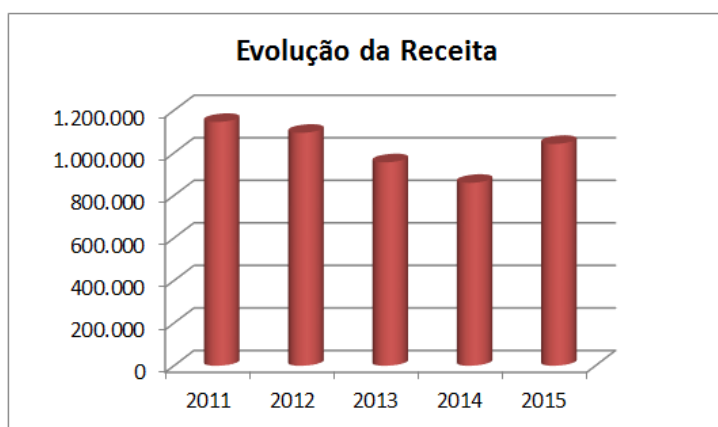
- (1) A Receita financeira arrecadada em 2015 totalizou R\$ 6.900,00
- (2) A Receita Patrimonial arrecadada em 2015 totalizou R\$ 17.547,00

STU JOÃO PESSOA

EXERCÍCIO: 2015

		R\$ 1,00
DESCRIÇÃO	META	REALIZADO
RECEITA OPERACIONAL	857.750	931.229
OUTRAS RECEITAS	102.000	111.511
TOTAL	959.750	1.042.740

	R\$ 1,00
RECEITAS TOTAIS	
EXERCÍCIO	VALORES
2011	1.145.900
2012	1.094.973
2013	956.262
2014	859.635
2015	1.042.740



OBSERVAÇÕES:

- (1) Não foi arrecada Receita financeira em 2015.
- (2) A Receita Patrimonial arrecadada em 2015 totalizou R\$ 111.511,00

STU MACEIÓ

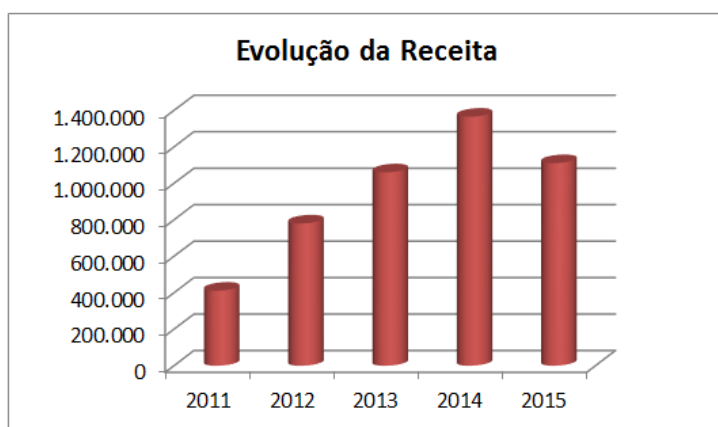
EXERCÍCIO: 2015

R\$ 1,00

DESCRIÇÃO	META	REALIZADO
RECEITA OPERACIONAL	1.358.020	1.014.234
OUTRAS RECEITAS	40.650	96.928
TOTAL	1.398.670	1.111.162

R\$ 1,00

RECEITAS TOTAIS	
EXERCÍCIO	VALORES
2011	411.390
2012	780.334
2013	1.060.591
2014	1.365.780
2015	1.111.162



OBSERVAÇÕES:

- (1) A Receita financeira arrecadada em 2015 totalizou R\$ 31,00
- (2) A Receita Patrimonial arrecadada em 2015 totalizou R\$ 88.201,00

CBTU

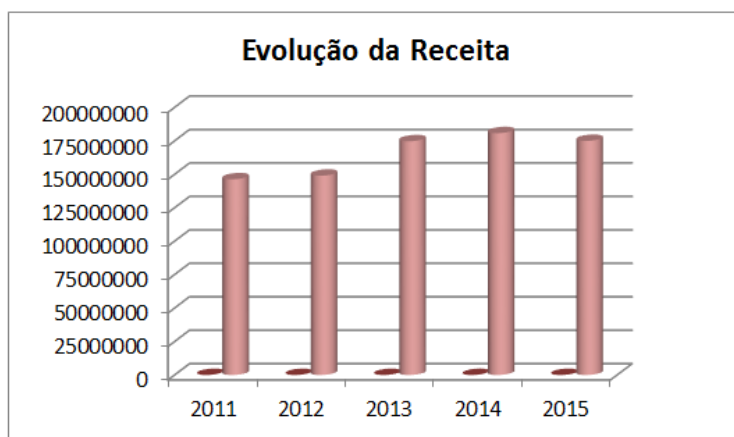
EXERCÍCIO: 2015

R\$ 1,00

DESCRIÇÃO	META	REALIZADO
RECEITA OPERACIONAL	177.651.546	167.440.761
OUTRAS RECEITAS	8.621.837	7.572.008
TOTAL	186.273.383	175.012.768

R\$ 1,00

RECEITAS TOTAIS	
EXERCÍCIO	VALORES
2011	146.321.733
2012	149.033.608
2013	174.754.029
2014	180.817.069
2015	175.012.768



OBSERVAÇÕES:

- (1) A Receita financeira arrecadada em 2015 totalizou R\$ 758.936
- (2) A Receita Patrimonial arrecadada em 2015 totalizou R\$6.535.286

OBSERVAÇÕES:

A receita prevista e arrecadada está separada por receita operacional e outras (incluindo financeira e patrimonial).

A receita operacional é oriunda da prestação do serviço de transporte de passageiros sobre trilhos nos cinco sistemas operados. A receita não operacional compreende a receita financeira e patrimonial.

A arrecadação de receitas patrimoniais se constitui em somente 3,5% da receita total da CBTU, estando concentrada nos sistemas de Belo Horizonte e de Recife

2.3.4 – Informações sobre a Execução das Despesas

2.3.4.1 – Despesas totais por modalidade de contratação

Quadro A.2.3.4.1 – Despesas totais por modalidade de contratação

Unidade Orçamentária: CBTU		Código UO: 56202		UGO:275059
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2015	2014	2015	2014
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	956.440.313	117.449.171	847.135.696	113.394.733
a) Convite	14.773	177.007	14.773	177.007
b) Tomada de Preços	2.480.580	1.873.864	1.720.719	1.725.324
c) Concorrência	131.843.940	19.410.549	104.608.400	19.278.723
d) Pregão	822.101.021	95.833.077	740.791.805	92.059.005
e) Concurso	0	0	0	0
f) Consulta	0	0	0	0
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0	154.604	0	154.604
2. Contratações Diretas (h+i)	485.168.089	48.911.679	461.358.234	48.622.127
h) Dispensa	27.270.323	11.720.656	22.825.841	11.569.873
i) Inexigibilidade	457.897.766	37.191.023	438.532.393	37.052.254
3. Regime de Execução Especial	1.500.830	158.397	1.500.830	158.397
j) Suprimento de Fundos	1.500.830	158.397	1.500.830	158.397
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	4.675.982.025	363.759	4.569.288.770	362.456
k) Pagamento em Folha	4.671.950.983	0	4.565.321.738	0
l) Diárias	4.031.042	363.759	3.967.032	362.456
5. Outros	1.114.908.021	0	1.061.593.317	0
6. Total (1+2+3+4+5)	7.233.999.279	166.877.006	6.940.876.847	162.537.713

2.3.4.2 – Despesas por grupo e elemento de despesa

Quadro A.2.3.4.2 – Despesas por grupo e elemento de despesa

Unidade Orçamentária: CBTU				Código UO: 56202		UGO: 275059		
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
1. Despesas de Pessoal	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Vencimento e Vantagens Fixas	331.018.113	281.089.817	330.925.065	279.552.805	93.047	279.552.805	329.541.662	274.613.272
Sentenças Judiciais	162.033.117	86.094.323	156.937.162	83.902.604	5.095.955	83.902.604	156.517.192	62.078.346
Obrigações Patronais	67.070.162	55.735.473	66.943.945	55.549.826	126.217	55.549.826	66.936.109	52.912.633
Outras Despesas Variáveis	19.498.835	0	19.498.835	0	0	0	19.487.294	0
Contribuição Entidade Fechada Previdência	13.509.509	0	13.509.509	0	0	0	13.509.509	0
Ressarcimento Despesas Pessoal Requisitado	1.030.085	0	1.030.085	0	0	0	1.030.085	0
2. Juros e Encargos da Dívida								
Juros sobre a Dívida por Contrato	7.702.377	5.173.404	7.702.377	5.173.404	0	5.173.404	6.924.276	5.173.404
Outros Encargos sobre a Dívida por Contrato	392.790	409.000	392.790	409.000	0	409.000	392.790	409.000
3. Outras Despesas Correntes								
Outros Serviços de Terceiros PJ – PJ-OP.IN.ORC.	203.645.486	209.538.166	182.326.456	184.204.237	21.319.030	184.204.237	167.801.139	180.506.168
Sentenças Judiciais	41.963.338	68.747.612	41.761.388	63.176.432	201.950	63.176.432	40.277.752	62.747.360

Auxílio Alimentação	34.186.210	0	33.762.176	0	424.034	0	31.419.354	0
Material de Consumo	21.675.522	15.881.112	11.642.451	11.700.534	10.033.071	11.700.534	8.949.034	11.312.427
Pensões Especiais	20.275.533	0	20.275.533	0	0	0	20.275.533	0
Indenizações e Restituições	14.983.377	0	14.892.185	0	91.192	0	14.891.834	0
Locação de Mão de Obra	3.417.403	0	2.739.704	0	677.699	0	2.624.565	0
Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	2.990.302	0	2.230.386	0	759.916	0	2.148.136	0
Passagens e Despesas com Locomoção	2.892.780	0	2.568.543	0	324.237	0	2.304.759	0
Obrigações Tributárias e Contributivas	1.653.340	0	1.219.119	0	434.221	0	1.170.116	0
Outros Benefícios Assistenciais do Servidor e do Militar	1.042.184	0	1.002.110	0	40.073	0	1.002.110	0
Auxílio Transporte	716.558	0	636.042	0	80.517	0	633.619	0
Serviços de Consultoria	532.296	0	446.136	0	86.161	0	436.969	0
Diárias – Pessoal Civil	417.094	0	417.094	0	0	0	414.149	0
Outros Serviços de Terceiros – P. Física	280.252	0	271.660	0	8.592	0	269.800	0
Premiações Culturais, Artísticas, Científicas	15.000	0	15.000	0	0	0	15.000	0
Demais elementos do grupo	0	41.512.537	0	39.622.889	0	39.622.889	0	39.202.586

DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Obras e Instalações	29.689.413	249.972.268	0	111.104.264	29.689.413	108.025.662	0	3.078.606
Equipamento e Material Permanente	8.320.939	10.583.462	4.081.720	3.776.969	4.239.218	69.713	1.897.625	3.707.255
Outros Serviços de Terceiros PJ	235.185	1.028.016	920	555.016	234.265	0	920	555.016
Locação de Mão de Obra	11.866	0	0	0	11.867	0	0	0
5. Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
2º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
3º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0
6. Amortização da Dívida								
Principal Corrigido da Dívida Contratual	0	3.046.576	0	3.046.576	0	0	0	3.046.576
Principal da Dívida Contratual	0	34.798	0	34.798	0	0	0	34.798
3º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0

2.3.4.3 – Análise crítica da realização da despesa

Não informado

2.3.4.4 - Transferência de Recursos

2.3.4.4.1 – Caracterização dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício de Referência

Quadro A.2.3.4.4.1.A – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

							Valores em R\$ 1,00		
Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS									
CNPJ: 42357483/0001-26					UG/GESTÃO: 275068				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
1	005-2007/DT	03231999/0001-78	30.314.504,74			30.314.504,74	06/12/2007	31/12/2014	8
1	006-2007/DT	03231999/0001-78	488.818.080,00			205.729.060,14	06/12/2007	31/12/2014	6
1	003/2010/DT	03231999/0001-78	53.000.000,00			53.000.000,00	31/12/2012	31/12/2015	1
5	001-2008/DT	04474819/0001-41	47.900.000,00			40.000.000,00	30/12/2008	31/09/2016	1
5	002-2008/DT	01171480/0001-60	11.000.000,00	10.400.000,00		10.000.000,00	30/12/2008	30/11/2015	1
5	001-2013/DT	02003575/0001-93	94.251.597,53	5.000.000,00	30.000.000,00	63.956.179,92	27/06/2013	31/12/2016	1
5	001-2014	02003575/0001-93	150.000.000,00	41.800.000,00	77.700.000,00	77.700.000,00	19/09/2014	31/12/2018	1
			303.151.597,53	57.200.000,00	107.700.000,00	191.656.179,92			
<u>LEGENDA</u>									
Modalidade:					Situação da Transferência:				
1 - Convênio					1 - Adimplente				
2 - Contrato de Repasse					2 - Inadimplente				
3 - Termo de Parceria					3 - Inadimplência Suspensa				
4 - Termo de Cooperação					4 - Concluído				
5 - Termo de Compromisso					5 - Excluído				
					6 - Rescindido				
					7 - Arquivado				
					8 - Prestação de Contas em Complementação				

Quadro A.2.3.4.4.1.B – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS						
CNPJ: 42357483/0001-26				UG/GESTÃO: 275068		
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Montantes repassados em cada exercício (Valores em R\$ 1,00)		
	2015	2014	2013	2015	2014	2013
Convênio					4.200.000,00	15.000.000,00
Contrato de Repasse						
Termo de Parceria						
Termo de Cooperação						
Termo de Compromisso		1	1	107.700.000,00	26.835.110,92	7.121.069,00
Totais		1	1	107.700.000,00	31.035.110,92	22.121.069,00
Fonte: CECIN/GAFIN/DA/CBTU						

Quadro A.2.3.4.1.C – Resumo dos instrumentos de transferência que vigorão em 2015 e exercícios seguintes

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: COMPAHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS					
CNPJ: 42357483/0001-26			UG/GESTÃO: 275068		
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2015 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2015
		Contratados	Repassados até 2015	Previstos para 2016	
Convênio	1	535.112.584,74	236.043.564,88	0,00	44,11%
Contrato de Repasse					
Termo de Parceria					
Termo de Cooperação					
Termo de Compromisso	4	303.151.597,53	107.700.000,00	111.495.417,61	35,53%
Totais	7	838.264.182,27	343.743.564,88	111.495.417,61	41,01%
Fonte: CECIN/GAFIN/DA/CBTU					

Quadro A.2.3.4.1.D – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ

Unidade Concedente				
Nome: COMPAHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS				
CNPJ: 42357483/0001-26			UG/GESTÃO: 275068	
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)	
			Convênios	Contratos de Repasse
2015	Contas Prestadas	Quantidade	2	
		Montante Repassado	220.729.060,14	
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	1	
		Montante Repassado	30.314.504,74	
2014	Contas Prestadas	Quantidade	2	
		Montante Repassado	36.670.000,00	
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	
		Montante Repassado		
2013	Contas Prestadas	Quantidade	3	
		Montante Repassado	675.534.630,58	
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade		
		Montante Repassado		
Anteriores a 2013	Contas NÃO Prestadas	Quantidade		
		Montante Repassado		
Fonte:CECIN/GAFIN/DA/CBTU				

Quadro A.2.3.4.4.1.E - Visão Geral da análise das prestações de contas

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS					
CNPJ: 42357483/0001-26			UG/GESTÃO: 275068		
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2015	Quantidade de contas prestadas			2	
	Com prazo de análise ainda não vencido	contas analisadas	Quantidade Aprovada	2	
			Quantidade Reprovada	0	
			Quantidade de TCE	0	
			Montante repassado (R\$)	220.729.060,14	
	Com prazo de análise vencido	contas NÃO analisadas	Quantidade	0	
			Montante repassado (R\$)	0	
		Contas analisadas	Quantidade Aprovada	0	
			Quantidade Reprovada	0	
			Quantidade de TCE	0	
			Montante repassado (R\$)	0	
	Contas NÃO analisadas	Quantidade	1		
Montante repassado (R\$)		30.314.504,74			
2014	Quantidade de contas prestadas			2	
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	2		
		Quantidade Reprovada	0		
		Quantidade de TCE	0		
	Contas NÃO analisadas	Quantidade	0		
Montante repassado (R\$)		0			
2013	Quantidade de contas prestadas			3	
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	3		
		Quantidade Reprovada	0		
		Quantidade de TCE	0		
	Contas NÃO analisadas	Quantidade	0		
		Montante repassado	0		
Exercícios anteriores a 2012	Contas NÃO analisadas	Quantidade	0		
		Montante repassado	0		

Fonte: CECIN/GAFIN/DA/CBTU

Posição 31/12/15.

2.3.4.4.2 – ANÁLISE CRÍTICA

CONVÊNIO: CV 005/2007/DT- 602129 E 006-2007/DT- 602144, REGIDOS PELA IN Nº 01/97 DA STN, E DE ACORDO COM A PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 127/2008, PARA O CONVÊNIO 003-2010/DT - 749375.

1. Medidas adotadas para sanear as transferências na situação de inadimplente.

Nos Convênios de Salvador, a CTB cumpriu com suas responsabilidades financeiras, não ocorrendo inadimplência por parte da mesma, comprovando a aplicação dos recursos transferidos pela CBTU através de prestações de contas, de acordo com a IN da STN Nº 01/1997 para os Convênios 005 e 006-2007/DT e de acordo com a Portaria Interministerial ° 127/2008 para o Convênio 003-2010/DT.

2. Situação das transferências efetuadas no exercício frente ao disposto no Art. 35 do Decreto 93.872/86 e do art. 12 do Decreto 7.680/2012, ou legislação que o altere.

A CBTU observou o cumprimento da legislação que rege o assunto.

3. Medidas adotadas para gerir as transferências no exercício de 2015.

Não houve transferências no exercício.

4. Análise da evolução das prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2015, quanto à eficácia dos procedimentos adotados, bem como quanto à disponibilidade adequada de recursos humanos e matérias para tanto.

Os recursos transferidos foram gerenciados através do programa SIG - Sistema de Informação Gerencial desenvolvido pela CBTU, do SICONV e através das Prestações de Contas apresentadas pela conveniente.

Não houve transferências de recursos no exercício de 2015 e não evidenciamos situações relevantes quanto às Prestações de Contas dos Convênios referenciados.

Quanto ao Convênio nº 006-2007/DT, informamos que a Prestação de Contas Final foi aprovada pelo Ordenador de Despesas.

Com relação ao Convênio nº 005-2007/DT a Prestação de Contas Final foi apresentada nos prazos previstos na IN nº 01/97 e encontra-se em fase de aprovação.

O Convênio nº 003-2010/DT teve seu prazo de vigência expirado em 31/12/2015 e solicitado pela CBTU a apresentação da Prestação de Contas Final.

5. Estruturas de controle definidas para o gerenciamento das transferências, informando, inclusive, a capacidade de fiscalização in loco da execução dos planos de trabalho contratados.

Devido ao encerramento dos Convênios a estrutura de acompanhamento restringe-se a um Gestor e um Fiscal, designados especialmente para os convênios, e responsáveis pela análise das Prestações que serão submetidas ao Ordenador de Despesas

6. Análise da efetividade das transferências como instrumento de execução descentralizado das políticas públicas a cargo da UJ.

As Prestações Contas Finais dos Convênios foram apresentadas nas épocas determinadas pela legislação pertinente.

TERMO DE COMPROMISSO 001/2013

O Termo de Compromisso TC 001/2013, para as obras na Linha Sul do Metro de Fortaleza, tem por fonte de recursos os saldos decorrentes do extinto Convênio 007-2005/DT. Seu amparo legal é a Lei 11.578 de 26/11/2007, de transferência obrigatória para obras do PAC e seu monitoramento é feito exclusivamente através do SISPAC.

O valor é de R\$99.251.597,53, dos quais R\$5.000.000,00 são de responsabilidade do Governo do Estado do Ceará.

Conforme TA01 homologado em 18/05/15, sua vigência atual é 31/12/16.

1) Medidas adotadas para sanear as transferências na situação de inadimplente.

Não existem situações de inadimplência no que tange ao Termo de Compromisso gerido por este GEFOR.

2) Situação das transferências efetuadas no exercício frente ao disposto no Art. 35 do Decreto 93.872/86 e do art. 12 do Decreto 7.680/2012, ou legislação que o altere.

A CBTU vem cumprindo na íntegra o contido nos artigos dos Decretos supracitados.

O Termo de Compromisso previa as seguintes transferências de recursos:

Em 2013 – R\$33.956.179,92

Em 2014 – R\$60.295.417,61

Dos R\$33.956.179,92 previstos para liberação em 2013, só ocorreu a transferência dos R\$7.121.069,00 da LOA 2013 para a Linha Sul.

Em 31/07/2013 a CBTU cadastrou no SIOP (Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento do Ministério do Planejamento) o pedido de crédito Suplementar da parcela restante, de R\$26.835.111,00, prevista para 2013 no Termo de Compromisso.

Em 13/12/2013 foi publicado no DOU Decreto de 12/12/2013 em que é aberto no Orçamento Fiscal da União os recursos solicitados.

Em 13/12/2013 a CBTU empenhou o suplemento previsto para o exercício de 2013, porém sua liberação não ocorreu até 31/12/2013, se tornando Resto a Pagar.

A liberação e transferência do complemento à 1ª. remessa para Fortaleza se deu em 21/02/14.

Ao longo de 2014 o METROFOR atualizou suas Prestações de Contas e ficou habilitada ao recebimento da 2ª. Parcela de Recursos.

Por restrições financeiras ao final de 2014, tal recurso veio a ser encaminhado para Fortaleza em 14/01/15.

Durante o ano de 2015 ocorreram novos contingenciamentos e não houve mais nenhuma remessa de recursos para Fortaleza. O saldo do TC 001/2013 permanece em R\$30,295 milhões.

3) Medidas adotadas para gerir as transferências no exercício de 2015.

Transferências efetuadas até 31/12/2015:

Data	Valor (R\$)	Referência
03/09/2013	7.121.069,00	Parte da 1ª. remessa (LOA2013)
21/02/2014	26.835.110,92	Compl. 1ª. remessa (Suplem.RAP 2013)
05/01/2015	14.003.362,91	Parte da 2ª. remessa (RAP 2014)
14/01/2015	15.996.637,09	Compl. 2ª. remessa (RAP 2014)

A Ação “Ventilação do túnel”, representando R\$23 milhões, teve como resultado, em 21/08/14, de sua 1ª. licitação - “sem vencedor”.

Uma 2ª. licitação na forma de pregão eletrônico foi realizada em 08/05/15 e não teve participantes. Com previsão de 2 anos para sua execução, e face à necessidade em re-licitar pela 3ª. vez, foi feita

uma readequação nos termos de compromisso e ação Ventilação migrou para o Termo de Compromisso 001/2014.

Assim, foi assinado o termo de alteração TA1 ao TC 001/2013, visando a dilatação do prazo em mais um ano, até 31/12/16 e adequações no Plano de Trabalho. A nova divisão de remessas passou para:

1ª. parcela: R\$33,956 milhões – encaminhada;

2ª. parcela: R\$30 milhões – encaminhada;

3ª. parcela: R\$16 milhões - pendente – seria para o 2º. Semestre de 2015;

4ª. parcela: R\$14,295 milhões – 1º semestre de 2016.

4) Análise da evolução das prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2015, quanto á eficácia dos procedimentos adotados, bem como quanto à disponibilidade adequada de recursos humanos e matérias para tanto.

O METROFOR encaminhou 8 (oito) prestações de contas - PCs, contemplando a aplicação de recursos até 30/09/2015 e, segundo informações, está sendo encaminhada a 9ª. PC, contemplando a aplicação dos recursos até 31/12/2015.

As 6 primeiras PCs estão aprovadas e as demais encontram-se em análise, uma vez que chegaram em dez/2015.

O acompanhamento mensal do GEFOR é feito a partir das informações prestadas, principalmente, pelas empresas responsáveis pela Fiscalização dos serviços – Concremat e Ductor.

Quanto à adequação dos materiais e dos recursos humanos necessários, limitamo-nos às disponibilidades orçamentárias.

5) Estruturas de controle definidas para o gerenciamento das transferências, informando, inclusive, a capacidade de fiscalização in loco da execução dos planos de trabalho contratados.

Para o acompanhamento diário das obras foram contratadas três empresas que emitem, com regularidade, relatórios técnicos e gerencias. A empresa que faz o Gerenciamento cuida de toda a obra, incluindo o acompanhamento financeiro e as prestação de contas e do controle dos contratos. Existem duas empresas, sendo uma responsável pela fiscalização das obras civis e a outra pela fiscalização dos sistemas fixos, de energia e subestações, eletrificação da via, telecomunicações, sinalização, equipamentos de oficina e material rodante;

A periodicidade das visitas técnicas a Fortaleza, pelo Gestor e Fiscal da CBTU, estão limitadas às disponibilidades orçamentárias da Empresa.

6) Análise da efetividade das transferências como instrumento de execução descentralizado das políticas públicas a cargo da UJ.

Conforme já apontado, R\$63.956.179,92 foram encaminhados e, segundo Ofícios do METROFOR de novembro e dezembro/15, todos os recursos já foram utilizados, e já existem pagamentos pendentes, segundo a 9ª. PC, aguardando novos recursos da União.

Por outro lado, a 3ª. remessa de recursos continua com data de envio indefinida podendo, inclusive, vir a se mesclar com a 4ª. parcela.

Encontram-se em estudo alternativas para tentar resolver os problemas de contingenciamento da União.

O METROFOR, por sua vez, aparenta ter formalizado a readequação de prazos em alguns de seus Contratados.

TERMO DE COMPROMISSO 001/2014

O Termo de Compromisso TC 001/2014 assinado em 19/09/14, visa a conclusão das obras na Linha Sul do Metro de Fortaleza e também é amparado juridicamente pela Lei 11.578 de transferência obrigatória para as obras do PAC, tendo seu monitoramento através do SISPAAC.

Seu valor é de R\$191.800.000,00, dos quais R\$150.000.000,00 de responsabilidade da União e R\$41.800.000,00 do Governo do Estado do Ceará e sua vigência é até 31/12/2018.

1) Medidas adotadas para sanear as transferências na situação de inadimplente.

Não existem situações de inadimplência no que tange ao Termo de Compromisso gerido por este GEFOR.

2) Situação das transferências efetuadas no exercício frente ao disposto no Art. 35 do Decreto 93.872/86 e do art. 12 do Decreto 7.680/2012, ou legislação que o altere.

A CBTU vem cumprindo na íntegra o contido nos artigos dos Decretos supracitados.

O Termo de Compromisso prevê as seguintes transferências de recursos:

Em 2014 - R\$77.700.000,00 – Previsto na LOA 2014;

Em 2015 - R\$30.000.000,00 – A conquistar;

Em 2016 - R\$22.300.000,00 – A conquistar;

Em 2017 - R\$20.000.000,00 – A conquistar.

A LOA2014, no valor de R\$77.704.582,39 para o TC 001/2014, foi integralmente empenhada em 15/08/14. O pedido para envio da 1a. remessa de recursos, pelo METROFOR foi autorizada pela CBTU em 21/10/14 e o pedido para Brasília foi encaminhado em 24/10/14.

3) Medidas adotadas para gerir as transferências no exercício de 2015.

Em 14/01/2015 foram encaminhados os R\$77,7 milhões referentes a 1ª. Parcela de recursos.

Os atrasos nas Licitações, assim como o resultado da Licitação de Ventilação, tornaram inócuo o envio da 2ª. remessa de recursos em 2015.

4) Análise da evolução das prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2015, quanto á eficácia dos procedimentos adotados, bem como quanto à disponibilidade adequada de recursos humanos e matérias para tanto.

Somente em dezembro/2015 foi apresentada a 1ª. Prestação de Contas.

Cumprir observar que o maior contrato deste Termo de Compromisso se refere ao Sistema de Sinalização, com contrato assinado somente em 14/07/2015.

O Sistema de Ventilação dos Túneis, re-licitado na modalidade de pregão eletrônico em 08/05/15, teve participação deserta (sem participantes).

Quanto à adequação dos materiais e dos recursos humanos necessários, limitamo-nos às disponibilidades orçamentárias.

5) Estruturas de controle definidas para o gerenciamento das transferências, informando, inclusive, a capacidade de fiscalização in loco da execução dos planos de trabalho contratados.

Para o acompanhamento diário das obras foram contratadas três empresas que emitem, com regularidade, relatórios técnicos e gerências. Uma das empresas faz a fiscalização das obras civis; a outra faz a fiscalização dos sistemas de energia e subestações, eletrificação da via, equipamentos de oficina e material rodante; e uma terceira faz o gerenciamento de toda a obra, incluindo a parte financeira (prestação de contas) e controle dos contratos.

Quanto a periodicidade das visitas técnicas ao local dos serviços por parte do Gestor e Fiscal da CBTU, elas estão limitadas às disponibilidades orçamentárias da Empresa.

6) Análise da efetividade das transferências como instrumento de execução descentralizado das políticas públicas a cargo da UJ.

Não existe ainda uma previsão para empenho e envio da 2ª. remessa de recursos.

Mantido o ritmo proposto no principal Contrato em andamento, a 2ª. remessa se fará necessária em meados de 2016.

2.4 – Desempenho Operacional

No exercício de 2015, a CBTU alcançou um resultado praticamente igual ao de 2014, em relação ao número de passageiros transportados. Em 2015 foram transportados 179.891.822 passageiros, número apenas 0,3% inferior ao de 2014.

Esta interrupção no crescimento do atendimento à população foi devida, essencialmente, à redução verificada em Belo Horizonte, que, em 2015, passou a enfrentar uma concorrência predatória das linhas de BRT. Por este motivo, naquela unidade foi verificado um decréscimo de 5,45% na demanda total, correspondendo a menos 3.300.517 passageiros transportados em relação a 2014. Como consequência, a receita operacional foi reduzida em 7,4%, equivalentes a uma perda de R\$7.568.373.

Nesta linha de resultados negativos, encontra-se, também, a unidade de Maceió, a qual, por necessidade de execução de serviços de recuperação na via permanente, reduziu a grade horária, o que levou a uma redução de 17,4% em relação ao resultado de 2014. Estes números, no entanto, tendem a ser revertidos, pois ao término das obras, o número de viagens executado voltará ao normal.

As demais unidades apresentaram crescimento no atendimento à população. Em Recife, a demanda total aumentou para 112.246.054, (acrécimo de 1,8%). O maior aumento foi verificado em Natal (55,05%), devido à entrada em operação regular dos 3 VLT e das duas locomotivas já entregues. Corroborando com este resultado, a regularidade passou de 86,9% para 99,1%, melhorando a qualidade do serviço prestado.

Em João Pessoa, foram transportados 1.949.623 passageiros, resultado 18,6% superior ao de 2014. Como consequência deste índice, a receita também mostrou um resultado positivo, aumentando 3,8% em relação a 2014. A relação de crescimento não é direta, uma vez que é afetada pela forma de partição tarifária nos sistemas em que há integração com outros modais.

Com relação ao custo, este é limitado à dotação autorizada para a ação de Funcionamento dos Sistemas, a qual é insuficiente para prover adequadamente todos os contratos de compra de materiais e prestação de serviços necessários nos cinco sistemas.

Esta ação, nos últimos 6 anos, apresentou aumento na dotação autorizada incompatível com o crescimento verificado na prestação de serviço de transporte metro-ferroviário urbano de passageiros. No quadro a seguir são mostrados alguns índices a respeito:

	2010	2011	2012	2013	2014	2015
DEMANDA TRANSPORTADA	125.002.981	139.003.364	141.893.686	170.335.300	180.458.674	179.891.822
VIAGENS REALIZADAS	247.580	272.993	274.185	293.579	307.339	312.594
QUILOMETRAGEM PERCORRIDA	5.423.147	5.740.535	5.410.271	6.005.341	6.267.476	6.378.926
FROTA OPERACIONAL (TUE + CARROS + VLT)	40+41+0	40+41+0	41+44+4	46+45+8	52+46+11	57+48+14
ORÇAMENTO CUSTEIO	155.630.866	160.410.375	182.129.207	186.767.630	186.767.630	179.947.272

Com esta restrição, agregada à estagnação dos orçamentos anuais aprovados, há um passivo crescente na área de manutenção envolvendo instalações prediais, via permanente, material rodante e sistemas fixos. Anualmente, é demonstrado, na proposta orçamentária da CBTU, o montante necessário para suprir todas estas carências.

2.5 – Apresentação e Análise de Indicadores de Desempenho

2.5.1 – Informações e Indicadores sobre o Desempenho Operacional

Como consequência da recomendação da CGU em seu relatório 20137554, em 2014 foi constituído Grupo de Trabalho para estabelecer metas e reformular os indicadores de desempenho. Em seu relatório final, foi estabelecida uma relação de 14 indicadores, contemplando os atributos de eficácia, eficiência e qualidade.

A Resolução da Diretoria de Planejamento, Expansão e Marketing nº 005, de 26 de março de 2015, determinou “A IMEDIATA UTILIZAÇÃO DOS INDICADORES PROPOSTOS PELO GRUPO DE TRABALHO NOS RELATÓRIOS DA EMPRESA, SEM DEIXAR DE REALIZAR O ACOMPANHAMENTO DOS DEMAIS INDICADORES JÁ UTILIZADOS”.

As principais metas propostas pelas Superintendências em seu planos de ação para o exercício de 2015 e os resultados alcançados estão relacionados abaixo. A análise destes resultados está apresentada no item 2.4 – DESEMPENHO OPERACIONAL.

Quadro A.2.5.1.A – Metas Operacionais propostas e realizadas no exercício de 2015

	METAS PROPOSTAS	VALORES ALCANÇADOS	
BELO HORIZONTE			
DEMANDA TOTAL:	70.000.000	61.137.535	
DEMANDA MÉDIA DIA UTIL:	232.000	202.232	
RECEITA TOTAL:	R\$ 114.000.000	100.431.539	
TAXA DE COBERTURA PLENA:	55,30%	48,3%	
RECIFE			
DEMANDA TOTAL:	120.000.000	112.246.054	
DEMANDA MÉDIA DIA UTIL:	400.000	367.487	
RECEITA TOTAL:	R\$ 91.700.000		com reajuste de tarifa
RECEITA TOTAL:	R\$ 68.640.000	68.520.332	sem reajuste de tarifa
TAXA DE COBERTURA PLENA:	31,12%		com reajuste de tarifa
TAXA DE COBERTURA PLENA:	25,60%	23,6%	sem reajuste de tarifa
NATAL			
DEMANDA TOTAL:	2.081.800	2.390.099	
DEMANDA MÉDIA DIA UTIL:	6.820	8.535	
RECEITA TOTAL:	R\$ 1.070.000	1.202.777	
TAXA DE COBERTURA PLENA:	7,40%	4,4%	
JOÃO PESSOA			
DEMANDA TOTAL:	1.715.000	1.949.623	
DEMANDA MÉDIA DIA UTIL:	6.800	6.982	
RECEITA TOTAL:	R\$ 960.000	1.042.740	
TAXA DE COBERTURA PLENA:	5,64%	4,9%	
MACEIÓ			
DEMANDA TOTAL:	2.678.000	2.168.511	
DEMANDA MÉDIA DIA UTIL:	9.300	8.042	
RECEITA TOTAL:	R\$ 1.320.000	1.111.162	
TAXA DE COBERTURA PLENA:	3,61%	4,0%	
Consolidando os cinco sistemas:			
CBTU			
DEMANDA TOTAL:	196.474.800	179.891.822	
DEMANDA MÉDIA DIA UTIL:	654.920	593.277	
RECEITA TOTAL:	R\$ 209.000.000		com reajuste de tarifa em Recife
RECEITA TOTAL:	R\$ 185.990.000	172.308.549	sem reajuste de tarifa em Recife
TAXA DE COBERTURA PLENA:	36,15%		com reajuste de tarifa em Recife
TAXA DE COBERTURA PLENA:	32,17%	30,0%	sem reajuste de tarifa em Recife

Fonte: GAPLO

A seguir estão relacionados os conceitos e formulações dos indicadores definidos por Grupo de Trabalho específico, contemplando os atributos de eficácia, eficiência e qualidade.

. INDICADORES DE DESEMPENHO

DESCRIPTIVO DOS INDICADORES

EFICÁCIA

1. Passageiros Transportados

Descrição: Quantifica o número de passageiros transportados por mês.

Objetivo Empresarial: Apresentar o grau de eficácia da empresa (volume de passageiros transportados).

Métrica (fórmula): não há

Periodicidade: Mensal

2. Média de Passageiros Transportados Dias Úteis

Descrição: Quantifica o número médio de passageiros transportados nos dias úteis típicos.

Objetivo Empresarial: Apresentar o grau de eficácia da empresa (volume de passageiros transportados) nos dias úteis típicos.

Métrica (fórmula): N° de Passageiros Transportados nos Dias Úteis/ N° de Dias Úteis Típicos

Periodicidade: Mensal

3. Índice de Visibilidade

Descrição: Apresenta o volume percentual de passageiros transportados pelo sistema em relação aos demais modais de transporte.

Objetivo Empresarial: Medir o grau de inserção do sistema na matriz de transportes urbanos/metropolitanos.

Métrica (fórmula): $(\text{N}^\circ \text{ de Passageiros Transportados} / \text{N}^\circ \text{ de Passageiros Transportados no Sistema de Transporte Público de Passageiros (STPP) Local}) * 100$

Periodicidade: Mensal

4. Índice de Passageiro por Quilômetro

Descrição: Mede o número médio de passageiros transportados por quilômetro rodado da frota.

Objetivo Empresarial: Indicar o grau de carregamento médio do sistema.

Métrica (fórmula): $\text{N}^\circ \text{ de Passageiros Transportados} / \text{Quilometragem da Frota}$

Periodicidade: Mensal

EFICIÊNCIA

5. Taxa de Cobertura Plena

Unidade: %

Descrição: Demonstra a relação da soma da receita operacional e receita patrimonial com a despesa total.

Objetivo Empresarial: Indicar o nível de lucratividade do sistema.

Métrica (fórmula): $[(\text{Receita Operacional} + \text{Receita Patrimonial}) / \text{Despesas Totais}] * 100$

Periodicidade: Mensal

6. Custo por passageiro

Unidade: R\$

Descrição: Indica a relação entre a despesa total e o número de passageiros transportados.

Objetivo Empresarial: Medir o custo unitário (por passageiro transportado) do sistema.

Métrica (fórmula): Despesas Totais/Nº de Passageiros Transportados

Periodicidade: Mensal

7. Custo por Quilômetro

Unidade: R\$

Descrição: Indica a relação entre a despesa total e a quilometragem percorrida.

Objetivo Empresarial: Medir o custo por quilômetro percorrido no sistema.

Métrica (fórmula): Despesas Totais/Quilometragem da Frota

8. Tarifa Efetiva Média

Unidade: R\$

Descrição: Indica a relação entre a receita de transporte e o número total de passageiros transportados.

Objetivo Empresarial: Medir a tarifa efetiva auferida pelo sistema, dadas as características da integração tarifária e gratuidades.

Métrica (fórmula): Receita de Transporte/Nº de Passageiros Transportados

Periodicidade: Mensal

9. Índice de Integração Tarifária

Sigla: IIT

Unidade: %

Descrição: Indica a relação entre os passageiros integrados (pagantes e não pagantes) e o número total de passageiros.

Objetivo Empresarial: Medir o grau de integração do sistema com outros modais de transporte.

Métrica (fórmula): (Nº Passageiros Integrados/Nº Passageiros Transportados)*100

Sentido: Depende dos objetivos da empresa

Periodicidade: Mensal

Área Responsável: Planejamento (Operadoras)

10. Índice de Receita Extraoperacional

Unidade: %

Descrição: Indica a relação entre a receita obtida por outras fontes distintas da tarifa e a receita total.

Objetivo Empresarial: Medir a eficiência da empresa em auferir receitas com negócios que não o transporte de passageiros.

Métrica (fórmula): [(Receita Extraoperacional – Receita Financeira)/ Receita Total]*100

Periodicidade: Mensal

QUALIDADE

11. Índice de Regularidade

Unidade: %

Descrição: Indica a proporção percentual entre viagens realizadas e programadas.

Objetivo Empresarial: Medir a qualidade da programação de viagens, ou seja, se o número de viagens programado está sendo efetivamente entregue (realizado) para os passageiros.

Métrica (fórmula): $[Viagens Realizadas / (Viagens Programadas + Viagens Extras)] * 100$

Periodicidade: Mensal

12. Índice de Pontualidade

Unidade: %

Descrição: Indica a relação entre as viagens realizadas no horário e o total de viagens realizadas. Não inclui viagens canceladas.

Objetivo Empresarial: Medir a capacidade do sistema em oferecer viagens com pontualidade para os passageiros.

Métrica (fórmula): $(Viagens no Horário / Viagens Realizadas) * 100$

Periodicidade: Mensal

13. Índice de Segurança do Passageiro

Unidade: por milhão

Descrição: Indica o número de ocorrências de passageiros acidentados por milhão de passageiros transportados.

Objetivo Empresarial: Medir a qualidade do serviço prestado em termos de segurança para o passageiro.

Métrica (fórmula): $[(Passageiros Acidentados * 10^6) / Passageiros Transportados]$

Periodicidade: Mensal

14. Índice de Confiabilidade do Sistema

Unidade: Un

Descrição: Indica a confiabilidade do sistema operacional, traduzido pela quilometragem média que cada composição percorre sem falhas.

Objetivo Empresarial: Medir a qualidade do serviço prestado em termos da segurança e manutenção do sistema operacional.

Métrica (fórmula): Quilometragem Percorrida pela Frota/Falhas no Sistema Operacional

Periodicidade: Mensal

MÉTRICAS DOS INDICADORES DE DESEMPENHO OPERACIONAL

INDICADORES		UNIDADE	MÉTRICAS
EFICÁCIA	Passageiros transportados	Mil	Dado fornecido
	Passageiros por dia útil	Mil	nº de passageiros transportados nos dias úteis / nº de dias úteis típicos no mês
	Índice de Visibilidade	%	$(\text{nº de passageiros Transportados} / \text{nº de passageiros transportados no Sistema de Transporte Público de Passageiros (STPP) local}) * 100$
	Índice de passageiro por Km	Un	nº de passageiros transportados / quilometragem percorrida
EFICIÊNCIA	Taxa de Cobertura Plena	%	$[(\text{receita operacional} + \text{receita patrimonial}) / \text{custo total}] * 100$
	Custo por Passageiro	R\$	custo total / nº de passageiros transportados
	Custo por Km	R\$	custo total / quilometragem percorrida
	Tarifa Efetiva Média	R\$	receita de transporte / nº de passageiros transportados
	Índice de Integração Tarifária	%	$(\text{nº de passageiros integrados} / \text{nº de passageiros transportados}) * 100$
	Índice de Receita extraoperacional	%	$[(\text{receita extraoperacional} - \text{receita financeira}) / \text{receita total}] * 100$
QUALIDADE	Regularidade	%	$[\text{viagens realizadas} / (\text{viagens programadas} + \text{viagens extras})] * 100$
	Pontualidade	%	$(\text{viagens no horário} / \text{viagens realizadas}) * 100$
	Índice de Segurança do Passageiro	por milhão	$[(\text{passageiros acidentados} * 10^6) / \text{passageiros transportados}]$
	Índice de Confiabilidade do Sistema	Un	quilometragem percorrida / falhas no sistema operacional

Quadro A.2.5.1.B – Indicadores operacionais - série histórica e exercício de 2015

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE BELO HORIZONTE

INDICADORES DE DESEMPENHO EMPRESARIAL

INDICADORES		Anos Anteriores				Meta 2015	2015	Variação(%) 2014/2015
		2011	2012	2013	2014			
EFICÁCIA	Passageiros transportados (mil)	57.381	57.419	64.985	64.438	67.451	61.138	-5,1
	Passageiros por dia útil (mil)	193,8	205,9	221,5	216,5	226,7	202,2	-6,6
	Índice de Visibilidade (%)	-	-	-	-		8,3	-
	Índice de passageiro po Km	22,3	23,8	25,3	24,4		23,5	-3,7
EFICIÊNCIA	Taxa de cobertura plena (%)	62,7	59,2	60,4	60,3	55,3	48,5	-19,6
	Custo por passageiro	2,4	2,7	2,7	2,8	3,1	3,4	21,9
	Custo por Km	54,3	63,5	67,6	67,5		79,2	17,3
	Tarifa Efetiva Média (R\$)	1,49	1,54	1,55	1,59		1,56	-2,1
	Índice de integração Tarifária	34,9	36,5	33,7	29,4		28,5	-
	Índice de receita extraoperacional	2,5	3,5	4,3	4,9		5,5	11,3
QUALIDADE	Regularidade (%)	98,9	98,9	98,6	99,1		98,3	-0,8
	Pontualidade (%)	97,7	98,0	97,7	98,2		96,8	-1,5
	Índice de Segurança do Passageiro	2,63	2,44	1,35	0,69		1,23	78,4
	Índice de Confiabilidade do Sistema	10.825	8.404	7.378	8.379		7.221	-13,8

Em 2015 o sistema de Belo Horizonte enfrentou a concorrência predatória de linhas de BRT, que captaram parte da demanda de passageiros

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE RECIFE

INDICADORES DE DESEMPENHO EMPRESARIAL

INDICADORES		Anos Anteriores				Meta 2015	2015	Variação(%) 2014/2015
		2011	2012	2013	2014			
EFICÁCIA	Passageiros transportados (mil)	76.660	79.607	99.775	110.157	120.000	112.246	1,9
	Passageiros por dia útil (mil)	244,9	265,8	322,9	358,7	360,0	367,5	2,5
	Índice de Visibilidade (%)	-	-	-	-	-	20,20	-
	Índice de passageiro po Km	31,1	34,5	34,5	36,2	-	35,7	-1,4
EFICIÊNCIA	Taxa de cobertura plena (%)	24,4	23,6	26,1	25,0	23,3	23,6	-5,5
	Custo por passageiro	2,9	2,9	2,6	2,5	2,2	2,6	5,3
	Custo por Km	90,9	101,4	88,5	88,7	-	92,1	3,8
	Tarifa Efetiva Média (R\$)	0,70	0,68	0,66	0,60	-	0,60	-0,3
	Índice de integração Tarifária	65,0	65,0	65,0	65,0	-	65,0	0,0
	Índice de receita extraoperacional	1,8	1,6	1,8	1,9	-	1,5	-18,4
QUALIDADE - Linha Elétrica	Regularidade (%)	95,2	93,7	93,9	93,0	-	93,8	0,8
	Pontualidade (%)	91,4	91,3	85,6	84,7	-	78,0	-7,9
	Índice de Segurança do Passageiro	2,8	3,9	2,9	2,0	-	1,5	-25,6
	Índice de Confiabilidade do Sistema	2.207	992	746	639	-	911	42,5
QUALIDADE - Linha Diesel	Regularidade (%)	95,2	94,5	96,4	99,5	-	96,9	-2,6
	Pontualidade (%)	90,0	92,2	99,0	99,8	-	98,8	-1,0
	Índice de Segurança do Passageiro	2,1	0,7	3,7	0,8	-	1,0	23,8
	Índice de Confiabilidade do Sistema	0	0	4.708	6.968	-	1.750	-74,9

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE NATAL

INDICADORES DE DESEMPENHO EMPRESARIAL

INDICADORES		Anos Anteriores				Meta 2015	2015	Variação(%) 2014/2015
		2011	2012	2013	2014			
EFICÁCIA	Passageiros transportados (mil)	1.851	1.126	1.545	1.541	2.082	2.390	55,1
	Passageiros por dia útil (mil)	7,2	4,3	5,8	6,0	6,8	8,5	41,6
	Índice de Visibilidade (%)	-	-	-	-	-	-	-
	Índice de passageiro po Km	12,2	9,5	9,4	9,7	-	13,1	35,8
EFICIÊNCIA	Taxa de cobertura plena (%)	6,0	3,5	3,7	3,6	3,6	4,4	20,7
	Custo por passageiro	8,3	13,6	13,2	13,6	12,8	11,3	-17,0
	Custo por Km	101,0	129,7	124,2	131,2	-	148,0	12,8
	Tarifa Efetiva Média (R\$)	0,47	0,47	0,47	0,49	-	0,49	-0,2
	Índice de integração Tarifária	-	-	-	-	-	-	-
	Índice de receita extraoperacional	4,2	0,7	2,1	6,6	-	2,7	-59,8
QUALIDADE	Regularidade (%)	81,5	64,6	88,5	86,9	-	99,1	14,1
	Pontualidade (%)	68,0	46,9	66,2	71,9	-	93,8	30,4
	Índice de Segurança do Passageiro	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,42	-
	Índice de Confiabilidade do Sistema	224	112	211	296	-	1.210	308,5

A partir de Janeiro de 2015 o sistema passou a operar em um maior numero de viagens com os VLT's 01, 02 e 03 em substituição das locomotivas nas linhas norte e sul. Gerando um aumento na demanda de passageiros.

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE JOÃO PESSOA

INDICADORES DE DESEMPENHO EMPRESARIAL

INDICADORES		Anos Anteriores				Meta 2015	2015	Variação(%) 2014/2015
		2011	2012	2013	2014			
EFICÁCIA	Passageiros transportados (mil)	2.273	2.129	1.818	1.643	1.715	1.950	18,6
	Passageiros por dia útil (mil)	8,1	7,3	6,5	5,6	6,8	7,0	25,5
	Índice de Visibilidade (%)	-	-	-	-	-	-	-
	Índice de passageiro po Km	11,3	10,5	8,8	7,7	-	9,0	17,0
EFICIÊNCIA	Taxa de cobertura plena (%)	7,0	6,7	5,3	5,0	5,6	4,9	-0,7
	Custo por passageiro	7,1	7,7	10,0	10,5	10,1	10,9	3,6
	Custo por Km	80,0	80,5	88,4	81,0	-	98,2	21,2
	Tarifa Efetiva Média (R\$)	0,47	0,47	0,46	0,48	-	0,48	0,2
	Índice de integração Tarifária	-	-	-	-	-	-	-
	Índice de receita extraoperacional	7,4	8,8	11,6	8,9	-	10,7	20,0
QUALIDADE	Regularidade (%)	93,1	88,9	90,1	95,8	-	98,3	2,6
	Pontualidade (%)	74,9	77,7	55,5	54,7	-	86,5	58,0
	Índice de Segurança do Passageiro	0,88	0,00	3,00	1,83	-	0,00	-100,0
	Índice de Confiabilidade do Sistema	147	143	78	81	-	169	108,8

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE MACEIÓ

INDICADORES DE DESEMPENHO EMPRESARIAL

INDICADORES		Anos Anteriores				Meta 2015	2015	Variação(%) 2014/2015
		2011	2012	2013	2014			
EFICÁCIA	Passageiros transportados (mil)	838	1.613	2.212	2.679	2.797	2.169	-19,1
	Passageiros por dia útil (mil)	2,8	5,5	7,9	9,5	10,3	8,0	-15,8
	Índice de Visibilidade (%)	-	-	-	-	-	2,1	-
	Índice de passageiro po Km	10,6	12,3	12,9	13,1	-	9,5	-27,2
EFICIÊNCIA	Taxa de cobertura plena (%)	1,9	4,2	4,4	5,7	3,6	4,0	-29,6
	Custo por passageiro	26,7	12,0	10,8	8,9	13,6	12,6	40,8
	Custo por Km	283,3	147,7	139,0	116,8	-	119,7	2,5
	Tarifa Efetiva Média (R\$)	0,47	0,48	0,46	0,48	-	0,47	-2,3
	Índice de integração Tarifária	-	-	-	-	-	-	-
	Índice de receita extraoperacional	4,8	0,7	4,4	6,3	-	8,7	38,7
QUALIDADE	Regularidade (%)	91,5	90,9	96,5	96,2	-	93,6	-2,7
	Pontualidade (%)	76,2	79,8	73,4	94,0	-	94,9	0,9
	Índice de Segurança do Passageiro	1,19	1,24	0,49	0,00	-	0,46	-
	Índice de Confiabilidade do Sistema	173	352	246	456	-	787	72,4

Durante o ano de 2015 houve uma redução nos números da STU Maceió devido a obra de remodelação da via permanente (km's 322+300 ao 326) e obras de remodelação e construção de duas estações (Mercado e Bom Parto), gerando readequação da grade horária por operação em dois trechos que se comunicam por meio de transporte integrado (ônibus) fornecido pela prefeitura de rio largo. embora o aumento da oferta de viagens, não houve aumento de passageiros pagantes e tranportados devido a demora no deslocamento gerando migração para outros modais. (Fonte CCO-STU-MAC).

CBTU TOTAL

INDICADORES DE DESEMPENHO OPERACIONAL

INDICADORES		Anos Anteriores				Meta 2015	2015	Variação(%) 2014/2015
		2011	2012	2013	2014			
EFICÁCIA	Passageiros transportados (mil)	139.003	141.894	170.335	180.459	194.045	179.892	-0,3
	Passageiros por dia útil (mil)	457	489	565	596	610	593	-0,5
	Índice de Visibilidade (%)	-	-	-	-	-	-	-
	Índice de passageiro po Km	24,2	26,2	28,4	28,8	-	28,2	-2,1
EFICIÊNCIA	Taxa de cobertura plena (%)	34,7	33,9	35,4	34,9	34,0	30,1	-13,8
	Custo por passageiro	24,2	26,2	28,4	28,8	2,8	28,2	-2,1
	Custo por Km	3,0	3,1	2,9	2,8	-	3,2	12,3
	Tarifa Efetiva Média (R\$)	1,02	1,02	0,99	0,95	-	0,92	-3,4
	Índice de integração Tarifária	0,5	0,5	0,5	0,5	-	0,5	-
	Índice de receita extraoperacional	2,3	2,8	3,4	3,8	-	3,9	3,5
QUALIDADE	Regularidade (%)	96,0	94,5	95,3	95,0	-	95,4	0,4
	Pontualidade (%)	92,3	92,2	88,7	88,6	-	85,3	-3,8
	Índice de Segurança do Passageiro	2,6	3,2	2,2	1,5	-	1,4	-8,2
	Índice de Confiabilidade do Sistema	1.033	694	670	733	-	1.006	37,1

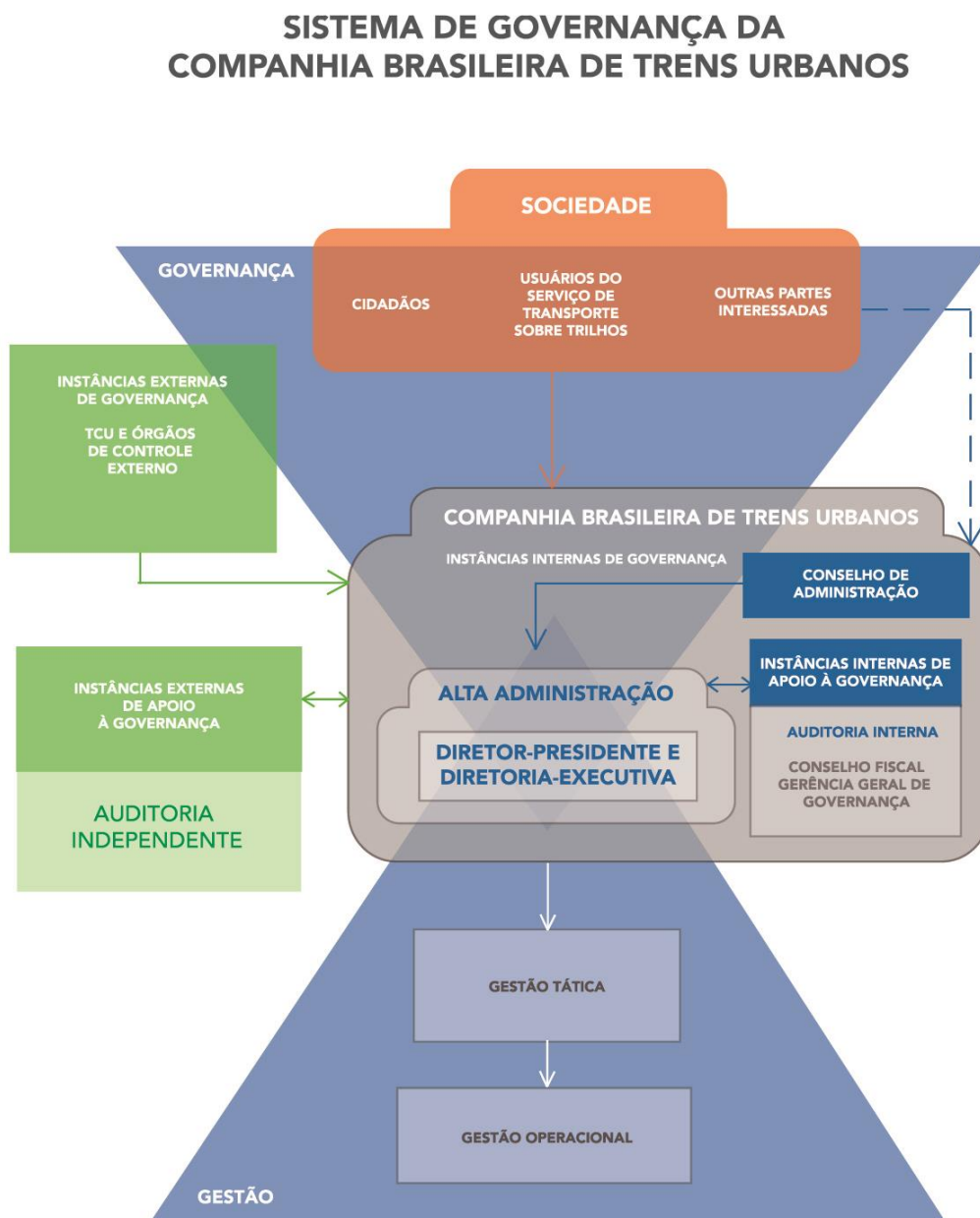
3. GOVERNANÇA

3.1 - Descrição das Estruturas de Governança

Sistema de Governança da CBTU

O Sistema de Governança da CBTU é a estrutura existente na Companhia que garante a organização, a participação e as diretrizes necessárias à interação de todos os atores, a fim de que sejam obtidos e aprimorados mecanismos adequados à boa governança corporativa, como segregação de funções estratégicas, balanceamento de poder, transparência e responsabilização.

Para o estabelecimento de sua estrutura, foi adotado o modelo proposto pelo Tribunal de Contas da União em seu Referencial Básico de Governança Aplicável a Órgãos e Entidades da Administração Pública (BRASIL, 2014), dividindo-se as estruturas internas, as externas e as de apoio à governança (internas e externas).



Instâncias do Sistema de Governança da CBTU:

a) Instâncias Internas de Governança

As Instâncias Internas de Governança são responsáveis pela definição e condução da estratégia da Companhia, de forma a melhor atender ao interesse público. Para a gestão da estratégia, seu monitoramento e controle, estes órgãos possuem as competências elencadas a seguir.

1- Conselho de Administração

Conforme definido no Estatuto Social da CBTU é de competência do **Conselho de Administração**, além das atribuições previstas em Lei:

- I. aprovar os planos de contas e as normas gerais de contabilidade da CBTU bem como os critérios básicos de correção monetária e de depreciação;
- II. manifestar-se, por proposta da Diretoria, sobre a destinação dos resultados econômico-financeiros, inclusive a criação e utilização de reservas patrimoniais;
- III. deliberar sobre a criação ou extinção das dependências e unidades de que trata o art. 2º do Estatuto Social;
- IV. fixar o preço e as condições de emissão, colocação, subscrição e integralização de ações representativas do capital social da CBTU, submetendo à decisão da Assembleia Geral;
- V. aprovar normas gerais para licitação e celebração de contratos, convênios, acordos e ajustes de qualquer natureza, e outros atos formais de relacionamento “ad negotia” da CBTU;
- VI. manifestar-se previamente ao encaminhamento às autoridades superiores sobre os quadros, os níveis salariais e o regulamento do pessoal da CBTU;
- VII. autorizar a Diretoria a adquirir, onerar ou alienar bens imóveis da CBTU;
- VIII. aprovar o regimento interno da CBTU;
- IX. disciplinar a concessão de férias aos membros da Diretoria, inclusive no que se refere à sua conversão em espécie, vedado o pagamento em dobro da remuneração relativa a férias não gozadas.

2- Diretoria Executiva

À **Diretoria Executiva**, conforme definido no Estatuto Social, compete:

- I. executar as diretrizes e a orientação geral dos negócios da CBTU estabelecidas pela lei, pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Administração;
- II. adquirir, onerar ou alienar bens imóveis da CBTU desde que autorizada pelo Conselho de Administração;
- III. adquirir, onerar ou alienar participações em outras empresas, mediante decisão da Assembleia Geral.
- IV. aprovar as demonstrações financeiras que devam ser submetidas à Assembleia Geral através do Conselho de Administração;
- V. propor ao Conselho de Administração, através do Diretor-Presidente, as políticas, diretrizes, planos, programas e orçamentos plurianuais e anuais da CBTU, bem como suas alterações;

- VI. propor ao Conselho de Administração a organização geral da CBTU, com vistas a dotá-la de estrutura adequada à consecução dos objetivos sociais;
- VII. propor ao Conselho de Administração os quadros, os níveis salariais e o regulamento do pessoal da CBTU, indicando os seus direitos e obrigações;
- VIII. propor ao Conselho de Administração as normas gerais para a aquisição e alienação de materiais, equipamentos e outros bens da CBTU, disciplinando, inclusive, a baixa e destino dos inservíveis;
- IX. propor ao Conselho de Administração a realização de operações de crédito e a celebração de contratos de financiamento, no País ou no Exterior, assim como a concessão de avais ou fianças e a prática de atos que importem em renúncia, transação ou compromisso arbitral;
- X. manifestar-se junto ao Conselho de Administração sobre a criação e a extinção de filiais, representações, agências, escritórios ou quaisquer outras dependências, no País ou no Exterior;
- XI. decidir sobre todos os assuntos que devam ser por ela submetidos ao Conselho de Administração ouvido o Conselho Fiscal, quando for o caso;
- XII. manifestar-se sobre outros assuntos que lhe forem submetidos pelo Diretor-Presidente ou pelo Conselho de Administração.

b) Instâncias Internas de Apoio à Governança

Contribuem para a boa governança na organização, promovendo a comunicação entre as partes interessadas, monitorando e interagindo junto às áreas responsáveis quanto a possíveis riscos e disfunções observadas no âmbito da gestão da Companhia, considerados relevantes em nível estratégico. Para tal, atuam na CBTU a Auditoria Interna, o Conselho Fiscal e a Gerência Geral de Governança.

1- Conselho Fiscal

Ao **Conselho Fiscal**, conforme definido no Estatuto Social, sem exclusão de outros casos previstos em lei compete:

- I. fiscalizar os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários;
- II. opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar do parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis às deliberações da Assembleia Geral;
- III. opinar sobre as propostas dos órgãos da administração a serem submetidas à Assembleia Geral, relativas à modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão;
- IV. denunciar aos órgãos de administração e, se estes não tomarem as providências necessárias para a proteção dos interesses da Companhia, à Assembleia Geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências;
- V. convocar a Assembleia Geral Ordinária se os órgãos da administração retardarem por mais de um mês essa convocação, e a Extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, incluindo na agenda das assembleias as matérias que considerarem necessárias;

- VI. analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaborados periodicamente pela Companhia;
- VII. examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar;
- VIII. assistir às reuniões do Conselho de Administração em que se deliberar sobre os assuntos em que deva opinar (itens II, III e VII);
- IX. fornecer ao acionista, ou grupo de acionistas, que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) do capital social, sempre que solicitadas, informações sobre matérias de sua competência;
- X. elaborar e aprovar o seu regimento interno.

2- Auditoria Interna

A Auditoria Interna encontra-se estruturalmente vinculada ao Conselho de Administração (Decreto 3.591/2000 – Art. 15 Parágrafos 3º e 4º, alterada pelo Decreto nº 4.304, Artigos 4º e 5º e Decreto nº 4.400/2002), devendo ainda viabilizar adequado relacionamento institucional e apoio técnico ao Órgão de Controle do Poder Executivo Federal (Controladoria Geral da União) e ao Tribunal de Contas da União.

Constituem atribuições essenciais de Auditoria Interna:

- I. Orientar subsidiariamente a Direção da Companhia quanto aos princípios e as normas de controle interno;
- II. Acompanhar a implementação das recomendações dos órgãos/unidades do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e do TCU;
- III. Elaborar e executar o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna aprovado pelo Conselho de Administração e pela CGU, bem como o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna, a ser encaminhado à Controladoria Geral da União – RJ, para efeito de integração das ações de controle, nos prazos estabelecidos na legislação vigente;
- IV. Assessorar o Conselho Fiscal no desempenho de suas atribuições;
- V. Assessorar o Presidente do Conselho de Administração e o Diretor-Presidente da CBTU, quando solicitado;
- VI. Atender aos Órgãos de Controle (CGU e TCU) quando de suas atuações na CBTU.

A Auditoria Interna possui, ainda, a responsabilidade de realizar, no âmbito da CBTU, auditorias contábil, financeira, tributária, operacional, administrativa, patrimonial e nos sistemas informatizados, além de auditorias especiais, mediante exame e avaliação da adequação, legalidade, eficiência e eficácia dos sistemas de controle, bem como da qualidade e do desempenho das áreas em relação às atribuições e aos planos, metas, objetivos e políticas definidos pela Companhia.

3- Gerência Geral de Governança

Instituída na estrutura organizacional da Administração Central da CBTU para apoiar os órgãos colegiados em sua gestão e também para aprimorar e consolidar boas práticas de governança corporativa no âmbito da Companhia, a Gerência Geral de Governança possui as seguintes atribuições, em processo de atualização do Manual de Organização:

- I. Planejar, coordenar e controlar o processo de adesão da CBTU às práticas de governança corporativa, exigidas ou recomendadas pelo poder Público Federal;
- II. Planejar e promover as atividades de apoio ao funcionamento das Assembléias de Acionistas, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva;

- III. Planejar as atividades relativas à convocação, realização e documentação das reuniões de deliberação dos dirigentes, gerindo o acervo documental decorrente dessas reuniões;
- IV. Assessorar o Conselho de Administração na elaboração e divulgação das diretrizes fundamentais de administração, na fiscalização da observância das diretrizes fixadas, no acompanhamento da execução dos programas aprovados, bem como na verificação dos resultados obtidos.
- V. Lavrar nos respectivos livros os termos de posse do Presidente e demais membros do Conselho de Administração, dos membros do Conselho Fiscal, dos Diretores da Companhia, e encaminhar a documentação pessoal dos membros dos órgãos estatutários e dirigentes para as providências das áreas competentes;
- VI. Apoiar a alta administração da companhia no monitoramento dos processos que sejam considerados estratégicos pela mesma;
- VII. Coordenar, anualmente, o sistema de avaliação de desempenho da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração;
- VIII. Coordenar a adequada capacitação dos membros da alta administração e Conselhos;
- IX. Promover a transparência das decisões tomadas pela gestão da Companhia, por meio de ampla divulgação;
- X. Assessorar a alta administração da companhia na divulgação das diretrizes fundamentais de administração, na fiscalização da observância das diretrizes fixadas, no acompanhamento da execução dos programas aprovados e na verificação dos resultados obtidos; e
- XI. Promover o monitoramento/acompanhamento das ações instruídas pela Presidência às áreas competentes de todas as demandas externas recebidas do Governo Federal.

c) Instâncias Externas de Governança

Correspondem aos órgãos responsáveis pela fiscalização, pelo controle externo e pela regulação das atividades desempenhadas pela Companhia, e possuem atuação independente, como o Tribunal de Contas da União e demais órgãos que exerçam controle externo sobre a administração da CBTU.

d) Instâncias Externas de Apoio à Governança

Correspondem aos órgãos responsáveis pela avaliação, auditoria e monitoramento independente, e, em casos de disfunções identificadas, são responsáveis pela comunicação dos fatos às instâncias superiores de governança da Companhia. Na CBTU é identificada pela atuação da auditoria independente

1- Auditoria Independente

A contratada London Blounquist tem atuado como auditoria independente da Companhia desde 2003, conforme preconiza a legislação societária brasileira. Suas principais atribuições são:

- I. subsidiar a Diretoria da Empresa, mediante a análise dos procedimentos relacionados com o desempenho econômico-financeiro e o aperfeiçoamento dos seus controles internos;
- II. elaborar parecer sobre as demonstrações financeiras anuais da CBTU;

- III. subsidiar o Conselho Fiscal com a emissão de relatórios com indicação de deficiências dos sistemas administrativos da CBTU, envolvendo os sistemas de pessoal, material, patrimônio, financeiro e contábil, com as recomendações para correção das deficiências apontadas visando obter maior eficiência.

Considerações gerais

Compete ainda, à **Assembleia Geral de Acionistas**, conforme Estatuto Social da CBTU, sem exclusão de outros casos previstos em lei:

- I. reformar o Estatuto Social;
- II. tomar, anualmente, as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras;
- III. aprovar a correção da expressão monetária do capital;
- IV. eleger ou destituir quaisquer dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal;
- V. fixar a remuneração dos membros da Diretoria-Executiva e dos Conselhos de Administração e Fiscal;
- VI. deliberar sobre a avaliação de bens com que o acionista concorrer para o capital social;
- VII. deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos;
- VIII. deliberar sobre a criação e utilização de reservas;
- IX. deliberar sobre a participação da CBTU no capital social de outras entidades, públicas ou privadas;
- X. deliberar sobre a fusão, incorporação ou cisão da CBTU, sua dissolução e liquidação; eleger ou destituir os liquidantes e julgar-lhes as contas;
- XI. deliberar sobre outros assuntos que lhe forem propostos pelo Conselho de Administração ou pelo Conselho Fiscal;
- XII. alienar, no todo ou em parte, ações do seu capital social ou de suas controladas; proceder à abertura do capital; aumentar o capital social por subscrições de novas ações; renunciar a direitos de subscrição de ações ou debêntures conversíveis em ações de empresas controladas; emitir debêntures conversíveis em ações ou vendê-las, se em tesouraria; vender debêntures conversíveis em ações de sua titularidade de emissão de empresas controladas, emitir quaisquer outros títulos ou valores mobiliários, no país ou no exterior;
- XIII. deliberar sobre a permuta de ações ou outros valores mobiliários.

Fontes: GAGOV, AUDIT

3.2 - Informações sobre os Dirigentes e Colegiados

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, os Órgãos Colegiados e a Diretoria da CBTU possuem a seguinte composição:

Conselho de Administração

O Conselho de Administração da CBTU é composto de 06 (seis) membros eleitos pela Assembleia Geral e por ela destituíveis a qualquer tempo, com prazo de gestão de 3 (três) anos, permitida a reeleição.

Os membros do Conselho de Administração, à exceção do representante ou dos representantes que, por força de Lei, devam ser eleitos pelos acionistas minoritários, serão indicados pelo Ministro das Cidades, dentre brasileiros de notório conhecimento e experiência, idoneidade moral e reputação ilibada, cabendo a um deles a Presidência do Colegiado.

Integrarão também o Conselho de Administração o Diretor-Presidente da Sociedade, um representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e um empregado do quadro efetivo da Companhia, nos termos da Lei nº 12.353, de 28 de dezembro de 2010.

O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, sempre que convocado pelo seu Presidente ou pela maioria dos Conselheiros em exercício. Funcionará com a presença da maioria de seus membros em exercício e deliberará por maioria simples de votos, cabendo ao Presidente, também, o voto de qualidade.

Os papéis e as competências do Conselho de Administração encontram-se elencados no item 3.1 – Descrição das Estruturas de Governança.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da CBTU é composto de três membros efetivos e igual número de suplentes – não computados os eleitos pelas ações ordinárias minoritárias e pelas ações preferenciais – eleitos pela assembleia geral, pelo prazo de um ano, admitida a recondução, dentre pessoas naturais, residentes e domiciliadas no País, de reconhecida capacidade técnica, diplomados em curso universitário ou que tenham exercido, por prazo mínimo de três anos, cargo de administrador de empresa ou de conselheiro fiscal.

Um dos membros efetivos e respectivo suplente serão indicados pelo Ministro de Estado da Fazenda, como representantes do Tesouro Nacional.

O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, e extraordinariamente, sempre que julgar conveniente, e suas deliberações serão tomadas por maioria de votos.

Os papéis e as competências do Conselho Fiscal encontram-se elencados no item 3.1 – Descrição das Estruturas de Governança.

Diretoria

A Diretoria da CBTU é composta pelo Diretor-Presidente e até 5 (cinco) Diretores eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição. Reunir-se-á uma vez por mês, ou sempre que for convocada pelo Diretor-Presidente, com a presença, no mínimo, da maioria dos seus membros.

As deliberações da Diretoria serão tomadas por maioria de votos dos presentes, facultado ao Diretor-Presidente, além do voto de qualidade, recorrer, de ofício, ao Conselho de Administração, com efeito suspensivo.

Os papéis e as competências da Diretoria encontram-se elencados no item 3.1 – Descrição das Estruturas de Governança.

Considerações gerais

Em todos os casos, o processo de escolha de dirigentes e conselheiros seguirá as disposições contidas no Decreto nº 757, de 19 de dezembro de 1993, em especial o que dispõe o § 4º do Art. 1º, que “em qualquer hipótese, quando a indicação de membro da Diretoria, Conselho de Administração ou Conselho Fiscal couber à União, inclusive quando a iniciativa couber a Ministro de Estado, será o nome submetido à prévia aprovação do Presidente da República.”

Fonte: GAGOV

3.3 - Política de Designação de Representantes

Não se aplica à CBTU

Fonte: GAGOV

3.4 - Atuação da Unidade de Auditoria Interna

a) Estratégia de atuação em relação à unidade central e às unidades ou subunidades descentralizadas, quando houver;

A CBTU é composta de uma Administração Central (RJ), local de lotação da Auditoria Interna e de cinco unidades operacionais localizadas nas cidades de Recife, Belo Horizonte, Natal, João Pessoa e Maceió.

Os trabalhos de auditoria são programados e executados indistintamente em todas as unidades da Companhia, considerando estrategicamente a cada trabalho, os elementos de risco e a relevância de cada item examinado.

b) Informações quantitativas e qualitativas (área de negócio, unidade regional, objeto etc.) das auditorias e/ou fiscalizações realizadas no exercício de referência do relatório de gestão;

No exercício de 2015 foram realizadas 12 auditorias constantes do RAIN 2015, cujo detalhamento descrevemos a seguir:

Unidade Auditada	Programa	Recomendações Emitidas	Recomendações Atendidas	Obs.
AC	Controle Orçamentário	3	3	-
AC	Gestão Financeira	20	18	
AC	Gestão de Recursos Humanos	23	16	
STU/JOP	Licitações e Contratos	14	13	
STU/MAC	Licitações, Contratos e Convênios	13	13	
STU/BH	Licitações e Contratos	15	14	
AC	Licitações, Contratos e Convênios	18	9	
STU/NAT	Licitações, Contratos e Convênios	19	10	
AC	Gestão Patrimonial	22	20	-

STU/REC	Gestão Financeira	17	15	
STU/REC	Licitações, Contratos e Convênios	13	-	*
REFER	Auditoria de Gestão Anual	10	-	

* Ressaltamos que as recomendações referentes as dos Relatórios nºs 11 e 12/2015, ou seja 23 (vinte e três), ainda não foram implementadas/atendidas, devendo ser destacado que os respectivos relatórios, editados pela AUDIT, emitidos mais recentemente, justificadamente, ainda não foram respondidos.

c) Demonstração da execução do plano anual de auditoria, contemplando avaliação comparativa entre as atividades planejadas e realizadas, destacando os trabalhos mais relevantes, as principais constatações e as providências adotadas pela gestão da unidade jurisdicionada:

Descrevemos a seguir a atividades executadas pela Auditoria Interna em 2015:

RELATÓRIO Nº	ATIVID PAINT Nº	PROGRAMA DESENVOLVIDO	LOCAL	PERÍODO EXECUÇÃO
-	01	Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna Exercício 2014	AC	02 a 30 jan
-	19	Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna Exercício 2014	AC	21 a 30 dez
-	02	Balanço Geral Exercício – 2014	AC	02 a 13 fev 02 a 31 mar
-	-	Relatório de Auditoria Especial 01	AC	17 mar a 06 abr
01/2015	04	Controle Orçamentário	AC	02 a 13 fev
02/2015	11	Gestão Financeira	AC	02 a 31mar
03/2015	05	Gestão de Recursos Humanos	AC	09 abr a 08 mai
04/2015	07	Licitações e Contratos	STU/JOP	11 mai a 10 jun
05/2015	06	Licitações, Contratos e Convênios	STU/MAC	11 mai a 12 jun
06/2015	13	Licitações e Contratos	STU/BH	15 jun a 09 jul
07/2015	10	Licitações, Contratos e Convênios	AC	01 jul a 06 ago
08/2015	08	Licitações, Contratos e Convênios	STU/NAT	07 ago a 09 set
09/2015	16	Gestão Patrimonial	AC	10 ago a 11 set
10/2015	09	Gestão Financeira	STU/REC	21 set a 06 nov
11/2015	14	Licitações, Contratos e Convênios	STU/REC	21 set a 06 nov
12/2015	18	Auditoria de Gestão Anual	REFER	09 nov a 18 dez
-	03	Prestação de Contas Anual – Exercício 2014	AC	02 a 27 fev 02 a 31 mar
-	12	Revisão de Programas de Auditoria Interna	AC	01 a 30 dez
-	15	Elaboração do PAINT – Exercício 2016	AC	01 a 28 out
-	17	Treinamento e Capacitação da Equipe de Auditoria	AC- EXTERNO	mar a dez
-	-	Monitoramento dos Processos em Andamento no Tribunal de Contas da União – TCU	AC	05 a 30 jan
-	-	Monitoramento dos Processos em Andamento no Tribunal de Contas da União – TCU	AC	02 a 11 fev

RELATÓRIO Nº	ATIVID PAINT Nº	PROGRAMA DESENVOLVIDO	LOCAL	PERÍODO EXECUÇÃO
-	-	Monitoramento dos Processos em Andamento no Tribunal de Contas da União – TCU	AC	09 a 31 mar
-	-	Monitoramento dos Processos em Andamento no Tribunal de Contas da União – TCU	AC	01 a 30 abr

-	-	Monitoramento dos Processos em Andamento no Tribunal de Contas da União – TCU	AC	04 a 29 mai
-	-	Monitoramento dos Processos em Andamento no Tribunal de Contas da União – TCU	AC	01 a 30 jun
-	-	Monitoramento dos Processos em Andamento no Tribunal de Contas da União – TCU	AC	01 a 31 jul
-	-	Monitoramento dos Processos em Andamento no TCU e Demandas	AC	03 a 31 ago
-	-	Monitoramento dos Processos em Andamento no TCU e Demandas	AC	01 a 30 set
-	-	Monitoramento dos Processos em Andamento no TCU e Demandas	AC	01 a 30 out
-	-	Monitoramento dos Processos em Andamento no TCU e Demandas	AC	02 a 30 nov
-	-	Monitoramento dos Processos em Andamento no TCU e Demandas	AC	01 a 30 dez

Dos 19 (dezenove) trabalhos constantes das atividades planejadas para o exercício de 2015, todos foram regularmente executados, acrescentando a este montante a Auditoria Especial realizada na Administração Central da Companhia, solicitada pelo Diretor-Presidente, através do Memo/011-15/P.

Os programas de Licitações e Contratos, executados em todas as Unidades da Companhia e repetido a cada ano, deve-se aos elementos de riscos envolvidos e ao volume de processos licitatórios deflagrados no exercício e o de Gestão Patrimonial, realizado na Administração Central da CBTU, buscou-se além verificar o controle físico e financeiro dos bens que compõem o Ativo Imobilizado da Companhia, à avaliação da gestão, supervisão e controles exercidos na Administração Central sobre a produção da Receita Não Operacional nas diversas Unidades Administrativas da CBTU, decorrentes da captação e otimização do potencial mercadológico dos bens patrimoniais e espaços comercializáveis.

Os programas citados, resultaram na emissão de 187 (cento e oitenta e sete) recomendações, das quais 131 (cento e trinta e um) foram integralmente atendidas, restando 56 (cinquenta e seis), que encontram-se sob análise e acompanhamento da Auditoria Interna.

d) Eventuais desenhos feitos recentemente na estrutura organizacional da unidade de auditoria, inclusive reposicionamento na estrutura da unidade jurisdicionada, demonstrando os ganhos operacionais deles decorrentes;

Não houve, em 2015, alteração na estrutura organizacional da Auditoria Interna.

Fonte: AUDIT

3.5 - Atividades de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos

A manualização do poder disciplinar do empregador tem sido uma prática entre as Estatais Federais, a qual certamente colabora para a melhor organização da atividade, previsibilidade das ações e padronização dos procedimentos. Atenta a isto, a Companhia implementou o Manual Disciplinar CBTU, pela Resolução do Conselho de Administração nº 002-2015, de 24 de fevereiro de 2015, após ter sido submetido ao Ministério das Cidades.

Foi criada a figura do Gestor Nacional dos Processos de Sindicância e PAD, com a incumbência de, entre outras coisas, centralizar as informações relacionadas à área disciplinar, orientar tecnicamente as Comissões disciplinares em curso, sobretudo no que tange à correta aplicação das regras contidas no Manual Disciplinar e demais normas disciplinares, monitorar as Comissões para que seus trabalhos sejam concluídos dentro do prazo e emitir pareceres técnicos a fim de subsidiar a decisão das autoridades no que tange à instauração de procedimentos disciplinares e à eventual aplicação de penalidade em algum funcionário da Companhia; acompanhada das figuras dos Gestores Regionais dos Processos de Sindicância e PAD, a desempenharem atribuições semelhantes em âmbito regional, atuando nas Unidades Administrativas da Companhia.

Iniciou-se um trabalho de atualização e implementação de normativos necessários à organização da área disciplinar, seu funcionamento, controle e acompanhamento de Sindicâncias e PADs da Administração Central e Superintendências de Trens Urbanos.

Todo o arquivo de processos disciplinares está sendo reestruturado, de modo a facilitar as consultas e possibilitar uma catalogação digital.

Foi solicitada orientação da CGU para aderência ao sistema CGU/PAD, tendo havido a capacitação necessária e iniciado o cadastramento dos processos disciplinares no referido sistema governamental, já tendo sido efetuado o cadastro de todas as Sindicâncias e Processos Administrativos Disciplinares instaurados em 2015 que foram enviados a esta Administração Central.

Uma das metas para o exercício 2016 é a capacitação dos Gestores Regionais para que realizem o cadastramento dos processos das Superintendências, assim que instaurados.

Além disso, será avaliada a viabilidade de indicação de empregados a participarem do Treinamento em Processo Administrativo Disciplinar – Formação para membros de Comissões, da Controladoria Geral da União em parceria com a Escola de Administração Fazendária, a fim de propiciar a formação de funcionários aptos a desempenhar atividades disciplinares.

Em paralelo, o Manual Disciplinar está sendo revisado para que sejam feitas as compatibilizações necessárias ao bom funcionamento da área disciplinar.

No ano de 2015 foram instaurados 104 processos, dentre Sindicâncias e Processos Administrativos Disciplinares, no âmbito de toda a Companhia. Destes, 5 deram origem a instauração de outro processo; 4 culminaram em aplicação de pena de advertência, sendo dois por ameaça a empregado, um por manifestações ofensivas via rádio comunicadores no sistema de rádio-canal de estações e um pelo desaparecimento de motocicleta da Companhia; 6 redundaram em suspensão, sendo dois por incidente entre funcionários, um por descarrilamento de trem, um por assinalamento de ponto em local indevido, um por abandono de posto de trabalho e um por ter sido ocasionado desvio de função; 1 acarretou a dispensa por justa causa em razão de apresentação de atestados médicos falsificados; 5 deram origem a lavratura de Termo de Compromisso de Adequação Funcional; 1 resultou em uma advertência e duas suspensões por recusa de empregados em realizar atividade solicitada por sua chefia; e 23 foram arquivados. O restante permanece em curso.

Fonte: DA

3.6 - Gestão de Riscos e Controles Internos

Quanto à gestão de riscos e controles internos, pode-se observar que ainda não se encontram estruturados e formalizados, de forma a contemplar toda a estrutura da Companhia – Administração Central e Superintendências Regionais.

Durante o desenvolvimento do Planejamento Estratégico da CBTU, em conjunto com a Fundação Getúlio Vargas, o macroprocesso “Gestão de Riscos” foi elencado na cadeia de valor da Companhia e abrange os processos de definição e manutenção da política de riscos operacionais e corporativos, metodologias e atualização da legislação sobre o tema. Inclui o acompanhamento de riscos e tomada de decisão quanto à proteção de ativos, usuários internos e externos e patrimônio, bem como estuda e divulga melhores práticas de prevenção de riscos específicos do transporte de trilhos.

Da conclusão do trabalho, foi verificado que, na Administração Central, o citado macroprocesso não foi desdobrado, uma vez que ainda não existe a definição de uma metodologia adequada para toda a CBTU, e recomenda-se tratar o tema como projeto estratégico, a fim de que esta ação venha a integrar um ciclo futuro de planejamento estratégico.

No âmbito das Superintendências Regionais (STU`s), destaca-se o Processo de Gestão de Riscos Corporativos da STU – Belo Horizonte. De forma resumida, o processo foi iniciado com um projeto piloto nas Estações Central e Eldorado, liderado pelo Comitê Permanente de Gestão de Riscos – CPGR, responsável pelo desenvolvimento e aplicação da metodologia na STU-BH. Foi contratada consultoria especializada, a qual aplicou o Método Brasileiro de Gestão de Riscos, e realizou treinamentos necessários à capacitação do pessoal sobre o assunto. O processo abrangeu as etapas abaixo descritas, e atualmente encontra-se na última fase, de resposta aos riscos, com a implementação dos Planos de Contingência e Ação nas Gerências de Operação da Superintendência:

- 1 – Comunicação e Consulta
- 2 – Contexto Estratégico
- 3 – Identificação dos Riscos
- 4 – Análise dos Riscos
- 5 – Avaliação dos Riscos
- 6 – Resposta aos Riscos

Fontes: DA, DT, DP, GAGOV, GESPE, STU-BH

3.7 - Política de Remuneração dos Administradores e Membros de Colegiados

A remuneração de dirigentes e conselheiros é praticada conforme os seguintes dispositivos:

- Lei 6.404/76, art. 152: Remuneração de Diretor S/A é definida em Assembleia;
- Decreto 89.039/84, art. 4º, I.a: Voto da União em Assembleia sobre **remuneração** de diretor é definido pelo DEST;
- Decreto-Lei nº 2.355/87, art. 3º, **caput**: **Honorário** de diretor das estatais é fixado por Decreto do Presidente da República;
- Decreto 89.039/84, art. 4º, I.a: Assunto já estava previamente delegado ao DEST nas empresas com Assembleia.
- Decreto* de Estatuto Social: nas empresas públicas sem Assembleia, seus estatutos, aprovados por Decreto, delegam o assunto para o Ministro Supervisor – MS;
- Decreto* nº 3.735/01, art. 1º, III: Amplia atuação do DEST para todas as estatais, inclusive empresas públicas sem Assembleia, *ouvido sempre o MS*;

- Portaria MP nº 250/05: MP subdelegou para o DEST;
- Decreto 8.189/14, anexo I, art. 8º, IV.h: Confirma novamente que compete ao DEST aprovar **remuneração** dos Diretores, inclusive **PLR** de diretores.

A remuneração é composta por: Honorários, Gratificação Natalina, Adicional de Férias, Auxílio Alimentação e Auxílio Saúde.

Faz parte ainda dos custos com dirigentes, o pagamento de FGTS e INSS sobre os vencimentos.

Atuação do DEST:

A partir do ano de 2005, no voto da remuneração de dirigentes, iniciou a política de desvincular remuneração de diretor e empregado. A primeira orientação, própria para diretor, o reajuste deve ser \leq IPCA.

Remuneração de Conselheiros

Lei 6.404/76: CF \geq 10% da média da remuneração de diretores

Lei 9.292/96: CF e CA \leq 10% da média da remuneração de diretores

O DEST fixa honorário dos dois conselhos em exatamente 10% da remuneração de diretores.

Estão incluídos na base de cálculo da remuneração anual média dos diretores apenas honorários e gratificação natalina.

Remuneração de Diretores e Conselheiros

Regras diferentes:

Diretor é estatutário e não tem subordinação da relação de emprego

Diretor é demissível *ad nutum*

Diretor é responsável legal pela gestão, civil e criminalmente*

* Empregado não pode assumir condição de estatutário, mesmo que temporariamente

Leis diferentes: Diretor = Lei 6.404 e Empregado = CLT

Instrumentos diferentes: Diretor = Assembleia e Empregado = ACT

Conflito de interesse: Diretor negocia remuneração dos empregados

DL 200/67, art. 27, § único, e CF, art. 173, §1º, I: estatal segue regime privado

- Inclusive em relação ao tratamento diferenciado de Diretor e empregado

Política deliberada do DEST iniciada em 2008

- O Diretor pode ter benefício de mesmo nome que o de empregado, mas valor, sistemática, “data-base” e fundamento legal são sempre diferentes.

Teto constitucional para honorário

Apenas os honorários estão sujeitas ao teto, inclusive o honorário mensal do Diretor-Presidente, acumulado com seu honorário de Conselheiro de Administração.

Fonte: GEARH/GAREH/DA

3.7.1 - Demonstrativo da Remuneração Mensal de Membros de Conselhos

Conselho de Administração				
Nome do Conselheiro	Período de Exercício		Remuneração (R\$)	
	Início	Fim	Média Mensal	Total no exercício
Carlos Antônio Vieira Fernandes	-	-	2.482,35	29.788,23
Edna da Silva Amorim	-	05/11/2015	2.479,63	27.275,27
Fernando Barini Rodrigues	-	08/10/2015	2.472,38	22.251,45
José Geraldo Alves	-	-	2.482,35	29.788,23
Pedro Augusto Cunto de Almeida Machado	30/01/2015	-	2.708,02	29.788,23
Marco Antonio de Araujo Fireman	04/12/2015	-	2.512,26	7.536,78

Conselho Fiscal				
Nome do Conselheiro	Período de Exercício		Remuneração (R\$)	
	Início	Fim	Média Mensal	Total no exercício
Elias Jacó dos Santos (T)	-	-	2.482,35	29.788,23
Marcio Oliveira Cavalcanti (T)	-	-	2.482,35	29.788,23
Paulo Roberto Vanderlei Rebelo Filho (T)	-	-	2.482,35	29.788,23
Lindomar Jose Pereira (S)	-	-	0,00	0,00
Pedro Gregório Ferreira Manço (S)	-	-	0,00	0,00
Ricardo Batista Ferreira (S)		-	0,00	0,00

Fonte: GEARH/GAREH/DA

Fonte: GEARH/GAREH/DA

3.7.2 - Demonstrativo Sintético da Remuneração de Membros de Diretoria e de Conselhos

Quadro A.3.7.2 – Síntese da Remuneração dos Administradores

Valores em R\$1,00

SÍNTESE DA REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES		
Companhia Brasileira de Trens Urbanos		
Diretoria Estatutária		
Remuneração dos Administradores	EXERCÍCIO	
	2015	2014
Número de Membros:	4	4
I - Remuneração Fixa		
<i>a) salário ou pró-labore</i>	1.087.872,57	1.010.392,65
<i>b) Benefícios diretos e indiretos</i>	48.673,08	46.306,32
<i>c) remuneração por participação em comitês</i>		
<i>d) outros (13º)</i>	92.760,34	87.199,38
II - Remuneração Variável		
<i>e) bônus</i>		
<i>f) participação nos resultados</i>		
<i>g) remuneração por participação em reuniões</i>		
<i>h) comissões</i>		
<i>i) outros</i>		
III - Total da Remuneração (I + II)	1.229.305,99	1.143.898,35
IV - Benefícios pós-emprego		
V - Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo		
VI - Remuneração baseada em ações		

Fonte: GEARH/GAREH/DA

SÍNTESE DA REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES		
Companhia Brasileira de Trens Urbanos		
Conselho de Administração		
Remuneração dos Membros	EXERCÍCIO	
	2015	2014
Número de Membros:	5	6
I - Remuneração Fixa		
<i>a) salário ou pró-labore</i>	146.428,19	165.447,14
<i>b) Benefícios diretos e indiretos</i>		
<i>c) remuneração por participação em comitês</i>		
<i>d) outros</i>		
II - Remuneração Variável		
<i>e) bônus</i>		
<i>f) participação nos resultados</i>		
<i>g) remuneração por participação em reuniões</i>		
<i>h) comissões</i>		
<i>i) outros</i>		
III - Total da Remuneração (I + II)	146.428,19	165.447,14
IV - Benefícios pós-emprego		
V - Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo		
VI - Remuneração baseada em ações		

Fonte: GEARH/GAREH/DA

SÍNTESE DA REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Companhia Brasileira de Trens Urbanos		
Conselho Fiscal		
Remuneração dos Membros	EXERCÍCIO	
	2015	2014
Número de Membros:	6	6
I - Remuneração Fixa		
<i>a) salário ou pró-labore</i>	89.364,69	84.988,89
<i>b) Benefícios diretos e indiretos</i>		
<i>c) remuneração por participação em comitês</i>		
<i>d) outros</i>		
II - Remuneração Variável		
<i>e) bônus</i>		
<i>f) participação nos resultados</i>		
<i>g) remuneração por participação em reuniões</i>		
<i>h) comissões</i>		
<i>i) outros</i>		
III - Total da Remuneração (I + II)	89.364,69	84.988,89
IV - Benefícios pós-emprego		
V - Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo		
VI - Remuneração baseada em ações		

* 3 Membros titulares e 3 membros suplentes.

Fonte: GEARH/GAREH/DA

3.7.3 - Demonstrativo da Remuneração Variável dos Administradores

Não se aplica à CBTU, tendo em vista tratar-se de Sociedade de Economia Mista e ser dependente dos recursos da União.

Fonte: GEARH/GAREH/DA

3.8 - Informações sobre a Empresa de Auditoria Independente Contratada

3.8.1 – Sistemática de contratação

Licitação - Modalidade: Concorrência Pública

Contrato nº 001/2015 - GALIC - AC/CBTU

Fonte: GECOC/GAFIN/DA

3.8.2 – Dados da Empresa Contratada

Empresa: LOUDON BLOMQUIST - AUDITORES INDEPENDENTES,

CNPJ-MF: 33.179.672/0004

Endereço: Av. Presidente Vargas, 509-3º Andar - Centro - Rio de Janeiro - CEP 20.071-003

Representante: Sócio Jorge Luiz Ferreira Moraes

Carteira de Identidade nº 043.479/O-2 – CRC

CPF/MF nº 337.135.537-34

Fonte: GECOC/GAFIN/DA

3.8.3 – Remuneração pelo Contrato

Valor Total do Contrato: R\$684.600,00 (seiscentos e oitenta e quatro mil e seiscentos reais), pelo prazo de 36 meses contados a partir da data de assinatura (17 de julho de 2015)

Fonte: GECOC/GAFIN/DA

3.8.4 – Serviços Contratados

Prestação de Serviços de Auditoria Externa, objetivando atender as necessidades da CBTU, compreendendo a Administração Central, as Superintendências de Trens Urbanos de Recife, Belo Horizonte, Natal, João Pessoa e Maceió, e ainda atender às exigências dos órgãos externos federais. Os trabalhos são referentes aos exercícios financeiros de 2015, 2016 e 2017 e deverão:

- a) realizar todos os procedimentos de auditoria externa independente;
- b) subsidiar a Diretoria da CBTU, mediante a análise dos procedimentos relacionados com o desempenho econômico-financeiro da Companhia e com o aperfeiçoamento dos seus controles internos;
- c) assessorar o Conselho-Fiscal da CBTU, acompanhando a situação econômico-financeiro da CIA com emissão de relatórios.

Fonte: GECOC/GAFIN/DA

3.9 - Participação Acionária de Membros de Colegiados da Entidade

Não se aplica à CBTU

Fonte: GAFIN/DA

3.10 - Estrutura de Gestão e Controle de Demandas Judiciais

Estão sendo adotadas, continuamente, medidas internas tendentes a otimizar o controle e acompanhamento dos processos judiciais em que a CBTU seja parte interessada e/ou esteja na qualidade de autora ou ré, das quais se destacam os seguintes instrumentos:

Fonte: GAJUR/P

3.10.1 – Medidas Internas Adotadas

(i) Efetiva fiscalização e monitoramento do escritório especializado contratado para a prática da advocacia contenciosa utilizando, inclusive, o SISTEMA PROCESS para o controle não só dos processos de pagamento de despesas judiciais, mas, também, para o acesso a versão digitalizada das peças processuais produzidas e dos principais documentos/certidões acostados nos autos judiciais.

(ii) UMAPAT- Unificação do Mapeamento das Ações Trabalhistas: No decorrer de 2015, a Gerência Geral Judicia e a Gerência Geral estabeleceram como prioritário o mapeamento e redução das demandas trabalhistas por meio de melhores práticas na área de Recurso Humanos associadas ao exercício da advocacia preventiva.

Como resultado dessa força-tarefa, que incluiu GAREH, GAJUR e CEATA, criou-se um projeto, agora em fase de implantação junto às Coordenadorias Técnicas das Superintendências da CBTU, com o escopo de mapear e buscar soluções prévias às eventuais demandas trabalhistas de modo a evitar a propositura de Reclamações Trabalhistas, haja vista que aquela Justiça Especializada possui como princípio básico o julgamento *in dubio pro mísero*, onde normalmente há uma tendência para sentenças pró-trabalhador.

Fonte: GAJUR/P

3.10.2 – Avaliação dos Riscos de Prescrição e Ações Mitigadoras

A prescrição é um instituto que, de maneira quase unânime, tem estado a favor da CBTU especialmente porque, via de regra, somos demandados. Todavia, nos raros casos onde somos demandantes, a área jurídica tem se mantido vigilante para evitar perdas de prazos e, com isso, a ocorrência de prescrição.

Fonte: GAJUR/P

3.10.3 - Demonstrativo de Ações Judiciais e Penhoras/Valores Bloqueados

Atendimento ao ACÓRDÃO 1271/2004

Quadro A.3.10.3.1 - Quantitativo de Processos Cíveis e Trabalhistas

Posição 31 de dezembro

ANO	CÍVEL	TRABALHISTA	FISCAL	TOTAL
2012	2.120	4.491	272	6.883
2013	2.426	5.155	792	8.373
2014	1977	5091	1300	8368
2015	1307	6389	911	8607

Fonte: GAJUR/P

Quadro A.3.10.3.2 - Valores empenhados por tipo de ação (R\$)

ANO	CÍVEIS	TRABALHISTAS
2012	32.659.144,26	59.063.936,84
2013	22.320.475,28	76.300.465,00
2014	68.359.990,32	80.008.769,05
2015	41.484.499	145.478.981

Fonte: Relatório de Execução Orçamentária – GAPLO

A seguir é apresentado o quantitativo de ações judiciais nas quais a CBTU figura como parte, relativo a Dezembro de 2015, distribuído por tipo de ação e unidade da CBTU. Não são disponíveis os valores por ação, pois são valores históricos, informados pelas partes autoras das ações, apenas para fins de pagamento das custas processuais, e que não correspondem à realidade na eventualidade de condenação da CBTU.

Quadro A.3.10.3.3 – Quantitativo de Ações Judiciais por tipo e região

Posição: dezembro/2015

LOCALIDADE	CÍVEL	TRABALHISTA	FISCAL	TOTAL
São Paulo	300	74	16	390
Rio de Janeiro	86	1.688	451	2.225
Alagoas	51	378	7	436
Paraíba	38	102	3	143
Minas Gerais	145	1.467	388	2.000
Pernambuco	509	2.522	35	3.066
Ceará	43	12	04	59
Rio Grande do. Norte	68	93	02	163
Bahia	67	53	5	125
TOTAL	1307	6.389	911	8.607

Fonte: GAJUR/P

Quadro A.3.10.3.4 – Valores pagos no exercício por tipo e por unidade administrativa

SENTENÇAS TRABALHISTAS DEPÓSITOS RECURSAIS	Limite Orçamentário	Empenhos Emitidos	Despesas Executadas	Valores Pagos
BELO HORIZONTE				
SENT. TRABALHISTA	18.574.500,69	18.574.500,69	18.535.389,57	18.535.389,57
DEPÓSITO RECURSAL	6.539.927,49	6.449.381,82	6.441.198,76	6.408.602,77
RECIFE				
SENT. TRABALHISTA	68.233.034,10	68.231.946,52	63.947.630,47	63.947.630,47
DEPÓSITO RECURSAL	3.564.591,69	3.439.861,07	3.439.861,07	3.439.861,07
NATAL				
SENT. TRABALHISTA	1.273.739,60	1.273.739,60	1.273.739,60	1.273.739,60
DEPÓSITO RECURSAL	286.000,00	194.208,75	194.208,75	194.208,75
JOÃO PESSOA				
SENT. TRABALHISTA	2.533.856,62	2.533.856,62	2.533.856,62	2.244.346,49
DEPÓSITO RECURSAL	389.339,05	324.217,45	324.217,45	324.217,45
MACEIÓ				
SENT. TRABALHISTA	1.218.964,37	1.218.964,37	1.152.136,57	1.054.271,89
DEPÓSITO RECURSAL	411.000,00	330.447,33	320.063,24	320.063,24
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL				
SENT. TRABALHISTA	58.723.361,62	58.723.361,62	58.036.228,86	58.036.228,86
DEPÓSITO RECURSAL	1.227.876,77	738.631,47	738.631,47	738.631,47
CBTU TOTAL				
SENT. TRABALHISTA	150.557.457,00	150.556.369,42	145.478.981,69	145.091.606,88
DEPÓSITO RECURSAL	12.418.735,00	11.476.747,89	11.458.180,74	11.425.584,75
SENTENÇAS CÍVEIS DEPÓSITOS RECURSAIS PENSÕES	Limite Orçamentário	Empenhos Emitidos	Despesas Executadas	Valores Pagos
BELO HORIZONTE				
SENT. CÍVEL	382.817,72	382.817,72	382.817,72	382.817,72
DEPÓSITO RECURSAL	30.000,00	20.116,47	20.116,47	19.573,95
RECIFE				
SENT. CÍVEL	770.918,64	770.918,21	770.918,21	770.918,21
DEPÓSITO RECURSAL	208.149,79	24.799,77	24.799,77	24.799,77
NATAL				
SENT. CÍVEL	202.174,28	202.174,28	1.576,02	1.576,02
DEPÓSITO RECURSAL	7.000,00	1.080,30	1.080,30	1.080,30
JOÃO PESSOA				
SENT. CÍVEL	1.974,18	1.972,85	1.972,85	1.972,85
DEPÓSITO RECURSAL	14.971,65	4.597,67	4.597,67	4.597,67
MACEIÓ				
SENT. CÍVEL	895.886,17	895.239,15	895.239,15	895.239,15
DEPÓSITO RECURSAL	47.974,76	9.309,52	9.161,40	9.161,40
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL				
SENT. CÍVEL	39.432.062,01	39.431.974,82	39.267.580,12	37.951.626,86
DEPÓSITO RECURSAL	191.903,80	191.903,80	190.700,62	187.955,16
PENSÕES POR ACIDENTE FERROVIÁRIO	21.423.519,00	21.423.519,00	20.275.533,20	20.275.533,20
CBTU TOTAL				
SENT. CÍVEL	41.685.833,00	41.685.097,03	41.320.104,07	40.004.150,81
DEPÓSITO RECURSAL	500.000,00	251.807,53	250.456,23	247.168,25
PENSÕES POR ACIDENTE FERROVIÁRIO	21.423.519,00	21.423.519,00	20.275.533,20	20.275.533,20

Fonte: SIAFI GERENCIAL – GEFIN/GAFIN/DA

4. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.

4.1 - Canais de Acesso do Cidadão

O **Serviço de Informação ao Cidadão – SIC** foi implementado na CBTU em 16 de Maio de 2012, com base no disposto na Lei de Acesso à Informação, nº 12.527.

O mesmo visa promover o contato com o cidadão através do fornecimento de informações públicas e respostas às indagações diversas sobre atividades, investimentos, projetos e obras da Companhia.

Tais solicitações podem ser feitas por qualquer pessoa, virtualmente, através do sistema *e-SIC*, ou presencialmente, em qualquer uma das Unidades da CBTU.

Dada a natureza da atividade da Companhia, as STUs já contavam com serviços diversos de atendimento ao público, quer seja “Ouvidoria”, “Serviço de Atendimento ao Cliente” ou “Fale Conosco”. A esses se somou o **SIC** que está instalado em local adequado e devidamente representado em cada uma das Unidades Administrativas por profissionais capacitados.

As áreas da CBTU, quer sejam as Gerências Gerais quer sejam as STUs têm um prazo de vinte dias para encaminhar as respostas ao SIC/AC que se encarregará de seu tratamento, ingresso no sistema e envio ao cidadão solicitante.

Quadro A.4.1 – Canais de Acesso do Cidadão – Solicitações

Canal	Descrição do Canal	Número de Solicitações	Solicitações Respondidas
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL			
e-SIC	Canal de contato com o cidadão (Lei de Acesso à Informação, nº 12.527) – Sistema informatizado de solicitação de informações – e-SIC O número de solicitações corresponde tanto à Administração Central quanto à CBTU como um todo. Inclui os recursos de primeira instância recebidos.	67	67
Mensagens eletrônicas	Mensagens recebidas através de endereço eletrônico (e-mail) disponibilizado no site da CBTU	5	5
SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE BELO HORIZONTE			
e-SIC	Mensagens eletrônicas encaminhadas através do SIC da CBTU ao SIC da STU/BH. Inclui os recursos de primeira instância recebidos	9	9
Atendimento ao Cliente	Contato telefônico (solicitação de informação, reclamações, sugestões e elogios) realizado através do telefone (31) 3250-3901.	716	716
Atendimento ao Cliente	Contatos (solicitação de informação, reclamações, sugestões e elogios) realizados através do e-mail (falemetrobh@cbtu.gov.br ou pelo site www.metrobh.gov.br)	255	255

Atendimento ao Cliente	Contatos (solicitação de informação, reclamações, sugestões e elogios) realizados por meio de formulários de sugestão depositados em caixas de sugestões nas estações.	199	199
SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE RECIFE			
e-SIC	Mensagens eletrônicas encaminhadas através do SIC da CBTU ao SIC da STU/REC. Inclui os recursos de primeira instância recebidos.	47	47
Ouvidoria	Órgão responsável por receber manifestações do público. Contatos referentes a solicitações de informação, reclamações, sugestões e elogios, através dos seguintes canais: - Canais de comunicação pela linha direta (81)2102-8580; - 14 telefones ponto a ponto localizados nas Estações que possuem integração, -e-mail ouvidoriametrorec@metorec.com.br - atendimento presencial diário na Estação Recife e no Edifício Sede.	1.239	681 respondidas e 558 aguardando resposta das áreas
SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE NATAL			
Atendimento ao Cliente	Atendimento presencial disponibilizado na recepção do prédio administrativo, na estação Central.	14	14
e-SIC	Mensagens eletrônicas encaminhadas através do SIC da CBTU ao SIC da STU/NAT. Inclui os recursos de primeira instância recebidos.	22	22
SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE JOÃO PESSOA			
Atendimento ao Cliente	Atendimento ao Cliente disponibilizando todas informações públicas da Companhia.	28	28
e-SIC	Mensagens eletrônicas encaminhadas através do SIC da CBTU ao SIC da STU/JP. Inclui os recursos de primeira instância recebidos	21	21
SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE MACEIÓ			
Atendimento ao Cliente	Mensagens recebidas através das Redes Sociais e de endereço eletrônico disponibilizando todas informações públicas da Companhia.	33	33
e-SIC	Mensagens eletrônicas encaminhadas através do SIC da CBTU ao SIC da STU/MAC.	13	13

Informações complementares:

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

A Administração Central concentra **O Serviço de Informação ao Cidadão – SIC** que foi implementado na CBTU em 2012, com base no disposto na Lei de Acesso à Informação, nº 12.527.

O mesmo visa promover o contato com o cidadão através do fornecimento de informações públicas e respostas às indagações diversas sobre atividades, investimentos, projetos e obras da Companhia.

Tais solicitações podem ser feitas por qualquer pessoa, virtualmente, através do sistema *e-SIC*, por e-mail ou presencialmente, em qualquer uma das Unidades da CBTU.

Dada a natureza da atividade da Companhia, as Superintendências de Trens Urbanos (STUs) já contavam com serviços diversos de atendimento ao público, quer seja “Ouvidoria”, “Serviço de Atendimento ao Cliente” ou “Fale Conosco”. A esses se somou o **SIC** que está instalado em local adequado e devidamente representado em cada uma das Unidades Administrativas por profissionais capacitados.

Cabe à coordenação do **SIC** da Administração Central a responsabilidade de receber e analisar as demandas dos cidadãos, enviá-las às áreas correspondentes, quer sejam as Diretorias da AC, quer sejam as STUs. Ao receber as respostas, encarrega-se de avaliar sua pertinência e encaminhá-las aos solicitantes. Tal atividade requer constantes contatos com as áreas demandadas e agilidade nas respostas, visto que o prazo estipulado pela lei (de vinte dias prorrogáveis por mais dez dias) não deve ser ultrapassado.

Durante o ano de 2015, o maior número de solicitações referiram-se à informações e dúvidas relativas a Concurso Público, seguidas de pedidos de esclarecimento sobre Licitações e Contratos e em terceiro lugar indagações referentes à Operação e Manutenção do Sistema Metroferroviário. Outras variáveis como Indicadores de Desempenho, Projetos e Obras e Investimentos também são questionadas, porém com menor incidência.

Fonte: AC

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE BELO HORIZONTE

Contatos realizados por telefone, ou através do preenchimento de formulários ou envio de mensagens eletrônicas contendo solicitação de informação, reclamações, sugestões ou elogios.

Atendimento SAC no ano de 2015

	Ligações / 2015			
	Sugestões	Reclamações	Informações	Elogios
Total	6	267	855	1

	Cartas / 2015			
	Sugestões	Reclamações	Informações	Elogios
Total	76	258	58	24

	E-mails / 2015			
	Sugestões	Reclamações	Informações	Elogios
Total	13	111	310	4

Total / 2015			
Sugestões	Reclamações	Informações	Elogios
95	636	1223	29

Fonte: STU-BH

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE RECIFE

A CBTU/Recife tem como canal de acesso ao cidadão:

- Ouvidoria Metrorec, e seus canais de comunicação por linha direta,
- 14 telefones ponto a ponto localizados nas Estações que possuem integração,
- e-mail ouvidoriаметrorec@metrorec.com.br
- Atendimento presencial das 7h às 18h na Estação Recife e no Edifício Sede.

Total de manifestações em 2015:1. 239.

Destas, 17 são elogios, 54 sugestões, 73 informações = 144. Tais solicitações são tratadas de imediato com o cidadão portanto, são respondidas imediatamente.

Outras solicitações respondidas de imediato = 99

Solicitações cujas respostas são provenientes das diversas áreas da Companhia e repassadas aos cidadãos = 438 =

Total de manifestações respondidas = 681

Total de manifestações pendentes, aguardando resposta das áreas para posterior envio aos cidadãos = 558

O Sistema de Ouvidoria é precário e não permite detectar automaticamente as respostas fora do prazo. Há que se realizar o relatório manualmente, trabalho que é feito no final de cada semestre, quando se consegue identificar as áreas que de fato não responderam.

Fonte: STU-REC

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE NATAL

Canais de comunicação disponibilizados pela STU-NAT à população:

- Telefone fixo, através do qual a demanda é encaminhada diretamente a área responsável pelo objeto da reclamação/sugestão para atendimento imediato.

- E-mails institucionais stunat@cbtu.gov.br e impresanat@cbtu.gov.br, onde a demanda é encaminhada diretamente a área responsável pelo objeto da reclamação/sugestão para esclarecimentos, atendimento e retorno ao cidadão, com a maior brevidade possível.
- Sistema de Informação ao Cidadão (SIC), cuja a Gestão é realizada pela AC, que nos encaminha as solicitações para o atendimento em até 20 dias, conforme preceitua a LAI.
- Formulário de reclamações/sugestões/elogios que é disponibilizado na recepção do prédio administrativo, na estação Central de Natal e encaminhado diretamente ao Superintendente-NAT, que despacha para área competente para o esclarecimento e/ou solução imediata.

Fonte: STU-NAT

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE JOÃO PESSOA

A CBTU/ João Pessoa tem como canal de acesso ao cidadão:

- Atendimento presencial na sala da Ouvidoria, na Estação João Pessoa.
- Atendimentos por e-mail através do endereço ouvidoriajp@cbtu.gov.br
- Atendimento através dos telefones (83) 3241-4240 e (83) 99163-3563.

Estamos em fase de estudos para a implantação de uma "Linha Direta" ou "0800", com o objetivo de facilitar ainda mais o acesso à Ouvidoria.

Participamos de forma ativa, do Fórum Paraibano de Ouvidorias, ocupando o cargo de secretário adjunto na gestão 2016/2018. O Fórum envolve Ouvidorias de empresas públicas e privadas, realizando mensalmente reuniões para debater assuntos referentes ao tema, além de promover e participar de encontros, congressos e outros eventos.

Fonte: STU-JOP

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE MACEIÓ

Atendimento telefônico

Atendimento presencial através da Central de Atendimento ao Usuário que funciona de segunda a sexta-feira, de 4h45min às 20h11min. e sábado de 5h51min às 17h21min.

Aos domingos não há operação comercial, nem atendimento ao cliente.

Fale com a CBTU-MACEIÓ

Informações ou envio de críticas e sugestões impresamac@cbtu.gov.br e Face Book

Fonte: STU-MAC

4.2 - Carta de Serviços ao Cidadão

A Carta de Serviços ao Cidadão da Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU expressa, de forma objetiva, os compromissos da Companhia com a sociedade, através da definição dos padrões de desempenho de seus serviços, da mesma forma que incentiva a participação dos cidadãos no

processo de aprimoramento desses serviços através da indução ao controle social, reconhecendo o cidadão-usuário como agente propiciador de mudança e principal beneficiário de melhorias.

A CBTU tem por objetivo precípua agregar valor aos seus serviços, através do estabelecimento de parâmetros com altos padrões de qualidade e eficiência, através da aglutinação de uma série de práticas de planejamento, gestão da qualidade e do atendimento, direção e controle, adotando, dessa forma, uma administração participativa e transparente, destinada a atender às demandas sociais.

O documento encontra-se em fase de atualização de dados para, em seguida, ser submetido à apreciação do Conselho de Administração da empresa e seus diretores. Após a sequência oficial de aprovações, serão adotadas todas as providências no sentido de promover a ampla divulgação do referido material no *site* eletrônico da Companhia através da rede mundial de computadores.

Fonte: GATEM/DP

4.3 - Aferição do Grau de Satisfação dos Cidadãos-Usuários

A página oficial da CBTU no Facebook foi lançada em julho de 2015 e ampliou o relacionamento com seu público externo. Apesar do pouco tempo, já é o principal canal da Companhia para receber sugestões e reclamações por parte dos usuários. A CBTU vem respondendo de forma ágil e consistente as questões colocadas na página, em um esforço contínuo para prestar um atendimento satisfatório a seus públicos.

É prevista a realização de pesquisa de satisfação nos cinco sistemas operados pela CBTU. No entanto, devido à insuficiência orçamentária sistemática nos últimos exercícios, esta ação não tem sido realizada, sendo a dotação orçamentária destinada a ações imprescindíveis à operação e manutenção dos sistemas.

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE BELO HORIZONTE

Não foi realizada pesquisa pela Unidade no exercício de 2015

Fonte: STU-BH

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE RECIFE

Não foi realizada pesquisa pela Unidade no exercício de 2015

Fonte: STU-REC

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE NATAL

Não foi realizada pesquisa pela Unidade no exercício de 2015

Fonte: STU-NAT

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE JOÃO PESSOA

Não foi realizada pesquisa pela Unidade no exercício de 2015

Fonte: STU-JOP

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE MACEIÓ

Não foi realizada pesquisa pela Unidade no exercício de 2015

Fonte: STU-MAC

4.4 - Mecanismos de Transparência das Informações Relevantes sobre a Atuação da Unidade

A CBTU mantém um portal na Internet no endereço www.cbtu.gov.br, cujas informações sobre a sua atuação são:

Dados institucionais, Organogramas, Agenda dos Diretores, Quem é Quem e Dados dos Empregados:
<http://www.cbtu.gov.br/index.php/pt/a-cbtu>

Relatórios de Gestão, encaminhados anualmente ao Tribunal de Contas da União e Relatórios Mensais de Atividades:
<http://www.cbtu.gov.br/index.php/pt/relatorios/auditoria/relatorios>

Planos de Ação Anual das Superintendências Regionais:
<http://www.cbtu.gov.br/index.php/pt/relatorios/planos-de-acao>

Balanços Anuais:
<http://www.cbtu.gov.br/index.php/pt/relatorios/auditoria/balanco>

Licitações:
<http://www.cbtu.gov.br/index.php/pt/licitacoes>

O acesso às informações específicas de cada um dos cinco sistemas que opera (Belo Horizonte, Recife, Natal, João Pessoa e Maceió) se dá através dos seguintes endereços:
<http://www.cbtu.gov.br/index.php/pt/sistemas-cbtu/belo-horizonte>
<http://www.cbtu.gov.br/index.php/pt/sistemas-cbtu/recife>
<http://www.cbtu.gov.br/index.php/pt/sistemas-cbtu/natal>
<http://www.cbtu.gov.br/index.php/pt/sistemas-cbtu/joao-pessoa>
<http://www.cbtu.gov.br/index.php/pt/sistemas-cbtu/maceio>

Fonte: GAPLO/DP

4.5 - Medidas para Garantir a Acessibilidade aos Produtos, Serviços e Instalações

No item 1.4 - Macroprocessos Finalísticos, está descrita com detalhes a evolução das ações para Acessibilidade da CBTU no exercício de 2015.

Apesar do orçamento aprovado para a CBTU não ter contemplado especificamente a Ação 15.453.2048.14TS – Adequação dos Sistemas de Trens Urbanos de Belo Horizonte, Recife, Natal, João Pessoa e Maceió à Acessibilidade Universal, todas as intervenções necessárias e realizadas levaram em conta os quesitos de Acessibilidade.

Foram desenvolvidos serviços de pouca monta, com recursos de Restos a Pagar, em especial no sistema de Belo Horizonte, onde foram concluídas as obras de adequação das estações Primeiro de Maio, Waldomiro Lobo e Floramar e reparo da escada rolante do Terminal de Integração da Estação Vilarinho. Continuam em andamento os serviços de adaptação das estações Santa Inês, José Cândido da Silveira e Minas Shopping; avaliação de elevadores já adaptados instalados no Terminal de Vilarinho; e adaptação de elevador instalado no Terminal Rodoviário da Lagoinha.

Em Recife, foram contratados projetos para locação de elevadores no ano de 2015 para as seguintes estações:

Linha Centro: Estação Barro, Estação Jaboatão e Estação Rodoviária

Linha Sul: Estação Shopping, Estação Largo da Paz, Estação Tancredo Neves e Estação Cajueiro Seco

Não houve, nos demais sistemas, de Recife, João Pessoa, Maceió e Natal, avanço físico significativo. Devido ao Programa de Modernização dos Sistemas de Trens Urbanos, amparado com recursos do PAC, as intervenções previstas já contemplarão os dispositivos para acessibilidade necessários, nos sistemas de Natal, João Pessoa e Maceió.

Um maior detalhamento da execução de ações voltadas à acessibilidade está descrito no item 2.3.1 – EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DA LOA

Fonte: GAPLO/DP (Monitoramento do PPA - SIOP)

5. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

5.1 – Desempenho Financeiro no Exercício

A CBTU no exercício de 2015 enfrentou diversos problemas que comprometeram sua situação financeira, conforme descrito a seguir:

1. PAC

As transferências de recursos do PAC ocorreram de forma descompassada com as solicitações, implicando no atraso nos pagamentos dos fornecedores em média de 60 dias.

2. LIMITES FINANCEIROS DISPONIBILIZADOS

Os limites disponibilizados nas fontes do tesouro ocorreram de acordo com orçamento executado e os repasses de recursos foram atendidos sem atrasos significativos.

Quanto à disponibilização de limites na fonte de recursos próprios (0250), tivemos forte contingenciamento a partir do segundo semestre, implicando em atrasos de pagamentos dos fornecedores em média de 30 dias.

3. PENHORAS JUDICIAIS

As penhoras judiciais são as que trazem as mais graves consequências para a empresa.

No exercício de 2015 foram penhorados R\$59.169 mil, sendo R\$29.794 mil de processos trabalhistas/cíveis e R\$29.375 mil do processo da REFER.

As penhoras dos processos trabalhistas/cíveis são repostas pelo Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão (MPOG), por decreto de liberação de orçamento. Ocorre que o processo de levantamento de documentação, lançamento no sistema PROCESS do MCID e a análise e disponibilização do orçamento pode levar até 180 dias, gerando distorções entre a execução orçamentária e a financeira.

As penhoras para a REFER (vide nota explicativa 13 das Demonstrações Contábeis) não são repostas pelo MPOG sob alegação que o processo está na AGU e, enquanto não houver manifestação quanto à renegociação da dívida, não haverá reposição dos valores penhorados.

Considerando as últimas determinações judiciais, o volume a ser penhorado em 2016 deverá ser da ordem de R\$48 milhões, o que vai comprometer de forma relevante a disponibilidade de caixa da empresa, podendo até inviabilizar a manutenção e operação dos sistemas.

Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis da CBTU, como sociedade de economia mista, estão suportadas por notas explicativas que evidenciam as contas mais relevantes.

No exercício de 2015 apurou um prejuízo de R\$832.220 mil, 8,02% superior ao de 2014, tendo como relevante os encargos da dívida com a REFER.

Na composição da demonstração de resultados as principais rubricas que determinam os resultados negativos são o resultado financeiro, a depreciação do imobilizado e as sentenças judiciais (ajuste das provisões para contingências).

A principal consequência do resultado está na relação do passivo com o patrimônio líquido, caso não haja uma reversão das expectativas com relação a dívida com a REFER, do crescente aumento das

provisões para contingências, bem como a capitalização dos recursos pra aumento de capital, que é atualizado monetariamente pela SELIC, afetando negativamente o resultado, a tendência é que em 2016 o patrimônio líquido fique negativo, ou seja, com o passivo a descoberto.

Fonte: GAFIN/DA

5.2 – Tratamento Contábil da Depreciação, da Amortização e da Exaustão de Itens do Patrimônio e Mensuração de Ativos e Passivos

Não se aplica. A CBTU segue a Lei 6.404/76

Fonte: GAFIN/DA

5.3 – Sistemática de Apuração de Custos no Âmbito da Unidade

- a) identificação da estrutura orgânica da unidade jurisdicionada responsável pelo gerenciamento de custos (subunidade, setor etc.), bem como da setorial de custos a que se vincula, se for o caso;

Coordenadoria Técnica de Contabilidade e Custos, subordinada à Gerência Técnica de Contabilidade e Custos, da Gerência Geral de Gestão Financeira, da Diretoria de Administração e Finanças;

- b) identificação das subunidades administrativas da unidade jurisdicionada das quais os custos são apurados;

Superintendências Regionais de Belo Horizonte, Recife, Natal, João Pessoa e Maceió;

- c) descrição sucinta do sistema informatizado de apuração dos custos;

A CBTU não utiliza o SIC. Possuímos sistema de custos próprio, que utiliza as informações dos seus sistemas internos de pessoal e material, bem como extraídas manualmente do SIAFI;

- d) práticas de tratamento e alocação utilizadas no âmbito das subunidades ou unidades administrativas para geração de informações de custos;

Utilização do SIAFI gerencial e operacional, agregado com informações dos sistemas internos;

- e) impactos observados na atuação da unidade jurisdicionada, bem como no processo de tomada de decisões, que podem ser atribuídos à instituição do gerenciamento de custos;

Elaboração de estudos tarifários, previsão de receitas, custos operacionais de manutenção e administrativos;

- f) relatórios utilizados pela unidade jurisdicionada para análise de custos e tomada de decisão.

Relatórios de taxas de cobertura, tarifa efetiva, custo operacional e total.

Fonte: GAFIN/DA

5.4 – Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei 6.404/76 e Notas Explicativas

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU
CNPJ - 42.357.483/0001/26 - INSC. EST. - 82.879.781
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
(Em Reais)

ATIVO


	2015	2014
CIRCULANTE		
Disponibilidades - Nota 03	32.653.706,24	66.273.862,34
Contas a Receber - Nota 04	74.704.260,84	51.624.057,95
Adiantamento de Férias	3.049.005,42	2.950.892,20
Recursos Vinculados - Nota 05	-	107.700.000,00
Almoxarifados	44.500.303,93	37.182.549,32
Depósitos Judiciais - Nota 06	188.025.115,45	172.686.990,84
Despesas Antecipadas	377.717,68	8.474,79
	343.310.109,56	438.426.827,44
NÃO CIRCULANTE		
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		
Depósitos Judiciais - Nota 06	86.310.989,70	72.861.459,43
Depósitos Especiais - Nota 07	180.200.898,75	119.153.279,71
Impostos a Recuperar - Nota 08	33.526.007,87	30.677.353,58
Aplicação em Títulos do Tesouro - Nota 09	344,91	161.914,79
	300.038.241,23	222.854.007,51
IMOBILIZADO - Nota 10	3.959.825.062,25	3.833.500.738,13
DIFERIDO - Nota 11	7.335.070,51	10.983.072,28
INTANGÍVEL	4.163.315,48	4.139.265,55
	3.971.323.448,24	3.848.623.075,96
	4.271.361.689,47	4.071.477.083,47
TOTAL DO ATIVO	4.614.671.799,03	4.509.903.910,91

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU
CNPJ - 42.357.483/0001/26 - INSC. EST. - 82.879.781
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
(Em Reais)

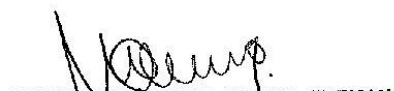
PASSIVO

	2015	2014 RECLASSIFICADO
CIRCULANTE		
Fornecedores e Empreiteiros	67.709.856,38	21.375.845,88
Recursos Vinculados - Nota 05	-	107.700.000,00
Encargos de Financiamentos	4.859.952,56	1.342.289,42
Fundação REFER - Nota 13	2.231.564.006,37	1.818.719.143,87
Provisão para Férias	31.656.555,98	25.289.559,93
Provisão para Contingências - Nota 14	1.336.073.187,09	1.069.785.680,85
Obrigações a Pagar	11.236.964,04	21.894.032,80
Depósitos e Consignações	2.336.168,20	4.587.652,84
Recursos Fiscais e Previdenciários	5.572.709,65	5.924.000,91
	3.691.009.400,27	3.074.578.206,50
NÃO CIRCULANTE		
Financiamentos - Nota 12	218.507.712,63	148.637.621,98
Receita Diferida - Nota 16	2.659.999,33	2.849.999,33
Recursos para Futuro Aumento de Capital - Nota 15	653.982.625,32	610.708.241,17
	875.150.337,28	762.195.862,48
PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Nota 17		
Capital Social Realizado	5.404.110.329,15	5.196.507.583,71
Reserva de Capital	2.266.923,14	2.266.923,14
Reserva de Reavaliação de Bens	4.646.098,42	5.140.865,62
Prejuízos Acumulados	(5.362.511.289,23)	(4.530.785.530,54)
	48.512.061,48	673.129.841,93
TOTAL DO PASSIVO	4.614.671.799,03	4.509.903.910,91

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.


JORGE LUIZ OLIVEIRA DA SILVA
 Contador
 CRC-RJ 062.918


DAVIDSON TOLENTINO DE ALMEIDA
 Diretor de Administração e Finanças


MARCO ANTONIO DE ARAUJO FIREMAN
 Diretor-Presidente

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU
CNPJ - 42.357.483/0001/26 - INSC. EST. - 82.879.781
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
(Em Reais)

	2015	2014 RECLASSIFICADO
RECEITA BRUTA		
Transportes Ferroviários	167.381.996,05	171.841.862,95
Aluguéis e Arrendamentos	6.373.020,80	6.258.606,66
	<u>173.755.016,85</u>	<u>178.100.469,61</u>
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA		
Impostos e Contribuições Incidentes sobre Serviços	(559.567,57)	(528.022,26)
	<u>173.195.449,28</u>	<u>177.572.447,35</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		
	<u>173.195.449,28</u>	<u>177.572.447,35</u>
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS - Nota 18	(620.194.260,82)	(508.677.100,18)
	<u>(446.998.811,54)</u>	<u>(331.104.652,83)</u>
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO		
	<u>(446.998.811,54)</u>	<u>(331.104.652,83)</u>
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		
Subvenções para Custeio	785.351.766,13	677.786.217,10
Gerais e Administrativas - Nota 19	(106.779.138,02)	(107.560.218,90)
Depreciações e Amortizações	(81.334.534,54)	(74.682.831,67)
Sentenças Judiciais	(196.236.127,55)	(140.041.582,86)
Provisões Diversas - Nota 14	(266.307.506,24)	(458.015.125,85)
Reversão de Receitas Diferidas	190.000,00	190.000,00
	<u>134.884.459,78</u>	<u>(102.323.542,18)</u>
PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	<u>(312.114.351,76)</u>	<u>(433.428.195,01)</u>
RESULTADO FINANCEIRO - Nota 19		
Receita Financeira	64.524.876,97	27.894.679,06
Despesa Financeira	(584.454.675,31)	(361.491.968,78)
	<u>(519.929.798,34)</u>	<u>(333.597.289,72)</u>
PREJUÍZO OPERACIONAL	<u>(832.044.150,10)</u>	<u>(767.025.484,73)</u>
Resultado da Baixa de Bens	(176.375,79)	(2.155.108,25)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	<u>(832.220.525,89)</u>	<u>(769.180.592,98)</u>
Prejuízo por lote de mil ações do Capital Social	(0,04)	(0,06)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.


JORGE LUIZ OLIVEIRA DA SILVA
 Contador
 CRC-RJ 062.918


DAVIDSON TOLENTINO DE ALMEIDA
 Diretor de Administração e Finanças


MARCO ANTÔNIO DE ARAÚJO FIREMAN
 Diretor-Presidente

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU
CNPJ - 42.357.483/0001/26 - INSC. EST. - 82.879.781
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
(Em Milhares de Reais)

	Capital Social Realizado	Recursos Especiais	Reserva de Reavaliação	Prejuízos Acumulados	Recursos para Aumento de Capital	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013	6.196.508	2.267	5.636	(3.762.100)	467.950	1.910.261
Transferência p/ o Passivo Circulante					(467.950)	(467.950)
Realização de Reservas			(495)	495		-
Lucro (Prejuízo) do Exercício				(769.181)		(769.181)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	5.196.608	2.267	5.141	(4.530.786)	-	673.130
Aumento do Capital Social	207.602					207.602
Realização de Reservas			(495)	495		-
Lucro (Prejuízo) do Exercício				(832.220)		(832.220)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	5.404.110	2.267	4.646	(5.362.511)	-	48.512

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.


JORGE LUIZ OLIVEIRA DA SILVA
 Contador
 CRC-RJ 082.918


DAVIDSON TOLENTINO DE ALMEIDA
 Diretor de Administração e Finanças


MARCO ANTONIO DE ARAUJO FIREMAN
 Diretor-Presidente

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU
CNPJ - 42.357.483/0001/26 - INSC. EST. - 82.879.781
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 MÉTODO INDIRETO
(Em Milhares de Reais)

	2015	2014 RECLASSIFICADO
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	(832.220)	(769.181)
AJUSTES POR: - Nota 19	839.596	858.934
Variações Cambial e Monetária	94.225	48.232
Depreciações e Amortizações	77.687	74.683
Encargos - REFER	414.845	281.942
Baixa de Bens	176	2.155
Reversão de Receitas e Reservas	(190)	(190)
Ajuste de Provisão para Contingências	266.308	458.015
Depósitos Judiciais	(13.450)	(5.445)
Créditos a Recuperar	(5)	(458)
AUMENTO (REDUÇÃO) DE ATIVOS	46.204	42.288
Contas a Receber	23.080	25.210
Almoxarifados	7.318	(541)
Depósitos Judiciais	15.338	19.605
Adiantamentos de Férias	99	(1.994)
Outros Ativos Circulantes	369	8
AUMENTO (REDUÇÃO) DE PASSIVOS - Nota 19	42.979	(2.753)
Fornecedores e Empreiteiros	46.334	(1.476)
Encargos de Financiamentos	3.518	72
Provisão para Férias	6.387	(1.824)
Outras Contas a Pagar	(13.260)	475
CAIXA GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	4.150	44.712
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(204.211)	(90.474)
Imobilizado	(204.187)	(89.977)
Intangível	(24)	(497)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	166.441	83.146
Amortização de Financiamentos	3.648	(3.081)
Recursos para Futuro Aumento de Capital	162.793	86.227
VARIAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	(33.620)	37.384
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(33.620)	37.384
Caixa e Equivalente de Caixa no início do período	66.274	28.890
Caixa e Equivalente de Caixa no fim do período	32.654	66.274

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.


JORGE LUIZ OLIVEIRA DA SILVA
 Contador
 CRC-RJ 062.918


DAVIDSON TOLENTINO DE ALMEIDA
 Diretor de Administração e Finanças


MARCO ANTONIO DE ARAUJO FIREMAN
 Diretor-Presidente

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

(Em Milhares de Reais)

NOTA 01 – ATIVIDADES:

1) De acordo com o Estatuto Social, a CBTU tem como objetivo:

- a) a execução dos planos e programas aprovados pelo Ministério das Cidades, em consonância com o Plano Nacional de Viação e, destinados a reger os serviços de transporte ferroviário urbano, constantes do Sistema Nacional de Transportes Urbanos;
- b) o planejamento, o estudo, os projetos, a construção e a implantação de serviços de transporte de pessoas, por trem de superfície nas Regiões Metropolitanas, cidades e aglomerados urbanos que justifiquem a existência desses serviços, em estreita consonância com a política de transporte e desenvolvimento urbano;
- c) a operação e a exploração comercial dos serviços de transporte ferroviário urbano e suburbano;
- d) o gerenciamento das participações societárias da União em empresas de transporte ferroviário metropolitano e urbano, de pessoas; e
- e) a execução de atividades conexas que lhe permitam melhor atender seu objeto social.

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS:

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas pela Legislação Societária Brasileira, além dos pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e das Normas Brasileiras de Contabilidade do Conselho Federal de Contabilidade - CFC, em vigor até a data da elaboração das demonstrações contábeis.

A empresa não realizou o Impairment dos seus ativos, considerando que avaliações preliminares e comparativas com empresas do mesmo ramo de atividade, indicavam que os ativos da CBTU estavam subavaliados, que demandaria processo de reavaliação de ativos.

Considerando que o CPC, através do ICPC-10, tornou facultativa a reavaliação de ativos neste caso, e que a empresa não vislumbrou oportunidades que justificassem o investimento, optou pela não reavaliação dos ativos e também pela manutenção das atuais taxas de depreciação por considerá-las adequadas.

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU

Adicionalmente ao descrito acima, as principais práticas contábeis podem ser resumidas como segue:

a) Regime de escrituração das transações

É adotado o regime de competência de exercícios para registro das operações.

b) Reconhecimento dos efeitos inflacionários

Os efeitos da inflação sobre as demonstrações contábeis são reconhecidos mediante atualizações monetárias e cambiais de direitos e obrigações sujeitas à indexação legal ou contratual, pelos respectivos índices.

c) Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras são registradas pelo custo, acrescido dos rendimentos proporcionais, auferidos até a data do balanço.

d) Almoxarifados

Os estoques mantidos nos almoxarifados estão avaliados ao custo médio de aquisição, que não excede o valor de reposição. Os materiais em poder de terceiros são registrados ao custo identificado.

e) Ativo Imobilizado, Intangível e Diferido

Está demonstrado pelo custo corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, ajustado com os seguintes aspectos:

- Depreciação do imobilizado pelo método linear levando em consideração o tempo de vida útil-econômica dos bens;
- Amortização do ativo diferido pelo método linear, à taxa de 10% ao ano.

NOTA 03 – DISPONIBILIDADE:

Compõe este grupo os valores em Caixa, Valores em Transito oriundos da arrecadação, Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata e a Conta Única do Tesouro Nacional, que engloba os repasses do tesouro e de recursos próprios para fazer face às despesas previstas no orçamento da CBTU.

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU

Composição do saldo:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Caixa	63	63
Conta Única do Tesouro Nacional	24.652	49.219
Valores em Trânsito	2.709	2.414
Aplicações Financeiras	5.230	14.578
	<u>32.654</u>	<u>66.274</u>

NOTA 04 – CONTAS A RECEBER:

As principais rubricas que compõem este grupo são as seguintes:

RFFSA – trata-se de desembolsos realizados pela CBTU, de responsabilidade da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. – RFFSA, cujos valores mais relevantes são oriundos de desapropriações e obras realizadas pela CBTU, vitais para expansão do sistema de Belo Horizonte em áreas de influência de ambas as Empresas, tendo sido, desta forma, aplicado o critério de rateio dos valores envolvidos. Tendo em vista estar, a extinta RFFSA, questionando por diversos motivos o referido critério de rateio de alguns valores, a CBTU, conservadoramente, constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa relativa aos valores sob questionamento.

Os gestores da CBTU e Inventariança da RFFSA desde 2013 buscam o equacionamento das pendências em questão, para viabilizar o encontro de contas entre as empresas, não sendo possível ainda sua conclusão face às divergências na apuração dos valores envolvidos.

Créditos em Liquidação – nesta rubrica está registrado o valor devido pelo Consórcio Grande Recife, referente à parcela da CBTU na partição tarifária, da integração ônibus/metrô, por ter havido contestação por parte do Consórcio dos valores apresentados pela CBTU.

A CBTU ingressou com ação de cobrança dos créditos em questão. Atualmente o processo está em fase de conclusão na primeira instância e os repasses não foram normalizados.

Créditos por Danos ou Perdas – estão registrados nesta rubrica:

- a) R\$ 1.620 mil, referentes a débitos de ex-empregados, apurados em processos de tomada de contas;
- b) R\$ 15.375 mil, tendo como devedor a Companhia do Metropolitano do Distrito Federal, referente a repasse de convênio, onde a Controladoria Geral da União-CGU apurou irregularidades em contratos, no montante de R\$ 6.878 mil, tendo o Tribunal de Contas da União-TCU determinado que a CBTU instaurasse processo de tomada de

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU

contas especial, visando ratificar o valor apurado pela CGU, corrigindo-o através da metodologia de cálculo do TCU e registrando o valor corrigido no SIAFI.

Composição do saldo:

	2015	2014
RFFSA	14.651	14.651
Prestação de Serviços	2.174	1.535
Prefeitura de São Paulo	723	723
Empregados Cedidos	1194	538
Créditos em Liquidação	47.224	25.439
Ressarcimento Aux. Doença	9	9
Créditos por Danos ou Perdas	16.995	16.995
	<u>82.970</u>	<u>59.890</u>
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(8.266)	(8.266)
	<u>74.704</u>	<u>51.624</u>

NOTA 05 – RECURSOS VINCULADOS:

O saldo do exercício de 2014 representava os recursos a receber da União para repasse ao METROFOR, através do Termo de Compromisso firmado entre as empresas, que foi repassado neste exercício.

NOTA 06 – DEPÓSITOS JUDICIAIS:

- a) **Ativo Circulante** – referem-se a penhoras na receita de bilheteria, preponderantemente nas STU's Recife e Belo Horizonte.

Em 31 de dezembro de 2015, a situação das Penhoras judiciais da Empresa pode ser resumida como segue:

	2015				2014			
	BH	REC	OUTRAS	TOTAL	BH	REC	OUTRAS	TOTAL
Saldo do Exercício Anterior	96.660	71.024	4.783	172.687	92.177	55.411	5.494	153.082
Penhoras do Exercício	43.299	16.023	351	59.673	37.835	31.503	502	69.840
Recuperação de Penhoras	(21.565)	(22.221)	(549)	(44.335)	(33.132)	(16.890)	(1.213)	(50.235)
Saldo do Exercício	<u>118.614</u>	<u>64.826</u>	<u>4.585</u>	<u>188.025</u>	<u>96.880</u>	<u>71.024</u>	<u>4.783</u>	<u>172.687</u>

- b) **Ativo Realizável a Longo Prazo** – referem-se basicamente a pagamentos de depósitos recursais trabalhistas, que visam à reforma da sentença; depósitos judiciais cíveis, que são para garantia do juízo até a solução final da ação e penhoras judiciais, que são recursos apreendidos pela justiça das contas

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU

correntes da CBTU no período de 1996 a 1999, antes do ingresso efetivo na conta única do Tesouro.

A Gerência Geral Jurídica da CBTU vem realizando trabalhos permanentes, objetivando depurar e identificar todos os valores constantes nesta rubrica.

Em 31 de dezembro de 2015, a situação dos depósitos judiciais da Empresa pode ser resumida como segue:

DESCRIÇÃO:

	2015	2014
Processos identificados – em andamento	85.165	71.716
Processos a serem identificados/regularizados	1.146	1.146
	86.311	72.862

NOTA 07 – DEPÓSITOS ESPECIAIS:

Refere-se a depósito caucionado no Banco do Brasil, cuja origem foi o processo de renegociação da dívida externa pela União em 1993.

O objetivo do depósito é servir de garantia para amortizações da dívida de médio e longo prazo – DMLP, do período de 2015 a 2024, quando serão liquidadas. A dívida está consignada no passivo, na rubrica de financiamento interno.

O valor é atualizado pela variação do dólar americano e remunerado pela variação média do bônus de zero cupom do tesouro dos Estados Unidos da América.

NOTA 08 – IMPOSTOS A RECUPERAR:

Representa os valores de processos de restituições de Tributos e Contribuições Federais, preponderantemente de Imposto de Renda retido sobre rendimentos de aplicação financeira de recursos próprios, corrigidos pela variação da taxa SELIC.

NOTA 09 – APLICAÇÃO EM TÍTULOS DO TESOIRO:

Representa as aplicações em Notas do Tesouro Nacional (NTN-P), resultante da conversão de ações de Companhias Telefônicas, decorrente do Programa Nacional de Desestatização. Neste exercício foi resgatado R\$ 163 mil em função do vencimento dos mesmos.

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU

NOTA 10 – IMOBILIZADO:

a) Composição do saldo:

CONTAS	TAXA ANUAL DE DEPRECIÇÃO (%)	2015	2014
Terrenos	-	369.560	365.238
Edificações	1,25 a 2,00	637.940	641.745
Instalações	2,00 a 3,33	781.515	767.825
Equipamentos de Transporte Ferroviário	2,50 a 5,00	1.022.573	907.088
Veículos	20	11.153	9.395
Equipamentos, Máquinas e Ferramentas	10	55.516	52.299
Outras Imobilizações Tangíveis	10	26.905	25.371
Imobilizações em Andamento	-	1.571.670	1.503.093
Correção Monetária – Lei 8.200/91	Diversas	447.985	448.757
		4.924.817	4.720.811
Depreciações Acumuladas		(964.992)	(887.310)
	Total:	3.959.825	3.833.501

b) Imobilizações em andamento:

Representa os investimentos em obras e aquisições cujos contratos estão em execução.

Existem valores pendentes de reclassificação para a conta de terrenos, oriundas de desapropriações nas STU's Belo Horizonte e Recife que não são depreciados, bem como as cisões para os respectivos Estados dos Investimentos nos sistemas do Rio de Janeiro e São Paulo.

As imobilizações em andamento podem ser demonstradas como segue:

	2015	2014
Sistema de Belo Horizonte	96.142	68.133
Sistema de Recife	115.042	111.330
Sistema do Rio de Janeiro	651.804	651.804
Sistema de São Paulo	554.388	554.388
Outras Obras	154.294	117.438
Subtotal:	1.571.670	1.503.093
Correção Monetária – Lei 8.200/91	32.810	32.810
Total:	1.604.480	1.535.903

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU

NOTA 11 – DIFERIDO:

Está representado por despesas de consultoria, vinculadas aos projetos BIRD de Recife e Belo Horizonte.

Utilizando a faculdade prevista na Lei nº 11.941 de 27/05/2009 a Empresa optou pela manutenção dos valores classificados nesse grupo até sua completa amortização. A variação nesta rubrica no exercício foi em razão de ajustes na amortização da STU Recife, com reflexos na Demonstração do Resultado do Exercício.

NOTA 12 – FINANCIAMENTOS:

Os financiamentos foram obtidos pela RFFSA, na década de 1980, para ampliação e melhoramento das instalações e equipamentos do ativo imobilizado dos sistemas do Rio de Janeiro e São Paulo.

As parcelas de amortização do principal, bem como as despesas de juros e outras decorrentes dos financiamentos, são totalmente cobertas pela União, mediante subvenções.

As taxas de juros anuais aplicadas aos financiamentos variam de 5,8% a 8%, com vencimentos programados até o ano de 2024.

Os financiamentos são corrigidos pela variação do Dólar Americano.

NOTA 13 – FUNDAÇÃO REDE FERROVIÁRIA DE SEGURIDADE SOCIAL-REFER:

A CBTU, a partir de 17 de fevereiro de 2000, deixou de ser co patrocinadora e passou a ser patrocinadora da REFER, que é uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, com patrimônio e autonomia administrativa e financeira, cujo objetivo principal é a suplementação de benefícios previdenciários aos participantes. Tal modificação ocorreu devido à segregação da parcela patrimonial e das obrigações relativas à CBTU, quando da quebra de solidariedade do Plano de Benefício até então existente, do qual participavam as instituições: RFFSA, CBTU, FLUMITRENS, CPTM, e REFER. Atualmente o plano é de contribuição variável.

Tendo em vista as medidas sugeridas pelo Grupo de Trabalho constituído pela Portaria Interministerial nº 1, de 14 de fevereiro de 1997, para a redução de déficit potencial da Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social - REFER, e as autorizações concedidas pela Secretaria Executiva do Ministério dos Transportes e Secretaria de Coordenação e Controle das Empresas Estatais do Ministério do Planejamento e Orçamento, foi efetuado o registro do valor estimado como devido à REFER decorrente da redução da taxa de contribuição de 11,61% para 9,48% no período de janeiro de 1985 a dezembro de 1996, bem como daquela decorrente dos reflexos financeiros motivados pela redução da base de contribuição determinada pela Lei 8.020, de 12 de abril de 1990, regulamentada pelo Decreto 606, de 20 de julho de

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU

1992, resultando na celebração do Contrato nº 030/REFER/2000 de 01/12/2000, de confissão de dívida.

Paralelamente foi celebrado o Instrumento Particular de Direitos e Obrigações, de 08/02/2001, referente à cobertura do déficit atuarial decorrente da migração do Plano de Benefício Definido para o Plano de Contribuição Definida.

Destaca-se que ambos os instrumentos estabeleceram como vencimento da primeira parcela de pagamento a data de 31 de janeiro de 2003.

Nos exercícios de 2003 e 2004, a CBTU não obteve os recursos orçamentários para cumprir o acordado, tendo a REFER ajuizado ação de execução de Dívida na 28ª Vara Civil da Comarca do Rio de Janeiro, relativa ao CRT. 030/2000.

Em 31/03/2004, foi celebrado o Aditivo nº 01/04 ao Instrumento Particular de Direitos e Obrigações de 08/02/2001, e, no que se refere ao Instrumento N.º 30/2000, foi celebrado Acordo Judicial repactuando valores e datas, passando ter vencimentos mensais a partir de 31/01/2005.

A REFER efetuou a cobrança da Dívida Renegociada que, por força do previsto no Artigo 62 do Decreto 4942/03, de 30/12/03 – Parágrafos 1º e 2º, sem o devido cumprimento das obrigações assumidas pela Patrocinadora, a Fundação fica obrigada a proceder à execução judicial a dívida que resultaram nos seguintes processos:

a) Processo 0123840-98.2007.8.19.001 (antigo nº 2007.001.120653-9), em trâmite na 22ª Vara Cível da Comarca da Capital – RJ, referente à execução de título extrajudicial – Instrumento Particular de Direitos e Obrigações assinado em 08/02/2001 (Reserva a Amortizar pela conversão do Plano de Benefício Definido para a modalidade de Contribuição Definida)

b) Processo 0009659-44.2012.4.02.5101 (antigo nº 2004.001.12106-3), em trâmite na 22ª Vara Federal da Seção Judiciária do RJ referente à execução de título executivo extrajudicial – Instrumento nº 30/REFER/2000 (Diferença de 2,13% das contribuições devidas de janeiro/85 a dezembro/96 e reflexos da Lei 8020/90).

As Leis Orçamentárias de 2006 a 2015 não contemplaram recursos para honrar o compromisso, apesar de terem constado nas Propostas Orçamentárias da CBTU encaminhadas ao Ministério das Cidades.

No exercício de 2006, a CBTU pagou R\$ 79.700 mil da dívida do Processo nº 0011716-80.2004.8.19.001 (antigo nº 2004.001.012106-3) naquela altura em trâmite junto a Justiça Estadual, com recursos de Restos a pagar de sentenças judiciais do exercício de 2005 e R\$ 2.845 mil do processo nº 2005.001.051793-3 com recursos de sentenças judiciais do exercício de 2006, processo este julgado extinto, com decisão transitada em julgado.

No ano de 2007, foi constituído o Processo nº 0123840-98.2007.8.19.001 (antigo nº 2007.001.120653-9) perante a Justiça Estadual do RJ, para cobrança do saldo remanescente.

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU

No exercício de 2007, a CBTU pagou R\$ 2.716 mil da dívida do Processo 0009659-44.2012.4.02.5101 (antigo nº 2004.001.12106-3), atualmente em trâmite na 22ª Vara Federal da Seção Judiciária do RJ e R\$ 16.361 mil da dívida do Processo 0123840-98.2007.8.19.001 (antigo nº 2007.001.120653-9), em trâmite na 22ª Vara Cível da Comarca da Capital – RJ ambos com recursos de sentenças do exercício.

Nos exercícios de 2008 a 2015, a CBTU pagou R\$ 127.774 mil, através de penhora da receita dos processos nº 0009659-44.2012.4.02.5101 (antigo nº 2004.001.12106-3) e nº 0123840-98.2007.8.19.001 (antigo nº 2007.001.120653-9).

Em nova determinação judicial, em 2015 a penhora passou de 7% para 12% da receita da bilheteria, sendo posteriormente reformada para um valor fixo de R\$ R\$ 6.745.201,23 (seis milhões, setecentos e quarenta e cinco mil, duzentos e um reais e vinte três centavos) referente ao processo nº 0009659-44.2012.4.02.5101 (antigo nº 2004.001.12106-3) e 5% da receita de bilheteria referente ao processo nº 0123840-98.2007.8.19.001 (antigo nº 2007.001.120653-9).

Após negociações entre as empresas ficou acertado que em 2016 a penhora do processo nº 0009659-44.2012.4.02.5101 (antigo nº 2004.001.12106-3) retornará a 12% da receita de janeiro a julho de 2016, voltando ao valor fixo a partir de agosto de 2016.

A Diretoria da CBTU vem atuando perante os órgãos competentes buscando uma solução definitiva para o pagamento da dívida, sendo que o processo de renegociação desta está em análise na Advocacia Geral da União - AGU para emissão de parecer, sem o qual não será possível a obtenção de orçamento e recursos financeiros para pagamento.

Os processos tramitam na 22ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro - RJ e na 22ª Vara Cível da Comarca da Capital – RJ, não sendo possível determinar os impactos futuros nas demonstrações contábeis da CBTU.

A composição dos créditos da REFER em 31 de dezembro de 2015 pode ser demonstrada como segue:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
	<u>CIRCULANTE</u>	<u>CIRCULANTE</u>
Diferença da taxa de contribuição e os		
Reflexos Financeiros da Lei nº 8020/90.	2.124.477	1.719.607
Reserva a Amortizar	107.087	97.112
	<u>2.231.564</u>	<u>1.816.719</u>

NOTA 14 – PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS:

Representa a estimativa de riscos futuros com ações judiciais movidas contra a empresa em conformidade com a legislação societária e o pronunciamento nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC 25).

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU

O aumento da provisão de 2015 foi devido à maturação de ações trabalhistas em que a CBTU vem tendo decisões desfavoráveis.

No que tange aos riscos, os prováveis são registrados e os possíveis apenas evidenciados, conforme demonstrado abaixo:

	2015		2014	
	PROVÁVEIS	POSSÍVEIS	PROVÁVEIS	POSSÍVEIS
Trabalhistas	1.033.052	46.659	731.421	46.245
Cíveis	173.481	49.303	190.798	54.788
Previdenciários	90.877	6.620	106.618	7.788
Tributários	38.663	2.302	40.928	2.657
Total:	1.336.073	104.884	1.069.765	111.478

NOTA 15 – RECURSOS PARA AUMENTO DE CAPITAL:

Registra os recursos da União em investimentos para futuro aumento de capital, bem como os encargos financeiros pela variação da SELIC, oriundos da aplicação dos dispositivos do Decreto Nº 2673 de 16 de julho de 1998, conforme demonstrado abaixo:

	2015	2014	2013	TOTAL
Investimos	162.793	86.227	261.135	510.155
SELIC Acumulada	88.084	41.937	13.806	143.827
	250.877	128.164	274.941	653.982

Até o exercício de 2014, por recomendação da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, os Recursos para Futuro Aumento de Capital eram classificados no Passivo Circulante.

Neste exercício, face nova recomendação da STN, os valores foram reclassificados para o Passivo Não Circulante.

Informamos abaixo a composição dos grupos antes das reclassificações:

Passivo Circulante	3.685.286
Passivo Não Circulante	151.488

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU

NOTA 16 – RECEITA DIFERIDA

Refere-se a contrato de locação para utilização de áreas de domínio da CBTU, que consiste basicamente na implantação de sistema cabo ótico destinado a serviço de telecomunicação.

O presente contrato vigorará pelo prazo de 30 (trinta) anos a partir de dezembro de 1999, com a realização da receita, no montante de R\$15,9 mil mês.

NOTA 17 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO:

Capital Social

O capital social totalmente integralizado está representado por ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, assim distribuído:

	2015		2014	
	QUANTIDADE DE AÇÕES	% DE PARTICIPAÇÃO	QUANTIDADE DE AÇÕES	% DE PARTICIPAÇÃO
União	18.645.502.652.415	99,9999	12.223.080.568.223	99,9999
Outros	1.063	0,0001	1.063	0,0001
	18.645.502.653.478	100,0000	12.223.080.569.286	100,0000

Reserva de Reavaliação

Constituída em decorrência da avaliação de bens do ativo imobilizado registrada em 1985. A realização dessa reserva vem sendo feita em função das depreciações, baixas e alienações dos referidos bens, registrada diretamente na conta de prejuízos acumulados.

Utilizando a faculdade prevista no CPC 13, a Empresa optou pela manutenção dos valores classificados nesse grupo até sua completa realização.

NOTA 18 – CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS:

Segue abaixo o demonstrativo de Custos dos Serviços Prestados no exercício de 2015.

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Pessoal e Encargos	422.273	346.964
Concessionárias	53.867	37.014
Serviços de Terceiros	129.503	102.631
Materiais	14.551	22.068
Total:	<u>620.194</u>	<u>508.677</u>

NOTA 19 – RESULTADO FINANCEIRO:

Neste exercício, foi reclassificado o reflexo da Penhora para a REFER das Despesas Gerais e Administrativas para Despesas Financeiras, por entendermos ser mais adequado. A reclassificação afetou a Demonstração do Resultado e o Fluxo de Caixa.

Informamos abaixo a composição dos grupos antes das reclassificações:

Demonstração do Resultado

Gerais e Administrativas	87.005
Despesas Financeiras	382.047

Demonstração do FLUXO DE CAIXA

Ajustes	879.489
Aumento (Redução) de Passivos	(23.308)

Segue abaixo o demonstrativo de Receitas e Despesas Financeiras:


Receitas Financeiras	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Varição Monetária de Tributos a Recuperar	2.682	1.401
Varição Cambial de Depósitos Especiais	61.048	24.236
Juros de Aplicações Financeiras	755	2.141
Outras	40	117
Sub-Total	<u>64.525</u>	<u>27.895</u>
Despesas Financeiras	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Juros e Encargos da Dívida com a REFER	414.845	281.942
Varição Cambial e Encargos de Financiamentos	81.483	23.003
Varição Monetária dos Rec. p/ Aumento de Capital	88.084	56.531
Outras	43	16
Sub-Total	<u>584.455</u>	<u>361.492</u>
Total	<u>519.930</u>	<u>333.597</u>

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU

NOTA 20 – REMUNERAÇÃO DE DIRIGENTES E EMPREGADOS:

O Plano de Cargos e Salários da Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU e a legislação específica estabelecem os critérios para todas as remunerações pagas aos dirigentes e empregados.

No exercício de 2015 a maior e a menor remuneração mensal paga aos empregados ocupantes de cargos permanentes foram de R\$ 33.956,27 e R\$ 1.481,25, respectivamente. Com relação aos dirigentes da CBTU, a maior e a menor remuneração mensal paga foi de R\$ 25.704,67 e R\$ 22.351,89, respectivamente. A remuneração média paga aos empregados foi de R\$ 7.255,56 e aos dirigentes foi de R\$ 23.190,09.



MARCO ANTÔNIO DE ARAÚJO FIREMAN
Diretor-Presidente



DAVIDSON TOLENTINO DE ALMEIDA
Diretor de Administração e Finanças



JORGE LUIZ OLIVEIRA DA SILVA
Contador CRC-RJ 062.918

5.5 – Demonstrativo Específico sobre Subsídios e Resultado Operacional

5.5.1 - Demonstrativo do Subsídio por Sistema

Foi considerada como subsídio a parcela do orçamento atendida com recursos do Tesouro, nas ações orçamentárias de custeio: Funcionamento dos Sistemas, Administração da Unidade, Capacitação de Recursos Humanos, Publicidade de Utilidade Pública, Pagamento de Pessoal Ativo da União, Benefícios (Aux. Transporte, Aux. Funeral e Natalidade, Assist. Médico Odontológica, Exames Periódicos, Aux. Alimentação e Assist. Pré-Escolar), Contribuição para Previdência Privada – REFER, Sentenças Judiciais (Cíveis e Trabalhistas), Pensões Decorrentes de Legislação Especial, Depósitos Recursais; e de Investimento (PAC e não PAC). Foram consideradas as fontes 100, 144, 188, 281 e 344

Os dados foram compilados por Administração da Unidade e Superintendências Regionais. Ao final, está apresentada uma planilha consolidando o resultado da CBTU

Fonte: GEORC/GAPLO – TESOIRO GERENCIAL

Administração Central

Ação Governo		Plano Orçamentário	Grupo Despesa		Fonte SOF	PROVISAO RECEBIDA	DESPESA ORÇAMENTARIA DO EXERCICIO
0283	AMORTIZACAO E ENCARGOS DE FINANCIAMENTO DA DIVIDA CONTRATUAL	AMORTIZACAO E ENCARGOS DE FINANCIAMENTO DA DIVIDA CONTRATUAL INTERNA	2	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	0144	7.246.376,00	6.916.995,91
					0344	1.370.419,00	1.178.170,97
0022	CUMPRIMENTO DE SENTENCAS JUDICIAIS DEVIDAS POR EMPRESAS ESTA	SENTENCAS JUDICIAIS DE EMPRESAS ESTATAIS DEPENDENTES	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0100	39.432.062,01	39.431.974,82
			1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0100	58.723.361,62	58.723.361,62
		DEPOSITOS RECURSAIS DEVIDOS POR EMPRESAS ESTATAIS DEPENDENTES	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0100	191.903,80	191.903,80
			1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0100	1.227.876,77	738.631,47
00M1	BENEFICIOS ASSISTENCIAIS DECORRENTES DO AUXILIO-FUNERAL E NA	AUXILIO-FUNERAL E NATALIDADE DE CIVIS	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0100	36.000,00	20.171,96
0536	BENEFICIOS E PENSOES INDENIZATORIAS DECORRENTES DE LEGISLACA	BENEFICIOS E PENSOES INDENIZATORIAS DECORRENTES DE LEGISLACAO ESPECIAL E/OU DECISOES JUDICIAIS	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0100	21.423.519,00	20.275.533,20
2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPR	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA DE CIVIS - COMPLEMENTACAO DA UNIAO	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0100	1.379.638,00	1.196.873,00
					0188	472.311,00	472.311,00
		EXAMES PERIODICOS - CIVIS	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0100	73.592,45	73.592,45
2010	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES CIVIS	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES CIVIS E DE EMPREGADOS	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0100	100.874,00	82.874,00
2011	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILITA	AUXILIO-TRANSPORTE - CIVIS	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0100	505.639,74	501.488,00
2012	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILIT	AUXILIO-ALIMENTACAO DE CIVIS	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0100	8.137.869,00	8.137.869,00
20TP	PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO	PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO	1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0100	0,00	0,00
					0188	61.209.597,00	59.785.736,00
2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE	ADMINISTRACAO DA UNIDADE - DESPESAS DIVERSAS	4	INVESTIMENTOS	0100	6.180,00	6.180,00
			3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0100	15.697.002,83	15.672.176,87
					0250	84.127,08	84.127,08
					0280	29.603,01	29.603,01
					0281	79.000,00	7.276,00
		CONCESSAO VALE-CULTURA	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0100	253.058,00	253.058,00
2843	FUNCIONAMENTO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE FERROVIARIO URBANO	FUNCIONAMENTO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE FERROVIARIO URBANO DE PASSAGEIROS	4		0100	199.032,11	199.032,11
6438	CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS PARA TRANSPORTES COLETIVOS U	CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS PARA TRANSPORTES COLETIVOS URBANOS	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0100	204.579,30	203.792,90
					0281	55.000,00	39.531,00
Total						218.138.621,72	214.222.264,17
					100	147.592.188,63	145.708.513,20
					144	7.246.376,00	6.916.995,91
					188	61.681.908,00	60.258.047,00
					250	84.127,08	84.127,08
					280	29.603,01	29.603,01
					281	134.000,00	46.807,00
					344	1.370.419,00	1.178.170,97
SUBSÍDIO					100	147.592.188,63	145.708.513,20
					144	7.246.376,00	6.916.995,91
					188	61.681.908,00	60.258.047,00
					281	134.000,00	46.807,00
					344	1.370.419,00	1.178.170,97
SUBTOTAL						218.024.891,63	214.108.534,00

Superintendência de Trens Urbanos de **Belo Horizonte**178

Quadro A.5.5.1.C – Subsídio - Recife

Superintendência de Trens Urbanos de Recife

Ação Governo		Plano Orçamentário	Grupo Despesa		Fonte SOF	PROVISAO RECEBIDA	DESPESA ORÇAMENTARIA DO EXERCICIO
0022	CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS DEVIDAS POR EMPRESAS ESTA	SENTENÇAS JUDICIAIS DE EMPRESAS ESTATAIS DEPENDENTES	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0100	770.918,64	770.918,21
			1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0100	68.233.034,10	68.231.946,52
		DEPOSITOS RECURSAIS DEVIDOS POR EMPRESAS ESTATAIS DEPENDENTES	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0100	208.149,79	24.799,77
			1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0100	3.564.591,69	3.439.861,07
00M1	BENEFICIOS ASSISTENCIAIS DECORRENTES DO AUXILIO-FUNERAL E NA	AUXILIO-FUNERAL E NATALIDADE DE CIVIS	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0100	24.000,00	16.202,49
2000	ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	CONCESSÃO VALE CULTURA	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0100	585.141,00	585.141,00
				0100	6.271.446,00	6.221.769,00	
2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPR	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA DE CIVIS - COMPLEMENTACAO DA UNIAO	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0188	1.399.091,00	1.393.996,00
		EXAMES PERIODICOS - CIVIS	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0100	170.000,00	170.000,00
2010	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES CIVIS	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES CIVIS E DE EMPREGADOS	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0100	545.956,00	503.840,00
2011	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILITA	AUXILIO-TRANSPORTE - CIVIS	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0100	167.000,00	166.520,50
2012	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILIT	AUXILIO-ALIMENTACAO DE CIVIS	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0100	16.828.035,00	16.828.035,00
20TP	PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO	PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO	1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS / PREVIDÊNCIA PRIVADA	0100	8.271.670,00	8.095.205,00
					0188	206.474.804,00	205.386.913,00
14TT	MODERNIZACAO E RECUPERACAO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS	RECUPERACAO E MELHORIAS NO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE BELO HORIZONTE - BH	4	INVESTIMENTOS	0100	0,00	
2843	FUNCIONAMENTO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE FERROVIARIO URBANO	FUNCIONAMENTO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE FERROVIARIO URBANO DE PASSAGEIROS	4	INVESTIMENTOS	0100	561.728,91	558.897,75
					0250	626.841,12	626.841,12
			3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0100	8.294.843,00	8.292.675,37
					0250	82.902.392,65	82.891.876,74
4641	PUBLICIDADE DE UTILIDADE PUBLICA	PUBLICIDADE DE UTILIDADE PUBLICA	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0100	8.323,50	7.644,00
6438	CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS PARA TRANSPORTES COLETIVOS URBANOS	CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS PARA TRANSPORTES COLETIVOS URBANOS	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0100	411.530,48	411.530,48
					0281	54.515,00	54.515,00
TOTAL						406.374.011,88	404.679.128,02
					100	114.916.368,11	114.324.986,16
					188	207.873.895,00	206.780.909,00
					250	83.529.233,77	83.518.717,86
					280	-	-
					281	54.515,00	54.515,00
SUBSÍDIO					100	114.916.368,11	114.324.986,16
					188	207.873.895,00	206.780.909,00
					281	54.515,00	54.515,00
SUBTOTAL						322.844.778,11	321.160.410,16

Quadro A.5.5.1.D – Subsídio - Natal

Superintendência de Trens Urbanos de Natal

Ação Governo		Plano Orçamentário	Grupo Despesa		Fonte SOF	PROVISAO RECEBIDA	DESPESA ORÇAMENTARIA DO EXERCICIO
0022	CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS DEVIDAS POR EMPRESAS ESTATAIS DEPENDENTES	SENTENÇAS JUDICIAIS DE EMPRESAS ESTATAIS DEPENDENTES	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0100	202.174,28	202.174,28
			1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0100	1.273.739,60	1.273.739,60
		DEPOSITOS RECURSAIS DEVIDOS POR EMPRESAS ESTATAIS DEPENDENTES	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0100	7.000,00	1.080,30
			1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0100	286.000,00	194.208,75
00M1	BENEFICIOS ASSISTENCIAIS DECORRENTES DO AUXILIO-FUNERAL E NA	AUXILIO-FUNERAL E NATALIDADE DE CIVIS	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0100	12.000,00	
2000	ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	CONCESSÃO VALE CULTURA	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0100	191.314,00	191.314,00
2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPR	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA DE CIVIS - COMPLEMENTACAO DA UNIAO	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0100	454.698,00	447.387,00
			3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0188	111.247,00	111.247,00
		EXAMES PERIODICOS - CIVIS	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0100	44.285,81	44.285,81
2010	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES CIVIS E DE EMPREGADOS	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES CIVIS E DE EMPREGADOS	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0100	60.000,00	51.000,00
2011	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILITA	AUXILIO-TRANSPORTE - CIVIS	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0100	11.000,00	11.000,00
2012	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILIT	AUXILIO-ALIMENTACAO DE CIVIS	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0100	1.828.480,00	1.828.480,00
20TP	PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO	PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO	1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0100	0,00	0,00
					0188	14.614.988,00	14.583.186,00
					0100	1.025.351,05	1.025.351,05
2843	FUNCIONAMENTO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE FERROVIARIO URBANO	FUNCIONAMENTO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE FERROVIARIO URBANO DE PASSAGEIROS	4	INVESTIMENTOS	0250	0,00	
					0100	8.819.098,00	8.816.154,12
					0250	1.141.000,00	1.141.000,00
			3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0281	5.700,00	5.225,00
					0100	26.681,70	26.681,70
4641	PUBLICIDADE DE UTILIDADE PUBLICA	PUBLICIDADE DE UTILIDADE PUBLICA	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0100	123.880,00	123.880,00
6438	CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS PARA TRANSPORTES COLETIVOS U	CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS PARA TRANSPORTES COLETIVOS URBANOS	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0281	10.000,00	9.992,96
10SS	APOIO A SISTEMAS DE TRANSPORTE PUBLICO COLETIVO URBANO	MODERNIZACAO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE NATAL	4	INVESTIMENTOS	0100	16.984.707,00	16.984.707,00
TOTAL						47.233.344,44	47.072.094,57
					100	31.350.409,44	31.221.443,61
					188	14.726.235,00	14.694.433,00
					250	1.141.000,00	1.141.000,00
					280	-	-
					281	15.700,00	15.217,96
SUBSÍDIO					100	31.350.409,44	31.221.443,61
					188	14.726.235,00	14.694.433,00
					281	15.700,00	15.217,96
SUBTOTAL						46.092.344,44	45.931.094,57

Quadro A.5.5.1.E – Subsídio - João Pessoa

Superintendência de Trens Urbanos de João Pessoa

Ação Governo		Plano Orçamentário	Grupo Despesa		Fonte SOF	PROVISAO RECEBIDA	DESPESA ORÇAMENTARIA DO EXERCICIO
0022	CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS DEVIDAS POR EMPRESAS ESTA	SENTENÇAS JUDICIAIS DE EMPRESAS ESTATAIS DEPENDENTES	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0100	1.974,18	1.972,85
			1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0100	2.533.856,62	2.533.856,62
		DEPOSITOS RECURSAIS DEVIDOS POR EMPRESAS ESTATAIS DEPENDENTES	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0100	14.971,65	4.597,67
			1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0100	389.339,05	324.217,45
00M1	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DECORRENTES DO AUXILIO-FUNERAL E NA ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	AUXILIO-FUNERAL E NATALIDADE DE CIVIS	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0100	12.000,00	
2000		CONCESSÃO VALE CULTURA	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0100	91.467,00	91.467,00
2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPR	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA DE CIVIS - COMPLEMENTACAO DA UNIAO	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0100	438.419,00	438.419,00
			3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0188	0,00	0,00
		EXAMES PERIODICOS - CIVIS	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0100	46.369,95	46.369,95
2010	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES CIVIS	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES CIVIS E DE EMPREGADOS	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0100	57.170,00	49.270,00
2011	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILITA	AUXILIO-TRANSPORTE - CIVIS	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0100	30.000,00	9.105,81
2012	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILIT	AUXILIO-ALIMENTACAO DE CIVIS	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0100	1.106.938,00	1.106.938,00
20TP	PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO	PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO	1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0100	0,00	0,00
					0188	13.614.194,00	13.603.504,00
14TT	MODERNIZACAO E RECUPERACAO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS	RECUPERACAO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE JOAO PESSOA - PB	4	INVESTIMENTOS	0100	196.424,48	196.424,48
2843	FUNCIONAMENTO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE FERROVIARIO URBANO	FUNCIONAMENTO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE FERROVIARIO URBANO DE PASSAGEIROS	4	INVESTIMENTOS	0100	416.922,39	416.922,39
					0250	0,00	
			3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0100	7.745.658,05	7.725.084,55
					0250	1.399.522,33	1.398.902,34
4641	PUBLICIDADE DE UTILIDADE PUBLICA	PUBLICIDADE DE UTILIDADE PUBLICA	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0281	19.000,00	
6438	CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS PARA TRANSPORTES COLETIVOS U	CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS PARA TRANSPORTES COLETIVOS URBANOS	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0100	24.750,00	24.750,00
					0100	66.209,00	66.209,00
10SS	APOIO A SISTEMAS DE TRANSPORTE PUBLICO COLETIVO URBANO	MODERNIZACAO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE JOÃO PESSOA	4	INVESTIMENTOS	0281	26.260,00	26.260,00
					0100	6.998.000,00	6.998.000,00
TOTAL						35.229.445,70	35.062.271,11
					100	20.170.469,37	20.033.604,77
					188	13.614.194,00	13.603.504,00
					250	1.399.522,33	1.398.902,34
					280	-	-
					281	45.260,00	26.260,00
SUBSÍDIO					100	20.170.469,37	20.033.604,77
					188	13.614.194,00	13.603.504,00
					281	45.260,00	26.260,00
SUBTOTAL						33.829.923,37	33.663.368,77

Quadro A.5.5.1.F – Subsídio - Maceió

Superintendência de Trens Urbanos de Maceió

Ação Governo		Plano Orçamentário	Grupo Despesa		Fonte SOF	PROVISÃO RECEBIDA	DESPESA ORÇAMENTARIA DO EXERCÍCIO
0022	CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS DEVIDAS POR EMPRESAS ESTA	SENTENÇAS JUDICIAIS DE EMPRESAS ESTATAIS DEPENDENTES	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0100	895.886,17	895.239,15
			1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0100	1.218.964,37	1.218.964,37
		DEPOSITOS RECURSAIS DEVIDOS POR EMPRESAS ESTATAIS DEPENDENTES	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0100	47.974,76	9.309,52
			1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0100	411.000,00	330.447,33
00M1	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DECORRENTES DO AUXILIO-FUNERAL E NA	AUXILIO-FUNERAL E NATALIDADE DE CIVIS	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0100	12.000,00	
2000	ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	CONCESSÃO VALE CULTURA	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0100	84.483,00	84.483,00
2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPR	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA DE CIVIS - COMPLEMENTACAO DA UNIAO	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0100	512.304,00	500.182,00
			3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0188	204.636,00	202.636,00
			3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0100	6.333,71	6.333,71
2010	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES CIVIS	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES CIVIS E DE EMPREGADOS	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0100	86.000,00	74.000,00
2011	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILITA	AUXILIO-TRANSPORTE - CIVIS	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0100	7.168,26	5.768,50
2012	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILIT	AUXILIO-ALIMENTACAO DE CIVIS	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0100	1.746.280,00	1.746.280,00
20TP	PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO	PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO	1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0100	572.853,00	557.073,00
					0188	14.546.324,00	14.512.453,00
2843	FUNCIONAMENTO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE FERROVIARIO URBANO	FUNCIONAMENTO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE FERROVIARIO URBANO DE PASSAGEIROS	4	INVESTIMENTOS	0100	223.993,90	223.993,90
					0250	0,00	
			3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0100	10.560.266,43	10.560.266,43
					0250	1.716.373,55	1.657.279,63
					0281	15.000,00	12.000,00
					0100	19.500,00	19.500,00
4641	PUBLICIDADE DE UTILIDADE PUBLICA	PUBLICIDADE DE UTILIDADE PUBLICA	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0100	19.500,00	19.500,00
6438	CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS PARA TRANSPORTES COLETIVOS U	CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS PARA TRANSPORTES COLETIVOS URBANOS	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0100	64.876,50	64.876,50
10SS	APOIO A SISTEMAS DE TRANSPORTE PUBLICO COLETIVO URBANO	MODERNIZACAO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE MACEIO	4	INVESTIMENTOS	0100	9.617.814,00	9.617.814,00
TOTAL						42.602.901,65	42.315.850,04
					100	26.087.698,10	25.914.531,41
					188	14.750.960,00	14.715.089,00
					250	1.716.373,55	1.657.279,63
					280	-	-
					281	47.870,00	28.950,00
SUBSÍDIO					100	26.087.698,10	25.914.531,41
					188	14.750.960,00	14.715.089,00
					281	47.870,00	28.950,00
SUBTOTAL						40.886.528,10	40.658.570,41

Quadro A.5.5.1.G – Subsídio - Consolidado

		Provisão Recebida	Despesa Orçamentária no Exercício
SUBTOTAL POR FONTE	100	386.014.428,48	382.894.634,81
	144	7.246.376,00	6.916.995,91
	188	429.388.923,00	426.487.331,00
	281	464.661,00	290.445,96
	344	1.370.419,00	1.178.170,97
SUBSÍDIO TOTAL		824.484.807,48	817.767.578,65

5.5.2 - Demonstrativo do Resultado Operacional por Sistema e agregado (Receita Total – Custo Total)

R\$ 1.000

Unidade	Receita total (mil)	Custo total (mil)	Deficit Operacional (mil) (B-C)
Belo Horizonte	100.991,65	206.464,80	-105.473,15
Recife	68.687,76	289.762,50	-221.074,74
Natal	1.202,78	26.911,68	-25.708,90
João Pessoa	1.042,74	21.240,90	-20.198,16
Maceió	1.111,16	27.258,06	-26.146,90
Total	173.036,09	571.637,94	-398.601,85

Fonte: GAPLO/DP (Banco de Dados)

6. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

6.1 – Gestão de Pessoas

6.1.1 – Estrutura de Pessoal da Unidade

Quadro A.6.1.1.A – Força de Trabalho da UPC

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada*	Efetiva		
1. Empregado Próprio (1.1+1.2+1.3)	3414	3419	513	86
1.1. Empregado de carreira vinculada ao órgão (Empregado Efetivo)	0	3308	480	54
1.2. Empregado não vinculado ao órgão (Empregado Comissionado - Cargo de Confiança)	0	110	33	32
1.3. Empregados requisitados de outros órgãos	0	1	0	0
2. Empregados Anistiados	593	590	10	15
3. Empregado Reintegrado	267	267	8	10
4. Total de Empregados (1+2+3)	4274	4276	531	111
Fonte: CEFUN/GEARH/GAREH		* PORTARIA Nº17, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2015		

Quadro A.6.1.1.B – Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Empregado Próprio (1.1+1.2+1.3)	820	2.593
1.1. Empregado de carreira vinculada ao órgão (Empregado Efetivo)	733	2570
1.2. Empregado não vinculado ao órgão (Empregado Comissionado - Cargo de Confiança)	87	23
1.3. Empregados requisitados de outros órgãos	1	0
2. Empregados Anistiados	130	176
3. Empregado Reintegrado	12	255
4. Total de Empregados (1+2+3)	962	3.024
Fonte: CEFUN/GEARH/GAREH		* EXCLUÍDO OS EMPREGADOS CEDIDOS A OUTROS ÓRGÃOS.

Quadro A.6.1.1.C – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da Unidade

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos Estruturais	209	207	18	69
Função de Confiança	0	160	3	51
Cargo de Confiança	0	47	15	18
2. Cargos Não-Estruturais	168	162	28	54
Função de Confiança	0	98	12	24
Cargo de Confiança	0	64	16	30
3. Função Gratificada	268	241	1	17
4. Total de Servidores (1+2+3)	645	610	47	140

Fonte: CEFUN/GEARH/GAREH

* PORTARIA Nº17, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2015

Observações

1) Os Cargos Estruturais são: Adjunto de Diretor, Chefe de Gabinete - Presidência, Chefe de Auditoria, Superintendente Regional I, Superintendente Regional II, Gerente Geral, Gerente Regional I, Gerente Regional II, Chefe de Gabinete Regional I, Chefe de Gabinete Regional II, Gerente Técnico, Gerente Operacional, Coordenador Técnico, Coordenador Operacional, Supervisor.

2) Os Cargo Não-Estruturais são: Assessor da Presidência, Auditor, Assistente Executivo I, Assistente Executivo II, Assistente Executivo III, Assistente Executivo IV e Assistente de Serviços.

Análise Crítica:

O quantitativo de pessoal da Companhia Brasileira de Trens Urbanos é gerenciado a partir do quadro de vagas aprovado pelo Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG.

Em 2015 o Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais definiu um novo quantitativo de empregados, reduzindo número máximo do quadro de pessoal. Este novo limite impactou na convocação dos candidatos aprovados no Concurso Público Edital 001-2014, restando pendente a admissão de 252 aprovados dentro do número de vagas previstas no edital. Além disso, cerca de 51,47% dos empregados estão acima da faixa de 51 anos e 39,84% possuem mais de 24 anos de tempo de companhia.

Assim, considerando ainda que 33% reúne condições para aposentadoria ou são aposentados, a empresa vem estudando a viabilidade de um plano de desligamento cujo principal desafio será promover a adequação do quadro de pessoal de forma programada com um efetivo repasse do conhecimento e sem que haja descontinuidade na prestação dos serviços ou perda de qualidade.

A implementação prática de um plano programado visando à adequação do quadro de pessoal, estruturado através de um Plano de Desligamento Voluntário (PDV) permitirá a modernização da CBTU com uma gestão pública voltada para resultados, elevação da qualidade dos serviços de caráter social ofertados à sociedade, além de inserir a Companhia em um estágio dinâmico de gestão, condizente com os programas governamentais em desenvolvimento com vistas à implementação de um transporte público qualificado e universal. Este plano já está em desenvolvimento pela Gerência Geral de recursos Humanos da CBTU.

6.1.2 – Demonstrativo das Despesas com Pessoal

Quadro A.6.1.2 – Despesas do pessoal

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis					Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários			
Membros de poder e agentes políticos										
Exercícios	2015									
	2014									
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada										
Exercícios	2015	214.993.098,83			88.282.471,21	39.346.790,09	14.339.157,25	19.592.987,00		376.554.504,38
	2014	253.859,99			39.711.004,00		45.485.421,57	30.286.509,77		369.342.224,33
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada										
Exercícios	2015									
	2014									
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)										
Exercícios	2015	5.684.188,15				1013957,04	379.112,02			7.077.257,21
	2014	629.822,66					30157,37			659.980,03
Servidores cedidos com ônus										
Exercícios	2015	18.209.523,11			7.477.364,20	3248251,76	1.214.500,45			30.149.639,51
	2014	8.254.397,57			1.540.728,33		258.605,47			10.261.828,27
Servidores com contrato temporário										
Exercícios	2015									
	2014									

Fonte:

OBS: Incluímos o pessoal contratado para cargo de confiança no item: Servidores sem vínculo.

Fonte: GEARH/GAREH

6.1.3 – Gestão de Riscos relacionados ao pessoal

- Retorno de empregados com base na Lei de Anistia que estão fora do mercado de trabalho e por ordem judicial elevam o quantitativo de pessoal sem qualificação para os projetos atuais da organização;
- Ausência de uma política referente ao desligamento de empregados;
- Envelhecimento do quadro de pessoal, com base nas aposentadorias recentes.

No item 6.1.1 – Estrutura de Pessoal da Unidade, Análise Crítica, estão relacionadas todas as ações desenvolvidas pela CBTU no sentido de mitigar os riscos acima.

Fonte: GEARH/GAREH/DA

6.1.4 – Contratação de pessoal de apoio e estagiários

6.1.4.1 – Contratação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos (regular)

Abaixo estão relacionados os contratos de prestação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva e, logo a seguir, os contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra. Em alguns casos, por facilidade de apuração das informações, manteve-se a estrutura de apresentação dos anos anteriores (uma planilha para contratos de limpeza e vigilância e outra para contratos de locação de mão de obra).

Quadro A.6.1.4.1.A – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância e locação de mão de obra – Administração Central

Nome: COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU						
UG/Gestão: 275068						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução de Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2013	Serviço de Vigilância Patrimonial	31.376.361/0001-60	13/06/2013	12/06/2016	Ensino Médio	P
2013	Serviço de Agenciamento de Viagem	06.064.175/0001-49	21/06/2013	20/06/2016	Ensino Médio	P
2013	Manutenção de Elevadores	00.802.610/0001-09	21/08/2013	20/08/2016	Ensino Médio	P
2014	Manutenção de sistema de climatização	11.013.411/0001-38	06/08/2014	06/08/2016	Ensino Médio	P
2014	Serviço de Copeiragem, garçom e telefonista	12.313.874/0001-88	01/08/2014	01/08/2016	Ensino Médio	P
2014	Serviço de Limpeza e conservação	09.044.184/0001-66	18/12/2014	18/12/2016	Ensino Fundamental	P
2014	Serviço de Recepcionista	10.915.598/0001-00	17/07/2014	16/07/2015	Ensino Médio	E
2015	Serviço de Limpeza do escritório de SP	21.314.610/0001-30	29/06/2015	29/06/2016	Ensino Fundamental	A
2015	Serviço de transporte	04.071.991/0001-54	02/07/2015	02/07/2016	Ensino Médio	A

Legenda: Sit. = Situação do contrato, podendo ser Ativo Normal (A), Ativo Prorrogado (P) ou Encerrado (E).

Fonte: GEAPO/GASER/DA

Quadro A.6.1.4.1.B.1 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância – STU-BH

Unidade Contratante													
Nome:COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU													
UG/Gestão: STU/BH				CNPJ: 42.357.483/0005-50									
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	L	O	029/2010	26.269.308/0001-20	21/12/2010	20/12/2015	-	-	-	-	-	-	P
2011	L	O	003/2011	04.712.320/0001-25	31/01/2011	30/01/2015	-	-	-	-	-	-	P
2012	L	O	031/2012	04.268.943/0001-50	17/12/2012	16/06/2015	-	-	-	-	-	-	P
2013	L	O	018/2013	11.312.296/0001-00	01/11/2013	31/10/2015	-	-	-	-	-	-	P
2013	L	O	020/2013	04.281.586/0001-60	01/11/2013	31/10/2015	-	-	-	-	-	-	P
2013	V	O	027/2013	10.423.276/0001-36	29/11/2013	28/11/2015	-	-	-	-	-	-	P
2014	V	O	010/2014	04.268.943/0001-50	18/04/2014	17/04/2015	-	-	-	-	-	-	A
2015	L	E	027/2015	08.764.312/0001-83	03/09/2015	01/12/2015	-	-	-	-	-	-	P
Observações:													
Não há nível de escolaridade exigido para contratação.													
São 07 contratados.													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: STU-BH

Quadro A.6.1.4.1.B.2 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra – BH

Unidade Contratante													
Nome: COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS													
UG/Gestão: STU/BH						CNPJ: 42.357.483/0005-50							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	9	O	007/2011	20.959.938/0001-40	12/09/2011	11/03/2015	-	-	-	-	-	-	P
2012	9	O	007/2012	03.367.118/0001-40	21/05/2012	20/05/2015	-	-	-	-	-	-	P
2012	2	O	016/2012	13.150.147/0001-00	07/08/2012	06/08/2015	-	-	-	-	-	-	P
2012	2	O	025/2012	02.812.740/0001.58	01/11/2012	31/10/2015	-	-	-	-	-	-	P
2013	12	O	007/2013	11.320.576/0001-52	03/07/2013	02/07/2015	-	-	-	-	-	-	P
2013	2	O	012/2013	11.312.296/0001-00	09/09/2013	08/09/2015	-	-	-	-	-	-	P
2013	11	O	022/2013	33.583.592/0046.72	07/11/2013	06/03/2015	-	-	-	-	-	-	P
2014	11	O	001/2014	33.583.592/0046.72	03/02/2014	02/02/2015	-	-	-	-	-	-	A
2014	5	O	009/2014	12.423.368/0001-41	01/04/2014	31/03/2015	-	-	-	-	-	-	A
2014	9	O	018/2014	71.354.922/0001-45	01/07/2014	30/06/2015	-	-	-	-	-	-	A
2014	12	O	050/2014	19.629.865/0001-40	21/11/2014	20/05//2015	-	-	-	-	-	-	A
2012	9	O	021/2012	05.497.348/0001-50	01/10/2012	31/03/2015	-	-	-	-	-	-	P
2014	9	O	029/2014	02.249.216/0001.10	01/11/2014	31/10/2015	-	-	-	-	-	-	A
2015	1	E	028/2015	08.764.312/0001-83	03/09/2015	01/12/2015	-	-	-	-	-	-	P
2015	9	E	030/2015	05.617.681/0001-55	14/12/2015	12/03/2016	-	-	-	-	-	-	A
2015	8	E	031/2015	02.249.216/0001-10	04/12/2015	01/02/2016	-	-	-	-	-	-	A
Observações: Não há nível de escolaridade exigido para contratação.													
LEGENDA					Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.								
Área:					Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.								
1.- Segurança; 2.- Transportes; 3.- Informática;					Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo								
4.- Copeiragem; 5.- Recepção; 6.- Reprografia;					Prorrogado; (E) Encerrado.								
7.- Telecomunicações; 8.- Manutenção de bens móveis					Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C)								
9.- Manutenção de bens imóveis; 10.- Brigadistas					Efetivamente contratada.								
11.- Apoio Administrativo – Menores Aprendizes													
12.- Outras													

Fonte: STU-BH

Quadro A.6.1.4.1.C - Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade – STU-REC

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DO RECIFE – STU/REC							
Nome:							
UG/Gestão:							
Informações sobre o contratos							
Nº Contrato	Objeto	Empresa	CNPJ	Período Contratual de Execução das atividades Contratada		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
				Início	Fim		
003/2010	Controle de passagem e acesso de pessoas e veículos - Linha Diesel	ARGUS INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS GERAIS LTDA	04.791.213/0001-30	13/01/10	12/01/16	MÉDIO	P
002/2012	Vigilância desarmada	BBC SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA	03.401.987/0001-44	01/02/12	31/01/17	MÉDIO	P
004/2012	Limpeza e conservação – Lote I	FORTE ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA	10.322.417/0001-24	13/04/12	01/04/16	FUNDAMENTAL	P
005/2012	Limpeza e conservação – Lote II	FORTE ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA	10.322.417/0001-24	13/04/12	12/04/16	FUNDAMENTAL	P
022/2012	Serviços de mensageiria	HISTER HIGIENIZAÇÃO E SERVIÇOS LTDA	70.244.082/0001-03	01/08/12	31/07/16	FUNDAMENTAL	P
031/2012	Serviço de manutenção preventiva e corretiva na central de ar condicionado	ACTIVE ENGENHARIA LTDA	68.287.143/0001-60	24/09/12	23/09/16	FUNDAMENTAL	P
051/2012	Vigilância armada	BBC SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA	03.401.987/0001-44	13/04/12	12/04/16	MÉDIO	P
064/2012	Limpeza e conservação dos trens	LIMPSEV TERCEIRIZAÇÃO EM SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA	14.725.599/0001-61	17/12/12	16/12/16	FUNDAMENTAL	P
045/2013	Limpeza e conservação, jardinagem e copeiragem no EOA	A & D SOLUÇÕES EM MANUTENÇÃO E COMÉRCIO LTDA	09.181.545/0001-16	02/12/13	01/12/16	FUNDAMENTAL	P
050/2013	Limpeza , jardinagem, lavagem de veículos e lavagem de fossos no CMC	PROSERVIL SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA	08.584.379/0001-36	02/12/13	01/12/16	MÉDIO	P
020/2014	Comercialização e troca de bilhetes – Lote I	ARGUS INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS GERAIS LTDA	04.791.213/0001-30	29/04/14	28/04/16	FUNDAMENTAL	P
021/2014	Comercialização e troca de bilhetes – Lote II	SINTRA SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA	05.966.524/0001-55	29/04/14	28/04/16	FUNDAMENTAL	P
017/2014	Manutenção da superestrutura da Via Permanente	ARGUS INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS GERAIS LTDA	04.791.213/0001-30	02/04/14	01/04/16	FUNDAMENTAL	P
005/2015	Serviços manutenção preventiva e corretiva nas edificações prediais STU/REC	SERVAL – SERVIÇOS AUXILIARES LTDA	03.822.268/0001-05	28/01/15	27/01/17	FUNDAMENTAL	A
013/2015	Serviço de transporte rodoviário para empregados da STU/REC (Est.Cavaleiro e CMC)	AUTO VIAÇÃO GLOBO LTDA	02.076.111.0001-07	15/05/15	14/05/16	FUNDAMENTAL	A
057/2015	Serviços de motoristas categoria "D"	MEGA SERVICE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA	03.651.527/0001-74	06/10/15	05/10/16	MÉDIO	A
031/2009	Serviço de Locação de Veículos com Motoristas	TRÓPICOS ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA	11.542.750/0001-01	21/12/09	30/09/15	FUNDAMENTAL	E
052/2010	Serviços de Recepção, Telefonia e Informações na STU-REC.	SERVAL – SERVIÇOS AUXILIARES LTDA	03.822.268/0001-05	01/11/10	31/10/15	MÉDIO	E

Quadro A.6.1.4.1.D - Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade – NAT

Unidade Contratante						
Nome: Superintendência de Trens Urbanos de Natal						
UG/Gestão: 275066			CNPJ: 42.357.483/0009-83			
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade mínimo exigido dos Trabalhadores Contratados	Sit.
			Início	Fim		
2012	Serviços de limpeza, higiene e conservação de bens móveis e imóveis da STU-NAT	13.305.089/0001-46	01/11/2012	28/02/2016	Fundamental	P
2015	Segurança patrimonial armada, em prédios, materiais rodantes e trecho ferroviário da Superintendência de Trens Urbanos de Natal.	13.624.969/0001-85	30/12/2015	29/12/2016	Fundamental	A
2013	Serviço de condução de veículos rodoviários da CBTU/STU-NAT.	02.567.270/0001-04	22/04/2013	21/04/2016	Fundamental	P
2013	Serviço de operação de microcomputador nas áreas administrativas da CBTU/STU-NAT.	06.982.630/0001-95	22/04/2013	21/04/2016	Médio	P
2013	Serviço de copeiragem da CBTU/STU-NAT.	06.982.630/0001-95	25/04/2013	24/04/2016	Fundamental	P
2013	Serviço de recepção da CBTU/STU-NAT.	06.982.630/0001-95	25/04/2013	24/04/2016	Médio	P
2012	Serviço de instituição empregadora e capacitadora para operacionalização do programa jovem aprendiz da CBTU/STU-NAT	61.600.839/0001-55	12/11/2012	11/11/2016	Fundamental	A
2014	Serviço de operacionalização de cancelas e portões do sistema de trens urbanos da STU-NAT.	13.305.089/0001-46	31/12/2014	30/12/2016	Fundamental	P
2013	Serviço de cobrança de passagens, venda de bilhetes, recolhimento de malotes, conferência e depósito bancário das rendas das estações da CBTU/STU-NAT.	07.442.731/0001-36	30/12/2013	29/12/2016	Médio	P
2012	Serviços de Assessoria em Medicina do Trabalho	11.505.498/0001-60	04/10/2012	03/10/2016	Superior	P
2015	Serviços de telefonistas para a Superintendência de Trens Urbanos de Natal - STU-NAT.	13.312.604/0001-15	21/07/2015	20/07/2016	Médio	A

Fonte: STU-NAT

Quadro A.6.1.4.1.E.1 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância – STU-JOP

Unidade Contratante													
Nome: COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU													
UG/Gestão: STU-JOP				CNPJ: 42.357.483/0010-17									
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2013	V	O	CTR 007/2013	09.222.175/0001-18	16/06/13	15/06/16	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	P
2011	L	O	CTR 015/2011	10.339.944/0001-41	24/11/11	23/11/16	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	P
Observações:													
N/A - Não Aplicável – Não foi exigido no contrato a escolaridade dos empregados.													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Quadro A.6.1.4.1.E.2 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra – JOP

Unidade Contratante													
Nome: COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS													
UG/Gestão: STU/JOP						CNPJ: 42.357.483/0010-17							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	12	O	CTR 009/2011	10.339.944/0001-41	05/09/11	04/03/16	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	P
2012	2	O	CTR 003/2012	10.339.944/0001-41	11/02/12	10/02/15	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	E
2013	12	O	CTR 001/2013	10.339.944/0001-41	23/01/13	22/01/17	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	P
2014	12	O	CTR 001/2014	09.347.462/0001-54	07/01/14	06/07/16	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	P
2013	5	O	CTR 006/2013	09.634.753.0001-23	01/05/13	31/10/15	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	E
2013	8	O	CTR 014/2013	10.264.684/0001-92	12/12/13	31/01/17	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	P
2013	11	O	CVN 001/2013	61.600.839/0001-55	01/03/13	28/02/17	-	-	9	02	-	-	P
2012	12	O	CTR 002/2012	61.600.839/0001-55	01/02/12	31/12/14	-	-	-	-	-	5	E
2012	11	O	CTR 001/2015	05.342.580/0001-19	02/03/15	01/03/17	-	-	15	06	-	-	A
2015	5/4	O	CTR 005/2015	09.611.589/0001-39	19/10/15	18/10/16	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	A
2015	2	O	CTR 002/2015	02.212.119/0001-53	11/06/15	10/06/16	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	A
Observações:													
N/A - Não Aplicável – Não foi exigido no contrato a escolaridade dos empregados;													
CVN 001/2013 refere-se ao convênio aprendiz legal;													
LEGENDA													
Área:						Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.							
1.- Segurança; 2.- Transportes; 3.- Informática;						Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.							
4.- Copeiragem; 5.- Recepção; 6.- Reprografia;						Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.							
7.- Telecomunicações; 8.- Manutenção de bens móveis						Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.							
9.- Manutenção de bens imóveis; 10.- Brigadistas													
11.- Apoio Administrativo – Menores Aprendizes													
12.- Outras													

Fonte: STU-JOP

Quadro A.6.1.4.1.F - Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade – STU-MAC

Unidade Contratante:						
Nome: COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS						
UG/Gestão: STU/MAC			CNPJ: 42.357.483/0011-16			
Informações sobre os Contratos						
Identificação do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit
			Início	Fim		
0019/2009	Limpeza e Conservação de Via	04.791.213/0001-30	31/12/2009	31/12/2015		P
0020/2009	Manutenção Corretiva	04.791.213/0001-30	31/12/2009	31/01/2015		P
0009/2010	Menor Aprendiz	61.600.839/0001-55	02/08/2010	03/08/2016		P
0014/2010	Segurança e Vigilância	11.179.264/0007-66	20/09/2010	18/02/2016		P
0028/2013	Portaria e Recepcionista	18.206.476/0001-49	18/01/2014	18/01/2016		P
0002/2014	Bilheteria	04.791.213/0001-30	10/01/2014	10/09/2015		P
0008/2014	Limpeza e Conservação	13.493.557/0001-53	13/09/2014	13/03/2016		P
0032/2014	Locação de Veículos	04.750.478/0001-90	25/12/2014	25/12/2016		A
0012/2015	Bilheteria	04.791.213/0001-30	11/09/2015	11/09/2016		A

Fonte: STU/MAC

6.1.4.2 – Contratação de Estagiários

Quadro A.6.1.4.2.A – Composição do Quadro de Estagiários

Administração Central

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	35	28	20	19	R\$85.839,18
1.1 Área Fim	33	26	19	18	
1.2 Área Meio	2	2	1	1	
2. Nível Médio	10	8	7	9	
2.1 Área Fim	9	7	6	9	
2.2 Área Meio	1	1	1	0	
3. Total (1+2)	45	36	27	28	

Obs.: Em função de limitações orçamentárias, o programa de estágio da Administração Central foi encerrado em Novembro/2015.

STU/BH

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	45	45	31	27	527.663,33
1.1 Área Fim	14	14	8	6	
1.2 Área Meio	31	31	23	21	
2. Nível Médio	10	8	5	4	
2.1 Área Fim	4	3	1	2	
2.2 Área Meio	6	5	4	2	
3. Total (1+2)	55	53	36	31	

STU/REC

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	43	31	16	40	R\$454.172,86
1.1 Área Fim	4	3	2	5	
1.2 Área Meio	39	28	14	35	
2. Nível Médio	8	3	3	1	
2.1 Área Fim	4	1	1	0	
2.2 Área Meio	4	2	2	1	
3. Total (1+2)	51	34	19	41	

STU/NAT

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	13	12	11	14	R\$158.913,15
1.1 Área Fim	1	1	0	0	
1.2 Área Meio	12	11	11	14	
2. Nível Médio	3	3	3	1	
2.1 Área Fim	3	3	2	1	
2.2 Área Meio	0	0	1	0	
3. Total (1+2)	16	15	14	15	

STU/JOP

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	8	8	8	8	R\$85.839,18
1.1 Área Fim	0	0	0	0	
1.2 Área Meio	8	8	8	8	
2. Nível Médio	0	0	0	0	
2.1 Área Fim	0	0	0	0	
2.2 Área Meio	0	0	0	0	
3. Total (1+2)	8	8	8	8	

STU/MAC

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	23	5	5	4	R\$180.525,65
1.1 Área Fim	1	0	0	0	
1.2 Área Meio	22	5	5	4	
2. Nível Médio	3	2	2	2	
2.1 Área Fim	2	1	1	1	
2.2 Área Meio	1	1	1	1	
3. Total (1+2)	26	7	7	6	

Quadro A.6.1.4.2.B – Composição do Quadro de Aprendizes

Administração Central

Quantitativo de Contratos de Aprendizagem Vigentes				Despesa no exercício (em R\$)
1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
23	22	23	25	R\$339.158,64

STU/BH

Quantitativo de Contratos de Aprendizagem Vigentes				Despesa no exercício (em R\$)
1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
23	40	40	38	413.493,67

STU/REC

Quantitativo de Contratos de Aprendizagem Vigentes				Despesa no exercício (em R\$)
1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
58	65	73	73	R\$616.456,60

STU/NAT

Quantitativo de Contratos de Aprendizagem Vigentes				Despesa no exercício (em R\$)
1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
07	07	07	06	78.331,29

STU/JOP

Quantitativo de Contratos de Aprendizagem Vigentes				Despesa no exercício (em R\$)
1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
04	03	02	02	R\$34.161,70

STU/MAC

Quantitativo de Contratos de Aprendizagem Vigentes				Despesa no exercício (em R\$)
1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
06	06	06	08	69.541,53

6.1.5 – Entidade Fechada de Previdência Complementar

6.1.5.1 – Identificação da entidade fechada de previdência

NOME: Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social – REFER
 CNPJ: 30.277.685/0001-89

Fonte: GEARH/GAREH/DA

6.1.5.2 – Visão Gerencial dos Valores envolvidos

6.1.5.2.1 - QUANTIDADE DE SERVIDORES CONTEMPLADOS

posição: dezembro 2015	
UNIDADE	QUANTIDADE
Administração Central	210
Belo Horizonte	442
Recife	1.336
Natal	118
João Pessoa	72
Maceió	102

6.1.5.2.2 - VALORES REPASSADOS NO EXERCÍCIO A TÍTULO DE CONTRIBUIÇÕES DOS PARTICIPANTES E DA PATROCINADORA;

VER QUADRO A.6.1.5.2

Quadro A.6.1.5.2 - Contribuições para a REFER referentes ao ano de 2015

MÊS	TOTAL VALOR BASE (A)	CONTRIBUIÇÕES EMPREGADOS - 2015						CONTRIBUIÇÕES EMPREGADOR - 2015				TOTAL GERAL
		CONTRIBUIÇÕES EMPREGADOS (B)	RELAÇÃO % (B/A)	REFER SEGURO DE VIDA	AMORTIZAÇÃO EMPRESTIMO	DÉBITOS REFER / RESTITUIÇÕES	TOTAL EMPREGADOS	CONTRIBUIÇÕES EMPREGADOR (C)	RELAÇÃO % (C/A)	OUTROS VALORES	TOTAL	
											EMPREGADOR	
JANEIRO	15.587.335,33	1.064.307,16	6,83%		43.545,42		1.107.852,58	975.299,25	6,26%		975.299,25	2.083.151,83
FEVEREIRO	14.251.265,50	954.760,03	6,70%		40.940,18		995.700,21	880.446,50	6,18%		880.446,50	1.876.146,71
MARÇO	14.378.280,80	1.008.854,10	7,02%		41.244,60		1.050.098,70	915.831,05	6,37%		915.831,05	1.965.929,75
ABRIL	17.478.610,47	982.945,02	5,62%		35.959,95		1.018.904,97	897.217,22	5,13%		897.217,22	1.916.122,19
MAIO	14.960.037,23	1.016.159,32	6,79%		36.236,15		1.052.395,47	930.320,12	6,22%		930.320,12	1.982.715,59
JUNHO	16.130.100,47	1.089.186,91	6,75%		34.559,09		1.123.746,00	1.001.098,20	6,21%		1.001.098,20	2.124.844,20
JULHO	16.191.611,93	1.090.905,34	6,74%		38.628,26		1.129.533,60	1.002.457,84	6,19%		1.002.457,84	2.131.991,44
AGOSTO	21.013.497,63	1.499.043,98	7,13%		35.067,30		1.534.111,28	1.353.780,74	6,44%		1.353.780,74	2.887.892,02
SETEMBRO	17.212.247,22	1.172.258,29	6,81%		40.339,60		1.212.597,89	1.082.331,33	6,29%		1.082.331,33	2.294.929,22
OUTUBRO	17.397.426,21	1.198.452,91	6,89%		39.200,55		1.237.653,46	1.098.861,50	6,32%		1.098.861,50	2.336.514,96
NOVEMBRO	16.999.739,95	997.066,78	5,87%		36.616,23		2.158.006,91	2.003.558,66	11,79%		2.003.558,66	4.161.565,57
DEZEMBRO	18.129.432,36	1.301.862,23	7,18%		35.924,99		1.337.787,22	1.156.072,53	6,38%		1.156.072,53	2.493.859,75
TOTAL	199.729.585,10	13.375.802,07			458.262,32		14.958.388,29	13.297.274,94			13.297.274,94	28.255.663,23

Fonte: GEARH/GAREH/DA

6.1.5.2.3 - Valores repassados que não sejam contribuições e as razões desses repasses

Não há

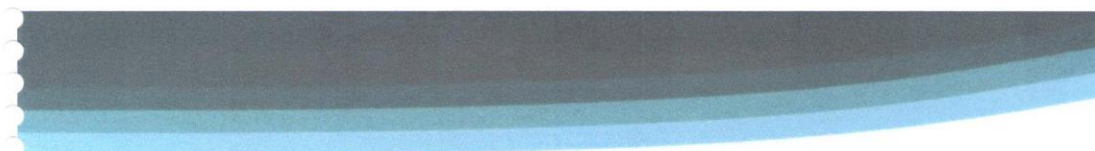
Fonte: GAFIN/DA

6.1.5.3 – Síntese da manifestação da Secretaria de Previdência Complementar

Não houve manifestação da Secretaria de Previdência Complementar

FONTE: REFER

6.1.5.4 – Conclusões do Relatório de auditoria independente



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

**Administradores, Patrocinadoras e Participantes da
FUNDAÇÃO REDE FERROVIÁRIA DE SEGURIDADE SOCIAL - REFER
Rio de Janeiro - RJ**

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social – REFER, que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pela REFER, aqui denominados de consolidado, de acordo com a Resolução CNPC nº 8/2011 e Instrução SPC nº 34/2009 com alteração da Instrução Previc nº 25/2015) em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefícios que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotados no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefício. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a

eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião as demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios acima referidos apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social – REFER e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2015 e o desempenho consolidado e por plano de benefícios de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc.

Outros assuntos

Ênfase

- a) Conforme descrito na nota explicativa nº 5 (d) estão demonstradas as aplicações em fundos de investimentos em diversas instituições. A aplicação em um único fundo de investimento derivado do Banco BVA, em falência, encontra-se sob ação judicial, ajuizada para proteção dos interesses da Fundação.
- b) Conforme descrito nas notas explicativas nº 4.2 letras (a), (b) e (c) encargos financeiros sobre contribuições normais em atraso, não repassados pelas patrocinadoras mencionadas na referida nota explicativa e nº 4.3 item nº 4.3.1 dívidas contratadas não repassadas pelas patrocinadoras RFFSA, cuja sucessora é a União Federal, e CBTU, sendo esta que impacta nos planos Central, CPTM, CTS e Metrofor e ainda sobre as contribuições extraordinárias que em 2013 foram reclassificadas para a rubrica Serviço Passado Contratado em Atraso (item nº 4.3.2), proveniente também do não repasse nos prazos contratuais, pelas patrocinadoras RFFSA e CBTU, sendo esta que impacta nos planos CTS e Metrofor, ocasionando a obrigação da contabilização de provisão para crédito de liquidação duvidosa, gerando reduções no resultado do exercício de R\$ 1.022.203 mil, déficits nos respectivos planos e o conseqüente desequilíbrio atuarial. A Administração da REFER vem diligenciando junto às patrocinadoras e órgãos governamentais para solucionar tais pendências, objetivando normalizar o fluxo de recursos, cujo resultado é fundamental para o equilíbrio atuarial e econômico-financeiro dos respectivos planos.

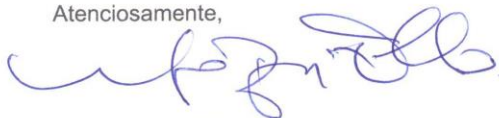
Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 apresentados para fins de comparação foram anteriormente auditados por nós, e nosso relatório sem ressalvas, datado de 18 de março de 2015, conteve os seguintes parágrafos de ênfases:

- a) Conforme descrito na nota explicativa nº 5 (d) estão demonstradas as aplicações em fundos de investimentos em diversas instituições. A aplicação em um único fundo de investimento derivado do Banco BVA, em liquidação, encontra-se sob ação judicial, ajuizada para proteção dos interesses da Fundação.
- b) Conforme descrito nas notas explicativas nº 4.1 letras (a), (b) e (c) encargos financeiros sobre contribuições normais em atraso, não repassados pelas patrocinadoras mencionadas na referida nota explicativa e nº 4.2 item nº 4.2.1 dívidas contratadas não repassadas pelas patrocinadoras RFFSA, cuja sucessora é a União Federal, e CBTU, sendo esta que impacta nos planos Central, CPTM, CTS e Metrofor e ainda sobre as contribuições extraordinárias que em 2013 foram reclassificadas para a rubrica Serviço Passado Contratado em Atraso (item nº 4.2.2), proveniente também do não repasse nos prazos contratuais, pelas patrocinadoras RFFSA e CBTU, sendo esta que impacta nos planos CTS e Metrofor, ocasionando a obrigação da contabilização de provisão para crédito de liquidação duvidosa, gerando reduções no resultado do exercício de R\$ 686.995 mil, déficits nos respectivos planos e o consequente desequilíbrio atuarial. A Administração da REFER vem diligenciando junto às patrocinadoras e órgãos governamentais para solucionar tais pendências, objetivando normalizar o fluxo de recursos, cujo resultado é fundamental para o equilíbrio atuarial e econômico-financeiro dos respectivos planos.
- c) No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, o Plano de Contribuição Variável da patrocinadora RIOTRILHOS apresentou déficit no montante de R\$ 5.469 mil devido a alteração da taxa real de juros e da rentabilidade não ter superado a meta atuarial no referido exercício. O valor do déficit apurado representa 3,35% do total das provisões matemáticas de benefícios definidos, no entanto, o fluxo financeiro do Plano, ainda é capaz de honrar os atuais compromissos.

Rio de Janeiro, 19 de abril de 2016

Atenciosamente,



Paulo Buzzi Filho
Contador - CRC-RJ - nº071.138/O-5
Baker Tilly Brasil



Avenida Almirante Barroso, 91 - Sala 407/408 - 4º andar - Centro
CEP: 20031-005 - Rio de Janeiro, RJ - Tel.: (21) 2533-5215 e (21) 3549-5399





Parecer Atuarial sobre o Balanço de 31/12/2015

Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social - REFER

Na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial dos Planos administrados pela Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social - REFER, apresentamos o nosso parecer atuarial sobre a posição das Provisões Matemáticas e Fundos dos Planos administrados pela Fundação, em 31/12/2015, segregados entre o Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora RIOTRILHOS, o Plano de Benefício Definido da Patrocinadora Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM, o Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora REFER, o Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora CENTRAL, o Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora CBTU, o Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora RFFSA, o Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora METROFOR e o Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora CTS.

Os valores apresentados, a seguir, foram obtidos considerando-se:

- Os Regulamentos do Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora RIOTRILHOS, do Plano de Benefício Definido da Patrocinadora Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM, do Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora REFER, do Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora CENTRAL, do Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora CBTU, do Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora RFFSA, do Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora METROFOR e do Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora CTS, Planos estes que se encontram em manutenção;
- Os dados individuais, posicionados em 31/07/2015, dos Participantes e beneficiários dos Planos, fornecidos pela REFER à Mercer, que, após a realização de testes apropriados e devidos acertos efetuados em conjunto com a Fundação, considerou-os adequados para fins desta avaliação atuarial;
- Os dados financeiros e patrimoniais fornecidos pela REFER à Mercer, bem como o valor dos Fundos Administrativo e de Investimentos e a inexistência do Fundo Assistencial;
- A avaliação atuarial procedida com base em hipóteses e métodos atuariais geralmente aceitos, respeitando-se a legislação vigente, as características da massa de Participantes e o Regulamento dos Planos;
- Os valores totais dos saldos de conta e dos Fundos de Reversão relativos aos planos de contribuição variável informados pela REFER, posicionados em 31/12/2015.

Observamos que a Mercer não efetuou qualquer análise sobre a forma de apuração ou sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social dos Planos de Benefícios ora avaliados e nem sobre a forma de apuração ou sobre a qualidade dos saldos de conta totais, tendo se baseado na informação fornecida pela REFER, incluindo os valores dos Fundos Administrativo e de Investimentos e a inexistência do Fundo Assistencial em 31/12/2015.



Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora RIOTRILHOS

Nome	R\$
Patrimônio Social	287.830.433,82
Patrimônio para Cobertura do Plano	237.321.828,10
Provisões Matemáticas	247.106.300,68
Benefícios Concedidos	170.653.554,72
Contribuição Definida	17.600,70
- Saldo de conta dos Assistidos	17.600,70
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	170.635.954,02
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	131.604.530,08
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos	39.031.423,94
Benefícios a Conceder	76.452.745,96
Contribuição Definida	72.169.192,73
- Saldo de contas - Parcela Patrocinadora	51.931.846,54
- Saldo de contas - Parcela Participantes	20.237.346,19
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	4.281.945,11
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	4.281.945,11
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores (-)	-
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes (-)	-
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	1.608,12
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	1.608,12
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores (-)	-
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes (-)	-
Provisões Matemáticas a Constituir (-)	-
Serviço Passado (-)	-
Déficit Equacionado (-)	-
Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	-
Equilíbrio Técnico	(9.784.472,58)
Resultados Realizados	(9.784.472,58)
Superávit Técnico Acumulado	-
Reserva de Contingência	-
Reserva para Revisão do Plano	-
Déficit Técnico Acumulado (-)	9.784.472,58
Resultados a Realizar	
Fundos	50.508.605,72
Fundo Previdencial	3.203.998,39
- Reversão do Saldo por Exigência Regulamentar	3.203.998,39

PARECER ATUARIAL SOBRE O BALANÇO DE 31/12/2015

Página 3

Nome	R\$
- Outros - Previsto em Nota Técnica Atuarial	-
Fundo Administrativo	47.291.864,14
Fundo dos Investimentos	12.743,19

Após a formalização do "INSTRUMENTO PARTICULAR DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES RELATIVOS À ADESÃO AO PLANO DE CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL" formalizado entre a REFER, a RIOTRILHOS e o METRÔ em Liquidação, o Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora RIOTRILHOS apresentou uma situação superavitária.

No exercício de 2013 o Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora RIOTRILHOS encontrava-se superavitário, no entanto, a situação de equilíbrio se reverteu no encerramento do exercício de 2014 em um déficit em função da alteração da taxa real de juros e da rentabilidade não ter superado a meta atuarial no exercício de 2014.

No encerramento de 2015 a situação deficitária permaneceu em patamares superiores ao do exercício anterior.

Considerando as condições estabelecidas no Art. 28 da Resolução CGPC nº 26/2008 para Equacionamento de Déficit Técnico, identificamos se o Déficit Técnico existente no Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora RIOTRILHOS em 31/12/2015 excederia o Limite de Déficit Técnico Acumulado dado pela fórmula $1\% \times (\text{duração do passivo} - 4) \times \text{Provisão Matemática}$, observando o valor mínimo de 1% das provisões matemáticas, conforme segue:

Do Equacionamento do Déficit	(R\$)
a) Déficit Técnico Acumulado	9.784.472,58
b) Provisões Matemáticas com característica de Benefício Definido	174.919.507,25
c) Duração do Passivo ⁽¹⁾	8,46 anos
d) Limite de Déficit Técnico Acumulado $1\% \times (c) - 4 \times b$	7.801.410,02
e) Déficit Remanescente	1.983.062,56
f) Ajuste de Precificação	0,00
g) Déficit a Equacionar no exercício de 2016	1.983.062,56

⁽¹⁾ Duração calculada pela planilha anexa à Portaria PREVIC nº 708/2015.

Considerando que há déficit a equacionar, a Fundação deverá elaborar e aprovar o seu plano de equacionamento até o final do exercício de 2016. Em conformidade com o § 4º do Artigo 28 da Resolução CGPC nº 26, de 29/09/2008, após aprovado, o plano de equacionamento do déficit deverá ser disponibilizado aos participantes, assistidos, patrocinadores e ao órgão fiscalizador.

Plano de Benefício Definido da Patrocinadora Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM

Nome	RS
Patrimônio Social	519.878.063,13
Patrimônio para Cobertura do Plano	492.071.488,60
Provisões Matemáticas	1.123.177.041,25
Benefícios Concedidos	498.622.841,44
Contribuição Definida	-
- Saldo de conta dos Assistidos	-
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	498.622.841,44
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	389.228.967,86
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos	109.393.873,58
Benefícios a Conceder	627.559.843,04
Contribuição Definida	-
- Saldo de contas - Parcela Patrocinadora	-
- Saldo de contas - Parcela Participantes	-
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	600.142.973,13
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	609.572.870,91
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores (-)	4.714.948,89
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes (-)	4.714.948,89
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	27.416.869,91
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	27.834.591,17
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores (-)	208.860,63
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes (-)	208.860,63
Provisões Matemáticas a Constituir (-)	3.005.643,23
Serviço Passado (-)	3.005.643,23
- Patrocinador (-)	3.005.643,23
Déficit Equacionado (-)	-
- Patrocinador (-)	-
- Participante (-)	-
- Assistido (-)	-
Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	-
Equilíbrio Técnico	(631.105.552,65)
Resultados Realizados	(631.105.552,65)
Superávit Técnico Acumulado	-
Déficit Técnico Acumulado (-)	631.105.552,65
Resultados a Realizar	-

PARECER ATUARIAL SOBRE O BALANÇO DE 31/12/2015
Página 5

Nome	R\$
Fundos	27.806.574,53
Fundo Previdencial	-
- Reversão do Saldo por Exigência Regulamentar	-
- Outros - Previsto em Nota Técnica Atuarial	-
Fundo Administrativo	27.558.827,41
Fundo dos Investimentos	247.947,12

O Plano de Benefício Definido da Patrocinadora CPTM encontra-se com um déficit técnico correspondente a 56,19% do Total das Provisões Matemáticas.

Considerando as condições estabelecidas no Art. 28 da Resolução CGPC nº 26/2008 para Equacionamento de Déficit Técnico, identificamos se o Déficit Técnico existente no Plano de Benefício Definido da Patrocinadora CPTM em 31/12/2015 excederia o Limite de Déficit Técnico Acumulado dado pela fórmula $1\% \times (\text{duração do passivo} - 4) \times \text{Provisão Matemática}$, observando o valor mínimo de 1% das provisões matemáticas, conforme segue:

Do Equacionamento do Déficit	(R\$)
a) Déficit Técnico Acumulado	631.105.552,65
b) Provisões Matemáticas com característica de Benefício Definido	1.123.177.041,25
c) Duração do Passivo ⁽¹⁾	12,53 anos
d) Limite de Déficit Técnico Acumulado $1\% \times (c)-4) \times b)$	95.807.001,62
e) Déficit Remanescente	535.298.551,03
f) Ajuste de Precificação	0,00
g) Déficit a Equacionar no exercício de 2016	535.298.551,03

⁽¹⁾ Duração calculada pela planilha anexa à Portaria PREVIC nº 708/2015.

Considerando que há déficit a equacionar, a Fundação deverá elaborar e aprovar o seu plano de equacionamento até o final do exercício de 2016. Em conformidade com o § 4º do Artigo 28 da Resolução CGPC nº 26, de 29/09/2008, após aprovado, o plano de equacionamento do déficit deverá ser disponibilizado aos participantes, assistidos, patrocinadores e ao órgão fiscalizador.

Cabe registrar que parte deste déficit técnico acumulado é decorrente do total das parcelas vencidas e não pagas dos contratos de dívida já lançadas como perdas relativas aos compromissos contratados pela Patrocinadora CBTU, que, em 31/12/2015, corresponde a R\$ 615.747.955,35. O déficit técnico acumulado no Plano de Benefício Definido da Patrocinadora CPTM (adicional à responsabilidade da Patrocinadora CBTU), e correspondente a 1,37% das Provisões Matemáticas ou R\$ 15.357.597,30, é referente a fatores atuariais atribuídos à modalidade do Plano, dos quais destacamos o fato de que a rentabilidade do Plano não tem alcançado à meta atuarial.



Por meio da correspondência CRT/232-16/DISEG, de 10/03/2016, a Fundação REFER apresentou a situação da negociação do pagamento dessa dívida da Patrocinadora CBTU, considerando as seguintes ações que vêm sendo adotadas pela Fundação:

- **Em 2004:** Execução Judicial da Dívida - autos do processo nº 0009659-44-2012.4.02.5101, em trâmite perante a 22ª Vara Federal do Rio de Janeiro;
- **Em 2006:** Penhora no total de 5% na renda da CBTU;
- **Em 2007:** Execução Judicial da Dívida referente à Provisão a Constituir - autos do processo nº 2007.001.120653-9, em trâmite perante a 22ª Vara Cível do Rio de Janeiro
- **Em 2010:** Majoração da Penhora na renda da CBTU para 12%;
- **Em 2015:** Nova Majoração da Penhora na renda da CBTU para um valor fixo mensal correspondente a R\$ 6.745.201,23.

Adicionalmente, a Fundação REFER apresentou proposta de acordo judicial para o equacionamento da dívida em questão, que foi aceita pela CBTU, conforme audiência judicial realizada e designada para esse fim e encontra-se atualmente sob análise da Procuradoria Geral da União - PGU/AGU, para manifestação sobre sua concordância ou não da proposta do acordo.

Isto posto, a Fundação REFER aguarda posicionamento da PGU/AGU para confirmar que o déficit técnico total deste Patrocinador com o Plano de Benefício Definido da Patrocinadora CPTM será equacionado por meio de novo contrato de dívida com o Patrocinador CBTU. Cabe registrar que caso não haja aprovação da proposta de acordo judicial para o equacionamento da dívida do Patrocinador CBTU, seria necessário implantar contribuições extraordinárias paritárias para pagamento da dívida na forma prevista na Resolução CNPC nº26/2008 e suas alterações posteriores, o que levaria a uma redução significativa no benefício dos Participantes e Assistidos.

Além do pagamento da dívida, deve-se efetuar o pagamento das contribuições definidas no Regulamento do Plano e devidas por Participantes e Patrocinadoras.

Cabe ainda registrar que no exercício de 2012, a Patrocinadora CPTM e a REFER elaboraram e submeteram a apreciação da PREVIC proposta para restabelecimento do equilíbrio do Plano. A proposta foi inicialmente negada pela PREVIC por meio do Ofício nº172/CGTR/DITEC/PREVIC.

Em face da negativa da PREVIC, a CPTM ajuizou Ação Cominatória com Pedido de Antecipação da Tutela Jurisdicional requerendo da PREVIC autorização para a transformação do Plano com o objetivo de preservá-lo, ação esta que foi indeferida.



Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora REFER

Nome	R\$
Patrimônio Social	56.062.028,02
Patrimônio para Cobertura do Plano	53.476.774,66
Provisões Matemáticas	47.556.784,79
Benefícios Concedidos	26.370.223,69
Contribuição Definida	-
- Saldo de conta dos Assistidos	-
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	26.370.223,69
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	20.547.459,79
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos	5.822.763,90
Benefícios a Conceder	21.186.561,10
Contribuição Definida	17.771.832,01
- Saldo de contas - Parcela Patrocinadora	8.732.634,78
- Saldo de contas - Parcela Participantes	9.039.197,23
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	2.238.085,23
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	2.238.085,23
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores (-)	-
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes (-)	-
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	1.176.643,86
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	1.176.643,86
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores (-)	-
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes (-)	-
Benefício Definido Estruturado em Regime de Repartição de Capitais de Cobertura	-
Benefício Definido Estruturado em Regime de Repartição Simples	-
Provisões Matemáticas a Constituir (-)	-
Serviço Passado (-)	-
Déficit Equacionado (-)	-
Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	-
Equilíbrio Técnico	5.919.989,87
Resultados Realizados	5.919.989,87
Superávit Técnico Acumulado	5.919.989,87
Reserva de Contingência	5.919.989,87
Reserva para Revisão do Plano	-
Déficit Técnico Acumulado (-)	-
Resultados a Realizar	-
Fundos	2.585.253,36

PARECER ATUARIAL SOBRE O BALANÇO DE 31/12/2015
Página 8

Nome	R\$
Fundo Previdencial	611.509,81
- Reversão do Saldo por Exigência Regulamentar	611.509,81
- Revisão do Plano	-
- Outros - Previsto em Nota Técnica Atuarial	-
Fundo Administrativo	1.685.103,49
Fundo dos Investimentos	288.640,06

O Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora REFER está superavitário, dependendo do pagamento das contribuições normais definidas no Regulamento do Plano e devidas por Participantes e Patrocinadoras para manter esta situação.

O valor do excesso do Patrimônio do Plano sobre o valor das Provisões Matemáticas foi utilizado para constituição da Reserva de Contingência, constituída conforme o disposto no Artigo 7º da Resolução CGPC nº 26/2008, considerando a seguinte fórmula: $[10\% + (1\% \times \text{duração do passivo do plano})] \times \text{Provisões Matemáticas}$, limitado ao máximo de 25% da Provisão Matemática de Benefício Definido, conforme segue:

Da Reserva de Contingência	(R\$)
a) Superávit Técnico Acumulado	5.919.989,87
b) Provisões Matemáticas com característica de Benefício Definido	29.784.952,78
c) Duração do Passivo ⁽¹⁾	11,96 anos
d) Limite da Reserva de Contingência $[25\%; [10\% + (1\% \times c)]] \times b)$	6.540.775,63

⁽¹⁾ Duração calculada pela planilha anexa à Portaria PREVIC nº 708/2015.

Considerando que o Superávit Técnico existente é inferior ao limite permitido pelo Art. 7 da Resolução CGPC nº 26/2008 para a Reserva de Contingência, este valor foi mantido integralmente na Reserva de Contingência no encerramento do exercício de 2015.

Adicionalmente, tendo em vista que, após a realização da reavaliação atuarial anual de 2015 a Reserva de Contingência calculada ficou inferior ao patamar de 22% das provisões matemáticas de benefício definido, o valor registrado no Fundo Previdencial - Revisão de Plano no valor de R\$ 550.034,40 foi integralmente revertido de forma a recompor a citada Reserva de Contingência ao patamar estabelecido no Art. 7º da Resolução CGPC nº 26/2008.

Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora CBTU

Nome	R\$
Patrimônio Social	401.477.449,35
Patrimônio para Cobertura do Plano	370.810.793,07
Provisões Matemáticas	751.662.083,88
Benefícios Concedidos	339.739.993,15
Contribuição Definida	887.884,07
- Saldo de conta dos Assistidos	887.884,07
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	338.852.109,08
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	257.847.782,53
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos	81.004.326,55
Benefícios a Conceder	411.922.090,73
Contribuição Definida	365.979.382,30
- Saldo de contas - Parcela Patrocinadora	219.183.088,06
- Saldo de contas - Parcela Participantes	146.796.294,24
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	24.410.306,55
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	49.170.444,65
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores (-)	12.380.069,05
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes (-)	12.380.069,05
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	21.532.401,88
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	22.594.168,74
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores (-)	530.883,43
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes (-)	530.883,43
Provisões Matemáticas a Constituir (-)	-
Serviço Passado (-)	-
- Patrocinador (-)	-
Déficit Equacionado (-)	-
Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	-
Equilíbrio Técnico	(380.851.290,81)
Resultados Realizados	(380.851.290,81)
Superávit Técnico Acumulado	-
Déficit Técnico Acumulado (-)	380.851.290,81
Resultados a Realizar	-
Fundos	30.666.656,28
Fundo Previdencial	1.279.995,41
- Reversão do Saldo por Exigência Regulamentar	1.279.995,41
- Outros - Previsto em Nota Técnica Atuarial	-

Nome	R\$
Fundo Administrativo	28.604.679,33
Fundo dos Investimentos	781.981,54

O Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora CBTU encontra-se com um déficit correspondente a 98,98% do Total das Provisões Matemáticas de Benefício Definido.

Considerando as condições estabelecidas no Art. 28 da Resolução CGPC nº 26/2008 para Equacionamento de Déficit Técnico, identificamos se o Déficit Técnico existente no Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora CBTU em 31/12/2015 excederia o Limite de Déficit Técnico Acumulado dado pela fórmula $1\% \times (\text{duração do passivo} - 4) \times \text{Provisão Matemática}$, observando o valor mínimo de 1% das provisões matemáticas, conforme segue:

Do Equacionamento do Déficit	(R\$)
a) Déficit Técnico Acumulado	380.851.290,81
b) Provisões Matemáticas com característica de Benefício Definido	384.794.817,51
c) Duração do Passivo ⁽¹⁾	10,63 anos
d) Limite de Déficit Técnico Acumulado $1\% \times (c) - 4 \times b)$	25.511.896,40
e) Déficit Remanescente	355.339.394,41
f) Ajuste de Precificação	0,00
g) Déficit a Equacionar no exercício de 2016	355.339.394,41

⁽¹⁾ Duração calculada pela planilha anexa à Portaria PREVIC nº 708/2015.

Considerando que há déficit a equacionar, a Fundação deverá elaborar e aprovar o seu plano de equacionamento até o final do exercício de 2016. Em conformidade com o § 4º do Artigo 28 da Resolução CGPC nº 26, de 29/09/2008, após aprovado, o plano de equacionamento do déficit deverá ser disponibilizado aos participantes, assistidos, patrocinadores e ao órgão fiscalizador.

Cabe registrar que tal déficit técnico é decorrente do total das parcelas vencidas e não pagas dos contratos de dívida já lançadas como perdas relativas aos compromissos contratados pela Patrocinadora CBTU, que, em 31/12/2015, corresponde a R\$ 692.867.206,58.

Por meio da correspondência CRT/232-16/DISEG, de 10/03/2016, a Fundação REFER apresentou a situação da negociação do pagamento dessa dívida da Patrocinadora CBTU, considerando as seguintes ações que vêm sendo adotadas pela Fundação:

- **Em 2004:** Execução Judicial da Dívida - autos do processo nº 0009659-44-2012.4.02.5101, em trâmite perante a 22ª Vara Federal do Rio de Janeiro;
- **Em 2006:** Penhora no total de 5% na renda da CBTU;
- **Em 2007:** Execução Judicial da Dívida referente a Provisão a Constituir - autos do processo nº 2007.001.120653-9, em trâmite perante a 22ª Vara Cível do Rio de Janeiro

- **Em 2010:** Majoração da Penhora na renda da CBTU para 12%;
- **Em 2015:** Nova Majoração da Penhora na renda da CBTU para um valor fixo mensal correspondente a R\$ 6.745.201,23.

Adicionalmente, a Fundação REFER apresentou proposta de acordo judicial para o equacionamento da dívida em questão, que foi aceita pela CBTU, conforme audiência judicial realizada e designada para esse fim e encontra-se atualmente sob análise da Procuradoria Geral da União - PGU/AGU, para manifestação sobre sua concordância ou não da proposta do acordo.

Isto posto, a Fundação REFER aguarda posicionamento da PGU/AGU para confirmar que o déficit técnico total deste Patrocinador com o Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora CBTU será equacionado por meio de novo contrato de dívida com o Patrocinador CBTU. Cabe registrar que caso não haja aprovação da proposta de acordo judicial para o equacionamento da dívida do Patrocinador CBTU, seria necessário implantar contribuições extraordinárias paritárias para pagamento da dívida na forma prevista na Resolução CNPC nº26/2008 e suas alterações posteriores, o que levaria a uma redução significativa no benefício dos Participantes Assistidos.

Se considerarmos a regularização dos pagamentos da dívida do Patrocinador CBTU, por meio do refinanciamento do contrato de dívida, o Plano estaria superavitário.

Além do pagamento da dívida, deve-se efetuar o pagamento das contribuições definidas no Regulamento do Plano e devidas por Participantes e Patrocinadoras.



Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora CENTRAL

Nome	R\$
Patrimônio Social	139.217.176,46
Patrimônio para Cobertura do Plano	133.168.515,44
Provisões Matemáticas	459.747.391,45
Benefícios Concedidos	351.403.613,19
Contribuição Definida	69.828,76
- Saldo de conta dos Assistidos	69.828,76
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	351.333.794,43
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	276.039.974,58
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos	75.293.809,85
Benefícios a Conceder	108.343.778,26
Contribuição Definida	90.287.455,06
- Saldo de contas - Parcela Patrocinadora	53.487.523,96
- Saldo de contas - Parcela Participantes	36.799.931,10
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	1.674.542,26
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	2.084.157,16
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores (-)	204.807,45
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes (-)	204.807,45
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	16.381.780,94
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	16.386.592,10
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores (-)	2.405,58
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes (-)	2.405,58
Benefício Definido Estruturado em Regime de Repartição de Capitais de Cobertura	-
Benefício Definido Estruturado em Regime de Repartição Simples	-
Provisões Matemáticas a Constituir (-)	-
Serviço Passado (-)	-
Déficit Equacionado (-)	-
Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	-
Equilíbrio Técnico	(326.578.876,01)
Resultados Realizados	(326.578.876,01)
Superávit Técnico Acumulado	-
Déficit Técnico Acumulado (-)	326.578.876,01
Resultados a Realizar	-
Fundos	6.048.661,02
Fundo Previdencial	5.787.938,98
- Reversão do Saldo por Exigência Regulamentar	5.787.938,98

PARECER ATUARIAL SOBRE O BALANÇO DE 31/12/2015

Página 13

Nome	R\$
- Outros - Previsto em Nota Técnica Atuarial	-
Fundo Administrativo	98.004,21
Fundo dos Investimentos	162.717,83

O Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora CENTRAL encontra-se com um déficit correspondente a 88,4% do Total das Provisões Matemáticas de Benefício Definido.

Considerando as condições estabelecidas no Art. 28 da Resolução CGPC nº 26/2008 para Equacionamento de Déficit Técnico, identificamos se o Déficit Técnico existente no Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora CENTRAL em 31/12/2015 excederia o Limite de Déficit Técnico Acumulado dado pela fórmula $1\% \times (\text{duração do passivo} - 4) \times \text{Provisão Matemática}$, observando o valor mínimo de 1% das provisões matemáticas, conforme segue:

Do Equacionamento do Déficit	(R\$)
a) Déficit Técnico Acumulado	326.578.876,01
b) Provisões Matemáticas com característica de Benefício Definido	369.390.107,63
c) Duração do Passivo ⁽¹⁾	9,84 anos
d) Limite de Déficit Técnico Acumulado $1\% \times (c)-4) \times b)$	21.572.382,29
e) Déficit Remanescente	305.006.493,73
f) Ajuste de Precificação	0,00
g) Déficit a Equacionar no exercício de 2016	305.006.493,73

⁽¹⁾ Duração calculada pela planilha anexa à Portaria PREVIC nº 708/2015.

Considerando que há déficit a equacionar, a Fundação deverá elaborar e aprovar o seu plano de equacionamento até o final do exercício de 2016. Em conformidade com o § 4º do Artigo 28 da Resolução CGPC nº 26, de 29/09/2008, após aprovado, o plano de equacionamento do déficit deverá ser disponibilizado aos participantes, assistidos, patrocinadores e ao órgão fiscalizador.

Cabe registrar que tal déficit técnico é decorrente do total das parcelas vencidas e não pagas dos contratos de dívida já lançadas como perdas relativas aos compromissos contratados pela Patrocinadora CBTU (antiga empregadora dos Participantes do Plano), que, em 31/12/2015, corresponde a R\$ 670.754.548,44.

Por meio da correspondência CRT/232-16/DISEG, de 10/03/2016, a Fundação REFER apresentou a situação da negociação do pagamento dessa dívida da Patrocinadora CBTU (antiga empregadora dos Participantes do Plano), considerando as seguintes ações que vêm sendo adotadas pela Fundação:

- **Em 2004:** Execução Judicial da Dívida - autos do processo nº 0009659-44-2012.4.02.5101, em trâmite perante a 22ª Vara Federal do Rio de Janeiro;
- **Em 2006:** Penhora no total de 5% na renda da CBTU;

- **Em 2007:** Execução Judicial da Dívida referente a Provisão a Constituir - autos do processo nº 2007.001.120653-9, em trâmite perante a 22ª Vara Cível do Rio de Janeiro
- **Em 2010:** Majoração da Penhora na renda da CBTU para 12%;
- **Em 2015:** Nova Majoração da Penhora na renda da CBTU para um valor fixo mensal correspondente a R\$ 6.745.201,23.

Adicionalmente, a Fundação REFER apresentou proposta de acordo judicial para o equacionamento da dívida em questão, que foi aceita pelo Patrocinador CBTU, conforme audiência judicial realizada e designada para esse fim e encontra-se atualmente sob análise da Procuradoria Geral da União – PGU/AGU, para manifestação sobre sua concordância ou não da proposta do acordo.

Isto posto, a Fundação REFER aguarda posicionamento da PGU/AGU para confirmar que o déficit técnico total deste Patrocinador com o Plano CENTRAL será equacionado por meio de novo contrato de dívida com o Patrocinador CBTU. Cabe registrar que caso não haja aprovação da proposta de acordo judicial para o equacionamento da dívida do Patrocinador CBTU, seria necessário implantar contribuições extraordinárias paritárias para pagamento da dívida na forma prevista na Resolução CNPC nº 26/2008 e suas alterações posteriores, o que levaria a uma redução significativa no benefício dos Participantes Assistidos.

Se considerarmos a regularização dos pagamentos da dívida do Patrocinador CBTU, por meio do refinanciamento do contrato de dívida, o Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora CENTRAL estaria superavitário.

Além do pagamento da dívida, deve-se efetuar o pagamento das contribuições definidas no Regulamento do Plano e devidas por Participantes e Patrocinadoras.



Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora RFFSA

Nome	R\$
Patrimônio Social	752.823.505,21
Patrimônio para Cobertura do Plano	713.722.398,33
Provisões Matemáticas	3.044.654.605,73
Benefícios Concedidos	2.654.712.982,02
Contribuição Definida	265.045,37
- Saldo de conta dos Assistidos	265.045,37
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	2.654.447.936,65
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	1.764.874.046,85
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos	889.573.889,80
Benefícios a Conceder	389.941.623,71
Contribuição Definida	195.079.935,12
- Saldo de contas - Parcela Patrocinadora	148.304.552,75
- Saldo de contas - Parcela Participantes	46.775.382,37
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	1.658.546,42
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	3.916.990,04
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores (-)	1.129.221,81
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes (-)	1.129.221,81
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	193.203.142,17
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	193.245.004,27
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores (-)	20.931,05
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes (-)	20.931,05
Provisões Matemáticas a Constituir (-)	-
Serviço Passado (-)	-
- Patrocinador (-)	-
Déficit Equacionado (-)	-
Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	-
Equilíbrio Técnico	(2.330.932.207,40)
Resultados Realizados	(2.330.932.207,40)
Superávit Técnico Acumulado	-
Déficit Técnico Acumulado (-)	2.330.932.207,40
Resultados a Realizar	-
Fundos	39.101.106,88
Fundo Previdencial	337.055,93
- Reversão do Saldo por Exigência Regulamentar	337.055,93
- Outros - Previsto em Nota Técnica Atuarial	-

PARECER ATUARIAL SOBRE O BALANÇO DE 31/12/2015

Página 16

Nome	R\$
Fundo Administrativo	38.764.050,95
Fundo dos Investimentos	-

O Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora RFFSA encontra-se com um déficit correspondente a 81,81% do Total das Provisões Matemáticas de Benefício Definido.

Considerando as condições estabelecidas no Art. 28 da Resolução CGPC nº 26/2008 para Equacionamento de Déficit Técnico, identificamos se o Déficit Técnico existente no Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora RFFSA em 31/12/2015 excederia o Limite de Déficit Técnico Acumulado dado pela fórmula $1\% \times (\text{duração do passivo} - 4) \times \text{Provisão Matemática}$, observando o valor mínimo de 1% das provisões matemáticas, conforme segue:

Do Equacionamento do Déficit	(R\$)
a) Déficit Técnico Acumulado	2.330.932.207,40
b) Provisões Matemáticas com característica de Benefício Definido	2.849.309.625,24
c) Duração do Passivo ⁽¹⁾	8,18 anos
d) Limite de Déficit Técnico Acumulado $1\% \times (c) - 4 \times b)$	119.101.142,34
e) Déficit Remanescente	2.211.831.065,07
f) Ajuste de Precificação	0,00
g) Déficit a Equacionar no exercício de 2016	2.211.831.065,07

⁽¹⁾ Duração calculada pela planilha anexa à Portaria PREVIC nº 708/2015.

Considerando que há déficit a equacionar, a Fundação deverá elaborar e aprovar o seu plano de equacionamento até o final do exercício de 2016. Em conformidade com o § 4º do Artigo 28 da Resolução CGPC nº 26, de 29/09/2008, após aprovado, o plano de equacionamento do déficit deverá ser disponibilizado aos participantes, assistidos, patrocinadores e ao órgão fiscalizador.

Cabe registrar que tal déficit técnico é decorrente do total das parcelas vencidas e não pagas dos contratos de dívida já lançadas como perdas relativas aos compromissos contratados pela Patrocinadora RFFSA, que, em 31/12/2015, corresponde a R\$ 3.301.263.098,65.

Por meio da correspondência CRT/233-16/DISEG, de 10/03/2016, a Fundação REFER apresentou a situação da negociação do pagamento dessa dívida da Patrocinadora RFFSA, considerando as ações que vêm sendo adotadas pela Fundação.

Isto posto, a Fundação REFER espera efetivar novo contrato de dívida com o Patrocinador de forma a equacionar o atual Déficit Técnico Acumulado. Cabe registrar que caso não haja a assinatura de novo contrato de equacionamento da dívida, seria necessário implantar contribuições extraordinárias paritárias para pagamento da dívida na forma prevista na Resolução CNPC nº 26/2008 e suas alterações posteriores, o que levaria a uma redução significativa no benefício dos Assistidos.

PARECER ATUARIAL SOBRE O BALANÇO DE 31/12/2015
Página 17

Se considerarmos a regularização dos pagamentos da dívida, por meio do refinanciamento do contrato de dívida, o Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora RFFSA estaria superavitário.

Além do pagamento da dívida, deve-se efetuar o pagamento das contribuições definidas no Regulamento do Plano e devidas por Participantes e Patrocinadoras.



Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora METROFOR

Nome	R\$
Patrimônio Social	33.119.094,50
Patrimônio para Cobertura do Plano	31.507.727,22
Provisões Matemáticas	44.539.198,95
Benefícios Concedidos	9.100.949,73
Contribuição Definida	191.868,67
- Saldo de conta dos Assistidos	191.868,67
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	8.909.081,06
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	7.046.776,36
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos	1.862.304,70
Benefícios a Conceder	35.438.249,22
Contribuição Definida	31.237.692,80
- Saldo de contas - Parcela Patrocinadora	19.072.439,26
- Saldo de contas - Parcela Participantes	12.165.253,54
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	3.098.028,53
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	4.591.237,83
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores (-)	746.604,65
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes (-)	746.604,65
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	1.102.527,89
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	1.102.733,37
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores (-)	102,74
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes (-)	102,74
Provisões Matemáticas a Constituir (-)	-
Serviço Passado (-)	-
- Patrocinador (-)	-
Déficit Equacionado (-)	-
Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	-
Equilíbrio Técnico	(13.031.471,73)
Resultados Realizados	(13.031.471,73)
Superávit Técnico Acumulado	-
Déficit Técnico Acumulado (-)	13.031.471,73
Resultados a Realizar	-
Fundos	1.611.367,28
Fundo Previdencial	2.135,39
- Reversão do Saldo por Exigência Regulamentar	2.135,39
- Outros - Previsto em Nota Técnica Atuarial	-

PARECER ATUARIAL SOBRE O BALANÇO DE 31/12/2015

Página 19

Nome	R\$
Fundo Administrativo	1.400.535,32
Fundo dos Investimentos	208.696,57

O Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora METROFOR encontra-se com um déficit correspondente a 99,40% do Total das Provisões Matemáticas de Benefício Definido.

Considerando as condições estabelecidas no Art. 28 da Resolução CGPC nº 26/2008 para Equacionamento de Déficit Técnico, identificamos se o Déficit Técnico existente no Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora METROFOR em 31/12/2015 excederia o Limite de Déficit Técnico Acumulado dado pela fórmula $1\% \times (\text{duração do passivo} - 4) \times \text{Provisão Matemática}$, observando o valor mínimo de 1% das provisões matemáticas, conforme segue:

Do Equacionamento do Déficit	(R\$)
a) Déficit Técnico Acumulado	13.031.471,73
b) Provisões Matemáticas com característica de Benefício Definido	13.109.637,48
c) Duração do Passivo ⁽¹⁾	13,31 anos
d) Limite de Déficit Técnico Acumulado $1\% \times (c) - 4 \times b$	1.220.507,25
e) Déficit Remanescente	11.810.964,48
f) Ajuste de Precificação	0,00
g) Déficit a Equacionar no exercício de 2016	11.810.964,48

⁽¹⁾ Duração calculada pela planilha anexa à Portaria PREVIC nº 708/2015.

Considerando que há déficit a equacionar, a Fundação deverá elaborar e aprovar o seu plano de equacionamento até o final do exercício de 2016. Em conformidade com o § 4º do Artigo 28 da Resolução CGPC nº 26, de 29/09/2008, após aprovado, o plano de equacionamento do déficit deverá ser disponibilizado aos participantes, assistidos, patrocinadores e ao órgão fiscalizador.

Cabe registrar que tal déficit técnico é decorrente do total das parcelas vencidas e não pagas dos contratos de dívida já lançadas como perdas relativas aos compromissos contratados pela Patrocinadora CBTU (antiga empregadora dos Participantes do Plano), que, em 31/12/2015, corresponde a R\$ 23.854.788,97.

Por meio da correspondência CRT/232-16/DISEG, de 10/03/2016, a Fundação REFER apresentou a situação da negociação do pagamento dessa dívida da Patrocinadora CBTU (antiga empregadora dos Participantes do Plano), considerando as seguintes ações que vêm sendo adotadas pela Fundação:

- Em 2004: Execução Judicial da Dívida - autos do processo nº 0009659-44-2012.4.02.5101, em trâmite perante a 22ª Vara Federal do Rio de Janeiro;
- Em 2006: Penhora no total de 5% na renda da CBTU;

- **Em 2007:** Execução Judicial da Dívida referente a Provisão a Constituir - autos do processo nº 2007.001.120653-9, em trâmite perante a 22ª Vara Cível do Rio de Janeiro
- **Em 2010:** Majoração da Penhora na renda da CBTU para 12%;
- **Em 2015:** Nova Majoração da Penhora na renda da CBTU para um valor fixo mensal correspondente a R\$ 6.745.201,23.

Adicionalmente, a Fundação REFER apresentou proposta de acordo judicial para o equacionamento da dívida em questão, que foi aceita pelo Patrocinador CBTU, conforme audiência judicial realizada e designada para esse fim e encontra-se atualmente sob análise da Procuradoria Geral da União – PGU/AGU, para manifestação sobre sua concordância ou não da proposta do acordo.

Isto posto, a Fundação REFER aguarda posicionamento da PGU/AGU para confirmar que o déficit técnico total deste Patrocinador com o Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora METROFOR será equacionado por meio de novo contrato de dívida com o Patrocinador CBTU. Cabe registrar que caso não haja aprovação da proposta de acordo judicial para o equacionamento da dívida do Patrocinador CBTU, seria necessário implantar contribuições extraordinárias paritárias para pagamento da dívida na forma prevista na Resolução CNPC nº 26/2008 e suas alterações posteriores, o que levaria a uma redução significativa no benefício dos Participantes Assistidos.

Se considerarmos a regularização dos pagamentos da dívida do Patrocinador CBTU, por meio do refinanciamento do contrato de dívida, o Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora METROFOR estaria superavitário.

Além do pagamento da dívida, deve-se efetuar o pagamento das contribuições definidas no Regulamento do Plano e devidas por Participantes e Patrocinadoras.



Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora CTS

Nome	R\$
Patrimônio Social	13.800.868,12
Patrimônio para Cobertura do Plano	12.954.526,29
Provisões Matemáticas	24.551.953,09
Benefícios Concedidos	6.939.317,20
Contribuição Definida	-
- Saldo de conta dos Assistidos	-
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	6.939.317,20
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados – Assistidos	4.464.529,46
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados – Assistidos	2.474.787,74
Benefícios a Conceder	17.612.635,89
Contribuição Definida	16.314.431,49
- Saldo de contas - Parcela Patrocinadora	9.473.544,33
- Saldo de contas - Parcela Participantes	6.840.887,16
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	694.929,82
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	1.084.570,28
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores (-)	194.820,23
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes (-)	194.820,23
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	603.274,58
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	603.460,84
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores (-)	93,13
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes (-)	93,13
Provisões Matemáticas a Constituir (-)	-
Serviço Passado (-)	-
- Patrocinador (-)	-
Déficit Equacionado (-)	-
Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	-
Equilíbrio Técnico	(11.597.426,80)
Resultados Realizados	(11.597.426,80)
Superávit Técnico Acumulado	-
Déficit Técnico Acumulado (-)	11.597.426,80
Resultados a Realizar	-
Fundos	846.341,83
Fundo Previdencial	-
- Reversão do Saldo por Exigência Regulamentar	-
- Outros - Previsto em Nota Técnica Atuarial	-

PARECER ATUARIAL SOBRE O BALANÇO DE 31/12/2015

Página 22

Nome	R\$
Fundo Administrativo	781.807,78
Fundo dos Investimentos	64.734,05

O Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora CTS encontra-se com um déficit correspondente a 140,79% do Total das Provisões Matemáticas de Benefício Definido.

Considerando as condições estabelecidas no Art. 28 da Resolução CGPC nº 26/2008 para Equacionamento de Déficit Técnico, identificamos se o Déficit Técnico existente no Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora CTS em 31/12/2015 excederia o Limite de Déficit Técnico Acumulado dado pela fórmula $1\% \times (\text{duração do passivo} - 4) \times \text{Provisão Matemática}$, observando o valor mínimo de 1% das provisões matemáticas, conforme segue:

Do Equacionamento do Déficit	(R\$)
a) Déficit Técnico Acumulado	11.597.426,80
b) Provisões Matemáticas com característica de Benefício Definido	8.237.521,60
c) Duração do Passivo ⁽¹⁾	12,73 anos
d) Limite de Déficit Técnico Acumulado $1\% \times (c) - 4 \times b$	719.135,64
e) Déficit Remanescente	10.878.291,16
f) Ajuste de Precificação	0,00
g) Déficit a Equacionar no exercício de 2016	10.878.291,16

⁽¹⁾ Duração calculada pela planilha anexa à Portaria PREVIC nº 708/2015.

Considerando que há déficit a equacionar, a Fundação deverá elaborar e aprovar o seu plano de equacionamento até o final do exercício de 2016. Em conformidade com o § 4º do Artigo 28 da Resolução CGPC nº 26, de 29/09/2008, após aprovado, o plano de equacionamento do déficit deverá ser disponibilizado aos participantes, assistidos, patrocinadores e ao órgão fiscalizador.

Cabe registrar que tal déficit técnico é decorrente do total das parcelas vencidas e não pagas dos contratos de dívida já lançadas como perdas relativas aos compromissos contratados pela Patrocinadora CBTU (antiga empregadora dos Participantes do Plano), que, em 31/12/2015, corresponde a R\$ 16.395.004,94.

Por meio da correspondência CRT/232-16/DISEG, de 10/03/2016, a Fundação REFER apresentou a situação da negociação do pagamento dessa dívida da Patrocinadora CBTU (antiga empregadora dos Participantes do Plano), considerando as seguintes ações que vêm sendo adotadas pela Fundação:

- **Em 2004:** Execução Judicial da Dívida - autos do processo nº 0009659-44-2012.4.02.5101, em trâmite perante a 22ª Vara Federal do Rio de Janeiro;
- **Em 2006:** Penhora no total de 5% na renda da CBTU;

PARECER ATUARIAL SOBRE O BALANÇO DE 31/12/2015

Página 23

- **Em 2007:** Execução Judicial da Dívida referente a Provisão a Constituir - autos do processo nº 2007.001.120653-9, em trâmite perante a 22ª Vara Cível do Rio de Janeiro
- **Em 2010:** Majoração da Penhora na renda da CBTU para 12%;
- **Em 2015:** Nova Majoração da Penhora na renda da CBTU para um valor fixo mensal correspondente a R\$ 6.745.201,23.

Adicionalmente, a Fundação REFER apresentou proposta de acordo judicial para o equacionamento da dívida em questão, que foi aceita pelo Patrocinador CBTU, conforme audiência judicial realizada e designada para esse fim e encontra-se atualmente sob análise da Procuradoria Geral da União - PGU/AGU, para manifestação sobre sua concordância ou não da proposta do acordo.

Isto posto, a Fundação REFER aguarda posicionamento da PGU/AGU para confirmar que o déficit técnico total deste Patrocinador com o Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora CTS será equacionado por meio de novo contrato de dívida com o Patrocinador CBTU. Cabe registrar que caso não haja aprovação da proposta de acordo judicial para o equacionamento da dívida do Patrocinador CBTU, seria necessário implantar contribuições extraordinárias paritárias para pagamento da dívida na forma prevista na Resolução CNPC nº 26/2008 e suas alterações posteriores, o que levaria a uma redução significativa no benefício dos Participantes Assistidos.

Se considerarmos a regularização dos pagamentos da dívida do Patrocinador CBTU, por meio do refinanciamento do contrato de dívida, o Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora CTS estaria superavitário.

Além do pagamento da dívida, deve-se efetuar o pagamento das contribuições definidas no Regulamento do Plano e devidas por Participantes e Patrocinadoras.

* * *

Rio de Janeiro, 11 março de 2016.

Mercer Human Resource Consulting Ltda.



Maria da Fé da Costa Pinto
M.I.B.A. nº 746



Bianca Guimarães Furtado Pereira
M.I.B.A. nº 2.260

6.1.5.6 – Informações sobre as ações de fiscalização empreendidas no exercício (Lei Complementar 108/2001)

Conforme disposto no Artigo 25 da Lei Complementar nº 108/2001 e Parágrafo 2º do Artigo 41 da Lei Complementar nº 109/2001 quanto a responsabilidade das Patrocinadoras pela supervisão e fiscalização das atividades das suas Entidades de Previdência Complementar, foi realizado trabalho de auditoria na Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social – REFER, relativo a gestão do exercício 2015, gerando o Relatório de Auditoria Interna nº 12/2015, com as respectivas constatações, conforme descritas a seguir:

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	12/2015
Data do Relatório de Auditoria	18/12/2015
Item do Relatório de Auditoria	1.1 – ALOCAÇÃO DOS INVESTIMENTOS / AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO GERAL
Comunicação Expedida/Data	Memo/090-2015/AUDIT
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	REFER – FUNDAÇÃO REDE FERROVIÁRIA DE SEGURIDADE SOCIAL
Descrição da Recomendação	<u>AO DIRETOR-PRESIDENTE DA REFER</u> Além dos esforços para o equacionamento das dívidas contratadas, alertar para a necessidade de manter ações permanentes voltadas ao reequilíbrio econômico-financeiro dos Planos de Benefícios, tais como a intensificação das atividades de captação de novos participantes, além do direcionamento de investimentos e de desfazimento de ativos, em função do amadurecimento dos Planos de Benefício, ou seja, objetivando privilegiar ativos de maior liquidez.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
REFER	
Síntese das providências adotadas	
Até a presente data, não houve manifestação sobre o assunto.	
Síntese dos resultados obtidos	

Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	12/2015
Data do Relatório de Auditoria	18/12/2015
Item do Relatório de Auditoria	1.2 – INVESTIMENTOS – SEGMENTO DE IMÓVEIS / PLANO DE DESIMOBILIZAÇÃO
Comunicação Expedida/Data	Memo/090-2015/AUDIT
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	REFER – FUNDAÇÃO REDE FERROVIÁRIA DE SEGURIDADE SOCIAL
Descrição da Recomendação	<p><u>AO DIRETOR-PRESIDENTE DA REFER:</u></p> <p>Seguir adotando ações no sentido de enquadrar a Fundação no limite percentual estabelecido para aplicação dos Recursos Garantidores na Resolução CMN 3.792/2009 para o Segmento de Imóveis.</p>
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
REFER	
Síntese das providências adotadas	
Até a presente data, não houve manifestação sobre o assunto.	
Síntese dos resultados obtidos	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna

Identificação do Relatório de Auditoria	12/2015
Data do Relatório de Auditoria	18/12/2015
Item do Relatório de Auditoria	3.1 – REALIZAÇÃO DAS RECEITAS E DESPESAS / ADEQUAÇÃO DAS PROJEÇÕES
Comunicação Expedida/Data	Memo/090-2015/AUDIT
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	REFER – FUNDAÇÃO REDE FERROVIÁRIA DE SEGURIDADE SOCIAL
Descrição da Recomendação	<u>AO DIRETOR-PRESIDENTE DA REFER:</u> Reavaliar os critérios e procedimentos que vêm norteando a projeção de realização de receitas e despesas na elaboração do Orçamento anual da REFER, em especial quanto às projeções das provisões atuariais, Fluxo dos Investimentos e de constituição/reversão de fundos.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
REFER	
Síntese das providências adotadas	
Até a presente data, não houve manifestação sobre o assunto.	
Síntese dos resultados obtidos	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	12/2015
Data do Relatório de Auditoria	18/12/2015
Item do Relatório de Auditoria	4.1 – RECEBIMENTOS E PAGAMENTOS CORRENTES / DÉFICIT MENSAL
Comunicação Expedida/Data	Memo/090-2015/AUDIT

Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	REFER – FUNDAÇÃO REDE FERROVIÁRIA DE SEGURIDADE SOCIAL
Descrição da Recomendação	<u>AO DIRETOR-PRESIDENTE DA REFER</u> Persistir e buscar novas alternativas que viabilizem a reversão do quadro de desfazimento mensal de ativos observado no fluxo financeiro da Fundação.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
REFER	
Síntese das providências adotadas	
Até a presente data, não houve manifestação sobre o assunto.	
Síntese dos resultados obtidos	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	12/2015
Data do Relatório de Auditoria	18/12/2015
Item do Relatório de Auditoria	6.1 – FOLHA DE PAGAMENTO / PARTICIPANTES ASSISTIDOS EM ATIVIDADE
Comunicação Expedida/Data	Memo/090-2015/AUDIT
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	REFER – FUNDAÇÃO REDE FERROVIÁRIA DE SEGURIDADE SOCIAL GERÊNCIA GERAL JURÍDICA
Descrição da Recomendação	<u>AO DIRETOR-PRESIDENTE DA REFER</u> Face ao caráter excepcional e a complexidade do caso identificado, submeter o assunto à área jurídica da Fundação para análise e emissão de parecer acerca de cada situação apontada, atentando-se para os eventuais efeitos jurídicos da questão.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	

REFER
Síntese das providências adotadas
Até a presente data, não houve manifestação sobre o assunto.
Síntese dos resultados obtidos
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	12/2015
Data do Relatório de Auditoria	18/12/2015
Item do Relatório de Auditoria	7.1 – TAXA DE CARREGAMENTO / PERCENTUAL APLICADO
Comunicação Expedida/Data	Memo/090-2015/AUDIT
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	REFER – FUNDAÇÃO REDE FERROVIÁRIA DE SEGURIDADE SOCIAL
Descrição da Recomendação	<p><u>AO DIRETOR–PRESIDENTE DA REFER:</u></p> <p>Sem prejuízo das ações de racionalização de despesas eventualmente já adotadas, avaliar a possibilidade de implementação de programa de redução de gastos administrativos, buscando alternativas para diminuição gradual do percentual da taxa de carregamento até um patamar que não comprometa a qualidade e o desempenho da gestão dos planos das patrocinadoras.</p>
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
REFER	
Síntese das providências adotadas	
Até a presente data, não houve manifestação sobre o assunto.	
Síntese dos resultados obtidos	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor.	

--

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	12/2015
Data do Relatório de Auditoria	18/12/2015
Item do Relatório de Auditoria	7.2 – PROJEÇÃO DO ORÇAMENTO / ÍNDICES APLICADOS
Comunicação Expedida/Data	Memo/090-2015/AUDIT
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	REFER – FUNDAÇÃO REDE FERROVIÁRIA DE SEGURIDADE SOCIAL
Descrição da Recomendação	<p><u>RECOMENDAÇÃO:</u></p> <p><u>AO DIRETOR–PRESIDENTE DA REFER:</u></p> <p>Considerando já ter sido aprovado e praticamente executado o orçamento para o exercício 2015, alertar para a necessidade de que os gastos com despesas administrativas sejam minimizados, se for o caso, permanecendo em patamares não superiores aos índices usuais de correção de contratos, entre outros, em relação aos mesmos gastos incorridos no exercício anterior.</p>
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
REFER	
Síntese das providências adotadas	
Até a presente data, não houve manifestação sobre o assunto.	
Síntese dos resultados obtidos	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Quanto às providências adotadas pela REFER em relação às recomendações constantes do referido Relatório, até a presente data, não houve manifestação daquela entidade.

6.1.6 – Política de Capacitação e Treinamento de Pessoal

Investimento de Custeio e Convênio com SENAI

Unidades	Investimento		
	2013	2014	2015
Administração Central	588.524,21	352.975,00	229.540,50
Belo Horizonte	449.159,50	263.561,00	239.541,50
Recife	697.663,88	531.541,00	389.069,20
João Pessoa	69.170,64	51.940,00	88.625,00
Natal	106.392,50	119.696,00	133.873,00
Maceió	66.159,15	56.843,00	75.282,00
TOTAL	1.977.069,88	1.376.556,00	1.155.931,20

O recurso para ações vem sendo reduzido nos últimos anos, no entanto com criatividade da equipe de T&D e através de multiplicação do conhecimento e atividades de instrutoria interna temos tentado minimizar os impactos decorrentes. No entanto, a escassez de recursos impacta diretamente na formação dos gestores, treinamento especializado na temática metroferroviária e em gestão pública. Além disso, o projeto estratégico de Gestão do Conhecimento e a implementação de uma política de Gestão de Pessoas por Competências encontram seus maiores entraves nas limitações orçamentárias.

Cabe ainda ressaltar o recente aumento do quadro e que os novos empregados demandam de conhecimentos específicos relativos à Administração Pública, projetos e o segmento metroferroviário, de modo que com o contingenciamento não tem as necessidades supridas totalmente, sendo apenas tratadas as emergências e temas ligados aos maiores riscos empresariais.

Pagamento de Hora – Aula

Administração Central						
Item	Abrangência	Quantidade De Instrutores	Hora Aula (H/A)	Valor Hora Aula	Valor Total	Ref.
1	Meio e Fim	12	19	8,00	144,00	mar/15
2	Meio	1	40	8,00	320,00	abr/15
3	Meio e Fim	12	19	8,00	144,00	abr/15
4	Meio	1	40	8,00	320,00	jun/15
5	Meio e Fim	7	10	8,00	80,00	jul/15
6	Meio e Fim	3	48	10,00	480,00	ago/15
8	Meio	1	3	10,00	30,00	set/15
9	Fim	1	14	10,00	140,00	set/15
10	Meio e Fim	1	16	10,00	160,00	set/15
11	Meio e Fim	4	29	10,00	290,00	out/15
12	Meio	1	4	10,00	40,00	out/15
15	Meio e Fim	1	3	10,00	30,00	dez/15
Total					2.178,00	

STU/BH						
Item	Abrangência	Quantidade De Instrutores	Hora Aula (H/A)	Valor Hora Aula	Valor Total	Ref.
1	FIM	8	8	8,00	392,00	jan/15
2	FIM	14	8	8,00	1.656,00	fev/15
3	FIM	5	8	8,00	177,00	mar/15
4	FIM	5	8	8,00	432,00	abr/15
5	FIM	10	8	8,00	2.048,00	Mai/15 e jun/2015
6	FIM	23	10	10,00	2.496,00	jul/15
7	FIM	26	10	10,00	5.120,00	ago/15
8	FIM	22	10	10,00	2.510,00	set/15
9	FIM	18	10	10,00	1.730,00	out/15
10	FIM	15	10	10,00	2.280,00	nov/15
11	FIM	10	10	10,00	1.250,00	dez/15
				TOTAL:	18.591,00	

STU/REC						
Item	Abrangência	Quantidade De Instrutores	Hora Aula (H/A)	Valor Hora Aula	Valor Total	Ref.
1	Fim	9	185	8,00	1.480,00	jan/15
2	Fim	13	225	8,00	1.800,00	fev/15
3	Fim	10	402	8,00	3.216,00	mar/15
4	Fim	15	484	8,00	3.872,00	abr/15
5	Fim	12	320	10,00	3.200,00	mai/15
6	Fim	18	440	10,00	4.400,00	jun/15
7	Fim	14	493	10,00	4.930,00	jul/15
8	Fim	8	222	10,00	2.220,00	ago/15
9	Fim	12	299	10,00	2.990,00	set/15
10	Fim	23	693	10,00	6.930,00	out/15
11	Fim	31	502	10,00	5.020,00	nov/15
12	Fim	21	483	10,00	4.830,00	dez/15
Total					44.888,00	

STU/NAT						
Item	Abrangência	Quantidade De Instrutores	Hora Aula (H/A)	Valor Hora Aula	Valor Total	Ref.
1	FIM	2	8	8,00	320,00	jan/15
2	FIM	3	8	8,00	640,00	fev/15
3	FIM	4	8	8,00	1.120,00	mar/15
4	FIM	3	10	10,00	850,00	mai/15
5	FIM	3	10	10,00	1.200,00	jun/15
6	FIM	5	10	10,00	1.150,00	jul/15
7	FIM	2	10	10,00	2.735,00	ago/15
8	FIM	1	10	10,00	735,00	set/15
				TOTAL:	8.750,00	

STU-JOP

Não foram realizados pagamentos de hora-aula no exercício. No entanto, diversos treinamentos foram ministrados por profissionais do quadro, ainda que o evento não preencha todos os requisitos estipulados na norma interna que versa sobre instrutoria interna. São eles: Treinamento operacional de VLT e manobra e de gestão e fiscalização de contratos. Além disso, realizou treinamentos para formação de multiplicadores como parte integrante do projeto de gestão do conhecimento.

STU/MAC						
Item	Abrangência	Quantidade De Instrutores	Hora Aula (H/A)	Valor Hora Aula	Valor Total	Ref.
1	FIM	1	10	10,00	400,00	mai/15
2	FIM	1	10	10,00	400,00	mai/15
3	FIM	1	10	10,00	400,00	jun/15
4	FIM	1	10	10,00	400,00	jun/15

6.2 – Gestão do Patrimônio e Infraestrutura

6.2.1 – Gestão do Patrimônio Imobiliário da União

6.2.1.1 - Estrutura de Controle e Gestão do Patrimônio no Âmbito da unidade

Administração Central

Gerência de Patrimônio + 05 Colaboradores;

- Dentre esses:

- 01 colaborador cuida do patrimônio físico móvel através de controle no Sistema "SISPRO" - Sistema de Controle Patrimonial - (registros, transferências, inventário, etc);

- 01 colaborador cuida do controle contábil do patrimônio através do Sistema "SISPRO" (Sistema de Controle Patrimonial) e "SIAFI" (Sistema Integrado de Administração Financeira);

- 01 colaborador cuida da secretaria e das documentações expedidas/recebidas que transitam pela área de patrimônio;

- 02 colaboradores produzem a movimentação, guarda física, transporte de bens, etc.

Obs.: Todas as ações estão baseadas em normas internas da Companhia sobre bens patrimoniais.

Fonte: GEPAT/GASER/DA

Superintendência de Trens Urbanos de Belo Horizonte

A GOPAT utiliza para controle dos bens imóveis as seguintes ferramentas:

a) listagens dos imóveis desapropriados, trecho por trecho;

b) plantas de projeto de implantação do trem metropolitano e planta de localização da Ficha de Desapropriação – FD;

c) arquivo documental de todas as desapropriações efetuadas;

Obs: resalto que o arquivo foi destruído pelo incêndio ocorrido em agosto de 2013

d) vigilância de todos os imóveis, incluindo os remanescentes à faixa de domínio, feita pela equipe da COSEP.

Fonte: GOPAT/STU-BH

Superintendência de Trens Urbanos de Recife

A Gerência Operacional de Patrimônio - GOPAT trabalha com quatro áreas de atuação distintas como Áreas Remanescentes, Mídia, Comercialização de Espaços e Controle de Bens Patrimoniais.

No setor de **Áreas Remanescentes** :

1. Fiscalização e controle das áreas provenientes de desapropriações.

2. Interface junto a GOSEG no que diz respeito as ações de resgate das áreas invadidas.
3. Interface junto ao GOJUR no que diz respeito as ações de reintegrações de posse de nossas áreas remanescentes e relatórios no intuito de se obter isenção junto as prefeituras, dos respectivos IPTU'S.
4. Receber da área de desapropriações, relação de imóveis desapropriados, já registrados e averbados, para controle, registro e cadastramento, junto a SPIUNET (Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União), e arquivamento dos mesmos.
5. Controle, registro e elaboração de previsão orçamentária para garantir o pagamento dos IPTU'S.
6. Arquivo, controle e emissão de relatórios para subsidiar relatórios do TCU.

No setor de **Mídia:**

A área de mídia é responsável pela comercialização dos espaços publicitários disponíveis no metrô, como : painéis nas estações, nos trens, na entrevista, outdoors, entre outros formatos.

- Atendimento e cadastro de empresas de publicidade.
- Elaboração e acompanhamento das autorizações de uso.
- Lançamento das ADU'S no sistema TOTVS.
- Emissão de cronograma de pagamento.
- Emissão de memorandos autorizando as atividades de instalação, manutenção e retirada de equipamentos.
- Interface com as áreas de operação, segurança do trabalho e manutenção referente aos equipamentos publicitários instalados.
- Levantamento do potencial de exploração publicitária.
- Emissão de relatórios.
- Fiscalização de instalações, retiradas e manutenção dos equipamentos em uso.

No setor de **Comercialização :**

Temos uma procura diária por espaços através de pequenos e grandes empresários interessados em instalar seus negócios em nossas áreas não somente nos halls das estações como também nos seus entornos, entretanto, para podermos organizar melhor esses espaços teríamos que, em primeiro lugar, investir na padronização e requalificação, instalação de pontos individuais de esgotamento sanitário, água, eletricidade e telefonia. Por todas as dificuldades apresentadas e pela falta de verba para investimento, resolvemos partir para uma licitação onde empresas ganhadoras se encarregariam dessa requalificação e exploração dos espaços. Esclarecemos que o Termo de Referência já se encontrava no GOLIC para publicação, quando a CBTU / AC achou por bem fazer uma licitação a nível nacional para todas as STU'S, recentemente vetada.

- Atendimento ao público.
- Fiscalização, entrega de correspondências, cobranças, fechamentos e deslocamentos de comércios e outras atividades externas necessárias.
- Elaboração e acompanhamento de ADU'S E TPU'S.
- Elaboração e emissão de cartas/memos.
- Análise de documentos internos e externos.
- Cadastro de clientes (e inclusão no TOTVS).
- Emissão de cronogramas de pagamento (TOTVS).

No setor de **Controle de Bens Patrimoniais :**

Tem como objetivo padronizar as atividades relacionadas ao controle financeiro e físico dos bens patrimoniais (móveis e imóveis) permitindo o gerenciamento do ativo permanente da CBTU – STU / REC.

Incorporação de bens adquiridos no Sistema SISPRO e TOTVS.
 Transferência de bens entre áreas e UA'S.
 Baixa de bens inservíveis.
 Conciliação de inventário.
 Conciliação das contas patrimoniais e contábeis.

Superintendência de Trens Urbanos de Natal

Não informado pela unidade

Superintendência de Trens Urbanos de João Pessoa

O controle e gerenciamento é feito através dos relatórios extraídos do SISPRO, além de documentos auxiliares, tais como carnês de IPTU, TCR, escrituras, plantas, etc.

Fonte: STU-JOP

Superintendência de Trens Urbanos de Maceió

Não informado pela unidade

6.2.1.2 - Distribuição Geográfica dos Imóveis da União

Quantidade de Imóveis de Propriedade da União, de responsabilidade da UJ

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	EXERCÍCIO	
	2015	2014
UF PERNAMBUCO	378	378
Recife	378	378
UF: MINAS GERAIS	376	376
Belo Horizonte	376	376
UF: RIO GRANDE DO NORTE	52	52
Natal	38	38
Parnamirim	4	4
Extremoz	7	7
Ceará Mirim	3	3
UF: PARAÍBA	19	19
Cabedelo	9	9
João Pessoa	6	6
Bayeux	1	1
Santa Rita	3	3
UF: ALAGOAS	25	25
Maceió	21	21
Satuba	1	1
Rio Largo	3	3
UF: RIO DE JANEIRO	1	1
TOTAL BRASIL	851	851

Observação: O imóvel RIP 6001 03748.500-9, de propriedade da CBTU, regularmente identificado no SPIUnet, tendo servido de sede da Administração Central da Companhia, não se enquadra como **imóvel de propriedade da União, sob responsabilidade desta UJ.**

Fonte: GEPAT/GASER/DA

6.2.1.3 – Qualidade e completude dos registros das informações dos imóveis no Sistema de Registro dos Imóveis de Uso especial da União - SPIUnet

Administração Central

O bem imóvel RIP 6001 03748.500-9, de propriedade da CBTU, localizado na Estrada Velha da Tijuca, 77, Usina, Rio de Janeiro, RJ, está formalmente cedido à Secretaria do Patrimônio da União (SPU), por força do Termo de Cessão Provisória de Uso Gratuito, por 25 (vinte e cinco) anos, celebrado em 19 de março de 2012 e não concluído.

A qualidade dos registros das informações está incompleta em virtude da não finalização do termo de cooperação entre os Órgãos que ocuparão esse imóvel.

Fonte: GEPAT/GASER/DA

Superintendência de Trens Urbanos de Belo Horizonte

Do total de 376 imóveis, 177 já foram cadastrados no sistema SPIUnet, 199 imóveis ainda estão pendentes de cadastros devido a dificuldade em identificar junto à SISPRO, o índice utilizado para conversão e atualização dos valores dos bens imóveis.

Parte dos atos desapropriatórios dos imóveis da CBTU se deu em data anterior ao “plano real” e, por essa razão, esses registros de imóveis, que embasam os lançamentos no SPIUnet, expressam valores indenizatórios em moedas anteriores, como cruzeiro e cruzado. Necessário, portanto a definição do índice para conversão das moedas.

Fonte: GOPAT/STU-BH

Superintendência de Trens Urbanos de Recife

Foram cadastrados 700 imóveis até dezembro de 2015, sendo 285 em 2014 e 415 em 2015, conforme endereço SPIUnet: <http://spiunet.spu.planejamento.gov.br/default.asp>.

Em 2015 foram realizadas correções de cadastramentos feitos em duplicidade e foi iniciado o processo de conversão da moeda, uma vez que os valores apontados são históricos.

A estrutura de controle e gestão do patrimônio é deficiente, qualitativa e quantitativamente para o exercício das funções existentes e para um planejamento mais eficiente das ações do setor. Em 2015 houve o ingresso de mais um empregado no setor, o que proporcionou ganho de qualidade. Persiste a necessidade de aumentar o quadro de funcionários.

No que diz respeito ao item “riscos relacionados à gestão dos imóveis e os controles para mitigá-los”, podemos dizer que o risco maior seria de invasões de nossas áreas remanescentes, devido à falta de condição de fiscalização, e a proteção das áreas com equipes de segurança. Hoje essa fiscalização é feita por três funcionários e a ajuda da segurança patrimonial, quando esta dispõe de viaturas para atender as demandas.

Os Bens imóveis que se encontram fora do patrimônio da STU-REC, ainda não tiveram seus registros regularizados por falta de Dotação Orçamentária para subsidiar e custear as ações de registro junto aos seus respectivos cartórios de imóveis. Salientamos que há outros imóveis que foram desapropriados em favor da CBTU, que ainda se encontram em nome de seus antigos proprietários, por falta de dotação orçamentária para efetuar os respectivos registros, bem como para custear a avaliação dessas áreas por uma empresa/escritório competente.

A relação abaixo contempla todos os imóveis a serem regularizados:

- a) RECIFE-COQUEIRAL – com todas as benfeitorias existentes (Estações e Via permanente = Patrimônio 1097384
- b) COQUEIRAL – JABOATÃO – com todas as benfeitorias existentes (Estação e Via permanente) – Patrimônio 1097395
- c) COQUEIRAL – RODOVIÁRIA - com todas as benfeitorias existentes (Estações e Via permanente) – Patrimônio 1097401
- d) JOANA BEZERRA – LARGO DA PAZ – CAJUEIRO SECO - com todas as benfeitorias existentes (Estação e Via permanente)
- e) CAJUEIRO SECO – CABO - com todas as benfeitorias existentes (Estação e Via permanente)
- f) CAJUEIRO SECO – RODOVIÁRIA - com todas as benfeitorias existentes (Estação e Via permanente)
- g) BOA VIAGEM – EDGARD WERNECK - com todas as benfeitorias existentes (Estação e Via permanente) – Patrimônio 1240287
- h) ALÇAS NORTE E SUL DE ACESSO A SUAPE – para implantação do Veículo Leve sobre trilhos – VLT
- i) PÁTIOS – pátio Estação EDGARD WERNECK, Pátio e Almoxarifados de Boa Viagem (Edificações – patrimônio 1240287 e área), pátio de FERNANDINHO
- j) IMÓVEIS – regularização de todos os imóveis constantes das AGS, tais como a área do Edifício Operacional Administrativo – EOA/CCO e anexos (Pátios de Oficinas de Edgard Werneck) e demais estações com tombamento da RFFSA dos trechos já mencionados conforme relacionados nos itens acima

FONTE: GOPAT/STU-REC

Superintendência de Trens Urbanos de Natal

Quadro A.6.2.1.3.C – Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional – STU-NAT

UG: 275066				
RIP	LOCALIZAÇÃO	Estado de Conservação	Despesa no Exercício	
			Com Reformas	Com Manutenção
1761.00641.500-0	Centro Treinamento	2		
	Praça Augusto Severo, 302 – Ribeira (Natal)			
1761.00643.500-0	Posto Abastecimento	2		16.089,66
	Praça Augusto Severo, 302 – Ribeira (Natal)			
1761.00645.500-1	Predio Administ.	2		
	Praça Augusto Severo, 302 – Ribeira (Natal)			
1761.00647.500-0	Linha Férrea	2		
	Praça Augusto Severo, 302 – Ribeira (Natal)			
1761.00649.500-3	Est. Pátio, Almojarifado e Ofic. CCO	2		209.914,83
	Praça Augusto Severo, 302 – Ribeira (Natal)			
1761.00634.500-1	Alecrim II	5		
	Rua Sátiro Dias, 01 - Alecrim - CEP 59040-240			
1761.00636.500-2	Pe. João Maria	5		572,53
	Rua Sampaio Corrêa, 01 - Alecrim - CEP 59035-550			
1761.00609.500-5	Bom Pastor	5		
	Rua Sampaio Corrêa, 257 - Bom Pastor - CEP 59062-450 ()			
1761.00628.500-9	Promorar	5		
	Rua Sampaio Corrêa, 101 - Felipe Camarão - CEP 59000-000			
1761.00613.500-7	Cid. Esperança	5		7.226,46
	Rua Monte Calvo, 521 - Cidade Nova - CEP 59072-780			
1761.00615.500-8	Pitimbu	5		1.069,41
	Rua Dr. Francisco de Sá,06 - Pitimbu - CEP 59069-080			
1761.00630.500-0	Satelite	5		3.139,74
	Rua Cafarnaum, 01 - Conj. Cidade Satélite - CEP 59073-170			
1779.00086.500-6	Jardim Aeroporto	5		2.364,98
	Rua RFFSA, 9999 - Parque Industrial – Emaús (Parnamirim) CEP 59150-000 ()			
1779.00088.500-7	Parnamirim	5		8.278,55
	Av. Dr. Luiz Antônio, 04 – Centro - Parnamirim CEP 59150-000			
1761.00632.500-0	Alecrim I	5		1.218,87
	Rua Pereira Pinto, 01 - Alecrim - CEP 59040-250			
1761.00620.500-5	Quintas	5		
	Rua Assis Brasil, 132 Quintas - 59042-050			
1761.00611.500-6	Igapó	5		
	Rua Siqueira Campos, 14 - Igapó - CEP 59104-400			
1761.00622.500-6	Santa Catarina	5		485,02
	Rua Jamboeiro, 05 - Conj. Panorama - CEP 59000-000			
1761.00624.500-7	Soledade	5		
	Rua Retirolândia, 4045 - Soledade - CEP 59000-000			
1761.00620.500-9	Nova Natal	5		
	Rua Cidade Praia, 1.184 - Lagoa Azul - CEP 59000-000			
1761.00626.500-8	Nordelândia	5		
	Av. Cidade Praia, 205 - Lagoa Azul - CEP 59000-000			
1671.00011.500-5	Estrela do Mar	5		
	Rua Comandante Manhães, 07 - Alto Extremoz - CEP 59575-000			
1671.00009.500-4	Extremoz	5		
	Rua Felipe Camarão, 151 - Centro - Extremoz CEP 59575-000			
1651.00064.500-0	Massangana	5		
	Av. Massangana, 127 - Massangana - (Ceará Mirim) - CEP 59570-000			
1651.00062.500-9	Lagoa Grande	5		
	Av. Lagoa Grande, 45 - Lagoa Grande - (Ceará Mirim) CEP 59570-000			
1651.00060.500-8	Ceará Mirim	4		24.737,77
	Rua Pres. Café Filho, 490 - Centro - (Ceará Mirim) - CEP 59570-000			
Total				R\$ 275.097,82
Fonte: STU-NAT				

Superintendência de Trens Urbanos de João Pessoa

Todos os imóveis sob a responsabilidade desta UJ são utilizados para fins específicos da atividade fim e estão registrados no SPIUnet. Para registro no SPIUnet foram utilizados os valores constantes nos relatórios do Sistema de Patrimônio e carecem de reavaliação, além de complementação de informações sobre área, valor histórico, benfeitorias, etc.

Fonte: STU-JOP

Superintendência de Trens Urbanos de Maceió

Quadro A.6.2.1.3.E – Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional – STU-MAC

UG	RIP	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Imóvel	
			Valor Histórico R\$	Data da Avaliação	Valor Reavaliado		
275078	Não cadastrado	4	115.295,20			1	
275078	Não cadastrado	3	164.593,76			2	
275078	Não cadastrado	3	309.513,46			3	
275078	Não cadastrado	3	1.120.327,02			4	
275078	Não cadastrado	5	799.468,96			5	
275078	Não cadastrado	3	1.642.913,18			6	
275078	Não cadastrado	2	2.534.181,72			7	
275078	Não cadastrado	6	48.444,84			8	
275078	Não cadastrado	5	63.861,50			9	
275078	Não cadastrado	5	48.444,84			10	
275078	Não cadastrado	2	1.342.874,11			11	
275078	Não cadastrado	4	645.842,00			12	
275078	Não cadastrado	4	450.584,57			13	
275078	Não cadastrado	6	18.193,38			14	
275078	Não cadastrado	8	ND			15	
275078	Não cadastrado	8	ND			16	
275078	Não cadastrado	7	1.702,60			17	
275078	Não cadastrado	4	1.702,60			18	
275078	Não cadastrado	4	1.702,60			19	
275078	Não cadastrado	4	1.459,31			20	
275078	Não cadastrado	4	1.702,60			21	
275078	Não cadastrado	4	1.702,60			22	
275078	Não cadastrado	3	1.702,60			23	
275078	Não cadastrado	4	1.702,60			24	

OBS:

- Os valores constantes na coluna “valor histórico” foram retirados do relatório do sistema de Patrimônio da CBTU, fornecido pelo Setor de Almoxarifado.
- Os valores apresentados referentes às estações Gustavo Paiva e Lourenço de Albuquerque contemplam o valor do relatório do sistema de patrimônio, acrescido do valor executado do contrato (CTR 020 e 021/10) de construção das novas estações, retirados do SIAFI

STU-MAC

RELAÇÃO DOS BENS IMOVEIS DA CBTU/STU/MAC

- | | |
|--------------------------------------|--|
| 1 – Estação Utinga | 13 - Estação Bom Parto |
| 2 – Estação Fernão Velho | 14 – Parada Mutange |
| 3 – Estação Satuba | 15 – Parada Flexal |
| 4 – Estação Bebedouro | 16 – Guarita cruzamento Mutange |
| 5 – Estação Rio Largo | 17 – Casa Vila goiabeira 83 – Fernão Velho |
| 6 – Estação Maceió | 18 - Casa Vila goiabeira 82 – Fernão Velho |
| 7 – Estação Gustavo Paiva | 19 - Casa Vila goiabeira 81 – Fernão Velho |
| 8 – Estação de Goiabeira | 20 - Casa Vila goiabeira 80 – Fernão Velho |
| 9 – Estação ABC | 21 – Casa Vila goiabeira 79 – Fernão Velho |
| 10 – Estação Rio Novo | 22 - Casa Vila goiabeira 78 – Fernão Velho |
| 11 – Estação Lourenço de Albuquerque | 23 - Casa Vila goiabeira 77 – Fernão Velho |
| 12 – Estação Mercado | 24 - Casa Vila goiabeira 76 – Fernão Velho |

Fonte:

6.2.1.4 – Ocorrência e atos de formalização de cessão de imóvel da União para terceiros

Administração Central

Conforme exposto no item anterior

No que diz respeito à Administração Central da CBTU, no Rio de Janeiro, não há a situação prevista de cessão de espaço físico em imóvel da União.

Fonte: GEPAT/GASER/DA

Superintendência de Trens Urbanos de Belo Horizonte

OBS.: Tabela disponibilizada pela COCNO.

CBTU STU/BH	UTILIZAÇÃO PATRIMONIAL EVOLUÇÃO MENSAL DAS RECEITAS					ANO: 2015
MÊS	PERMISSÃO DE USO			PUBLICIDADE	JUROS E MULTAS	TOTAL
	TERRENOS/ ESTAÇÕES	RESIDENC.	SUBTOTAL			
JANEIRO	344.089,01	1.082,22	345.171,23	176.682,64	834,04	522.687,91
FEVEREIRO	351.722,99	1.082,22	352.805,21	105.418,43	483,80	458.707,44
MARÇO	332.652,49	1.082,22	333.734,71	123.101,99	744,86	457.581,56
ABRIL	327.139,05	1.082,22	328.221,27	104.949,56	658,53	433.829,36
MAIO	332.703,69	1.082,22	333.785,91	92.578,61	812,61	427.177,13
JUNHO	321.671,92	1.082,22	322.754,14	90.671,48	616,20	414.041,82
JULHO	349.790,95	0,00	349.790,95	107.405,20	1.250,49	458.446,64
AGOSTO	337.264,46	2.011,02	339.275,48	97.287,02	848,58	437.411,08
SETEMBRO	363.707,99	928,80	364.636,79	103.611,37	2.796,47	471.044,63
OUTUBRO	344.488,44	928,80	345.417,24	100.083,31	676,92	446.177,47
NOVEMBRO	349.607,71	928,80	350.536,51	101.995,87	967,39	453.499,77
DEZEMBRO	363.499,56	928,80	364.428,36	34.612,83	439,25	399.480,44
TOTAL	4.118.338,26	12.219,54	4.130.557,80	1.238.398,31	11.129,14	5.380.085,25

Fonte: STU-BH

Superintendência de Trens Urbanos de Recife

CBTU		UTILIZAÇÃO DE BENS PATRIMONIAIS				
STU/REC		TERRENOS				
INSTR. CONTR.		LOCALIZAÇÃO	AUTORIZADO	OBJETO	ÁREA m²	VALOR
TIPO	Nº/ANO					
PDU	006/2006	RUA JOSÉ NATÁRIO, S/Nº AREIAS	AEFN-ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS	CLUBE	173,42	5.289,96
ADU	003/2011	RUA JOSÉ NATÁRIO, S/Nº AREIAS	IGREJA BETEL CRISTÃ	OBRA SOCIAL	173,42	3.199,52
PDU	031/1994	RUA 15 DE NOVEMBRO, S/Nº - TEJIPIÓ	MANOEL CARLOS BUARQUE FILHO	OFICINA AUTOS	173,42	4.837,22
PDU	014/1997	ENTORNO ESTAÇÃO TEJIPIÓ	DJANIRA TEIXEIRA PONTES	PRESERVAÇÃO E GUARDA	173,42	460,62
PDU	008/1998	RUA 15 DE NOVEMBRO, S/Nº - TEJIPIÓ	AMARO ALVES DA SILVA	MATERIAL CONSTRUÇÃO	173,42	7.378,15
PDU	021/2011	RUA LINHA NOVA, S/Nº COQUEIRAL	EDVALDO VIEIRA DA COSTA	RECICLAGEM	173,42	2.603,65
PDU	014/1994	RUA LINHA NOVA, S/Nº COQUEIRAL	AURENI MARIA ZACARIAS	ARMAZÉM CONSTRUÇÃO	173,42	4.754,78
PDU	033/1995	ENTORNO ESTAÇÃO CAVALEIRO	PAULO BENJAMIM NASCIMENTO	ESTACIONAMENTO	200,00	3.060,81
ADU	019/2010	ACESSO RODOVIÁRIO AO CMC	MICHEL COELHO DE M. PEREIRA	GARAGEM	609,73	2.027,31
ADU	015/2011	RUA STA TEREZINHA, S/Nº CAV.	JOSÉ GOMES FILHO	OFICINA ELETRO	80,00	1.420,83
ADU	016/2011	RUA JOSÉ ALVES S/Nº CAV	ALDO MANOEL DE SANTANA	PRESERVAÇÃO E GUARDA	44,24	306,34
PDU	004/1995	RUA JARDIM FLORIANO S/Nº FLORIANO	EDUARDO FELIX DE AGUIAR	MAT. CONSTRUÇÃO	360,00	547,14
PDU	002/2009	RUA 15 DE NOVEMBRO, S/Nº - TEJIPIÓ	RICARDO ROGÉRIO DA SILVA	VENDA DE AREIA	221,00	1.980,98
PDU	017/1997	ENTORNO ESTAÇÃO FLORIANO	JOSÉ VALMIR RAMOS DA CRUZ	BAR	92,48	1.115,43
ADU	003/2014	ENTORNO EST. CAJUEIRO SECO	MANOEL P. DA COSTA	TERRENO GUARDAR CARRO	181,79	1.530,86
				VALOR TOTAL		32.024,12

CBTU		UTILIZAÇÃO DE BENS PATRIMONIAIS				ANO	
STU-REC		ESTAÇÕES E OUTRAS EDIFICAÇÕES OPERACIONAIS				2015	
						ANEXO 1	
INSTR. CONTR.		LOCALIZAÇÃO	AUTORIZADO	OBJETO	ÁREA m²	CNPJ	VALOR
TIPO	Nº/ANO					CPF	PRINC
TPU	006/1998	ESTAÇÃO RECIFE - ENTORNO	LUÍZA ALVES DE SOUZA	LANCHONETE	9,00	659.114.074-34	9.783,50
TPU	013/1998	ESTAÇÃO RECIFE - ENTORNO	AILTON DE FIGUEIREDO PINTO	LANCHONETE	9,00	114.381.934-91	9.099,20
TPU	020/2002	ESTAÇÃO RECIFE - ENTORNO	JOSÉ FERREIRA DOS SANTOS	ESTACIONAMENTO	1.625	213.155.314-53	9.625,36
ADU	003/2008	ESTAÇÃO RECIFE - HALL	RICARDO P. M. FILHO	CONS. CELULAR	4,00	08.954.380/468	11.081,91
TPU	011/2006	ESTAÇÃO RECIFE - HALL	ROGÉRIA C. NASCIMENTO	BOMBONIERE	3,00	892.831.204-34	4.745,13
TPU	002/2007	ESTAÇÃO RECIFE - HALL	LAFEPE S/A	FAMÁCIA	27,00	10.877.926/0001-13	3.883,30
ADU	020/2008	ESTAÇÃO RECIFE - ENTORNO	JOSÉ FRANCISCO P. DUTRA	LANCHONETE	9,00	063.403.934-20	10.288,07
ADU	005/2006	ESTAÇÃO RECIFE - ENTORNO	IEZO RORIZ ARAQUAN FILHO	SORVETE	3,00	022.661.294-57	2.419,18
ADU	003/2006	ESTAÇÃO RECIFE - HALL	JOÃO DE LIMA VIEIRA FILHO	CONCERTO CEL	4,00	189.892.504-63	5.452,52
ADU	016/2007	ESTAÇÃO RECIFE - HALL	MARIA AVANEIDE DE MELO	VENDA RELÓGIOS	6,00	339.830.114-20	7.725,09
TPU	032/1993	ESTAÇÃO AFOGADOS - ENTORNO	JOSÉ CARLOS MENDONÇA SANTOS	BANCA DE REVISTA	9,00	276.146.894-53	2.003,76
ADU	013/2007	ESTAÇÃO RECIFE - HALL	RUBENS GONÇALVES B. NETO	GRÁFICA RÁPIDA	3,00	052.288.214-57	1.923,14
ADU	009/2010	ESTAÇÃO RECIFE - HALL	LUCIANA P. TORRES	VENDA DE BOLOS	3,00	900.123.484-49	11.931,03
TPU	012/2006	ESTAÇÃO AFOGADOS - ENTORNO	ROGÉRIA C. NASCIMENTO	GUARANÁ AMA	6,00	892.831.204-34	2.178,20
TPU	003/2003	ESTAÇÃO STA LUZIA - ENTORNO	VALÉRIA DIAS TORRES	BANCA DE REVISTA	9,00	255.688.094-53	2.514,71
ADU	009/2006	ESTAÇÃO STA LUZIA - ENTORNO	VALDÊNIA MARIA DA SILVA	BOMBONIERE	3,00	025.743.184-55	1.066,47
TPU	019/1998	ENTORNO EDIFÍCIO SEDE STU-REC	MARIA JOSÉ DA SILVA VENTURA	LANCHONETE	9,00	223.950.084-00	1.549,53
TPU	038/2011	HALL EDIFÍCIO SEDE STU-REC	BANCO SANTANDER	BANCO	32,85	90.400.888/0001-42	16.361,01
TPU	017/2002	ENTORNO ESTAÇÃO WERNECK	JOSEFA ANA DE OLIVEIRA	BOMBONIERE	2,00	039.701.138-18	204,89
TPU	002/2004	ENTORNO ESTAÇÃO WERNECK	JOSÉ COUTINHO PEREIRA	LANCHONETE	9,00	934.458.148-72	2.129,41
ADU	006/2006	ENTORNO EDIFÍCIO SEDE STU-REC	FERNANDO P. DOS SANTOS	LANCHES	6,00	217.540.394-72	843,54
TPU	009/2006	ENTORNO ESTAÇÃO BARRO	ELIENE MONTEIRO DA SILVA LIMA	LANCHONETE	9,00	248.249.844-91	3.914,01
ADU	004/2006	HALL ESTAÇÃO BARRO	EZEQUIAS PEREIRA DA SILVA	CARTÕES TELE	3,00	143.005.914-15	5.036,66
TPU	016/1999	ENTORNO ESTAÇÃO TEJIPIÓ	JAILTON PAULO CLEMENTE	BANCA DE VER	9,00	374.645.234-15	2.174,41

CBTU		UTILIZAÇÃO DE BENS PATRIMONIAIS				ANO	
STU-REC						2015	
		ESTAÇÕES E OUTRAS EDIFICAÇÕES OPERACIONAIS				ANEXO 1	
INSTR. CONTR.		LOCALIZAÇÃO	AUTORIZADO	OBJETO	ÁREA m²	CNPJ	VALOR
TIPO	Nº/ANO					CPF	PRINC
ADU	004/2010	HALL ESTAÇÃO TEJIPIÓ	MARIA GORETTI DA SILVA	BOMBONIERE	3,00	507.411.444-68	1.146,16
ADU	030/2010	ENTORNO ESTAÇÃO TEJIPIÓ	JULIANA FURTADO MENEZES	SEMENTEIRA	9,00	047.505.084-38	2.396,17
ADU	002/2007	HALL ESTAÇÃO COQUEIRAL	JEAN RICARDO LUCENA LIPPO	BOMBONIERE	3,00	529.548.114-04	997,67
TPU	005/1996	HALL ESTAÇÃO CAVALEIRO	FARMÁCIA EMIGRANTES LTDA	FARMÁCIA	250,00	01.033.883/0001-07	10.118,76
TPU	018/1997	ENTORNO ESTAÇÃO CAVALEIRO	DAYSE OLIVEIRA DA SILVA	LANCHONETE	9,00	078.271.484-68	2.872,80
TPU	005/1998	ENTORNO ESTAÇÃO CAVALEIRO	JOSÉ MATIAS DE BRITO	CONCERTO ELET	65,00	099.045.904-34	1.955,84
TPU	008/2006	RUA MANOEL CONRADO 672 CAV.	ARTHMAN PRESENTES LTDA	GALPÃO/DEPÓSITO	451,08	05.539.807/0001-10	5.430,11
ADU	014/2009	ENTORNO ESTAÇÃO FLORIANO	MANASSES JOSÉ DA SILVA	LANCHONETE	20,00	032.579.434-07	734,27
TPU	010/2000	ENTORNO ESTAÇÃO ENG. VELHO	SÔNIA MARREIRA HERCULANO	FITEIRO	9,00	256.815.084-04	480,98
TPU	006/1995	ENTORNO ESTAÇÃO JABOATÃO	JANETE SOUZA GUEDES	LANCHONETE	9,00	476.963.544-34	2.235,87
TPU	024/1998	ENTORNO ESTAÇÃO JABOATÃO	JACQUELINE SILVA DE AZEVEDO	BANCA DE REVISTA	9,00	478.080.634-87	5.899,70
TPU	012/1998	ENTORNO ESTAÇÃO JABOATÃO	ARI DE ARRUDA CUNHA	LANCHONETE	9,00	078.271.484-68	7.263,98
TPU	004/2000	ENTORNO ESTAÇÃO JABOATÃO	JOSÉ VALTER SATURNO	LANCHONETE	9,00	03.392.114/0001-12	2.595,10
ADU	006/2007	ENTORNO ESTAÇÃO JABOATÃO	ANA CRISTINA DOS SANTOS	ARTIGOS PRES	9,00	268.744.664-53	3.561,68
ADU	005/2007	HALL ESTAÇÃO JABOATÃO	CONCEIÇÃO LEONEDJA CORREIA	BOLOS	5,78	032.065.794-90	5.054,72
ADU	004/2007	HALL ESTAÇÃO JABOATÃO	EZEQUIAS PEREIRA DA SILVA	CARTÕES TELE	8,26	143.005.914-15	7.679,06
ADU	008/2007	HALL ESTAÇÃO JABOATÃO	GISELDA SOUZA BORGES	BIJOUTERIAS	5,78	487.254.044-15	5.197,66
ADU	007/2007	HALL ESTAÇÃO JABOATÃO	GLAUCINEIDE JOSÉ DA SILVA	CONFECÇÃO	5,78	314.441.484-00	5.016,02
ADU	009/2007	HALL ESTAÇÃO JABOATÃO	MÔNICA PATRÍCIA DE LIMA	CONFECÇÃO	5,78	041.974.574-21	5.425,76
ADU	007/2006	ENTORNO ESTAÇÃO JABOATÃO	SEVERINO AMARO PAULO	PIPOQUEIRA	2,00	882.546.314-68	1.146,16
TPU	013/2006	ENTORNO ESTAÇÃO CURADO	EDILSON RICARDO DA SILVA	LANCHONETE	9,00	707.663.044-34	1.091,10
TPU	006/2001	HALL ESTAÇÃO RODOVIÁRIA	JANDIRA DE LUNA BEZERRA	ARMARINHO	6,00	992.876.094-20	2.409,12
TPU	011/2000	HALL ESTAÇÃO RODOVIÁRIA	ANTÔNIO LOPES P. FILHO	BANCA DE REVISTA	9,00	192.911.164-91	3.796,12
ADU	008/2006	HALL ESTAÇÃO RODOVIÁRIA	EZEQUIAS PEREIRA DA SILVA	CARTÕES TELE	3,00	143.005.914-15	4.986,40
ADU	015/2009	ENTORNO ESTAÇÃO PONTEZINHA	ARLETE ROSEMERE DOS SANTOS	MIUDEZAS	12,00	065.967.084-46	3.459,34
ADU	027/2010	ENTORNO ESTAÇÃO PONTEZINHA	JOSEFA ALEXANDRE DA SILVA	BOMBONIERE	3,00	234.909.854-00	980,32
ADU	007/2010	ENTORNO ESTAÇÃO PONTEZINHA	PAULO LUIZ RODRIGUES	FRUTARIA	3,00	410.498.104-49	869,89
TPU	001/2004	ENTORNO ESTAÇÃO CAMARAGIBE	RODOVIÁRIA METROPOLITANA	LANCHONETE	32,47	11.704.921/0001-51	6.702,94
TPU	001/2006	ENTORNO ESTAÇÃO CAMARAGIBE	RODOVIÁRIA METROPOLITANA 1-A	LANCHONETE	12,45	11.704.921/0001-51	6.679,20
TPU	001/2006	ENTORNO ESTAÇÃO CAMARAGIBE	RODOVIÁRIA MATROPOLITANA 1-B	LANCHONETE	12,45	11.704.921/0001-51	6.679,20
ADU	010/2007	HALL ESTAÇÃO CAMARAGIBE	EZEQUIAS PEREIRA DA SILVA	CARTÕES TELE	3,00	143.005.914-15	5.027,28
ADU	020/2007	HALL ESTAÇÃO CAMARAGIBE	GISELDA SOUZA BORGES	BIJOUTERIAS	3,00	487.254.044-15	4.882,96
ADU	014/2007	HALL ESTAÇÃO CAMARAGIBE	JOÃO DE LIMA VIEIRA FILHO	RASPA-RASPA	2,00	189.892.504-63	2.579,59
ADU	010/2008	HALL ESTAÇÃO CAMARAGIBE	MÔNICA PATRÍCIA DE LIMA	BOLOS	3,00	041.974.574-21	4.234,14
ADU	018/2009	HALL ESTAÇÃO CAMARAGIBE	MARIA AVANEIDE DE MELO	RELÓGIOS	3,00	339.830.114-20	5.667,00
TPU	001/2012	CMC - CAVALEIRO	CAF BRASIL IND. E COM. S/A	ESCRITORIO	200	02.430.238/0001-82	43.140,28
ADU	005/2013	ESTAÇÃO CABO	IVANILDA LOPES DA SILVA	BOMBONIERE	3	0.98.000.344-04	5.853,59
						TOTAL	314.180,97

OBS. : OS “AUTORIZADOS” NÃO PASSAM POR LICITAÇÃO VISTO QUE A EMPRESA SÓ USOU DESTE INSTRUMENTOS EM RELAÇÃO A ESCOLHA DO PERMISSIONÁRIO PARA OCUPAR OS REFEITÓRIOS DA EMPRESA.

OS VALORES ARRECADADOS COMO “RENDA EXTRA-OPERACIONAL” SÃO DEPOSITADOS EM CONTA DA UNIÃO

CBTU	UTILIZAÇÃO DE BENS PATRIMONIAIS
STU/REC	RECEITA NÃO OPERACIONAL
	RESIDÊNCIAS 2015

INSTR. CONTR.		LOCALIZAÇÃO	AUTORIZADO	TOTAL
TIPO	Nº/ANO			
PDU	005/1986	RUA MANOEL CONRADO, 442 CASA 03	DANIEL GOMES DA SILVA	1.739,70
PDU	017/1985	RUA MANOEL CONRADO, 442 CASA 01	CARLOS JOSÉ DA SILVA	2.374,11
PDU	003/2008	RUA MANOEL CONRADO, 442 CASA 11	JOÃO MANOEL PEREIRA	1.392,97
PDU	022/1987	RUA MANOEL CONRADO, 442 CASA 08	JEFERSON C. BARRETO	2.437,17
PDU	002/1994	RUA FALCÃO DE LACERDA, 462 TEJPIÓ	ANTÔNIO SOARES DA SILVA	2.708,51
PDU	001/2005	RUA MANOEL CONRADO, 442 CASA 10	PAULO FERREIRA DA SILVA	2.195,34
PDU	002/1995	RUA MANOEL CONRADO, 442 CASA 14	MARCOS DOS SANTOS SILVA	2.312,83
PDU	001/1997	RUA MANOEL CONRADO, 442 CASA 12	JOSIEL CELESTINO DOS SANTOS	2.253,23
PDU	002/1998	RUA MANOEL CAETANO BOM, 07 CABO	ANTONIO CAETANO DA SILVA	1.979,63
PDU	012/1998	ALTO DO INGLÊS, 03 CABO	JOSÉ VICENTE CÂNDIDO FILHO	1.929,50
PDU	001/1986	RUA MANOEL CONRADO, 442 CASA 15	DALMO ADELINO DOS SANTOS	1.359,40
PDU	007/1985	RUA MANOEL CONRADO, 442 CASA 07	ANTONIO MARIANO PAIVA	1.264,28
PDU	001/2000	RUA MANOEL CONRADO, 442 CASA 09	RÔMULO REGIS LINS	2.374,11
PDU	004/1986	RUA MANOEL CONRADO, 442 CASA 06	JOSÉ COELHO C. FILHO	2.195,34
			TOTAL GERAL	28.516,12

OBS.: CONSIGNAÇÃO EM FOLHA.

FONTE: GOPAT/STU-REC

Superintendência de Trens Urbanos de Natal

Locação de espaços nas estações STU-NAT

Estação Nova Natal - Francisco Assis – 004/2015 início abr/2015	160,00
Estação Extremoz - Maria Venis – 011/2015 início jun/2015	430,00
Estação Extremoz - Edvandes – 008/2015 início jun/2015	
Estação Extremoz - Edileuza – 007/2015 início mai/2015	
Estação Natal/Ribeira - Damião – 001/2015 início mar/2015	60,00

FONTE: STU-NAT

Superintendência de Trens Urbanos de João Pessoa

FORMALIZAÇÃO DE CESSÃO, PARA TERCEIROS, DE IMÓVEIS DA UNIÃO NA RESPONSABILIDADE DA UNIDADE

LOCADOR	CPF/CNPJ	Forma de Contratação	Documento	OBJETO	Contabilização	Benefícios Recebidos	Valor
José Arnaldo de Andrade Araújo	622.505.074-49	Cessão Direta	ADU 005/2014	Cantina Saguão Estação João Pessoa Jan/15	Receita Extra Operacional		R\$ 638,15
José Arnaldo de Andrade Araújo	622.505.074-49	Cessão Direta	ADU 005/2014	Cantina Saguão Estação João Pessoa Feb/15	Receita Extra Operacional		R\$ 638,15
José Arnaldo de Andrade Araújo	622.505.074-49	Cessão Direta	ADU 005/2014	Cantina Saguão Estação João Pessoa Mar/15	Receita Extra Operacional		R\$ 638,15
José Arnaldo de Andrade Araújo	622.505.074-49	Cessão Direta	ADU 005/2014	Cantina Saguão Estação João Pessoa Abr/15	Receita Extra Operacional		R\$ 638,15
José Arnaldo de Andrade Araújo	622.505.074-49	Cessão Direta	ADU 005/2014	Cantina Saguão Estação João Pessoa Mai/15	Receita Extra Operacional		R\$ 638,15
José Arnaldo de Andrade Araújo	622.505.074-49	Cessão Direta	ADU 005/2014	Cantina Saguão Estação João Pessoa Jun/15	Receita Extra Operacional		R\$ 638,15
José Arnaldo de Andrade Araújo	622.505.074-49	Cessão Direta	ADU 005/2014	Cantina Saguão Estação João Pessoa Jul/15	Receita Extra Operacional		R\$ 638,15
José Arnaldo de Andrade Araújo	622.505.074-49	Cessão Direta	ADU 004/2015	Cantina Saguão Estação João Pessoa Ago/15	Receita Extra Operacional		R\$ 696,76
José Arnaldo de Andrade Araújo	622.505.074-49	Cessão Direta	ADU 004/2015	Cantina Saguão Estação João Pessoa Set/15	Receita Extra Operacional		R\$ 696,66
José Arnaldo de Andrade Araújo	622.505.074-49	Cessão Direta	ADU 004/2015	Cantina Saguão Estação João Pessoa Out/15	Receita Extra Operacional		R\$ 696,66
José Arnaldo de Andrade Araújo	622.505.074-49	Cessão Direta	ADU 004/2015	Cantina Saguão Estação João Pessoa Nov/15	Receita Extra Operacional		R\$ 696,66
José Arnaldo de Andrade Araújo	622.505.074-49	Cessão Direta	ADU 004/2015	Cantina Saguão Estação João Pessoa Dez/15	Receita Extra Operacional		R\$ 696,66
José Arnaldo de Andrade Araújo	622.505.074-49	Cessão Direta	ADU 004/2015	Cantina Saguão Estação João Pessoa Jan/16	Receita Extra Operacional		R\$ 696,66
São Braz S/A Indústria e Comércio de Alimentos	08.811.226/0019-03	Cessão Direta	ADU 004/2014	Cessão de Infraestrutura de Linha para passagem de tubulação	Receita Extra Operacional		R\$ 356,97
Companhia de Água e Esgotos da Paraíba – CAGEPA	09.123.654/0001-87	Cessão Direta	ADU 002/2014	Cessão de Infraestrutura de Linha para passagem de tubulação	Receita Extra Operacional		R\$ 356,97
Companhia de Água e Esgotos da Paraíba – CAGEPA	09.123.654/0001-87	Cessão Direta	ADU 003/2014	Cessão de Infraestrutura de Linha para passagem de tubulação	Receita Extra Operacional		R\$ 1.463,60
Companhia de Água e Esgotos da Paraíba – CAGEPA	09.123.654/0001-87	Cessão Direta	ADU 005/2015	Cessão de Infraestrutura de Linha para passagem de tubulação	Receita Extra Operacional		R\$ 747,09
Global JJE Saúde e Serviços Ltda – ME	18.758.865/0001-87	Cessão Direta	ADU 002/2015	Cessão de 1m2 da área do saguão da Estação João Pessoa para instalação de stand de vendas	Receita Extra Operacional		R\$ 97,09
Caixa Econômica Federal		Cessão Direta		Cessão de 1m2 da área do saguão da Estação João Pessoa para instalação de stand de vendas	Receita Extra Operacional		R\$ 99,43
JR CRED FÁCIL		Cessão Direta		Cessão de 1m2 da área do saguão da Estação João Pessoa para instalação de stand de vendas	Receita Extra Operacional		R\$ 99,43
TOTAL DO EXERCÍCIO							R\$ 11.867,69

Observação:

Os recursos arrecadados através da locação dos imóveis acima descritos são contabilizados como Receita Extra Operacional e são aplicados no pagamento dos compromissos com fornecedores de

Fonte: STU-JOP

Superintendência de Trens Urbanos de Maceió

a) Locados de Terceiros

Atualmente a STU/MAC não possui nenhum imóvel Locado a terceiros para uso da unidade.

b) Formalização de cessão, para terceiros, de imóveis da União na responsabilidade da unidade

A forma de contabilização e depósito na conta única da união, a utilização e para pagamento de despesas desta STU.

CONTROLE DE TPU'S - 2016		
NOME	MODALIDADE	VALOR
ROSA MARIA DOS SANTOS	TPU - 005/00 COMERCIAL	R\$ 58,00
WALNER MAGALHÃES M. FILHO	TPU - 003/99 COMERCIAL	R\$ 422,00
JOSEFA DA CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA	TPU - 002/02 COMERCIAL	R\$ 48,00
JARBAS COSTA LOUREIRO *	TPU - 002/98 COMERCIAL	R\$ 137,00
IZAIAS ALVES DA SILVA	TPU - 006/99 COMERCIAL	R\$ 58,00
ROBERVAL DA SILVA	TPU - 002/14 COMERCIAL	R\$ 20,00
MARINETE BALBINO DOS SANTOS	TPU - 004/13 COMERCIAL	R\$ 48,00
RAINER MISTERDAM DA MOCA	TPU - 001/14 CASA	R\$ 130,00
JOSÉ ADRIANO DOS SANTOS	TPU - 003/01 CASA	R\$ 127,00
STENIO SANTOS DE OLIVEIRA	TPU -008/02 CASA	R\$ 116,00
ANTONIO DE OLIVEIRA LIMA	TPU - 006/00 CASA	R\$ 137,00
BANDEIRANTES EXIBIDORA DE CARTAZES ALAGOANA LTDA	TPU - 001/07 OUTDOOR	R\$ 845,00

6.2.1.5 – Despesas de manutenção e qualidade dos registros contábeis relativamente aos imóveis

Administração Central

Há, apenas, pagamentos com despesas de água e luz do imóvel sito à Estrada Velha da Tijuca, 77, Usina, Rio de Janeiro, RJ, que está cedido à SPU.

Esse imóvel não foi, ainda, totalmente ocupado e espera a formalização final do Termo de Cooperação entre os interessados pela sua ocupação.

Após isso se fará o rateio proporcional de todas as despesas relativas a manutenção e funcionamento do imóvel.

Superintendência de Trens Urbanos de Belo Horizonte

PROC	APDI	OBJETO	ND	Nº EMPENHO	VALOR "NE"
0159/15	COACO/002/2015	CONSULTORIA TECNICA EM VIA PERMANENTE PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO DE ENGENHARIA PARA ADEQUACAO DO GABARITO DE PLATAFORMA A CIRCULACAO DOS TUES	339035-01	2015NE000656	29.988,00
2963/14	14/14	FABRICAÇÃO, DESMONTAGEM, MONTAGEM, E SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS PARA O ELEVADOR EL2841 DA ESTAÇÃO VILARINHO	339039-16	2015NE000418	15.982,98
2833/14	13/14	FABRICAÇÃO, DESMONTAGEM, MONTAGEM, E SUBSTITUIÇÃO DOS INTERCOMUNICADORES DOS ELEVADORES ELS039583/8 E ELS039582-0	339039-16	2015NE000304	13.602,74
0170/15	0170/15	AMORTECEDOR DO BLOQUEIO DAS ESTACOES	339030-25	2015NE000573	13.600,00
0380/15	0001/15	SERVIÇO DE ENGENHARIA PARA SUBSTITUIÇÃO DAS PORTAS DE ACO TIPO ENROLAR DA LINHA DE BLOQUEIOS D ESTAÇÃO MINAS SHOPPING	339039-16	2015NE001574	11.968,83
2932/15	COACO/002-2015	INSTALACAO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO NO CENTRO DE CONTROLE OPERACIONAL	339039-16	2015NE003304	8.000,00
1304/15	1304/15-COGES	LOTES: HIDRÁULICA, FERRAGEM, PINTURA, CONSTRUCAO E PONTALETE	339030-24 E 39	2015NE002220	7.476,95
2588/15	10/15-GOSIP	SERVIÇO DE ENGENHARIA PARA RECUPERAÇÃO DA TORRE DE RESFRIAMENTO DO SISTEMA DE AR CONDICIONADO DO PRÉDIO DO CCO.	339039-17	2015NE002931	7.000,00
0296/15	0296/15-COGES	COMPENSADO, PONTALETE E TÁBUA	339030-24	2015NE002199 2015NE002200	6.765,75
2512/15	02512/15-COARM	TELHA GALVANIZADA E PERFIL "U"	339030-24	2015NE003549	6.545,36
2198/14	004/COVIP-2014	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO NO TELHADO DAS SALAS DA COFEM E ALMOXARIFADO NO PSG	339030-24	2015NE000574	5.863,00
0421/15	0421/15-COGES	MANGUEIRA E CONEXÕES PNEUMÁTICAS (AR CONDICIONADO)	339030-24	2015NE002826	3.498,01
1993/15	1993/15-COGES	MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO, PISO PODOTATIL, ACESSÓRIOS PARA PORTA DE VIDRO	339030-24	2015NE003022 2015NE003032 2015NE003255	2.586,50
1154/15	05-15/COPEM	MATERIAIS PARA INSTALAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DO VÍDEO WALL DA SALA DE MONITORAMENTO DO CCO-COSOP.	339030-26	2015NE002653 2015NE002661	2.578,65
1330/15	1330/15	RESINA POLIESTER E PÓ ESTANHANTE	339030-25	2015NE002239 2015NE002240	1.854,04
0191/15	0191/15-COGES	TINTAS PREDIAIS, PINCEL E PRIMER	339030-24	2015NE002135	1.056,10
0418/15	03/15 GOSIP	SERVICO PARA FABRICAÇÃO, DESMONTAGEM E SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS PARA O ELEVADOR ELS146250 DO TERMINAL DE ÔNIBUS LESTE DE USG	339039-16	2015NE000794	690,75

PROC	APDI	OBJETO	ND	Nº EMPENHO	VALOR "NE"
1408/15	1408/15	SILICONE VULCANIZANTE	339030-25	2015NE002192	688,54
2785/14	2785/14	MATERIAL PARA RECUPERAÇÃO DE COMPRESSOR DO SISTEMA DE AR CONDICIONADO DA SALA DE CONTROLE DO CCO	339030-26	2015NE000654	455,76
2044/15	2044/15-GOSIP	ESPELHOS PARA ESTACIONAMENTO DO EDIFÍCIO SEDE	339030-24	2015NE003334	320,00
0417/15	02/15 GOSIP	SERVIÇO PARA FABRICAÇÃO, DESMONTAGEM E SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS PARA A ESCADA ROLANTE EER900807 DO TERMINAL DE ÔNIBUS LESTE DE USG	339039-16	2015NE000772	276,39
1994/15	1994/15 - GOSIP	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DO AR CONDICIONADO	339030-25	2015NE002597	262,81
2325/15	2325/15-GOSIP	CHUMBADORES PARA INSTALACAO DE GRADES DE PROTECAO	339030-24	2015NE002767	250,00
1717/15	03/15 - GOSIP-EDAP	SERVIÇO DE FABRICACAO, DESMONTAGEM, MONTAGEM E SUBSTITUICAO DE PECAS PARA PORTA DO ELEVADOR ELS039587-0 DA ESTACAO VILARINHO	339039-16	2015NE002575	240,39
0184/15	0184/15-COGES	TUBO PVC, TELHA, PREGO, DOBRADIÇA, PISO PODOTÁTIL, E MATERIAL PARA PORTA DE VIDRO	339030-24	2015NE001900	122,10
TOTAL					141.673,65

PROC	APL	OBJETO	ND	Nº EMPENHO	VALOR "NE"
2648/14	08/COAC O/14	SERVIÇO DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE GRADIS DE PROTEÇÃO LATERAL NA PASSARELA DE LIGAÇÃO DA ESTAÇÃO LAGOINHA À AV. ANTÔNIO CARLOS, SOBRE AS VIA DO METRÔ DE BELO HORIZONTE.	339039-16	2015NE000330	42.095,37
2155/15		LAMPADAS E REATORES	339030-26	2015NE002689	39.515,15
2141/15		MATERIAL DE CONSTRUCAO CIVIL	339030-24	2015NE002574	22.939,70
1287/15		LÂMPADAS, REATORES E SOQUETES	339030-26	2015NE002108	15.442,20
2074/15		MATERIAL HIDRÁULICO	339030-24	2015NE002516	12.194,69
0125/15		MATERIAL DE CONSTRUÇÃO	339030-24	2015NE000206	10.845,00
0205/15		MATERIAL DE PINTURA PREDIAL	339030-24	2015NE000257	6.846,00
0207/15		MATERIAL DE ILUMINACAO	339030-26	2015NE000285	5.520,00
0441/15		CADEADOS E FECHADURAS	339030-24	2015NE000514	5.090,48
1561/15		MATERIAL DE CONSTRUÇÃO	339030-24	2015NE001868	4.736,00

PROC	APL	OBJETO	ND	Nº EMPENHO	VALOR "NE"
0620/15		TINTAS P/ PREDIOS	339030-24	2015NE000876	4.179,90
0208/15		BARRAS DE ACO (VERGALHOES)	339030-24	2015NE000299	3.744,70
1289/15		TUBOS, CONEXÕES, REGISTROS, METAIS E ACESSÓRIOS HIDRÁULICOS (MATERIAL HIDRÁULICO)	339030-24	2015NE002093	3.152,91
0628/15		LÂMPADAS	339030-26	2015NE001788	3.139,55
2200/15		CIMENTO	339030-24	2015NE002613	2.751,00
1285/15		MATERIAL DE CONSTRUÇÃO CIVIL	339030-24	2015NE002109	1.266,40
1114/15		MATERIAL HIDRÁULICO	339030-24	2015NE001192	993,38
0214/15		CADEADOS E FECHADURAS	339030-24	2015NE000337	844,75
0624/15		MATERIAL DE CONSTRUÇÃO	339030-24	2015NE001703	440,80
0629/15		MATERIAL HIDRÁULICO	339030-24	2015NE001786	224,04
TOTAL			TOTAL	TOTAL	185.962,02

Fonte: GIPLA/STU-BH

Superintendência de Trens Urbanos de Recife

O SIAFI não disponibiliza centros de custos que discriminem despesas de manutenção e conservação, por localização. Estamos encaminhando os valores totais de manutenção e reformas de bens imóveis.

DESPESAS COM MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	2015/SIAFI
333903024 - material p/ manut.de bens imóveis e instalacoes	597.733,09
333903054 - material p/manut.conserv.de estradas e vias	2.678.101,76
SUBTOTAL - MATERIAL	3.275.834,85
333903916 - manutencao e conserv. de bens imóveis	1.509.449,73
333903921 - manutencao e conserv. de estradas e vias	6.010.320,34
SUBTOTAL - SERVIÇOS	7.519.770,07
TOTAL MANUTENÇÃO (CUSTEIO)	

344905192 - refeitório edifício sede - Areias	29.032,37
TOTAL REFORMA (CAPITAL / INSTALAÇÕES)	29.032,37

TOTAL GERAL DESPESAS REFORMA / MANUTENÇÃO	10.824.637,29
Fonte: GIAFI/STU-REC.	

Superintendência de Trens Urbanos de Natal

A STU-NAT indica na própria planilha de cadastro as despesas com manutenção e reforma

Superintendência de Trens Urbanos de João Pessoa

As despesas de manutenção estão registradas contabilmente de forma satisfatória. Em alguns casos não é possível individualizar os gastos por imóvel, sendo necessário o rateio de forma aleatória, visto que não existem centros de custo no SIAFI que permitam tal informação.

Descrição	Localização	Despesas com Manutenção
Estação de Santa Rita	Praça Venancio Neiva, 158	54.300,74
Estação de Cabedelo	Rua Cleto Campelo s/n	11.391,48
Almoxarifado de Cabedelo	Rua Cleto Campelo s/n	11.391,48
Oficina de Cabedelo	Rua Cleto Campelo s/n	13.000,00
Prédio Adm. de João Pessoa	Praça Napoleão Laureano 01	49.995,59
Total		140.079,29

Fonte: STU-JOP

Superintendência de Trens Urbanos de Maceió

	Gastos											
Estação	jan/15	fev/15	mar/15	abr/15	mai/15	jun/15	jul/15	ago/15	set/15	out/15	nov/15	dez/15
Lourenço			R\$ 33,84			R\$ 8,04		R\$ 5,94	R\$ 124,84	R\$ 796,75	R\$ 29,08	
Rio Largo								R\$ 35,57	R\$ 280,04	R\$ 41,90		
Gustavo Paiva									R\$ 280,84			R\$ 32,47
Utinga						R\$ 46,72						
Satuba			R\$ 75,91						R\$ 206,65			
Rio Novo												
ABC										R\$ 304,64		
Fernão Velho				R\$ 11,52					R\$ 102,51			R\$ 47,65
Goiabeira												
Sururu de capote			R\$ 288,94									
Bebedouro				R\$ 48,06			R\$ 382,15				R\$ 418,33	
Mutange			R\$ 365,79					R\$ 229,65				
Bom Parto				R\$ 1.109,44	R\$ 1.141,74					R\$ 465,44		
Mercado						R\$ 31,47			R\$ 280,04			
Sede		R\$ 1.956,72	R\$ 1.294,20	R\$ 2.090,45	R\$ 409,46	R\$ 745,45	R\$ 5.020,37	R\$ 3.591,69	R\$ 3.241,92	R\$ 3.436,21	R\$ 337,99	R\$ 648,17
Jaraguá									R\$ 41,53	R\$ 417,57	R\$ 1.580,87	R\$ 2.534,50
Geral Material												
Total	R\$ -	R\$ 1.956,72	R\$ 2.058,68	R\$ 3.259,47	R\$ 1.551,20	R\$ 831,68	R\$ 5.402,52	R\$ 3.862,85	R\$ 4.558,38	R\$ 5.462,49	R\$ 2.366,27	R\$ 3.262,79
Mão de obra	R\$ 6.021,11	R\$ 14.138,27	R\$ 14.138,27	R\$ 14.138,27	R\$ 14.138,27	R\$ 14.138,27	R\$ 14.230,93	R\$ 13.953,95	R\$ 3.858,71	R\$ 27.039,56	R\$ 29.494,69	R\$ 24.803,21
Total da nota	R\$ 6.021,11	R\$ 16.094,99	R\$ 16.196,95	R\$ 17.397,74	R\$ 15.689,47	R\$ 14.969,95	R\$ 19.633,45	R\$ 17.816,80	R\$ 8.417,09	R\$ 32.502,05	R\$ 31.860,96	R\$ 28.066,00
Gasto médio mensal total	R\$ 21.917,59											

Fonte: STU-MAC

6.2.1.6 – Riscos relacionados à gestão dos Imóveis e controles para sua mitigação:

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

Conforme citado no item “ocorrência e os atos de formalização de cessão para terceiros”, o imóvel de propriedade da CBTU está sob a guarda da Secretaria do Patrimônio da União através do Termo de Cessão Provisória de Uso Gratuito por 25 (vinte e cinco) anos.

Há riscos físicos iminentes no imóvel que só cessarão com a constituição de uma administração unificada e definida desse patrimônio e que está dependendo da finalização do Termo de Cooperação.

Fonte: GEPAT/GASER/DA

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE BELO HORIZONTE

A gestão dos imóveis ficaria comprometida com a destruição do arquivo documental do patrimônio imobiliário da STU/BH, a exemplo do incêndio ocorrido em 2013 na Gerência de Patrimônio – GOPAT.

Diante da necessidade de refazer o arquivo de documentos do patrimônio imobiliário da STU/BH, foi solicitado ao setor competente, por meio do memorando 127/13-GOPAT de 07 de outubro de 2013, o desarquivamento, junto à Justiça Federal, dos processos referentes a esses imóveis.

Outra medida importante é a conclusão dos lançamentos dos imóveis no Sistema SPIUnet.

Fonte: STU-BH

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE RECIFE

Não houve manifestação da unidade

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE NATAL

Não houve manifestação da unidade

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE JOÃO PESSOA

Todos os imóveis de uso da Unidade Jurisdicional estão em uso, exceto os que ainda dependem de incorporação e liberação pela RFFSA, como por exemplo a casa de troller. Portanto, não existem riscos potenciais quanto à gestão dos imóveis administrados pela UJ.

Fonte: STU-JOP

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE MACEIÓ

Não houve manifestação da unidade

6.2.2 - Informações sobre Imóveis Locados de Terceiros

Observação: A CBTU não ocupa bens imóveis de uso especial locados de terceiros.

Fonte: GEPAT/GASER/DA

6.3 - Gestão da Tecnologia da Informação

6.3.1 - Principais Sistemas de Informações

Quadro A.6.3.1.A - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

SISTEMAS PRÓPRIOS	OBJETIVOS	PRINCIPAIS FUNCIONALIDADES	RESPONSÁVEL TÉCNICO	RESPONSÁVEL ÁREA DE NEGÓCIO	CRITICIDADE PARA UNIDADE (IMPACTO)
Acesso CBTU	Gerenciar direitos de acessos aos sistemas (VB.NET)	Controle acesso aos Sistemas	Luciana Monteiro e Paulo Fernandes	Controle Interno – GEINF	Baixa
Controle de Acesso	Gerenciar direitos de acessos aos Sistemas (VB6)	Controle acesso aos Sistemas	Luciana Monteiro e Paulo Fernandes	Controle Interno – GEINF	Baixa
SISAU	Atendimento ao usuário	Substituído pelo Sisac	-	-	Desativado
SISAFWEB	Controle de contratos	Cadastro e acompanhamento dos Pagamentos	Luciana Monteiro e Paulo Fernandes	Celestino Guimarães/ GEFIN, Mônica Ramalho/GEFIC e Thiago Moreira/ GAJUR	Alta
SISGARWEB	Controle de garantias do contrato	Cadastro e acompanhamento das Garantias	Luciana Monteiro e Paulo Fernandes	Mônica Ramalho/ GEFIC	Alta
Fitoteca	Controle das mídias do GEINF	Cadastro e consultas das mídias	Luciana Monteiro e Paulo Fernandes	Tiago Veloso/ CEOPA	Baixa
Protocolo	Controle de andamento dos documentos	Cadastro e acompanhamento de Documentos e Processos	Luciana Monteiro e Paulo Fernandes	Marcos Galindo/ DA	Alta
Resolução	Controle e publicações das resoluções	Cadastro e Consultas das Resoluções	Luciana Monteiro e Paulo Fernandes	Marcos Galindo/ DA	Alta
Temporalidade Documentos	Manutenção dos documentos	Cadastro e Consultas Tabela de Temporalidade de Documentos	Luciana Monteiro e Paulo Fernandes	Everton Nascimento/ GEDES	Baixa
Temporalidade Documentos Intranet	Consulta na Intranet	Consulta Tabela de Temporalidade de Documentos	Luciana Monteiro e Paulo Fernandes	Everton Nascimento/ GEDES	Baixa

Controle Micros	Controle dos micros da CBTU	Cadastro e Consultas de todos os computadores da CBTU	Luciana Monteiro e Paulo Fernandes	Marcelino Migon/GEINF	Baixa
Empresas Suspensas	Empresas suspensas para Licitação	Consulta Empresas Suspensas de Licitar e Contratar	Luciana Monteiro e Paulo Fernandes	José Elder/GALIC	Média
Hotéis	Administração das informações dos hotéis conveniados	Cadastro e Consultas hotéis com Convênio com a CBTU	Luciana Monteiro e Paulo Fernandes	Carlos Alberto/GEAPO	Baixa
AUDITT	Controle de acórdãos do TCU	Cadastro e consultas de acórdãos do TCU	Luciana Monteiro e Paulo Fernandes	Alcione Menezes/Auditoria	Baixa
Pensão	Pagamentos dos pensionistas	Cadastro e Pagamentos dos Pensionistas de Acidentes Ferroviários	Francesco Molinaro	Osmar Emmerick/GEPAF	Alta
SISOC	Controle e emissão de Ordens de Compras	Cadastro, Consultas e Emissão das Ordens de Compras	Francesco Molinaro	Carlos Alberto/GEAPO	Alta
SISOCBIB	Controle e emissão de Ordens de Compras (bib)	Cadastro, Consultas e Emissão das Ordens de Compras da Biblioteca	Francesco Molinaro	Everton Nascimento/GEDES	Alta
SISAPLIC	Controle das aplicações financeiras	Consultas e Acompanhamentos das Aplicações Financeiras	Francesco Molinaro	Celestino Guimarães/GEFIN	Alta
SISMAT	Sistema de Materiais	Acompanhamento de Entradas e Saídas de Materiais do Almoxarifado	Francesco Molinaro	Luiz Miniguelli/ALMOX	Média
Melhoria	Sistema de Melhoria por Merecimento	Avaliação de desempenho e Progressão Salarial	Alexandre Bizet	Tatyana Azevedo/GEDES	Alta
Custos	Cálculo dos custos da CBTU	Cálculo dos Custos Operacionais e não Operacionais	Alexandre Bizet	João Gouveia/GECOC	Alta
Balancete	Situação contábil	Gerar a Situação contábil da CBTU	Alexandre Bizet	João Gouveia / GECOC	Alta
Portal	Site da CBTU e Intranet	Ferramenta de apresentação de informações e notícias da CBTU para a sociedade e para sua força de trabalho	Luciano Melo	Letícia Motta/GEMAK	Alta
Consulta de Instrumentos Contratuais	Acompanhamento dos contratos	Consultas de contratos e seus pagamentos	Alexander Pinnock	Mônica Ramalho/GEFIC	Baixa
SIG	Realizar o planejamento, acompanhamento e controle dos projetos de engenharia da empresa.	Organizar, controlar, disponibilizar, gerar informações gerenciais e oferecer aos gerenciadores de empreendimentos uma ferramenta de auxílio nas tarefas de acompanhamento dos progressos físico e financeiro, aplicação de recursos e cumprimento de metas.	Gustavo Luiz/CESUP	Gustavo Luiz/CESUP	Alta

SISTEMAS CONTRATADOS	OBJETIVOS	PRINCIPAIS FUNCIONALIDADES	ORIGEM	RESPONSÁVEL ÁREA DE NEGÓCIO	CRITICIDADE PARA UNIDADE (IMPACTO)
MentoRH	Sistema de Gerenciamento de Recursos Humanos	Gerar Folha de Pagamento da CBTU	OSM	Jonathan Costa/ GAREH	Alta
Controle de Bens Patrimoniais (SISPRO)	Administração do Patrimônio da Empresa, através do Completo Controle Físico, Contábil e Gerencial dos Bens	Consultas e Acompanhamento de Bens Patrimoniais da CBTU	SISPRO	Iran Tavares/ GEPAT	Alta
SISOBI	Controle de Óbitos dos Pensionistas	Informação dos Óbitos dos Pensionistas	DATAPREV	Osmar Emmerick / GEPAF	Alta
SISBACEN	Conjunto de recursos de tecnologia da informação, interligados em rede, utilizado pelo Banco Central na condução de seus processos de trabalho.	Informações para Análise Econômicas	SERPRO	Paulo Roberto/ GAFIN	Alta
SOFTWARE LIVRE	OBJETIVOS	PRINCIPAIS FUNCIONALIDADES	RESPONSÁVEL TÉCNICO	RESPONSÁVEL ÁREA DE NEGÓCIO	CRITICIDADE PARA UNIDADE (IMPACTO)
GLPI (SISAC)	Sistema de Abertura de Chamados	Abertura de chamados e integração com o inventário (OCS)	Tiago Veloso	Tiago Veloso	Média
OCS	Sistema de Inventário	Inventário de hardware e software das estações de trabalho	Tiago Veloso	Tiago Veloso	Baixa
Expresso	Sistema de Webmail	Gerenciamento de e-mails, contas e listas de envio	Alexander Pinnock	Tiago Veloso	Alta
GEPnet	Sistema Gestor de Escritório de Projetos	Gerenciamento de cronogramas dos projetos prioritários do Planejamento Estratégico da CBTU	Fabricio Mendes/ GEPET	Fabricio Mendes/ GEPET	Média

Quadro A.6.3.1.B - SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE BELO HORIZONTE

SISTEMAS CONTRATADOS	OBJETIVOS	PRINCIPAIS FUNCIONALIDADES	ORIGEM	RESPONSÁVEL ÁREA DE NEGÓCIO	CRITICIDADE PARA UNIDADE (IMPACTO)
ERP TOTVS 11	Software de gestão e integração de dados e processos	Controladoria e Finanças; Gestão de Estoque; Controle de Almoxarifado e Recebimento; Manutenção Industrial; Compras; Orçamento;	TOTVS	Jackson Viveiros/ COINF	Alta
INFOMOV	Controle de horário de saída dos trens	Controle de escalas de maquinistas	José Geraldo	Jackson Viveiros/ COINF	Alta

Fonte: STU-BH

Quadro A.6.3.1.C - SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE RECIFE

SISTEMAS PRÓPRIOS	OBJETIVOS	PRINCIPAIS FUNCIONALIDADES	RESPONSÁVEL TÉCNICO	RESPONSÁVEL ÁREA DE NEGÓCIO	CRITICIDADE PARA UNIDADE (IMPACTO)
CDB	Controlar e abastecer bilhetes nas estações	Cadastro de Tipos de Bilhetes; Cadastro das Fontes de Venda; Controle do Abastecimento; Consultas e Relatórios diversos, entre outras.	Osvaldo Nascimento	Robertson	Desativado
CHB	Pesquisa de bilhetes embarque e desembarque nas estações	Controla os embarques e desembarques dos usuários nas estações	Osvaldo Nascimento	COPIN	Baixa
SISCONFER	Controlar compra, manuseio e liberação de ferramentas nas oficinas	Cadastro de Ferramentaria; Cadastro das Oficinas; Registro da utilização de ferramentas; Consulta disponibilidade ferramentas, entre outras.	Osvaldo Nascimento	-	Desativado
SCO	Controlar e acompanhar as ocorrências com (usuário, funcionário, etc.) no âmbito da STU-REC	Cadastro de diversos tipos de ocorrências (linha sul, linha centro, linha diesel), bilheteria, estação, contratada, encaminhamento, tipo, envolvido, natureza, etc.	Osvaldo Nascimento	COSEG	Média
PROTO	Controlar e acompanhar tramitação de documentos nas áreas da STU-REC	Cadastro de usuários, tipo de documentos, órgãos interno e externo, digitação de documentos, consultas e relatórios	Osvaldo Nascimento	STU-REC	Média

RVE	Controlar a venda de bilhetes nas estações (linha sul, linha centro, linha diesel)	Cadastro de bilhetes, vale transporte, estações, empresas terceirizadas, consultas, relatórios (resumo financeiro, resumo por estação, caixa menor, bilhetes EMTU/CBTU)	Osvaldo Nascimento	COARC	Média
SITRANS	Controlar frota interna e externa de veículos da STU-REC	Cadastro de veículos, componentes, componentes do veículo, tipo de pneus, situação dos pneus dos veículos, baterias, motor, fabricantes, motoristas, tipos de serviços, lubrificação, estabelecimentos, oficinas, acidentes, multas, revisões (periódicas, garantias), controle de MDM, controle de RDF, controle de BDV (emissão, defeitos do veículo), SVS (solicitação de veículos a serviço), consumo, manutenção, relatório do consumo por veículo, etc.	Osvaldo Nascimento	Enilson/ COSER	Média
SVT	Controlar e acompanhar a distribuição de vale transporte dos funcionários das áreas da STU-REC, conforme escala de trabalho.	Cadastro de empregado, apontador, órgão, classe, escala, nível, tipo de vale, rubrica, exportação de arquivo txt para EMTU, digitação de AMO, geração da tabela de vale com desconto (ano/mês/órgão),	Osvaldo nascimento	COASS	Média
SCT	Controlar e acompanhar os treinamentos efetuados pelos funcionários da STU-REC	Cadastro de treinando, tipos de eventos, eventos, programa, fonte, tipo de despesa, cursos, instrutor, despesas, treinamento, etc.	Osvaldo Nascimento	COREH	Baixa
SCE	Controlar a vigência dos estágios concedidos pela STU-REC.	Cadastro do Estagiário; controle da vigência do Estágio; Emissão de Relatórios diversos, entre outras.	Emanuel Souza	Emanuel Souza	Baixa
SPV	Controlar entrada e saída dos veículos no estacionamento interno da STU-REC.	Cadastro de Empregados; Cadastro de Veículos; Cadastro de órgãos internos e externos; cadastro de entradas e saídas de veículos; Relatórios diversos; Geração de Código de Barras para serem adesivados aos veículos dos empregados; entre outras.	Áurea Teti	Joelson Chaves	Baixa
SCI	Controlar o parque de informática da STU-REC.	Cadastro dos equipamentos ligados à rede da CBTU/STU-REC; Controle de IP; entre outras.	Áurea Teti	Dartson Peixoto	Média
SIPAG	Controlar os pagamentos a fornecedores que tiveram a retenção da Lei (IR + PIS + COFINS + CSLL), gerando o demonstrativo de receita/retenção no final do exercício e envelopes com os dados dos fornecedores, para o envio. OBS: Será substituído pela funcionalidade do Protheus/Financeiro.	Cadastro de Fornecedores; Cadastro dos Títulos pagos e respectivas retenções; Emissão do Demonstrativo das Receitas e Retenções; Emissão dos Envelopes para envio dos demonstrativos; Emissão de Relatórios diversos; entre outras	Áurea Teti	Erickson Pires	Média
SPC	Controlar a cessão de empregados da STU/REC e emitir as faturas de cobrança às diversas instituições públicas.	Cadastro de Empregados Cedidos; Cadastro dos Órgãos Externos; Controle das Cessões; Emissão de Faturas de Cobrança; entre outras.	Áurea Teti	Mário Porfírio	Baixa

SISTEMAS CONTRATADOS	OBJETIVOS	FUNCIONALIDADES	ORIGEM	RESPONSÁVEL TÉCNICO	RESPONSÁVEL ÁREA DE NEGÓCIO	CRITICIDADE PARA UNIDADE (IMPACTO)
OUVIDORIA	Abertura de um canal de comunicação com nossos usuários, através do registro, avaliação, encaminhamento e resposta a manifestos dirigidos à CBTU/STU-REC, garantindo o sigilo e anonimato, quando solicitado.	Cadastro dos Manifestos pela Atendente ou Usuário via web; Classificação do Manifesto e Encaminhamento às áreas; Controle do Status do Manifesto; Controle do tempo de resposta; Emissão de e-mail respondendo ao manifestante; Relatórios estatísticos diversos; entre outras.	NETMAKE	Áurea Teti, Juliano Severino da Silva e Samuel de Sales Barbosa	Marcelo Nóbrega	Média
ERP-PROTHEUS / MÓDULO MANUTENÇÃO DE ATIVOS	Propiciar uma administração do processo de manutenção, integrado com a gestão de materiais, permitindo um controle efetivo de todos os insumos necessários para a sua execução, como itens de estoque, ferramentas e equipamentos, além de gerir a disponibilidade de mão de obra. Determina os custos, os contabiliza e registra o histórico das manutenções.	Cadastro de Bens; Estrutura de um Bem; Controle das Manutenções Corretivas e Preventivas (serviço a um bem; previsão de parada do bem; insumos; e checklist); Custos (insumos diversos, com mão de obra e materiais); Planejamento (elimina OS repetidas; tempo execução de tarefas; log de problemas)	TOTVS	Leônidas Mayer	Audifax Filho	Média
ERP-PROTHEUS / MÓDULO DE INSPEÇÃO DE ENTRADAS	O módulo Inspeção de Entrada é parte integrante do Quality Protheus - Sistema de Garantia da Qualidade - série 9000, é um produto voltado a dar subsídios ao processo de garantia da Qualidade, de acordo com os requisitos mínimos estabelecidos nas normas ISO 9000.	Manter o cadastro de Ensaios a serem aplicados na inspeção dos produtos; Cadastro de não conformidades; Controle de entrada de materiais a serem inspecionados; plano de amostragem automático, de acordo com a NBR-5426, quando aplicável; gestão de não-conformidades com diário de bordo e Pareto; emissão de relatórios para o departamento de compras sobre a situação de cada material e respectivos fornecedores; cálculo dos principais índices de qualidade (não-conformidades, pontualidade etc.) para avaliar a performance dos fornecedores.	TOTVS	Áurea Teti	Tânia Santana	Média

ERP-PROTHEUS / MÓDULO ESTOQUE/CUSTO S	Controle de materiais movimentados e armazenados pela empresa, além do custo incorrido sobre este material.	Controle de valores e quantidades em estoque; Planilha de formação custo/preço de venda; Controle dos movimentos ;Rastreabilidade; Custo médio/FIFO; On-line; Sequencial; Diário ;Mensal; Real x Previsto; Custo de reposição em moedas fortes; Projeção do consumo médio; Pesos; Tendência - Método estatístico de regressão linear; Classificação ABC com base no consumo e preço atual; Cálculo do lote econômico pela curva ABC; Cálculo do ponto de pedido; Cálculo do custo de reposição (padrão) por moeda; Rastreabilidade desde o recebimento até a produção; Controle de qualidade; Saldo por endereço; Capacidade de armazenamento; Custo em partes; Potência de lotes; Tratamento de variação cambial/reatualização de custos.	TOTVS	Áurea Teti	Tânia Santana	Média
ERP-PROTHEUS / MÓDULO ATIVO FIXO	Controlar o ativo permanente da empresa	Cadastro de bens através de inclusão manual ou automático (pela integração com o módulo de Compras); classificação do bem; baixas; cálculo de depreciação; Lançamentos contábeis automáticos; transferências; controle de seguradoras e apólices de seguro; Obsolescência; Sucateamento, Geração de Relatórios de Controle da área, entre outras.	TOTVS	Écio Nobre	Robertos Carlos	Média
ERP-PROTHEUS / MÓDULO COMPRAS E LICITAÇÃO	Acompanhar e controlar as carteiras de compras, cotações, pedidos de compras, ordens de compra e o recebimento de materiais, permitindo a reposição dos estoques em tempo hábil.	Gera solicitação de compras; Gera e emite cotações aos fornecedores; Analisa as cotações; Gera automaticamente os pedidos de compras; Permite o controle de Alçada; Contrato de Parceria; Emite Relatórios de Solicitações, Pedidos e Ordem de compra; Integra-se com os módulos de Estoque/Custos, Faturamento Financeiro, PCP (Planejamento e Controle de Produção), Fiscal, Contabilidade e Contabilidade Gerencial;	TOTVS	Áurea Teti	Jairo Ferreira e Risolene Maria	Média

ERP-PROTHEUS / MÓDULO GESTÃO DE CONTRATOS	Gerenciar os contratos de compras e vendas que a empresa mantém com seus fornecedores e clientes, possibilitando controlar e acompanhar todos os processos de contratação de produtos e/ou serviços detalhando suas especificações.	Controla Valores do Contrato, Fornecedores, Clientes, Vigência, Data da Assinatura, Responsável, Objeto do contrato, Cláusulas contratuais, Índices econômicos, Formas de reajustes, Tipos de contratos, Tipos de revisões de contratos, Planilhas de contratos, Tipos de caução, Cadastramento de multas contratuais, Cadastramento e Manutenção das cauções (Recebimento, Troca, Baixa e Abatimento da caução), Seleção das Condições de Pagamentos, Cadastro de Tipos de Documentos, Cronogramas Físico e Financeiro do Contrato, Medições, Revisão de Contratos (Aditivos, Reajustes, Realinhamento, Paralisação, Reinício, Alteração de cláusulas, etc.), Motivos de Paralisação de Contratos, Aprovação das Revisões, Cronogramas Contábeis, entre outros.	TOTVS	Áurea Teti	Virgínia Aleixo e Graça Marinho	Média
ERP-PROTHEUS / MÓDULO FINANCEIRO	É uma ferramenta administrativa que possibilita o acompanhamento dos Eventos Financeiros e Recursos de uma empresa.	Planejamento financeiro das operações, por meio de orçamentos; Acompanhamento dos eventos que resultam em entrada ou desembolsos de recursos, pelo uso do Fluxo de Caixa e que tem como finalidade permitir ao administrador, em tempo real, a tomada de decisões referentes à disponibilidade de caixa; Transparência nas operações, pela contabilização dos dados; Controle de títulos e valores, de clientes e de fornecedores; Administração dos registros de títulos a pagar e receber; Comunicação bancária.	TOTVS	Áurea Teti	Erickson Pires	Média
ERP-PROTHEUS / MÓDULO GED E WORKFLOW	Controlar documentos e processos, possibilitando o gerenciamento de diferentes formatos de arquivos, tais como relatórios, imagens, gráficos, vídeos, mantendo-os sempre atualizados com controle de versão e sem duplicidade.	Conta com os recursos visuais e interativos da Internet, promovendo o gerenciamento eletrônico de documentos (GED), a digitalização de documentos, a otimização dos processos de negócio (que podem ser iniciados automaticamente a partir de eventos ocorridos nos Sistemas de gestão). Permite distribuição de conteúdos e processos com Portais Corporativos, além de auxiliar a Gestão da Qualidade, transformando processos em ativos, reduzindo custos operacionais, agregando inteligência às informações estratégicas.	TOTVS	Leônidas Mayer	Sandra Araújo	Média

ERP-PROTHEUS / MÓDULO DE RELATÓRIO GERENCIAL	O Protheus Report é um aplicativo do Sistema Protheus que permite ao usuário a criação de relatórios personalizáveis de forma prática, desenvolvendo seus próprios leiautes.	A criação do relatório é realizada através de seções que serão impressas de uma determinada tabela ou tabelas relacionadas, podendo aplicar filtro para os registros. Seleciona-se em cada seção os campos que constarão no relatório, permitindo definir cores, estilos, tamanho, fontes, quebras, máscara das células para cada seção, criação de totalizadores por seção e/ou grupos de campos, fórmulas e funções (Soma, Média, etc.), salvar as configurações e criar gráficos. Ativo em todos os módulos do Protheus. Permite exportar para arquivo texto, Excel e enviar por e-mail.	TOTVS	Áurea Teti	Áurea Teti	Média
ERP-PROTHEUS / MÓDULO DE LIVROS FISCAIS	O módulo de Livros Fiscais permite a emissão dos Livros Fiscais no regime Especial via processamento eletrônico de dados, por meio magnético de armazenagem de dados, a partir das Notas Fiscais de Compra (Entradas) e das Notas Fiscais de Saída (Saídas),	Registro de Entradas - Modelos P 1 e P 1A; Registro de Saídas - Modelos P 2 e P 2A; Registro das Movimentações do Estoque (Kardex)- Modelo P 3*; Registro de Inventário - Modelo P 7*; Registro de Notas Fiscais de Serviços Prestados - Modelo 51; Apuração do IPI/ICMS - Modelos P 8 e P 9; Registro de Notas Fiscais - Faturas de Serviços Prestados a Terceiros; Registro de Emitentes - Modelo P 10; Tabela de Códigos de Mercadorias - Modelo P 11; Demonstrativo do Movimento Econômico e Fiscal - DMEF; Relação Trimestral de Vendas Interestaduais - Modelo P 12; DIPI - Demonstrativo de Imposto sobre Produtos Industrializados; DIPJ - Declaração Econômica e Fiscal da Pessoa Jurídica; Relação Trimestral; Retenção ICMS; D.I.P.A.M.; Registro de Armazéns Gerais; Relatório de Contribuição de Seguridade Social; GI-ICMS; CIAP; DNF - Demonstrativo de Notas Fiscais; Geração de arquivos em disquete para o regime especial; Simplicidade na digitação da Nota Fiscal; Manutenção direta ao livro (Acerto de Livros Fiscais); Recurso de reprocessamento dos movimentos do período; Integração com a Contabilidade Gerencial.	TOTVS	Áurea Teti	Dilma Correia de Araújo	Média

ERP-PROTHEUS / MÓDULO DE CONTABILIDADE	O módulo de Contabilidade do Protheus possui integração total com os demais módulos do Protheus, cujas operações geram lançamentos contábeis (Estoque/Materiais, Faturamento, Financeiro, Ativo Fixo, Compras, entre outros), recebendo, validando e consolidando os dados e gerando os relatórios de controle da área.	Calendário contábil; Moedas; Configurações contábeis; Plano de contas; Visão gerencial; Centro de custo; Item contábil; Classe de valor; Lançamentos de integração; Rastreio operações que geraram os lançamentos contábeis; Rateios; Consolidação dos lançamentos contábeis; Orçamentos; Intercompany; Apuração do resultado; Consultas; Relatórios; Integração com Planilha Excel, entre outras.	TOTVS	Áurea Teti	Áurea Teti	Média
ERP-PROTHEUS / MÓDULO DE PLANEJAMENTO E CONTROLE ORÇAMENTÁRIO	Controlar o orçamento da Empresa, desde as previsões iniciais, as revisões, até a realização dos valores pelos lançamentos, possuindo integração com os módulos de Compras e Financeiro.	Cadastro do Plano de Ação, com dotação distribuída em PIs, Centros de Custo, Contas Contábeis e Fonte; Controle de Pré-empenho, Empenho e Liquidação; Realização de Reforços e Reduções em Pré-empenhos e Empenhos; Cubos Gerenciais; Integração com os módulos de Compras e Financeiro, efetuando o bloqueio de compras além da dotação permitida e vinculação de títulos a empenhos; Geração de relatórios de controle, entre outras.	TOTVS	Áurea Teti	Sara Viegas e Ângela Grangeiro	Média
ERP-PROTHEUS / MÓDULO DE AUDITORIA DO PROTHEUS	O Audit-trail permite monitorar acessos, inclusões, alterações e exclusões realizadas nas tabelas componentes do banco de dados do Protheus, pelos usuários cadastrados no sistema.	Registro do acesso de usuários ao Sistema; Registro de Inclusão, Alteração e Exclusão em tabelas do banco Protheus; Gera log; Permite consultas por tabela, usuário, data, etc. (Além desse módulo de auditoria, o sistema possui logs configuráveis em todas as tabelas (de registro e de campo))	TOTVS	Écio Nobre	Écio Nobre	Baixa .
ERP-PROTHEUS / MÓDULO DE FATURAMENTO	Controlar a receita bruta proveniente da venda de mercadorias e serviços em geral. No caso da STU/REC, este módulo é responsável pelo registro (no Contas a Receber) das GRUs referentes às receitas de TPU/ADU; por emitir as notas de devolução de produtos ao fornecedor e controlar as vendas de sucata.	Emissão de documentos de saída; Geração de receita; Controle de Notas diversas; Relacionamento com estoque; Relacionamento com distribuição; Relacionamento com departamento fiscal; Alimentação das estatísticas; Emissão de faturas/duplicatas; Geração de contas a receber; Controle de orçamentos; Emissão de nota fiscal eletrônica; Carteira de pedidos; entre outras.	TOTVS	Áurea Teti	Ivan Gonzaga	Média
MAGNUS / MÓDULO MATERIAIS E LICITAÇÃO	DESCONTINUADO EM 01/09/2015	-	DATASUL	-	-	Desativado

SBE	Controlar a venda dos bilhetes nas estações, seus bloqueios e validadores.	UCA – User Control Administrator – CADASTRO E PERSONALIZAÇÃO COMUNICAÇÃO V3LAN UCA – User Card Administrator MRC – Mercury Report Center SCM – Security Credit Manager UDP – Usage Data Process EOD – Equipament Operational Data V3LAN MONITORAÇÃO SAM CASH	PRODATA	Écio Nobre	Rildo Monteiro	Alta
OUTROS SISTEMAS	OBJETIVOS	FUNCIONALIDADES	ORIGEM	RESPONSÁVEL TÉCNICO	RESPONSÁVEL DA ÁREA DE NEGÓCIO	CRITICIDADE
SIAFI	Sistema integrado de administração financeira do governo federal	-	Governo Federal	-	-	-
SIAPE	Sistema integrado de administração de recursos humanos	-	Governo Federal	-	-	-
SIGESP	Sistema de gestão de pessoas	-	Governo Federal	-	-	-
SISPRO	Sistema de controle patrimonial	-	CBTU-AC	-	-	-

Fonte: STU-REC

Quadro A.6.3.1.D - SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE NATAL

Não possui sistemas de informações próprios e/ou contratados. Os principais sistemas utilizados são fornecidos pela CBTU – Administração Central e pelo Governo Federal.

Quadro A.6.3.1.E - SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE JOÃO PESSOA

Não possui sistemas de informações próprios e/ou contratados. Os principais sistemas utilizados são fornecidos pela CBTU – Administração Central e pelo Governo Federal.

Quadro A.6.3.1.F - SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE MACEIÓ

Não possui sistemas de informações próprios e/ou contratados. Os principais sistemas utilizados são fornecidos pela CBTU – Administração Central e pelo Governo Federal.

6.3.2 - Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e o Plano Diretor de Tecnologia da Informação

A Gerência Técnica – Informática da Administração Central (GEINF/AC) se encontra atualmente elaborando o seu Planejamento Estratégico – com abrangência apenas para a Administração Central e o que pode ser também considerado como o PETI para a Administração Central – e o Plano Diretor de TI (PDTI) da Companhia. Esta gestão tem investido esforços em encontros técnicos com seus coordenadores e demais colaboradores, além de interações com as Superintendências Regionais, versando sobre as abordagens que serão empregadas a fim de propor diretrizes estratégicas e planos de ações para mitigar os diversos problemas de TI da empresa. Complementarmente, estas proposições têm como objetivo assegurar que as metas e objetivos da área de TI estejam totalmente vinculados aos objetivos do negócio e às metas da Companhia.

O Escritório de Projetos da CBTU, em conjunto com o Comitê Técnico de Planejamento Estratégico Institucional (CTPEI) desta, designou seu Grupo de Elaboração do Plano Diretor de TI (PDTI) e este se encontra elaborando o PDTI da empresa para o quadriênio de 2016-2019 (foi eleito um dos projetos prioritários do Planejamento Estratégico Institucional da Companhia).

Utilizando como auxílio para a construção o “Modelo de Referência de Plano Diretor de Tecnologia da Informação – 2008-2009” da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, iniciou-se a etapa de Preparação do PDTI definindo questões como:

- a abrangência e o período;
- a equipe de elaboração;
- a metodologia de construção;
- identificação e reunião de documentos de referência;
- identificação das principais estratégias da Companhia;
- elaboração de plano de trabalho;

Depois da Preparação, seguiram-se as fases de Alinhamento e Diagnóstico, nas quais foram levantadas informações sobre os Planos Diretores anteriores e os princípios e as necessidades de TI. A fase de Diagnóstico foi concluída a partir de apresentações e entrevistas com os diversos setores da Companhia.

Em dezembro de 2015, a GEINF/AC iniciou as fases de Planejamento e de Gestão a fim de propor soluções para as necessidades tecnológicas diagnosticadas. Nesse momento, os elementos capturados nas fases anteriores serviram também para dar início ao Planejamento Estratégico de TI da GEINF/AC. O objetivo principal é que PETI e PDTI tenham todas as suas fases finalizadas no primeiro semestre de 2016.

6.3.2.1 – Comitê Gestor de TI

Por meio de reuniões periódicas com membros das áreas de TI das Superintendências Regionais e da Administração Central (incluindo membros da atual formação do Comitê de TI), foi avaliada a prioridade no resgate do Comitê (criado por resolução interna – RD006/2012 – no ano de 2012), após a constatação de sua inatividade em anos anteriores.

Além do resgate do Comitê, em dezembro de 2015 foram propostas algumas mudanças, tais como:

- Nova composição dos seus membros;
- Vinculação direta a presidência da CBTU;
- Mudança em sua estrutura, criando um núcleo de decisão e grupos de trabalho para estudos de assuntos técnicos específicos.

O objetivo principal do resgate e das proposições de modificação é a criação de um órgão colegiado que possa deliberar, com aprovação final do presidente da Companhia, sobre todos os aspectos relacionados à Tecnologia da Informação, em especial o Planejamento Estratégico de TI (PETI), o Plano Diretor de TI (PDTI), a Política de Segurança da Informação, as propostas de orçamento e os cronogramas de execução de projetos.

6.3.2.2– Plano de Capacitação do Pessoal de TI

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

CURSO REALIZADO	EMPRESA RESPONSÁVEL	QUANTIDADE DE TREINANDOS	CARGA HORÁRIA POR TREINANDO	CARGA HORÁRIA TOTAL
CAPACITAÇÃO DE GESTORES E FISCAIS	ELO CONSULTORIA EMPRESARIAL E PRODUÇÃO DE EVENTOS	3	20	60
EXCEL AVANÇADO MÓDULOS I E II	SENAI - SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL	2	60	120
TREINAMENTO BÁSICO DE INTEGRAÇÃO	CBTU - COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS	7	24	168
EXCELENCIA NO ATENDIMENTO	SENAI - SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL	5	20	100
GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	ENAP - ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	3	40	120
AÇÕES INTEGRADAS PARA A NOVA CBTU	CBTU - COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS	4	1	4
EVENTO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	CBTU - COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS	1	8	8
GESTÃO ESTRATÉGICA DE PESSOAS E PLANOS DE CARREIRA	ENAP - ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	1	20	20
PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	ENAP - ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	1	40	40
GESTÃO DE CONTRATOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	ENAP - ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	1	30	30
SISTEMA DE MATERIAL	CBTU - COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS	2	4	8
FUNDAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	IBMEC - INSTITUTO BRASILEIRO DE MERCADO DE CAPITAIS	3	40	120
WORDPRESS	ESTÚDIO SITE INFORMÁTICA LTDA	10	40	400

TÉCNICAS DE APRESENTAÇÃO EM POWER POINT	SENAI - SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL	1	40	40
SISTEMA DE CONSULTA INSTRUMENTOS CONTRATUAIS	CBTU - COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS	4	1	4
DESENVOLVIMENTO GERENCIAL	FGV - FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS	2	259	518
SEMANA MEIO AMBIENTE NOS TRILHOS	CBTU - COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS	4	15	60
PALESTRA "O PODER DA COMUNICAÇÃO"	CIEE - CENTRO DE INTERAÇÃO EMPRESA-ESCOLA	3	2	6
PALESTRA "DESENVOLVENDO A CRIATIVIDADE"	CIEE - CENTRO DE INTERAÇÃO EMPRESA-ESCOLA	2	2	4
TREINAMENTO EM SCRIPTCASE	WEBKEY SOLUÇÕES INTERNET LTDA - ME	5	19,3	96,5
TREINAMENTO EM JOOMLA	ESTUDIO SITE INFORMÁTICA LTDA – ME	1	130	130
Carga Horária Total de Capacitações em 2015:				2056,5

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE BELO HORIZONTE

CURSO REALIZADO	EMPRESA RESPONSÁVEL	QUANTIDADE DE TREINANDOS	CARGA HORÁRIA POR TREINANDO	CARGA HORÁRIA TOTAL
SOLUÇÕES DE TI - RISCOS E CONTROLES PARA O PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO	JML - MENDES LOPES PESQUISA, TREINAMENTO E EVENTOS LTDA	4	16	64
BOOTCAMP CISCO CCNA ROUTING & SWITCHING	BE E ON LINE	1	120	120
Carga Horária Total de Capacitações em 2015:				184

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE RECIFE

CURSO REALIZADO	EMPRESA RESPONSÁVEL	QUANTIDADE DE TREINANDOS	CARGA HORÁRIA POR TREINANDO	CARGA HORÁRIA TOTAL
FORMAÇÃO E CERTIFICAÇÃO PROF. TOTVS - CONTROLADORIA	TOTVS NORDESTE SOFTWARE LTDA	2	72	144
FORMAÇÃO E CERTIFICAÇÃO PROFISSIONAL TOTVS EM TES	TOTVS NORDESTE SOFTWARE LTDA	5	8	40
AVANÇADO DE REDE E MIKROTIK ROUTER OS	2WORLD SERVIÇOS LTDA	19	40	760
FORMAÇÃO E CERTIFICAÇÃO EM ADVPL	2WORLD SERVIÇOS LTDA	5	172	860
FORMAÇÃO E CERTIFICAÇÃO PROF TOTVS - CONTROLADORIA	TOTVS NORDESTE SOFTWARE LTDA	3	72	226
EXCEL AVANÇADO	SESI - SERVIÇO SOCIAL DA INDUSTRIA	3	22	66
Carga Horária Total de Capacitações em 2015:				2086

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE NATAL

CURSO REALIZADO	EMPRESA RESPONSÁVEL	QUANTIDADE DE TREINANDOS	CARGA HORÁRIA POR TREINANDO	CARGA HORÁRIA TOTAL
GESTÃO E MAPEAMENTO DE PROCESSOS	ACONSULT TREINAMENTOS E EVENTOS	1	16	16
ADMINISTRAÇÃO DE REDES	SENAC - SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL	1	270	270
ELABORAÇÃO DE TERMO DE REFERÊNCIA E PROJETO BÁSICO / GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	ACONSULT TREINAMENTOS E EVENTOS	1	24	24
ADMINISTRADOR DE REDES	SENAC - SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL	1	270	270
MONTAGEM E REPARO DE COMPUTADORES	SENAC - SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL	2	200	400
Carga Horária Total de Capacitações em 2015:				980

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE JOÃO PESSOA

Os dois empregados que exercem as funções ligadas à Tecnologia da Informação na Superintendência Regional de Trens Urbanos de João Pessoa, admitidos em abril e setembro/2015, não foram alvo de nenhuma ação de capacitação específica da área de informática pelas razões elencadas a seguir, conforme informado pelo Coordenador de Recursos Humanos da referida Unidade Administrativa:

- (a) por ocasião da admissão, a programação de treinamentos para o exercício de 2015 já havia sido formulada e não contemplava a área de informática;
- (b) as normas internas impõem restrições quanto ao dispêndio de orçamento de capacitação com empregados recém admitidos;
- (c) as diretrizes de treinamento e desenvolvimento que orientam as ações de capacitação não contemplam temáticas relativas à TI;
- (d) o orçamento de capacitação tem sofrido redução ao longo dos anos, apesar do acréscimo do número de empregados e o correspondente aumento da demanda de cursos;
- (e) restrições impostas para gastos com diárias, hospedagens e passagens dificultam a inscrição de empregados em eventos visto que o mercado local de cursos é bastante incipiente.

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE MACEIÓ

CURSO REALIZADO	EMPRESA RESPONSÁVEL	QUANTIDADE DE TREINANDOS	CARGA HORÁRIA POR TREINANDO	CARGA HORÁRIA TOTAL
EVENTO PAJUÇARA MANAGEMENT	PAJUÇARA EDITORA, INTERNET E EVENTOS LTDA	1	10	10
FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DE CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS/TERCEIRIZADOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, COM ÊNFASE NA ELABORAÇÃO DE PROJETO BÁSICO E TERMO DE REFERÊNCIA	TREINE TREINAMENTOS E NEGÓCIOS LTDA	2	16	32
Carga Horária Total de Capacitações em 2015:				42

6.3.2.3 - Força de Trabalho

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

ÁREA	FUNÇÃO	CONDIÇÃO	QUANTIDADE
GEINF*	Analista de Gestão	Empregado	7
GEINF	Técnico de Gestão	Empregado	15
GEINF	-	Contratado	1
GEINF	Assistente de Manutenção – Sistemas e Equipamentos Metroferroviários	Empregado	1
GEINF	-	Estagiário	6
GEINF	-	Menor Aprendiz	3
Diversas	Analista de Gestão	Empregado	1
Diversas	Técnico de Gestão	Empregado	11
Quantidade Total:			45

* GEINF: Gerência Técnica – Informática

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE BELO HORIZONTE

ÁREA	FUNÇÃO	CONDIÇÃO	QUANTIDADE
COINF	Programador	Empregado	1
COINF	Analista de Sistemas	Empregado	1
COINF	Administrativo	Empregado	3
COINF	Técnico de Informática	Empregado	1
COINF	-	Estagiário	3
COINF	-	Menor Aprendiz	2
Quantidade Total:			11

* COIOM: Coordenação Operacional – Informática, Organiz. & Métodos

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE RECIFE

ÁREA	FUNÇÃO	CONDIÇÃO	QUANTIDADE
COIOM*	Coordenadora	Empregado	1
COIOM	Analista de Gestão	Empregado	3
COIOM	Analista Técnico	Contratado	1
COIOM	Técnico de Gestão	Empregado	19
COIOM	-	Estagiário	2
COIOM	-	Menor Aprendiz	2
Quantidade Total:			28

* COIOM: Coordenação Operacional – Informática, Organiz. & Métodos

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE NATAL

ÁREA	FUNÇÃO	CONDIÇÃO	QUANTIDADE
COPLA*	Analista de Gestão	Empregado	3
COPLA	Técnico de Gestão	Empregado	2
COPLA	-	Estagiário	3
Quantidade Total:			8

* COPLA: Coordenação Operacional – Planejamento

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE JOÃO PESSOA

ÁREA	FUNÇÃO	CONDIÇÃO	QUANTIDADE
COPLA*	Técnico de Gestão	Empregado	2
Quantidade Total:			2

* COPLA: Coordenação Operacional – Planejamento

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE MACEIÓ

ÁREA	FUNÇÃO	CONDIÇÃO	QUANTIDADE
COPLA*	Coordenador	Contratado	1
COPLA	Analista de Gestão	Empregado	1
COPLA	Técnico de Gestão	Empregado	2
COPLA	-	Estagiário	2
COPLA	-	Menor Aprendiz	1
Quantidade Total:			7

* COPLA: Coordenação Operacional – Planejamento

6.3.2.4 – Processo de Gerenciamento de Serviços de TI**6.3.2.4.1 – TELECOMUNICAÇÕES**

No ano de 2015, foi realizada uma nova contratação (Contrato nº 002/2015-DA, proveniente do Pregão Eletrônico nº 010-2015/GALIC-AC/CBTU e Processo Administrativo nº PROT. 16859/2014) para a infraestrutura de telecomunicações da Companhia. A tabela abaixo apresenta os circuitos contratados, as velocidades antigas e novas, além do que já foi migrado em 2015.

EMPRESA	TIPO	CIRCUITO	VELOCIDADE ANTERIOR (kbps)	NOVA VELOCIDADE CONTRATADA (kbps)	MIGRAÇÃO 2015
CLARO/EMBRATEL	INTERNET	Rio de Janeiro – Internet	12000	34000	Não
CLARO/EMBRATEL	MPLS	Rio de Janeiro – Rio de Janeiro	8000	34000	Não
CLARO/EMBRATEL	MPLS	Recife – Rio de Janeiro	2000	6000	Sim

CLARO/EMBRATEL	MPLS	Belo Horizonte – Rio de Janeiro	2000	6000	Sim
CLARO/EMBRATEL	MPLS	Maceió – Rio de Janeiro	2000	6000	Sim
CLARO/EMBRATEL	MPLS	Natal – Rio de Janeiro	2000	6000	Sim
CLARO/EMBRATEL	MPLS	João Pessoa – Rio de Janeiro	2000	6000	Sim
CLARO/EMBRATEL	MPLS	Cabedelo – João Pessoa	512	2000	Sim
CLARO/EMBRATEL	MPLS	São Paulo – Rio de Janeiro	128	2000	Sim

6.3.2.4.2 – PARQUE COMPUTACIONAL

A tabela abaixo apresenta um resumo da infraestrutura de hardware da Administração Central.

HARDWARE	QUANTIDADE
Switch*	50
Controlador Wi-Fi	1
Access Point	12
Appliance de Firewall	2
Servidores Físicos	22
Storage**	2
Estações de Trabalho (Desktop)	414
Notebook	36
Impressoras***	192

* 31 switches ativos

** 52 TB brutos de armazenamento, sendo 8 TB em produção e 44 TB em implantação

*** 18 impressoras de grande porte alugadas

6.3.3 – Ações Relacionadas à Recuperação e Modernização dos Sistemas

No quadro A.6.3.7 a seguir, estão destacadas as ações relacionadas à Recuperação e Modernização dos sistemas de trens urbanos da CBTU. Nela constam os valores da proposta orçamentária da CBTU, apresentada em 2014 ao MCidades, os valores do PLOA 2015, os valores da LOA 2015, incluindo todas as alterações ocorridas no exercício, o limite orçamentário para movimentação e empenho disponibilizado, os empenhos realizados e o saldo, ao final do exercício. Estão identificadas as ações de resultado primário 3 (PAC) e 2 (não PAC).

Cabe ressaltar que a ação Modernização e Recuperação dos Sistemas de Trens Urbanos – Nacional – 15.453.2048.14TT.0001 destina-se à recuperação dos sistemas de trens urbanos de Recife, Natal, João Pessoa e Maceió, prevendo-se executar intervenções não previstas pelo escopo aprovado no PAC. As intervenções previstas no Programa de Aceleração do Crescimento estão incluídas na ação 10SS – Apoio a Sistemas de Transporte Coletivo Urbano.

As realizações em 2015 de cada uma das ações está descrito no item 1.6 – Macroprocessos Finalísticos deste Relatório.

Quadro A.6.3.3 – Ações orçamentárias voltadas à recuperação e modernização dos sistemas de trens urbanos

PROGRAMA / AÇÃO	PTRES	NATUREZA DESPESA	FONTE	RP	PLANO ORÇAMENTÁRIO	PL-LOA 2015	LOA 2015 + CRÉDITOS	limite de acordo com o Ofício 1750 /SPOA M. CIDADES	LIMITE PARA MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO	DESPESA ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO	SALDO	%
PROGRAMA 2048 - MOBILIDADE URBANA E TRANSITO						250.510.000	268.679.367	35.200.521	34.156.805	34.156.805	-	100
			0100			250.510.000	268.679.367	35.200.521	34.156.805	34.156.805	-	100
			0250			-	-	-	-	-	-	-
			0280			-	-	-	-	-	-	-
PAC						248.010.000	223.209.000	33.600.521	33.600.521	33.600.521	-	100
DESPESAS DISCRICIONÁRIAS						2.500.000	45.470.367	1.600.000	556.284	556.284	-	100
OBJETIVO 574						250.510.000	268.679.367	35.200.521	34.156.805	34.156.805	-	100
			0100			250.510.000	268.679.367	35.200.521	34.156.805	34.156.805	-	100
Implantação do Trecho Eldorado-Vilarinho do Sistema de Trens Urbanos de Belo Horizonte - MG 15.453.2048.5176.0031	104334	4490.00	0100	2		-	43.870.367	-	-	-	-	-
Implantação do Trecho Eldorado-Vilarinho do Sistema de Trens Urbanos de Belo Horizonte - MG 15.453.2048.5176.0031	110412	4490.00	0100	3	0000	-	61.150.000	-	-	-	-	-
Apoio a Sistemas de Transporte Coletivo Urbano 15.453.2048.10SS.0001		4490.00	0100	3		248.010.000	162.059.000	33.600.521	33.600.521	33.600.521	-	100
Apoio à Implant. Trecho Sul - Vila das Flores - João Felipe do Sist. de Trens Urbanos de Fortaleza - CE 15.453.2048.10SS.0001	091465				0004	30.000.000	3.043.000	-	-	-	-	-
Modernização Sistema de Trens Urbanos de Natal - RN 15.453.2048.10SS.0001	091463				0002	92.920.000	73.460.000	16.984.707	16.984.707	16.984.707	-	100
Modernização do Sistema de Trens Urbanos de João Pessoa - PB 15.453.2048.10SS.0001	091462				0001	82.050.000	46.820.000	6.998.000	6.998.000	6.998.000	-	100
Modernização Sistema de Trens Urbanos de Maceió - AL 15.453.2048.10SS.0001	091464				0003	43.040.000	38.736.000	9.617.814	9.617.814	9.617.814	-	100
Modernização e Recuperação dos Sistemas de Trens Urbanos - Nacional 15.453.2048.14TT.0001		4490.00	0100			2.500.000	1.600.000	1.600.000	556.284	556.284	-	100
Modernização e Recuperação dos Sistemas de Trens Urbanos - Nacional 15.453.2048.14TT.0001	091459	4490.00	0100	2	0000	1.500.000	1.043.712	-	-	-	-	-
Modernização Sistema de Trens Urbanos de Recife - PE						1.000.000	-	-	-	-	-	-
Recuperação e Melhorias no Sistema de Trens Urbanos de Belo Horizonte - MG	107304	4490.00	0100	6	0007	1.500.000	1.403.576	1.403.576	359.860	359.860	-	100
Modernização do Sistema de Trens Urbanos de João Pessoa - PB						-	196.428	196.424	196.424	196.424	-	100

6.4 – Gestão Ambiental e Sustentabilidade

6.4.1 – Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras

a) Visão geral da política de sustentabilidade ambiental adotada pela unidade:

A CBTU ainda não tem uma política de sustentabilidade ambiental definida.

b) Se a unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P):

Não participa.

c) Se na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto 5.940/2006:

Na Administração Central e nas Superintendências de Trens Urbanos de João Pessoa, Natal e Belo Horizonte ocorre a separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto 5.940/2006.

As Superintendências de Trens Urbanos de Maceió e de Recife ainda não se adequaram ao referido Decreto, estão em processo de implantação.

d) Se as contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto 7.746/2012 ou norma equivalente:

De maneira geral as unidades da CBTU estão em processo de adequação à referida legislação, e ao Procedimento Ambiental nº08-N Licitação e Contratação Sustentável, publicado através da RDA nº508-2013 de 25/11/2013.

e) Se a unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012:

Não possui.

f) Análise crítica da atuação da unidade quanto ao tema:

A CBTU ainda não tem um Sistema de Gestão Ambiental estruturado, mas vem, desde 2013, realizando ações que fazem parte do processo da estruturação deste Sistema.

Em 2013, implantou e estruturou o Sistema de Gestão de Resíduos – SGR, composto de Comitê Nacional e Comitês Regionais em todas as suas unidades administrativas.

No final de 2013 foram desenvolvidos e aprovados 17 Procedimentos Ambientais – PA, de âmbito nacional. São instrumentos normativos e de informação e registro para a condução do Sistema de Gestão de Resíduos da CBTU.

Em 2014 foi realizado o Programa de Treinamento Nacional, Capacitação e Desenvolvimento dos Planos de Gerenciamento de Resíduos, em todas as Unidades Administrativas da CBTU, com carga horária de 24h para cerca de 110 empregados.

Em 2014, iniciou-se a elaboração dos Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Recicláveis – PGRS em todas as unidades da CBTU. Algumas unidades já concluíram seus Planos.

Em 2014, também foi iniciada a implantação da Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos na CBTU, atendendo ao Decreto 5.940/2006. Até o momento a Administração Central e as Superintendências de Trens Urbanos de João Pessoa, Natal e Belo Horizonte já realizam a Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos.

No final de 2014, houve a determinação, através de Resolução do Diretor-Presidente, de que os Termos de Referência para licitação de serviços de limpeza, conservação e higienização, assim como

seus respectivos contratos tenham cláusulas considerando a legislação ambiental vigente, federal, estadual e municipal da localidade da unidade administrativa da CBTU.

Em 2015, com a admissão através de concurso público de engenheiros ambientais os Comitês foram reformulados com a entrada destes profissionais capacitados no assunto.

7. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

7.1 - Tratamento de Determinações do TCU

7.1.1 - Deliberações do TCU que Permanecem Pendentes de Cumprimento

Caracterização da determinação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
012.829/2003-0	-	-	-	-
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação				
-				
Descrição da determinação				
Não houve deliberação para a instituição CBTU no exercício de 2015.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Impedimento da aprovação sem ressalva da Prestação de Contas do exercício / 2002.				

Caracterização da determinação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
007.162/2006-0	63/2015-P 1.623/2015-P	-	Ofício 0052/2015-SeinfraHid -	-
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação				
Companhia de Transportes de Salvador - CTS				
Descrição da determinação				
Acórdão 63/15 - TCU - Plenário VISTOS, relatados e discutidos estes autos de relatório de levantamento de auditoria sobre as obras de implantação do Metrô de Salvador, ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, em: 9.1. acatar as razões de justificativa apresentadas pelos responsáveis Nestor Duarte Guimarães Neto, Pedro Antonio Dantas Costa Cruz, Luiz Fernando Tavares Vilar, José Hamilton da Silva Bastos, Samir Mikhael Jabur Abud, Anacélia Laurindo Brugnì, Luiz Novaes de Queiroz, Erianisio dos Anjos Borges, Jackson Bonfim Almeida de Cerqueira, Carlos Daniel Garcia Martinez, Carlos Alberto Menezes Chamadoira, Paulo Antonio Santos Macedo, Jose Geraldo Araujo Teixeira, Denival Damasceno Chaves e João Luiz da Silvo Dias, isentando-os de responsabilidade pelas condutas analisadas nestes autos, nos termos do voto que fundamenta este acórdão; 9.2. remeter a análise das razões de justificativa e a eventual aplicação de penalidade aos responsáveis Ivan Carlos Alves Barbosa, Carlos Von Beckerath Gordilho, Janary Teixeira de Castro, Flávio Mota Monteiro, Ruy Sergio Nonato Marques, Alberto de Figueiredo Nunes Filho e Sérgio Luiz da Silva Telles para a tomada de contas especial - TC-002.588/2009-0 -, em cujo âmbito as respectivas condutas deverão ser avaliadas e dosadas em termos de gravidade, potencial de dano e dano efetivo; 9.4. encaminhar cópia do presente acórdão, acompanhado das peças que o fundamentam, à 1ª Secretaria de Controle Externo, à CTS, à CBTU, à Procuradoria da República no Estado da Bahia e aos responsáveis relacionados nos itens 9.1 e 9.2, retro; 9.5. juntar cópia do presente acórdão, acompanhado das peças que o fundamentam, aos autos da Tomada de Contas Especial – TC-002.588/2009-0 - e aos autos do Monitoramento TC-003.896/2009-2, e 9.6. juntar os presentes autos ao TC-002.588/2009-0 após o transcurso de prazo para interposição de recursos em relação ao presente acórdão. Acórdão 1.623/15 - TCU - Plenário VISTOS, relatados e discutidos estes autos relatório de auditoria sobre as obras de implantação do Metrô de Salvador nos quais se aprecia, no momento, embargos de declaração opostos contra o Acórdão nº 63/2015-Plenário.				

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 32, inciso II, e 34, da Lei 8.443/92, em:

9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração para, no mérito, não os acolher, e

9.2. determinar que as peças apresentadas como embargos de declaração sejam analisadas no âmbito do TC-002.588/2009-0, no momento oportuno, como alegações de defesa complementares dos responsáveis, sem preclusão da possibilidade de apresentarem novos elementos de defesa caso venham a ser citados nos referidos autos.

Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas

Não foi solicitada manifestação da instituição CBTU, os acórdãos emitidos foram direcionados aos responsáveis pelo processo (Dirigentes da CTS, empregados ativos e ex- empregados da CBTU).

Processo encerrado em 10/08/15 pela SeinfraHidroferrovias e apensado ao TC 002.588/2009-0.

Caracterização da determinação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
008.122/2006-9	1.934/2015-P 2.679/2015-P	-	Ofício 0731/2015- SeinfraHid Ofício 0970/2015- SeinfraHid	-
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação				
Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos - METROFOR				
Descrição da determinação				
Acórdão 1.934/15 - TCU - Plenário VISTOS, relatados e discutidos estes autos de relatório de levantamento de auditoria efetuado originalmente pela Secex/CE e atualmente conduzido pela SeinfraHidroFerrovia, no âmbito do Fiscobras/2006, junto à Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos - Metrofor com vistas a fiscalizar a execução das obras alusivas à implantação do Sistema de Trens Urbanos de Fortaleza/CE, ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em: 9.1 determinar à SeinfraHidroFerrovia que promova a reclassificação das irregularidades graves com recomendação de retenção parcial dos valores (IG-R), concernentes ao Contrato 14/METROFOR/1998, para irregularidades graves com recomendação de continuidade (IG-C); 9.2 dar ciência à Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos (Metrofor) e à Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), com fulcro no art. 7º da Resolução TCU 265/2014, sobre a necessidade de se observar os requisitos definidos no item 9.1.3 do Acórdão 3.070/2008-TCU-Plenário e ratificados no item 9.5.2 do Acórdão 2.450/2009-TCU-Plenário para a aceitação de seguro garantia em substituição à retenção de pagamentos; 9.3 comunicar à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional que os indícios de irregularidades graves do tipo IG-R, apontados no Contrato 14/METROFOR/1998, relativos à implantação do trecho sul do Metrô de Fortaleza, não mais se enquadram no inciso V do § 1º do art. 112 da Lei 13.080/2015 (LDO 2015) (IG-R), tendo sua classificação sido alterada para IG-C (inciso VI do art. 112 § 1º da Lei 13.080/2015 (LDO 2015) mesma Lei), em razão de o referido contrato ter sido concluído; 9.4 comunicar à Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos (Metrofor) e à Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) que a reclassificação dos indícios de irregularidades, relativos ao Contrato 14/METROFOR/1998, para irregularidades graves com recomendação de continuidade (IG-C) não altera a decisão cautelar do Tribunal de Contas da União, por meio das determinações do Acórdão 3.070/2008-TCU-Plenário e do item 9.5.2 do Acórdão 2.450/2009-TCU-Plenário, pela necessidade de retenção parcial de valores no referido contrato e manutenção de eventuais valores já retidos, ressalvadas as decisões judiciais em sentido contrário, até que esta Corte decida sobre o mérito dos sobrepreços apontados; 9.5 encaminhar cópia do Acórdão que vier a ser proferido, bem como do relatório e do voto que o fundamentarem, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, à Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos (Metrofor) e à Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU). Acórdão 2.679/15 - TCU - Plenário Trata-se de levantamento de auditoria efetuado originalmente pela Secretaria de Controle Externo do Ceará (Secex/CE) e atualmente conduzido pela Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Portuária, Hídrica e Ferroviária (SeinfraHidroFerrovia), no âmbito do Fiscobras 2006, junto à Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos (Metrofor), com vistas a fiscalizar a execução das obras alusivas à implantação do Sistema de Trens Urbanos de Fortaleza/CE, englobando os Programas de Trabalho de número 15.453.1295.0A40.0023 (1º estágio - trecho Vila das Flores - João Felipe) e 15.453.1295.0B12.0023 (modernização do trecho João Felipe - Caucaia). Considerando que foram cumpridas as determinações exaradas no Acórdão 1.934/2015- TCU-				

Plenário e constatando que as determinações anteriores no âmbito do presente processo também já foram cumpridas; Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, em apensar o presente processo ao TC- 008.523/2012-6 (Tomada de Contas Especial), conforme proposta da unidade técnica nos autos (peça 617).

1.9. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.9.1. Comunicar à Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos (Metrofor) e à Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) que o apensamento dos autos deste processo, relativo ao Contrato 14/METROFOR/1998, à TCE 008.523/2012-6, não altera a decisão cautelar do Tribunal de Contas da União, por meio das determinações do Acórdão 3.070/2008-TCU-Plenário e do item 9.5.2 do Acórdão 2.450/2009-TCU-Plenário, pela necessidade de retenção parcial de valores no referido contrato e manutenção de eventuais valores já retidos, ressalvadas as decisões judiciais em sentido contrário, até que esta Corte decida sobre o mérito dos sobrepreços apontados em sede da TCE 008.523/2012-6;

1.9.2. Encaminhar cópia desta deliberação à Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos (Metrofor) e à Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU).

Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas

Não foi solicitada manifestação da instituição CBTU.

Processo encerrado em 30/08/15 pela SeinfraHidroferrovias e apensado ao TC 008.523/2012-6 (TCE).

Caracterização da determinação do TCU

Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
009.514/2010-4	1.570/2015-P 2.185/2015-P 2.309/2015-P	-	-	-

Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação

-

Descrição da determinação

Acórdão nº 1.570/2015 - TCU - Plenário

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de prestação de contas da Superintendência de Trens Urbanos de Maceió da Companhia Brasileira de Trens Urbanos, referente ao exercício de 2005.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator:

9.1. excluir a responsabilidade das empresas P. I. Construções Ltda. e Nelma Industrialização de Madeiras Ltda.;

9.2. julgar regulares as contas de José Zilto Barbosa Júnior, Gilmar Cavalcante Costa, Carlos Roberto Ferreira Costa e Jefferson Calheiros da Rocha Júnior, dando-lhes quitação plena;

9.3. julgar regulares com ressalva as contas de Bergson Aurélio Farias e Horácio Rafael de A. Aguiar, dando-lhes quitação;

9.4. julgar irregulares as contas de Adeilson Teixeira Bezerra, Clodomir Batista de Albuquerque, José Lúcio Marcelino de Jesus, Damião Fernandes da Silva, José Queiroz de Oliveira, Gilmar Cavalcante Costa, Valber Paulo da Silva, MCC Manutenção, Comércio e Construção Ltda., Prática Engenharia e Construção Ltda., Terceirizadora Santa Clara Ltda. e Silva & Cavalcante Ltda.;

9.5. condenar Adeilson Teixeira Bezerra, solidariamente com os responsáveis indicados, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal, o recolhimento das dívidas aos cofres da Superintendência de Trens Urbanos de Maceió/AL da Companhia Brasileira de Trens Urbanos, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas indicadas, até a data dos recolhimentos, na forma prevista na legislação em vigor:

9.5.1. com Clodomir Batista de Albuquerque e a empresa MCC Manutenção, Comércio e Construção Ltda.:

Valor (R\$)	Data
16.780,00	16/3/2005
30.158,38	13/6/2005

9.5.2. com Clodomir Batista de Albuquerque, José Lúcio Marcelino de Jesus e Valber Paulo da Silva:

Valor (R\$)	Data
15.549,20	13/6/2005

9.5.3. com Clodomir Batista de Albuquerque e a empresa Prática Engenharia e Construções Ltda.:

Valor (R\$)	Data
-------------	------

4.501,10	22/12/2005
15.094,41	3/10/2005
29.482,24	11/11/2005

9.5.4. com José Lúcio Marcelino de Jesus:

Valor (R\$)	Data
74.900,00	22/3/2005

9.5.5. com José Lúcio Marcelino de Jesus, José Queiroz de Oliveira e a empresa Terceirizadora Santa Clara Ltda.:

Valor (R\$)	Data
10.120,82	31/1/2005
10.120,82	28/2/2005
10.120,82	31/3/2005
10.120,82	30/4/2005
16.450,03	31/5/2005
16.450,03	30/6/2005
16.450,03	31/7/2005
16.450,03	31/8/2005
16.450,03	30/9/2005
16.450,03	31/10/2005
16.450,03	30/11/2005
16.450,03	31/12/2005

9.5.6 com José Queiroz de Oliveira e a empresa Silva & Cavalcante Ltda.:

Valor (R\$)	Data
5.832,36	31/1/2005
5.506,87	28/2/2005
5.735,63	31/3/2005
5.631,64	30/4/2005
5.552,65	31/5/2005
5.506,87	30/6/2005
5.914,52	31/7/2005
6.441,03	31/8/2005
6.164,51	30/9/2005
6.114,77	31/10/2005
6.006,84	30/11/2005
7.261,49	31/12/2005

9.6. aplicar aos responsáveis mencionados, individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443/92, nos valores indicados, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal, os recolhimentos das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do presente acórdão até a dos efetivos recolhimentos, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

Responsável	Valor (R\$)
Adeilson Teixeira Bezerra	120.000,00
Clodomir Batista de Albuquerque	30.000,00
José Lúcio Marcelino de Jesus	75.000,00
José Queiroz de Oliveira	74.000,00
Valber Paulo da Silva	8.000,00
MCC Manut., Com. e Construção Ltda.	14.000,00
Prática Engenharia e Construções Ltda.	14.000,00
Terceirizadora Santa Clara Ltda.	52.000,00
Silva & Cavalcante Ltda.	20.000,00

9.7. aplicar aos responsáveis abaixo, individualmente, a multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei nº 8.443/92, nos valores indicados, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal, os recolhimentos das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do presente acórdão até a dos efetivos recolhimentos, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

Responsável	Valor (R\$)
Adeilson Teixeira Bezerra	20.000,00

Clodomir Batista de Albuquerque	18.000,00
José Lúcio Marcelino de Jesus	16.000,00
Valber Paulo da Silva	6.000,00
Damião Fernandes da Silva	10.000,00

9.8. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.9. inabilitar Adeilson Teixeira Bezerra, Clodomir Batista de Albuquerque e José Lúcio Marcelino de Jesus para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança na Administração Pública Federal, pelo período de cinco anos;

9.10. declarar a inidoneidade das empresas Hidramec Engenharia e Manutenção Ltda. e LOG Logística, Comercial e Representações Ltda., para participarem de licitação na Administração Pública Federal, pelo período de dois anos;

9.11. encaminhar cópia da presente deliberação, acompanhada do relatório e voto que a fundamentam, à Procuradoria da República no Estado de Alagoas e ao Juiz Federal da 4ª Vara da Justiça Federal em Alagoas.

Acórdão nº 2.185/2015 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão 1570/2015 – TCU – Plenário, prolatado na Sessão de 24/6/2015, Ata nº 24/2015, relativamente ao subitem 9.5, para que, onde se lê “aos cofres da Superintendência de Trens Urbanos de Maceió/AL da Companhia Brasileira de Trens Urbanos”, leia-se “aos cofres da CBTU”, mantendo-se os demais termos do acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.514/2010-4 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2009)

1.2. Responsáveis: Adeilson T. Bezerra, ex-superintendente, Clodomir Batista de Albuquerque, ex-gerente de manutenção, José Lúcio M. de Jesus ex-gerente de administração e finanças, Valber Paulo da Silva, ex-membro da comissão de licitação, Damião F. da Silva, ex-membro da comissão de licitação, Bergson A. Farias, ex-gerente de administração, espólio de José Zilto B. Júnior, ex-gerente operacional, José Queiroz de Oliveira, ex-gerente de administração e finanças, Gilmar Cavalcante Costa, ex- funcionário do almoxarifado, Horácio Rafael de A. Aguiar, ex-membro da comissão de licitação, Carlos Roberto F. Costa, ex-pregoeiro, Jefferson Calheiros da R. Júnior, funcionário da CBTU/AL, Hidramec Eng. e Manut. Ltda., MCC Manut., Com. e Construção Ltda., Prática Eng. e Constr. Ltda., Salinas Constr. e Projetos Ltda., P. I. Construções Ltda., LOG Logística, Comercial e Repres. Ltda., Nelma Industrialização de Madeiras Ltda., Terceirizadora Santa Clara Ltda. e Silva & Cavalcante Ltda.

Acórdão nº 2.398/2015 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno/TCU, c/c o Enunciado nº 145 da Súmula da Jurisprudência predominante do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, em retificar, por inexatidão material o Acórdão 1.570/2015 – TCU – Plenário, prolatado na Sessão de 24/6/2015, Ata nº 24/2015, relativamente aos subitens 9.2, 9.4 e 9.7, retificado pelo Acórdão 2.185/2015 - TCU - Plenário, prolatado na Sessão de 2/9/2015, Ata nº 35/2015, que passam a ter a seguinte redação:

9.2. julgar regulares as contas de José Zilto Barbosa Júnior, Carlos Roberto Ferreira Costa e Jefferson Calheiros da Rocha Júnior, dando-lhes quitação plena;

(...)

9.4. julgar irregulares as contas de Adeilson Teixeira Bezerra, Clodomir Batista de Albuquerque, José Lúcio Marcelino de Jesus, Damião Fernandes da Silva, José Queiroz de Oliveira, Gilmar Cavalcante Costa, Valber Paulo da Silva, Gilmar Cavalcante Costa, MCC Manutenção, Comércio e Construção Ltda., Prática Engenharia e Construção Ltda., e Terceirizadora Santa Clara Ltda. e Silva & Cavalcante Ltda.;

(...)

9.7. aplicar aos responsáveis abaixo, individualmente, a multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei nº 8.443/92, nos valores indicados, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal, os recolhimentos das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do presente acórdão até a dos efetivos recolhimentos, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

Responsável	Valor (R\$)
Adeilson Teixeira Bezerra	20.000,00
Clodomir Batista de Albuquerque	18.000,00
José Lúcio Marcelino de Jesus	16.000,00
Valber Paulo da Silva	6.000,00
Damião Fernandes da Silva	10.000,00
Gilmar Cavalcante Costa	10.000,00

mantendo-se os demais termos do acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas

Impedimento da aprovação sem ressalva da Prestação de Contas do exercício / 2005.

Não foi solicitada manifestação da instituição CBTU, os acórdãos emitidos foram direcionados aos responsáveis pelo processo (ex-empregados da CBTU e empresas contratadas).

Caracterização da determinação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
012.778/2010-9	-	-	-	-
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação				
-				
Descrição da determinação				
Não houve deliberação para a instituição CBTU no exercício de 2015.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Impedimento da aprovação sem ressalva da Prestação de Contas do exercício / 2010.				

Caracterização da determinação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
017.184/2010-0	96/2015-P	-	Ofício 0033/2015-Secex-AL	-
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação				
-				
Descrição da determinação				
<p>Acórdão nº 96/2015 – TCU - Plenário</p> <p>VISTOS, relatados e discutidos estes autos de prestação de contas da Superintendência de Trens Urbanos de Maceió/AL - CBTU-MAC, apartada da prestação de contas do exercício de 2007 da Companhia Brasileira de Trens Urbanos.</p> <p>ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:</p> <p>9.1. julgar regulares com ressalva as contas de Valber Paulo da Silva, dando-lhe quitação;</p> <p>9.2. julgar irregulares as contas de José Lúcio Marcelino de Jesus, Clodomir Batista de Albuquerque, José Queiroz de Oliveira, Damião Fernandes da Silva e Haylton Lima Silva Júnior, bem como das empresas Salinas Construções e Projetos Ltda., Empremac - Empresa de Manutenção e Construção Ltda. e Terceirizadora Santa Clara Ltda.;</p> <p>9.3. condenar José Lúcio M. de Jesus, solidariamente com os responsáveis abaixo indicados, ao pagamento das respectivas quantias especificadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal, o recolhimento das dívidas aos cofres da CBTU, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data dos recolhimentos, na forma prevista na legislação em vigor:</p> <p>9.3.1 Salinas Construções e Projetos Ltda.:</p> <p>Valor Original (R\$) Data da Ocorrência</p> <p>80.617,20 9/2/2007</p> <p>300,00 12/2/2007</p> <p>142.354,80 15/5/2007</p> <p>9.3.2 Clodomir Batista de Albuquerque e Empremac - Empresa de Manutenção e Construção Ltda.:</p> <p>Valor Original (R\$) Data da Ocorrência</p> <p>57.339,40 10/4/2007</p> <p>23.894,60 14/5/2007</p> <p>9.3.3 Empremac - Empresa de Manutenção e Construção Ltda.:</p> <p>Valor Original (R\$) Data da Ocorrência</p> <p>27.758,78 15/5/2007</p> <p>43.589,89 6/6/2007</p> <p>31.280,22 2/8/2007</p> <p>4.000,00 22/8/2007</p> <p>15.179,78 1/11/2007</p> <p>3.789,28 1/11/2007</p> <p>12.131,83 1/11/2007</p> <p>4.660,22 26/11/2007</p> <p>9.3.4. José Queiroz de Oliveira e Terceirizadora Santa Clara Ltda.:</p>				

Valor Original (R\$) Data da Ocorrência
16.450,03 31/1/2007
16.450,03 28/2/2007
<p>9.4. aplicar, individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 a José Lúcio M. de Jesus, no valor de R\$96.000,00, Clodomir B. de Albuquerque, no valor de R\$16.000,00, José Queiroz de Oliveira, no valor de R\$6.500,00, Salinas Construções e Projetos Ltda., no valor de R\$44.600,00, Empretec - Empresa de Manutenção e Construção Ltda., no valor de R\$44.700,00, e Terceirizadora Santa Clara Ltda., no valor de R\$R\$6.500,00, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal, o recolhimento dos montantes aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data deste acórdão até a dos efetivos recolhimentos, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;</p> <p>9.5. aplicar a multa individual a José Lúcio M. de Jesus, Haylton Lima S. Júnior, Damião F. da Silva e Clodomir B. de Albuquerque, no valor de R\$5.000,00, fixando-lhes o prazo de 15 dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal, o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data deste acórdão até a dos efetivos recolhimentos, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;</p> <p>9.6. excluir Jefferson Calheiros da Rocha Júnior, Command Informática Ltda. e Omega 3000 Suprimentos para Ferrovias Ltda. da relação processual;</p> <p>9.7. encaminhar cópia deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado de Alagoas e à Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), para as providências pertinentes.</p>
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas
<p>Impedimento da aprovação sem ressalva da Prestação de Contas do exercício / 2007.</p> <p>Não foi solicitada manifestação da instituição CBTU, os acórdãos emitidos foram direcionados aos responsáveis pelo processo (ex-empregados da CBTU e empresas contratadas).</p>

Caracterização da determinação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
012.827/2011-8	924/2015-P	-	Ofício 0347/2015-SeinfraHid	20/05/15
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação				
Superintendência de Trens Urbanos de Recife – STU/REC / CBTU				
Descrição da determinação				
<p>Acórdão 924/15 - TCU - Plenário</p> <p>Acordam Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo relator, em:</p> <p>9.1. considerar atendido o item 9.2 do <u>acórdão 523/2012-TCU-Plenário</u>, com o cumprimento da determinação contida no item 9.1.3 do <u>acórdão 3300/2011-TCU-Plenário</u>;</p> <p>9.2. dar ciência dessa deliberação à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, à empresa SAM Ltda., à Companhia Brasileira de Trens Urbanos e ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;</p> <p>9.3. encerrar o processo e arquivar os autos.</p>				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>Não foi solicitada manifestação da instituição CBTU.</p> <p>Processo encerrado em 02/06/15 pela SeinfraHidroferrovias.</p>				

Caracterização da determinação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
003.643/2012-3	-	-	-	-
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação				
-				
Descrição da determinação				
Não houve deliberação para a instituição CBTU no exercício de 2015.				

Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas
Impedimento da aprovação sem ressalva da Prestação de Contas do exercício / 2004.

Caracterização da determinação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
009.274/2012-0	1.799/2015-P	-	Ofício 0647/2015-SinfraHid	07/08/15
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação				
Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos - METROFOR				
Descrição da determinação				
<p>Acórdão nº 1.799/2015 - TCU - Plenário</p> <p>VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Monitoramento dos termos aditivos do contrato das obras de implantação do trecho sul do metrô de Fortaleza inseridas dentro do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em que se examinam pedidos de reexame interpostos contra os termos do Acórdão 3.126/2013-TCU-Plenário, que rejeitou as razões de justificativa dos responsáveis, aplicando-lhes a multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992;</p> <p>ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:</p> <p>9.1. com fulcro no artigo 48 da Lei 8.443/1992, conhecer do pedido de reexame interposto pelos Srs. Rômulo dos Santos Fortes, Clovis de Lima Picanço, Francisco Edilson Ponte Aragão, Plínio Pompeu de Saboya Magalhães Neto e Diogo Vital de Siqueira Cruz, para, dando-lhe provimento, tornar insubsistentes os itens 9.2, 9.3, 9.4, 9.5 e 9.6 do Acórdão 3.126/2013-Plenário;</p> <p>9.2. dar ciência do presente Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, aos interessados, à Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU e à Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos – Metrofor.</p>				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>Não foi solicitada manifestação da instituição CBTU, o acórdão emitido foi direcionado aos responsáveis pelo processo (Dirigentes do Metrofor).</p> <p>Processo encerrado em 18/08/15 pela SeinfraHidroferrovias.</p>				

Caracterização da determinação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
028.499/2012-3	3.032/2015-P	-	-	-
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação				
Administração Central - AC				
Descrição da determinação				
<p>Acórdão 3.032/15 - TCU - Plenário</p> <p>VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada mediante a conversão de Relatório de Auditoria do Fiscobras 2012, realizada nas obras do Metrô de Salvador, consoante subitem 9.1 do <u>Acórdão 1.861/2012 - Plenário</u>, ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:</p> <p>9.1. determinar à Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Portuária, Hídrica e Ferroviária a realização de diligências à Companhia de Trens da Bahia, ao Consórcio Bonfim e respectivas empresas formadoras do consórcio, à Receita Federal do Brasil (RFB) e aos órgãos fiscalizadores federais, estaduais ou municipais competentes para que enviem a este Tribunal, no prazo de 90 (noventa dias), as guias de importação dos materiais adquiridos no exterior, bem como as notas fiscais de compra dos materiais adquiridos pelo Consórcio Bonfim e suas empresas formadoras no Brasil, utilizados na execução do Contrato 10/2004 (SA-12), incluindo toda informação, nota fiscal ou guias de importação capazes de indicar os custos dos insumos ou serviços empregados na formação dos preços do referido contrato, em especial:</p> <p>9.1.1. as guias de importação dos materiais adquiridos no exterior que se destinaram a compor os fornecimentos especificados no orçamento previamente apresentado pelo Consórcio Bonfim (peça 15) tais como os referentes aos itens 1-Sinalização de Campo,</p>				

<p>subitens 1.1, 1.2, 1.3, 1.4 e 1.12; 2 Sinalização do Pátio Pirajá, subitens 2.1, 2.2, 2.3, 2.4 e 2.10; 4-ATC de Bordo, subitens 4.2 e 4.4, todos relacionados na Planilha de Preços nº 1 - Instalações, Equipamentos e Sobressalentes fabricados no Exterior;</p> <p>9.1.2. as notas fiscais de compra dos materiais adquiridos pelo Consórcio Bonfim e suas partes relacionadas no Brasil que se destinaram a compor os fornecimentos especificados no referenciado orçamento (peça 15) tais como os referentes aos itens 1- Sinalização de Campo, subitens 1.6, 1.7, 1.8, 1.9, 1.10, 1.11 e 1.12; 2-Sinalização do Pátio Pirajá, subitens 2.5, 2.6, 2.7, 2.8, 2.9, 2.10 e 2.11; 3-Sistema de Controle Integrado de Tráfego e energia, subitens 3.1 a 3.5 da parte A da planilha e todos os itens que compõem a parte B-Sistemas de Telecomunicações, todos relacionados na Planilha de Preços nº 2 - Instalações, Equipamentos e Sobressalentes fabricados no Brasil;</p> <p>9.2. dar ciência deste acórdão aos destinatários das diligências a serem empreendidas, por ocasião de suas expedições.</p>
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas
Não foi solicitada manifestação da instituição CBTU, o acórdão emitido foi direcionado aos responsáveis pelo processo (Consórcio Bonfim) e aos órgão de controle do Governo Federal.

Caracterização da determinação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
045.142/2012-2	1.872/2015-1ª C	-	Ofício 0229/2015-SecexEstataisRJ	24/04/15
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação				
Administração Central - AC				
Descrição da determinação				
<p>Acórdão nº 1.872/15 - TCU - Plenário</p> <p>Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara de acordo com os pareceres emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em julgar as contas a seguir relacionadas regulares e dar quitação plena aos responsáveis:</p> <p>1. Processo TC-045.142/2012-2 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2011)</p> <p>1.1. Responsáveis: Adriana Fonseca Lins; Arnulpho Azevedo Pereira dos Santos; Cassio Ramos Peixoto; Davidson Tolentino de Almeida; Elcione Diniz Macedo; Elionaldo Mauricio Magalhães Moraes; Francisco Carlos Caballero Colombo; Ilton Ilhomar de Carvalho; Jose Inocêncio de Andrade Araujo; Luiz Carlos Bueno de Lima; Marcos Jose de Luna Galindo; Marcus Vinicius Quintella Cury; Maria Fernandes Caldas; Mario Silvio Mendes Negromonte; Oswaldo Moss Barroso; Raul de Bonis Almeida Simões; Roberto de Oliveira Muniz.</p> <p>1.2. Entidade: Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU).</p> <p>1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.</p> <p>1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.</p> <p>1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração Indireta no Rio de Janeiro (SecexEstat).</p> <p>1.6. Advogado constituído nos autos: não há.</p> <p>1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:</p> <p>1.7.1. determinar à Companhia Brasileira de Trens Urbanos que informe, no próximo Relatório de Gestão, o andamento das ações contidas no Plano de Ação Institucional, em que foram registradas as ações necessárias para o cumprimento das determinações contidas nos <u>Acórdãos 2.315/2008-TCU-2ª Câmara</u> e 2.344/2013- TCU-1ª Câmara, relativamente ao cadastramento dos imóveis das empresas estatais dependentes no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial (SPIUnet);</p> <p>1.7.2. recomendar à Companhia Brasileira de Trens Urbanos que adote medidas com vistas à criação de um Plano Estratégico de Tecnologia da Informação - PETI; um Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI; um Plano Estratégico Institucional - PEI; um Comitê Diretivo de TI e uma Política de Segurança da Informação - PSI, que definam a política de investimentos para área de tecnologia da informação alinhada aos seus objetivos institucionais;</p> <p>1.8. encerrar o processo e arquivar os autos.</p>				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>Ver item 6.3.2 do Relatório de Gestão da CBTU/2015.</p> <p>Processo encerrado em 06/08/15 pela SecexEstataisRJ.</p>				

Caracterização da determinação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
023.414/2013-8	16/2015-P	-	-	-

Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação
Administração Central - AC
Descrição da determinação
<p>Acórdão nº 16/2015 - TCU - Plenário</p> <p>Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "e", e 183, inciso I, alínea d, do Regimento Interno/TCU, em Prorrogar por mais 90 (noventa) dias a contar da notificação, o prazo para cumprimento, ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, no item 9.2.1.2 do <u>Acórdão 1.200/2014-TCU-Plenário</u>.</p> <p>1. Processo TC-023.414/2013-8 (RELATÓRIO DE LEVANTAMENTO)</p> <p>1.1. Interessado: TCU.</p> <p>1.2. Órgão/Entidade: Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), Câmara dos Deputados (CD), Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI), Senado Federal (SF), Superior Tribunal de Justiça (STJ), Superior Tribunal Militar (STM), Supremo Tribunal Federal (STF), Tribunal de Contas da União (TCU), Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e Tribunal Superior do Trabalho (TST), e demais instituições da Administração Pública Federal (APF).</p>
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas
<p>Não foi solicitada manifestação da instituição CBTU, o acórdão emitido foi direcionado a DEST.</p> <p>Processo encerrado em 19/05/15 pela SEFTI.</p>

Caracterização da determinação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
025.068/2013-0	2.622/2015-P	-	-	-
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação				
Administração Central - AC				
Descrição da determinação				
<p>Acórdão 2.622/2015 - TCU - Plenário</p> <p>VISTOS, relatados e discutidos estes autos de relatório de levantamento com o objetivo de sistematizar informações sobre a situação da governança e da gestão das aquisições em amostra de organizações da Administração Pública Federal (APF), a fim de identificar os pontos vulneráveis e induzir melhorias na área,</p> <p>ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/92 c/c o art. 250, incisos II e III, do Regimento Interno, ante as razões expostas pelo Relator, em:</p> <p>9.1 recomendar ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que expeça orientações no sentido de que, quando pertinente, a escolha dos ocupantes de funções-chave, funções de confiança ou cargos em comissão na área de aquisições seja fundamentada nos perfis de competências definidos no modelo e sempre pautada pelos princípios da transparência, da motivação, da eficiência e do interesse público;</p> <p>9.2 recomendar à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI/MP) que:</p> <p>9.2.1. oriente as organizações sob sua esfera de atuação a:</p> <p>9.2.1.1. realizar avaliação quantitativa e qualitativa do pessoal do setor de aquisições, de forma a delimitar as necessidades de recursos humanos para que esses setores realizem a gestão das atividades de aquisições da organização;</p> <p>9.2.1.2. estabelecer diretrizes para as suas aquisições, incluindo as referentes a terceirização (execução de serviços de forma generalizada, com ou sem cessão de mão-de-obra), compras, estoques, sustentabilidade e compras conjuntas;</p> <p>9.2.1.3. avaliar se os normativos internos estabelecem:</p> <p>9.2.1.3.1. definição da estrutura organizacional da área de aquisições, e as competências, atribuições e responsabilidades das áreas e dos cargos efetivos e comissionados, de forma a atender os objetivos a ela designados;</p> <p>9.2.1.3.2. competências, atribuições e responsabilidades, com respeito às aquisições, dos dirigentes, nesses incluídos a responsabilidade pelo estabelecimento de políticas e procedimentos de controles internos necessários para mitigar os riscos nas aquisições;</p> <p>9.2.1.3.3. política de delegação e reserva de competência para autorização de todos os tipos de contratações (atividades de custeio ou de investimento), que deve ser elaborada após a avaliação das necessidades e riscos da organização e acompanhada do estabelecimento de controles internos para monitorar os atos delegados;</p> <p>9.2.1.4. avaliar a necessidade de atribuir a um comitê, integrado por representantes de diferentes setores da organização (área finalística e área meio), a responsabilidade por auxiliar a alta administração nas decisões relativas às aquisições, com o objetivo de buscar o melhor resultado para a organização como um todo;</p> <p>9.2.1.5. estabelecer diretrizes para a gestão de riscos nas aquisições;</p>				

9.2.1.6. capacitar os gestores da área de aquisições em gestão de riscos;

9.2.1.7. realizar gestão de riscos nas aquisições;

9.2.1.8. publicar todos os documentos que integram os processos de aquisição (e.g., solicitação de aquisição, estudos técnicos preliminares, estimativas de preços, pareceres técnicos e jurídicos etc.) na internet, a menos dos considerados sigilosos nos termos da lei, em atenção aos arts. 3º, I a V, 5º, 7º, VI e 8º, §1º, IV e §2º, da Lei 12.527/2011;

9.2.1.9. determinar a publicação, na sua página na internet, da decisão quanto à regularidade das contas proferida pelo órgão de controle externo;

9.2.1.10. estabelecer diretrizes para garantir que, de ofício, sejam apurados os fatos com indício de irregularidade ou contrários à política de governança, promovendo a responsabilização em caso de comprovação;

9.2.1.11. determinar a publicação da agenda de compromissos públicos do principal gestor responsável pelas aquisições;

9.2.1.12. executar processo de planejamento das aquisições, contemplando, pelo menos:

9.2.1.12.1. elaboração, com participação de representantes dos diversos setores da organização, de um documento que materialize o plano de aquisições, contemplando, para cada contratação pretendida, informações como: descrição do objeto, quantidade estimada para a contratação, valor estimado, identificação do requisitante, justificativa da necessidade, período estimado para executar a aquisição (e.g., mês), programa/ação suportado(a) pela aquisição, e objetivo(s) estratégico(s) apoiado(s) pela aquisição;

9.2.1.12.2. aprovação, pela mais alta autoridade da organização, do plano de aquisições;

9.2.1.12.3. divulgação do plano de aquisições na internet;

9.2.1.12.4. acompanhamento periódico da execução do plano, para correção de desvios;

9.2.2. elabore um modelo de processo de aquisições para a Administração Pública, para a contratação de bens e serviços, e a gestão dos contratos decorrentes, considerando as diretrizes constantes dos Acórdãos 786/2006, 1480/2008 e 1.915/2010, todos do Plenário do TCU, adaptando-os à aquisição de objetos de todos os tipos e não apenas aos objetos de tecnologia da informação, em especial:

9.2.2.1. modelagem básica dos processos de trabalho de aquisição, incluindo o planejamento da contratação, a seleção do fornecedor e a gestão dos contratos decorrentes;

9.2.2.2. definição de papéis e responsabilidades dos agentes envolvidos em cada fase;

9.2.2.3. elaboração de modelos de artefatos a serem produzidos;

9.2.2.4. utilização de estudo de modelos já existentes como subsídio para formulação de seu próprio modelo;

9.2.2.5. planejamento das contratações, iniciando-se pela oficialização das demandas, o que permitirá o planejamento de soluções completas, que atendam às necessidades expressas nas demandas;

9.2.2.6. definição de conceitos e referências à legislação e à jurisprudência;

9.2.2.7. mensuração da prestação de serviços por bens e serviços efetivamente entregues segundo especificações previamente estabelecidas, evitando-se a mera locação de mão-de-obra e o pagamento por hora-trabalhada ou por posto de serviço, utilizando-se de metodologia expressamente definida no edital;

9.2.2.8. inclusão dos controles internos em nível de atividade, podendo ainda avaliar a inclusão dos demais controles sugeridos no documento Riscos e Controles nas Aquisições - RCA, que pode ser acessado em <http://www.tcu.gov.br/selog>;

9.2.3. promova a implementação do modelo de processo de aquisições, elaborado nas organizações sob sua esfera de atuação mediante orientação normativa única, consolidando, se necessário, as orientações normativas em vigor;

9.2.4. implante e disponibilize comunidade de prática do tema governança e da gestão das aquisições para os seus jurisdicionados;

9.3. recomendar à Comissão de Ética Pública que, em atenção ao Decreto 6.029/2007, art. 4º, IV, oriente as organizações sob sua esfera de atuação sobre a importância da implantação do código de ética, em especial a necessidade de:

9.3.1. adotar código de ética formalmente, inclusive avaliando a necessidade de complementar o código de ética do servidor público federal ante as suas atividades específicas;

9.3.2. promover ações de disseminação, capacitação ou treinamento do código de ética;

9.3.3. constituir comissão de ética ou outro mecanismo de controle e monitoramento do cumprimento do código de ética instituído;

9.4. recomendar à Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade (CGDC) do Conselho de Governo que, com fulcro no art. 2º, II, do Decreto 7.478/2011:

9.4.1. oriente as organizações sob sua esfera de atuação sobre a necessidade de a respectiva alta administração estabelecer formalmente:

9.4.1.1. objetivos organizacionais para a gestão das aquisições, alinhados às estratégias de negócio;

9.4.1.2. pelo menos um indicador para cada objetivo definido na forma acima, preferencialmente em termos de benefícios para o negócio da organização;

9.4.1.3. metas para cada indicador definido na forma acima;

9.4.1.4. mecanismos que a alta administração adotará para acompanhar o desempenho da gestão das aquisições.

9.4.2. promova, mediante orientação normativa, a obrigatoriedade de que a alta administração de cada organização sob sua esfera de atuação estabeleça os itens acima.

9.5. recomendar à Controladoria-Geral da União (CGU/PR) que continue a orientar as organizações sob sua esfera de atuação para que:

9.5.1. observem as diferenças conceituais entre controle interno e auditoria interna, de forma a não atribuir atividades de cogestão à unidade de auditoria interna;

9.5.2. em decorrência da distinção conceitual acima, avaliem a necessidade de segregar as atribuições e competências das atuais secretarias de controle interno (ou equivalentes), de forma que a mesma unidade organizacional não possua concomitantemente atribuições e competências relativas a atividades de controle interno e a atividades de auditoria interna;

9.5.3. caso exista um conselho superior que supervisione a autoridade máxima da organização, avaliem a possibilidade de que a unidade de auditoria interna fique subordinada a esse conselho, como preconizam as boas práticas sobre o tema, à semelhança das orientações contidas no IPPF 1000 e no item 2.34.5 do código de melhores práticas de governança corporativa do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa;

9.5.4. promovam uma autoavaliação da unidade de auditoria interna, confrontando suas práticas com as boas práticas sobre o tema, como, por exemplo, aquelas contidas no IPPF, e utilizem o resultado para promover as melhorias consideradas adequadas em cada caso;

9.5.5. avaliem a conveniência e oportunidade de propor revisão dos marcos normativos e manuais de procedimentos que tratam de controle interno e auditoria interna de forma a adequá-los às boas práticas sobre o tema, como o Coso II e o IPPF (International Professional Practices Framework);

9.6. recomendar à Secretaria de Orçamento Federal (SOF/MPOG) que, com base no art. 20, II, do Decreto 8.189/2014, inclua nas normas de elaboração do orçamento federal a obrigatoriedade de as organizações encaminharem, juntamente com as propostas orçamentárias, documento que materialize a gestão de riscos das aquisições relevantes, contendo identificação, análise, avaliação e tratamento dos riscos;

9.7. recomendar à Secretaria de Gestão Pública (Segep/MPOG) que, em atenção ao art. 5º, I e §1º, do Decreto 5.707/2006 estabeleça, após consulta à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI/MPOG), um modelo de competências para os atores da função aquisição, em especial daqueles que desempenham papéis ligados à governança e à gestão das aquisições.

9.8. recomendar ao Comitê Gestor da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal que, em atenção ao art. 7º, II e IV, do Decreto 5.707/2006, estabeleça, após consulta à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, um programa de capacitação em governança e em gestão das aquisições;

9.9. recomendar aos órgãos e entidades a seguir relacionados que avaliem as orientações contidas no presente acórdão e adotem as medidas necessárias à implementação na sua esfera de atuação:

9.9.1. Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR);

9.9.2. Conselho Nacional de Justiça;

9.9.3. Conselho Nacional do Ministério Público;

9.9.4. Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF);

9.9.5. Conselhos Federais das Profissões Regulamentadas;

9.9.6. direções nacionais das organizações integrantes do "Sistema S";

9.10. recomendar ao Senado Federal, Câmara dos Deputados e ao Tribunal de Contas da União que avaliem as orientações contidas no presente acórdão e, caso adequado a sua realidade, adotem as medidas necessárias à implementação no seu âmbito;

9.11. recomendar à Secretaria-Geral de Controle Externo do TCU (Segecex) que avalie a conveniência e oportunidade de empreender estudos para rever a IN 28/1999 - TCU com vistas a harmonizar as informações com os demais Portais de Transparência da Administração existentes e com as regras da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011), a fim de evitar duplicidade de trabalho e facilitar o acesso à informação pelos usuários;

9.12. autorizar que a Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog/TCU):

9.12.1. encaminhe relatório individualizado para as organizações participantes do presente levantamento, discriminando os seus respectivos resultados e comparações com os resultados médios das organizações dos seus segmentos de negócio e de toda a Administração Pública Federal, como forma de subsidiar o planejamento dessas organizações;

9.12.2. divulgue as informações consolidadas obtidas neste levantamento em informativo e em sumários executivos, sem a identificação individual das organizações respondentes;

9.12.3. promova, com os Órgãos Governantes Superiores (OGS), a divulgação, inclusive por meio de eventos, das deliberações dirigidas aos órgãos governantes superiores por meio do presente acórdão, como forma de mitigar os riscos da sua implementação;

9.12.4. oriente os OGS para que, ao cumprir as recomendações de expedir orientações aos seus jurisdicionados, não se limite a reproduzir as orientações do TCU por meio de comunicados, avaliando a necessidade de detalhar os procedimentos necessários a implementação de cada controle recomendado na medida da necessidade das organizações sob sua esfera de atuação;

9.12.5. encaminhe, caso solicitado, para cada OGS os dados individualizados dos seus jurisdicionados, alertando-os para a classificação da informação;

9.13. encaminhar cópia do presente Acórdão, acompanhado do relatório e voto que o fundamentam à(o)(s):

9.13.1. Organizações a que foram dirigidas as deliberações;

9.13.2. Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal;

9.13.3. Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados;

9.13.4. Casa Civil da Presidência da República;

9.13.5. Tribunais de Contas dos Estados e dos Municípios, para conhecimento do trabalho;

9.14. indeferir todos os pedidos de vista e cópia formulados neste processo, bem como os que porventura sejam encaminhados no mesmo sentido, tendo em vista a importância de que as respostas individualizadas dos questionários sejam mantidas reservadas;

9.15. classificar como público o presente acórdão, assim como o relatório e voto que o fundamentam, classificando todas as demais peças deste processo como reservadas, nos termos do art. 4º, §§ 1º e 2º, c/c art. 7º, VIII e parágrafo único, todos da Resolução-TCU 254/2013;

9.16. arquivar os presentes autos, nos termos do art. 169, V, do RITCU

Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas

Não foi solicitada manifestação da instituição CBTU.

Caracterização da determinação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
033.485/2013-5	1.632/2015-P	-	Ofício 1.762/2015-Secex-MG	17/07/15
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação				
Administração Central - AC				
Descrição da determinação				
Acórdão nº 1.632/2015 – TCU – Plenário Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, com e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, Acordam, por unanimidade, em conhecer da presente denúncia, para, no mérito, considerá-la improcedente, retirar a chancela de sigiloso e arquivar os autos, dando-se ciência desta decisão ao denunciante e a CBTU.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Não foi solicitada manifestação da instituição CBTU. Processo encerrado em 17/09/15 pela SEFTI.				

Caracterização da determinação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
007.463/2014-6	64/2015-P	-	Ofício 187/2015-Secex-BA	09/02/15
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação				
Companhia de Transportes do Estado da Bahia - CTB (ex Companhia de Transportes de Salvador - CTS)				
Descrição da determinação				
Acórdão nº 64/2015 – TCU - Plenário <p>VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação oferecida pela Secex/BA em virtude de notícia encaminhada a este Corte pela Companhia de Transportes do Estado da Bahia - CBT (ex Companhia de Transportes de Salvador - CTS) no sentido de ter sido suspensa a eficácia de uma das cartas de fiança que, substituindo a retenção parcial de pagamentos determinada cautelarmente, foi dada em garantia de ressarcimento de possíveis danos que se encontram em apuração por meio de tomada de contas especial (TC-028.499/2012-3),</p> <p>ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, da Lei 8.443/92, e 237, inciso VII, e 276, do Regimento Interno, em:</p> <p>9.1. com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal, 11 e 45 da Lei 8.443/1992 e 276, <i>caput</i> e § 6º, do Regimento Interno do TCU, manter a medida cautelar adotada por meio do item 9.1 do Acórdão 1.605/2014-TCU-Plenário, em vista de não terem sido cumpridas, pelas empresas integrantes do Consórcio Bonfim, as providências indicadas em seu item 9.1.3 e, pela empresa MPE Montagens Especiais S.A, as providências indicadas em seus itens 9.1.1, 9.1.1.1, 9.1.2, 9.1.2.1 a 9.1.2.6;</p> <p>9.2. dar conformidade à solicitação das empresas integrantes do Consórcio Bonfim no sentido de que o valor do seguro-garantia destinado à garantia de execução do Contrato 10/04 seja igual a 30% do saldo deste atualizado com base no novo reajustamento anual ocorrido em setembro/2014;</p> <p>9.3. determinar à CTB que providencie junto ao Consórcio Bonfim o cumprimento dos itens 9.1.3 e 9.3 do Acórdão 1.605/2014-Plenário, e que encaminhe ao TCU cópia integral já alterada do Contrato 10/04 e dos seus anexos;</p>				

- 9.4.** dar ciência, à CTB, ao Consórcio Bonfim e às empresas que o integram, de que, em desacordo com o item 9.1 do Acórdão 3.254/2011-TCU-Plenário, a carta de fiança ofertada pela empresa MPE - Montagens e Projetos Especiais S.A. em substituição às retenções de pagamentos do Contrato 10/04 não atende aos requisitos estabelecidos por este Tribunal e não se enquadra entre as garantias previstas no art. 56 da Lei 8.666/1993, uma vez que não se trata de carta de fiança bancária;
- 9.5.** encaminhar, à Procuradoria da República no Estado da Bahia, aos Ministérios Públicos dos Estados da Bahia e Goiás, ao Banco Central do Brasil e ao Departamento de Polícia Federal, para conhecimento e adoção das medidas que entenderem cabíveis em seus respectivos âmbitos de atuação, cópia do presente acórdão, acompanhado das peças que o fundamentam;
- 9.6.** com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal, 11 e 44, *caput* e § 2º, da Lei 8.443/1992 e 274 e 276, *caput* e § 6º, do Regimento Interno do TCU, adotar medida cautelar consistente na decretação da indisponibilidade de bens da empresa MPE - Montagens e Projetos Especiais S.A. até o montante de R\$3,5 milhões [R\$3.083.472,82 (três milhões oitenta e três mil quatrocentos e setenta e dois reais e oitenta e dois centavos) atualizado até dezembro de 2014, arredondado para centena de milhar mais próxima], por até um ano ou até que o Consórcio Bonfim - qualquer de suas empresas integrantes - apresente carta de fiança bancária que garanta o valor total estabelecido atualizado até a data de sua instituição e atenda a todos os demais requisitos estabelecidos por esta Corte em suas deliberações;
- 9.7.** nos termos do art. 276, § 3º, do Regimento Interno deste Tribunal, seja concedido prazo de até quinze dias, sem efeito suspensivo, à empresa MPE - Montagens e Projetos Especiais S.A. para que se pronuncie, caso queira, a respeito da adoção da medida cautelar referida no item 9.6, *reto*;
- 9.8.** dar notícia à Segecex, para os efeitos do item 9.5 do referido Acórdão 1605/2014-Plenário, do conteúdo do voto que fundamenta esse acórdão e, em especial, dos itens 9.5 e 9.6, *retro*;
- 9.9.** dar ciência deste acórdão, bem como das peças que o fundamentam, ao Consórcio Bonfim e às empresas que o integram, à Companhia de Transportes do Estado da Bahia - CTB e à Companhia Brasileira de Transportes Urbanos - CBTU;
- 9.10.** determinar à Secex/BA que:
- 9.10.1.** proceda à identificação dos gestores da empresa MPE - Montagens e Projetos Especiais S.A. responsáveis pela apresentação das cartas de fiança emitidas pelas empresas Profit Bank e Infinite Bank;
- 9.10.2.** faça constar do processo de tomada de contas especial (TC-028.499/2012-3) cópia deste acórdão, acompanhado das peças que o fundamentam, e
- 9.12.2.** dê à análise das respostas às oitivas (item 9.7, *retro*) a prioridade que o presente processo requer.

Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas

Não foi solicitada manifestação da instituição CBTU, o acórdão emitido foi direcionado aos responsáveis pelo processo (Consórcio Bonfim, CTB e empresas contratadas).

Caracterização da determinação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
020.830/2014-9	1.273/2015	-	-	-
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação				
Administração Central - AC				
Descrição da determinação				
<p>Acórdão nº 1.273/2015 – TCU - Plenário</p> <p>VISTOS, relatados e discutidos estes autos de relatório de levantamento, com o objetivo de sistematizar informações sobre a situação da governança pública em âmbito nacional - esferas federal, estadual, distrital e municipal,</p> <p>ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário em:</p> <p>9.1. recomendar à Casa Civil da Presidência da República, ao Conselho Nacional de Justiça e ao Conselho Nacional do Ministério Público que elaborem modelo de governança para aprimorar a atuação das organizações públicas, que contemple medidas para a solução das fragilidades detectadas no presente levantamento afetas a estratégia, gerenciamento de risco, atuação das unidades de auditoria interna, aprovação formal de planos pelo dirigente máximo, direcionamento estratégico e supervisão de resultados;</p> <p>9.2. encaminhar cópia deste Acórdão, acompanhada do Relatório e Voto que o fundamentam, aos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados a fim de subsidiar eventual discussão de anteprojeto de proposta legislativa para definição de critérios gerais de controles internos, gestão de riscos e governança na administração pública brasileira;</p> <p>9.3. recomendar à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (em articulação com a Casa Civil da Presidência da República, com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e com a Controladoria Geral da União) que, elabore plano de</p>				

longo prazo com objetivo de fortalecer a governança nas organizações públicas de todas as esferas, com vistas ao desenvolvimento nacional;

9.4. determinar à Casa Civil da Presidência da República, ao Conselho Nacional de Justiça, ao Conselho Nacional do Ministério Público e à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República que encaminhem, no prazo de noventa dias a contar da ciência deste acórdão, plano de ação para a implementação das medidas a serem implementadas em decorrência dos itens 9.1 e 9.3;

9.5. determinar à Coordenação-Geral de Controle Externo dos Serviços Essenciais ao Estado e das Regiões Sul e Centro-Oeste (Coestado), por meio de suas unidades técnicas, que:

9.5.1. encaminhe relatório individualizado para as organizações federais participantes do presente levantamento, discriminando os seus respectivos resultados e comparações com os resultados gerais e médios das organizações dos seus segmentos de negócio, como forma de subsidiar o planejamento dessas organizações, incluindo neste relatório sugestão para que as organizações, promovam a divulgação, preferencialmente na internet, das informações constantes do seu relatório individualizado, com exceção daquelas classificadas como não públicas nos termos da lei;

9.5.2. encaminhe, por meio dos tribunais de contas, relatório individualizado para as organizações estaduais e municipais participantes do presente levantamento, discriminando os seus respectivos resultados e comparações com os resultados gerais e médios das organizações dos seus segmentos de negócio, como forma de subsidiar o planejamento, incluindo neste relatório sugestão para que essas organizações, promovam a divulgação, preferencialmente na internet, das informações constantes do seu relatório individualizado, com exceção daquelas classificadas como não públicas nos termos da lei;

9.5.3. encaminhe à Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) e ao Instituto Rui Barbosa (IRB), com os cuidados da classificação de sigilo, cópia dos dados brutos das respostas de todas as organizações estaduais e municipais participantes;

9.5.4. encaminhe aos tribunais de contas partícipes do Acordo de Cooperação celebrado para a realização deste levantamento, com os cuidados da classificação de sigilo, cópia dos dados brutos das respostas das organizações da sua esfera de atuação;

9.5.5. entregue ao Órgão Governante Superior federal que solicite, com os cuidados da classificação de sigilo, cópia dos dados das respostas das organizações na sua esfera de atuação;

9.5.6. divulgue, sempre que oportuno, as informações consolidadas obtidas neste levantamento em informativos e em sumários executivos, sem a identificação individual das organizações respondentes;

9.5.7. inclua nas ações previstas para o monitoramento deste trabalho as seguintes medidas:

9.5.7.1. definição de plano de divulgação dos resultados alcançados, sob a coordenação do relator, incluindo a elaboração de guias para auxiliar os gestores na implantação das práticas constantes do Referencial Básico de Governança e a realização de eventos de disseminação;

9.5.7.2. acompanhamento do desdobramento das medidas adotadas pelos tribunais de contas participantes, com base nas informações coletadas neste trabalho, a fim de apresentar um relatório consolidado dos resultados obtidos e sugestões de aperfeiçoamento para futuros levantamentos similares;

9.5.7.3. atualização de informações contempladas neste levantamento para subsidiar a análise da evolução do iGG no âmbito das três esferas federativas;

9.5.7.4. realização de fiscalizações com o objetivo de verificar a correção das respostas das organizações federais ao questionário de governança pública 2014;

9.5.8. realize fiscalização com vistas ao aprofundamento da investigação do comportamento da função auditoria interna na Administração Pública Federal;

9.6. encaminhar cópia do acórdão que vier a ser proferido nestes autos, acompanhado do relatório e voto que o fundamentam à(o)(s):

9.6.1. organizações federais a que foram dirigidas as deliberações;

9.6.2. Tribunal de Contas da União, Câmara dos Deputados e Senado Federal, para que avaliem as orientações contidas no acórdão que vier a ser proferido e adotem as medidas necessárias ao aperfeiçoamento da governança no seu âmbito;

9.6.3. Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados;

9.6.4. Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal;

9.6.5. Instituto Rui Barbosa (IRB);

9.6.6. Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon);

9.6.7. Tribunais de Contas partícipes do Acordo de Cooperação que viabilizou este trabalho e demais Tribunais de Contas dos Estados e dos Municípios, para conhecimento do resultado do presente levantamento;

9.7. indeferir todos os pedidos de vista e cópia formulados neste processo (peças 727, 768, 770, 776, 777), bem como os que porventura sejam encaminhados no mesmo sentido;

9.8. tornar público o acórdão que vier a ser proferido, assim como o relatório e voto que o fundamentam, classificando todas as demais peças deste processo como reservadas, nos termos do art. 4º, §§ 1º e 2º c/c art. 7º, VIII e parágrafo único, todos da Resolução-TCU 254/2013.

Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas

Não foi solicitada manifestação da instituição CBTU.

Caracterização da determinação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
004.795/2015-6	1.035/2015-P	-	Ofício 278/2015- SecexEstataisRJ	19/05/15
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação				
Administração Central - AC				
Descrição da determinação				
<p>Acórdão nº 1.035/2015 - TCU - Plenário</p> <p>Visto, relatados e discutidos estes autos de monitoramento do cumprimento das deliberações constantes dos itens 9.3 e 9.4 do <u>acórdão 1.994/2014-TCU-Plenário</u>, onde os Ministros Acordam, ante as razões expostas pelo relator, em:</p> <p>9.1. considerar cumprida a determinação constante do item 9.3 do <u>acórdão 1.994/2014-TCU-Plenário</u>;</p> <p>9.2. considerar parcialmente implementada a recomendação constante do item 9.4 do <u>acórdão 1.994/2014-TCU-Plenário</u>;</p> <p>9.3. determinar à Companhia Brasileira de Trens Urbanos que, no prazo de 60 (sessenta) dias, encaminhe ao Tribunal plano de ação discriminando as medidas a serem adotadas, e respectivos prazos, para a completa implementação da recomendação constante do item 9.4 do <u>acórdão 1.994/2014-TCU-Plenário</u>, especialmente quanto às ações informadas por meio da carta CRT/141-2014/P;</p> <p>9.4. dar ciência à Companhia Brasileira de Trens Urbanos das seguintes falhas na execução do contrato 012/2013/P: pagamentos sem a apresentação dos relatórios periódicos por parte da contratada e falta de disponibilização de advogados pela contratada para as áreas cível e trabalhista em cada unidade da empresa, em desacordo com as cláusulas contratuais 5.1.8 e 5.1.28.1;</p> <p>9.5. apensar os autos ao TC <u>021.103/2013-5</u>.</p>				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>Em resposta, a CBTU encaminhou para SecexEstataisRJ a CRT/125-2015/GAJUR, de 13/07/15.</p> <p>Processo encerrado em 06/08/15 pela SecexEstataisRJ.</p>				

Caracterização da determinação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
005.715/2015	3.599/2015-1ª C	-	Ofício 431/2015- SecexEstataisRJ	09/07/15
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação				
Administração Central - AC				
Descrição da determinação				
<p>Acórdão nº 3.599/2015 - TCU - 1ª Câmara</p> <p>Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar cumprida a determinação contida subitem 9.3 do acórdão 7920/2014 - TCU - 1ª Câmara, e determinar o apensamento definitivo destes autos de monitoramento ao processo original TC 021.709/2014-9, encaminhando cópia da presente decisão, bem como da instrução da unidade técnica (peça 6), à CBTU.</p>				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>Não foi solicitada manifestação da instituição CBTU.</p> <p>Processo encerrado em 20/08/15 pela SecexEstataisRJ e apensado ao TC 021.709/2014-9.</p>				

Caracterização da determinação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
009.611/2015-0	2.258/2015-P 3.314/2015-P	-	Ofício 0654/2015-SinfraUrbana Ofício 1.000/2015-SinfraUrbana	18/09/15 28/12/15
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação				
Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos - METROFOR				
Descrição da determinação				

Acórdão 2.258/15 – TCU - Plenário

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de auditoria realizada na Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos - Metrofor, a fim de fiscalizar as retenções de pagamentos em garantia para assegurar o resultado em curso no Tribunal de possíveis danos ao erário relativo às obras de implantação do Trecho Sul (Vila das Flores-João Felipe) do Sistema de Trens Urbanos de Fortaleza - CE, cuja apuração está sendo tratada nos autos do TC 008.523/2012-6 (Tomada de Contas Especial).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. apensar o presente processo ao TC 008.523/2012-6, nos termos do artigo 2º, inciso I, da Resolução/TCU 259/2014, em razão dos feitos apresentarem relação de dependência e conexão de objeto;

9.2. determinar à Secretaria de Infraestrutura Portuária, Hídrica e Ferroviária - SeinfraHidroferrovia que apure, no âmbito do TC 008.523/2012-6, a responsabilidade dos agentes pelo descumprimento da deliberação do TCU que determinou a retenção de pagamentos em decorrência dos indícios de irregularidades constatados nas obras de implantação do Trecho Sul (Vila das Flores-João Felipe) do Sistema de Trens Urbanos de Fortaleza - CE (Acórdão 3.070/2008 - TCU - Plenário);

9.3. encaminhar cópia deste acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, à Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos - Metrofor, à Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU, à Secretaria de Infraestrutura Portuária, Hídrica e Ferroviária - SeinfraHidroferrovia e à Secretaria de Controle Externo da Administração Indireta no Rio de Janeiro - SecexEstatais

Acórdão 3.314/15 – TCU - Plenário

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de auditoria, nos quais foram opostos embargos de declaração contra o Acórdão nº 2.258/2015-TCU-Plenário,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei nº 8.443/1992, não conhecer dos embargos de declaração opostos pelos interessados acima nominados, por não preencherem os requisitos de admissibilidade aplicáveis à espécie;

9.2. alterar, de ofício, o subitem 9.2 do Acórdão nº 2.258/2015-TCU-Plenário, para que passe a ter a seguinte redação:

"9.2. determinar à Secretaria de Infraestrutura Portuária, Hídrica e Ferroviária - SeinfraHidroferrovia que apure, no âmbito do TC 008.523/2012-6, a responsabilidade dos agentes pelo eventual descumprimento da deliberação do TCU que determinou a retenção de pagamentos em decorrência dos indícios de irregularidades constatados nas obras de implantação do Trecho Sul (Vila das Flores-João Felipe) do Sistema de Trens Urbanos de Fortaleza - CE (Acórdão 3.070/2008 - TCU - Plenário), levando em consideração, para tanto, a evolução jurisprudencial acerca da matéria, incluindo os resultados dos estudos desenvolvidos pelo grupo de trabalho constituído pela Portaria Segecex nº 21, de 27/8/2012, modificada em relação ao prazo pela Portaria Segecex nº 27, de 5/10/2012, com vistas à edição de norma definindo os critérios e procedimentos de aceitabilidade de garantias em substituição à retenção cautelar de valores ou a suspensão cautelar da execução física e financeira de contratos de obras públicas (TC 041.436/2012-1)";

9.3. encaminhar cópia deste acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, às embargantes, à Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos - Metrofor, à Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU, à Secretaria de Infraestrutura Portuária, Hídrica e Ferroviária - SeinfraHidroferrovia, à Secretaria de Controle Externo da Administração Indireta no Rio de Janeiro - SecexEstatais e à Coordenação-Geral de Controle Externo da Área de Infraestrutura e da Região Sudeste - Coinfra, para adoção das medidas cabíveis com vistas à conclusão dos estudos desenvolvidos no âmbito do TC 041.436/2012-1.

Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas

Não foi solicitada manifestação da instituição CBTU.

Caracterização da determinação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
016.313/2015-1	1.842/2015-P	-	-	-
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação				
Superintendência de Trens Urbanos de Recife - STU/REC - CBTU.				
Descrição da determinação				
Acórdão nº 1.842/2015 – TCU - Plenário Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento nos arts. 235 e 237 do Regimento Interno deste Tribunal, c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, ACORDAM, por unanimidade, em considerar a presente representação prejudicada, por perda do seu objeto, tendo em vista a informação obtida pela Secex/PE, após consulta realizada ao Portal Licitacoes-e.com.br, de que serão procedidas as devidas correções no edital, bem como marcada uma nova data de abertura do procedimento licitatório em questão (peças 5-6) e arquivar os autos, sem prejuízo de o Tribunal vir a analisar novamente fatos atinentes ao certame caso presentes motivos que justifiquem a medida.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				

Não foi solicitada manifestação da instituição CBTU.
 Por determinação da SECEX-PE, processo encerrado em 13/10/15.

Caracterização da determinação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
019.100/2015-9	2.804/2015-P	-	Ofício 0766/2015-SecexEstataisRJ	-
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação				
Administração Central - AC				
Descrição da determinação				
<p>Acórdão nº 2.804/15 - TCU - Plenário</p> <p>Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, na forma do art. 143, V, 'a', do RI/TCU e de acordo com o parecer da unidade técnica emitido nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar cumprida a determinação contida no item 9.3 do <u>Acórdão 1035/2015-TCU-Plenário</u>, e arquivar os autos, fazendo-se a determinação sugerida.</p> <p>1. Processo TC-019.100/2015-9 (MONITORAMENTO)</p> <p>1.1. Apensos: 004.795/2015-6 (MONITORAMENTO).</p> <p>1.2. Entidade: Companhia Brasileira de Trens Urbanos.</p> <p>1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.</p> <p>1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.</p> <p>1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração Indireta no Rio de Janeiro (SecexEstat).</p> <p>1.6. Representação legal: não há.</p> <p>1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:</p> <p>1.7.1. determinar à Companhia Brasileira de Trens Urbanos que apresente, no próximo Relatório de Gestão, em capítulo específico, as seguintes informações:</p> <p>1.7.1.1. resultado dos trabalhos realizados pela empresa de consultoria contratada para a revisão de seu Plano de Emprego e Salário, especialmente em relação à questão da superposição de atribuições entre os empregados advogados da CBTU e os advogados do escritório de advocacia contratado;</p> <p>1.7.1.2. montante da receita operacional bloqueada por força de decisões judiciais, no exercício, versus o montante da receita operacional recuperada, no exercício;</p> <p>1.7.1.3. número de ações judiciais novas e de ações judiciais encerradas;</p> <p>1.7.1.4. montante financeiro das perdas e vitórias judiciais da CBTU, discriminando os valores pagos e os valores economizados;</p> <p>1.7.1.5. breve relato com a motivação e as razões que levaram ao êxito ou à perda das ações.</p>				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Ver item 8.2 do Relatório de Gestão da CBTU/2015.				

7.2 - Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno

Nº RECOMENDAÇÃO	OBJETO	STATUS
5402	Recomendamos à CBTU que oriente à Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos - METROFOR a adotar providências para que sejam sustados os pagamentos à contratada Bom Sinal - Indústria e Comércio Ltda, até que seja procedido o cálculo dos valores que majoraram a proposta e resultaram em contratação por valor superior ao que seria apurado em conformidade com o Edital. Tão logo sejam apurados os valores majorados na proposta, deve ser convocada a empresa contratada para repactuação do contrato a fim de que os valores "a maior" sejam compensados nas parcelas a serem pagas, ou ainda, proceder à cobrança administrativa e judicial, caso não sejam mais possíveis tais compensações.	Monitorando
52417	Elaborar um plano de atuação, compatível com os recursos disponíveis na CBTU, com o objetivo final de proceder ao cadastramento de todos os bens imóveis próprios de responsabilidade da empresa e locados de terceiros no sistema SPIUNET, definindo as providências que serão adotadas, os responsáveis e os prazos previstos, dando início ao arrolamento dos bens e à regularização da respectiva documentação cartorial.	Monitorando
52421	Criar e executar periodicamente uma rotina para avaliação da compatibilidade dos recursos de TI com as reais necessidades da UJ, de modo a mitigar o risco de desperdício e de não atendimento de forma tempestiva e efetiva dos pleitos da unidade com relação ao desenvolvimento/manutenção de soluções em TI.	Monitorando
52442	Estabelecer e formalizar uma metodologia de desenvolvimento de sistemas de modo a mitigar a ocorrência de problemas em sua manutenção.	Monitorando
52456	Implantar rotina para identificação e monitoramento constantes dos processos críticos, bem como dos riscos, de origem interna e externa, envolvidos nos processos estratégicos da UJ, adotando as devidas medidas para mitigá-los.	Monitorando
56899	Reiteramos a orientação constante do Relatório de Auditoria relativo ao exercício de 2008 (RA 222086), para que a CBTU oriente a Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos no sentido de aprimorar seus procedimentos internos com o objetivo de agilizar os seus	Monitorando

	trâmites processuais, tendo em vista os constantes atrasos na execução de suas metas.	
72719	Em caso de realização de nova licitação, elaborar edital com a previsão do parcelamento dos objetos divisíveis a serem contratados, bem como com a definição precisa dos serviços e dos resultados esperados, abstendo-se de realizar contratação com a previsão de medição por meio de apropriação de horas do pessoal disponibilizado pela empresa contratada.	Monitorando
72720	Instruir os processos de licitação do tipo técnica e preço com a devida fundamentação para atribuição de fatores de ponderação distintos para os índices técnica e preço, que somente deve ocorrer em situações excepcionais.	Monitorando
72721	Adotar nas licitações do tipo técnica e preço critérios objetivos de pontuação e julgamento dos quesitos relativos à parte técnica.	Monitorando
74773	Nos casos em que reste pendente apenas o pagamento da obrigação pela CBTU, não havendo contraprestação pendente por parte do credor, promover a liquidação do empenho para que seja inscrito em restos a pagar processados.	Monitorando
74776	Elaborar um PDTI e mantê-lo atualizado.	Monitorando
74778	Criar um Comitê Gestor da Segurança da Informação de modo a mitigar a ocorrência de ações ineficazes, descoordenadas e sem alinhamento com o negócio.	Monitorando
74780	Monitorar constantemente o sistema de controle interno da CBTU e a avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo, objetivando sua própria melhoria.	Monitorando
78832	Que a CBTU defina rotinas administrativas de controle e conferência que inibam a ocorrência de erros no registro da modalidade licitatória no empenho.	Monitorando
78833	Que a STU/Maceió, ao realizar licitações para contratação de serviços de manutenção, defina no edital o regime de execução e os critérios de aceitabilidade para os preços unitários.	Monitorando
78834	Que a STU/Maceió, ao realizar pregão, faça constar em edital previsão de apresentação de planilha com os preços dos licitantes.	Monitorando
78924	Recomendamos que a CBTU passe a dar aos licitantes a oportunidade de comprovação da exequibilidade de suas propostas.	Monitorando

78925	Recomendamos que a CBTU passe a motivar as decisões de desclassificação de propostas em processos licitatórios.	Monitorando
78926	Recomendamos que a CBTU aplique as sanções previstas no art. 7º da Lei 10.520/2002.	Monitorando
116442	Que, em relação ao caso concreto do Metrô/DF, mantenha esta Controladoria informada dos desdobramentos em relação às irregularidades apontadas pela CGU.	Monitorando
116443	Diante do exposto, reiteramos a recomendação anterior encaminhada à CBTU por meio da NT n.º 803/DIURB/DI/SFC/CGU-PR, de 09/04/2010, para que reveja o projeto, analisando alternativas de modal de transporte mais adequadas, consentâneas com o interesse público e que não tragam os danos potenciais ao erário do projeto examinado.	Monitorando
143749	Que a CBTU elabore um projeto para o núcleo de correção contendo a estrutura organizacional e física necessárias, as suas atribuições e responsabilidades, culminando em um plano de ação determinando prazos e responsabilidades para a efetiva implantação do núcleo com o posterior cadastramento dos processos administrativos pendentes bem como o atendimento das recomendações pendentes do Relatório e Inspeção Correcional 01/2010.	Monitorando
143750	Estabelecer procedimento que defina o fluxo de informações a ser seguido no fornecimento de subsídios pelas áreas responsáveis ao escritório de advocacia contratado pela CBTU para patrocinar suas causas, estabelecendo formas, instrumentos, responsabilidades e prazos, com vistas a permitir a adequada defesa nas ações em que a empresa figura como ré.	Monitorando
143751	Estabelecer um procedimento de acompanhamento gerencial e sistemático nacional das ações em andamento, que permita a identificação das causas das demandas judiciais recorrentes e a adoção de medidas corretivas ou preventivas no sentido de evitar a reincidência.	Monitorando

7.3 – Medidas Administrativas para Apuração de Responsabilidade por Danos ao Erário

Após análise das Sindicâncias e Processos Administrativos Disciplinares, bem como consulta formulada às Superintendências Regionais, constatou-se apenas um caso de dano ao erário relativo ao exercício 2015. Trata-se de desaparecimento da motocicleta da Superintendência de Trens Urbanos de Recife, marca Honda, modelo XRE 300, Placa EOS 5603, avaliada em R\$9.623,04 (nove mil, seiscentos e vinte e três reais e quatro centavos).

Ao constatar o desaparecimento do referido bem, foi lavrado o Boletim de Ocorrência número 687/2015 na 1ª Delegacia de Polícia de Repressão ao Roubo e Furto de Recife e instaurada Sindicância, devidamente constituída, e acompanhada pelo Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Metroviárias e Conexos de Pernambuco.

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Tomadas de Contas Especiais							
	Não Instauradas			Instauradas				
	Dispensadas			Não remetidas ao TCU				
	Débito < R\$ 75.000	Prazo > 10 anos	Outros Casos*	Arquivamento			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração*	Remetidas ao TCU
				Recebimento Débito	Não comprovação	Débito < R\$ 75.000		
1	1	-	-	-	-	-	-	-

Como resultado do processo, embora não tenha sido possível apontar a autoria do furto, foi imputada pena de Advertência, em caráter pedagógico e não meramente punitivo, a três empregados, por suas condutas culposas terem servido como facilitadoras da saída da motocicleta do prédio, sendo eles: o responsável pela portaria principal do edifício, o responsável pelo setor de Transporte e o Segurança.

Não houve instauração de Tomada de Contas Especial, uma vez que o dano totalizou o valor de R\$9.623,04 (nove mil, seiscentos e vinte e três reais e quatro centavos), enquadrando-se em hipótese de dispensa, conforme o art. 6º, I da IN TCU 71/2012. Cumpre observar, ainda, que a quantificação do débito deu-se mediante verificação, haja vista que, por tratar-se de furto de bem determinado, foi possível quantificar com exatidão o real valor devido, como preceitua o art. 8º, I da IN TCU 71/2012.

Vale observar que, para apuração e minimização de ocorrência de ilícitos administrativos de uma maneira geral, a CBTU aplica o seu Manual Disciplinar, aprovado e implementado no ano de 2015. Este documento regula os direitos, deveres e os instrumentos disciplinares destinados à apuração de responsabilidades funcionais decorrentes da ação ou omissão dos empregados em toda a Companhia, por meio de Sindicância, Processo Administrativo Disciplinar (PAD), Termo Circunstanciado Administrativo (TCA) e Termo de Compromisso de Adequação Funcional (TCAF).

As penalidades poderão consistir em advertência, suspensão ou demissão por justa causa, todas precedidas por procedimento administrativo, contendo a documentação dos fatos, defesas, depoimentos, relatórios, julgamento e decisão, sendo consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para a Companhia, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes funcionais.

Fonte: Getor Nacional PAD

7.4 – Demonstração da Conformidade do Cronograma de Pagamentos de Obrigações com o Disposto no Art. 5º da Lei 8666/93

Todas as Unidades da CBTU obedecem o que determina o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993. Todos os pagamentos das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços seguem a ordem cronológica, conforme entrada no sistema interno “SISAFweb”, sistema próprio da CBTU para os processos de pagamento.

FONTE: GAFIN/DA (Gerência Geral de Gestão Financeira) e GIAFI/STU (Gerência Regional de Administração e Finanças)

7.5 – Informações sobre a Revisão dos Contratos Vigentes Firmados com Empresas Beneficiadas pela Desoneração da Folha de Pagamento

Em setembro de 2014, por força de Resolução de Diretoria, foi formado Grupo de Trabalho para atender os termos da Lei 12.546/2011, o qual compilou, em planilha apresentada em seu Relatório Final, os efeitos do instrumento legal sobre os contratos da CBTU.

A planilha resumo, com todos os contratos que poderiam se enquadrar na legislação, foi integralmente apresentada no Relatório de Gestão de 2014, no item **7.3 - Desoneração da Folha de Pagamento - Acórdão 1212/2014 – TCU-Plenário**

No entanto, para alguns dos contratos identificados não houve, à época, demonstração dos efeitos financeiros da desoneração.

Para o Relatório de Gestão do exercício de 2015, o TCU solicita, em item específico, a demonstração das medidas adotadas para revisão dos contratos vigentes, da obtenção administrativa do ressarcimento dos valores pagos a maior e o detalhamento dos contratos (vigentes e encerrados) revisados.

Durante a apuração das informações, foi constatada a apresentação, no Processo 013.515/2013-6, de um recurso – pedido de reexame com efeito suspensivo – contra o Acórdão 2859/2013, sendo o mesmo admitido. Feita consulta ao TCU (fórum de PRESTAÇÃO DE CONTAS) quanto a aplicabilidade do recurso às demais empresas, foi informado que há interpretações diversas sobre o assunto, inclusive sobre se o recurso se aplica a todos ou somente às partes do processo, cabendo a cada órgão o entendimento se o efeito suspensivo lhe aproveita, informando se as ações de revisão e ressarcimento não foram iniciadas ou foram suspensas até a apreciação do recurso pelo Colegiado do Tribunal.

Toda a documentação foi, então, encaminhada à área jurídica da CBTU para análise, sendo seu entendimento de que o efeito suspensivo foi concedido tão somente em relação aos órgãos e entidades que formularam o pedido de reexame perante a Corte de Contas Federal, não abrangendo a CBTU.

A partir deste entendimento, em 18 de março de 2016 foi publicada nova resolução do diretor-presidente, determinando a atualização do levantamento realizado em 2014 e o atendimento aos quesitos solicitados pelo TCU. No entanto, com relação às medidas tomadas com vistas à repactuação da planilha de preços de contratos celebrados com empresas beneficiadas pela desoneração que ainda não tiveram as repactuações com vista a reduzir os pagamentos dos tributos conforme legislação, será aguardada a decisão do mérito no âmbito do acórdão 2859/2013.

FONTE: GAPLO, GAJUR

8. ANEXOS E APÊNDICES

8.1 - Atendimento ao Acórdão 1309/2010 – Primeira Câmara

Evolução dos Acidentes Ferroviários (por regional e consolidado) e Concessão Judicial de Pensões e Custos nos últimos 5 anos

Quadro A.8.1.A – Evolução dos acidentes ferroviários nos últimos 5 anos

UNIDADES	ANO	TOTAL ACIDENTES	ACIDENTES/MILHÃO DE PASS. TRANSPORTADOS
CBTU TOTAL	2011	67	0,48
	2012	82	0,58
	2013	105	0,62
	2014	90	0,50
	2015	66	0,37
STU/REC	2011	14	0,18
	2012	6	0,08
	2013	10	0,10
	2014	8	0,07
	2015	0	0,00
STU/BH	2011	0	0,00
	2012	0	0,00
	2013	0	0,00
	2014	0	0,00
	2015	0	0,00
STU/NAT	2011	24	13,33
	2012	28	24,87
	2013	47	30,32
	2014	35	23,33
	2015	30	12,55
STU/JOP	2011	21	9,10
	2012	28	13,15
	2013	23	12,63
	2014	29	18,12
	2015	14	7,18
STU/MAC	2011	8	10,00
	2012	20	12,40
	2013	25	11,31
	2014	18	6,66
	2015	22	10,15

Fonte: Banco de dados - GEPL/GEPL/DP

Quadro A.8.1.B – Concessão Judicial de Pensões e Custos nos Últimos 5 Anos

2011

	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	TOTAL
BELO HORIZONTE													
valor pago (R\$)	4.250,64	4.250,64	4.278,49	4.278,49	4.278,49	4.278,49	4.278,49	4.278,49	3.864,46	3.864,46	3.864,46	5.520,58	51.286,18
número de pensões	7	7	7	7	7	7	7	7	6	6	6	7	
FORTALEZA													
valor pago (R\$)	10.952,44	8.683,61	9.841,74	9.337,13	9.337,13	7.025,06	11.192,32	8.792,13	9.700,46	9.518,80	9.337,13	9.337,13	113.055,08
número de pensões	9	8	9	9	9	8	9	8	8	9	9	9	
NATAL													
valor pago (R\$)	2.470,43	2.470,43	2.492,26	2.497,32	2.497,32	2.497,32	2.497,32	2.860,65	2.678,99	2.678,99	2.678,99	2.678,99	30.999,01
número de pensões	2	2	2	2	2	2	2	3	3	3	3	3	
RIO DE JANEIRO													
valor pago (R\$)	906.974,76	915.492,60	915.485,93	924.970,91	928.708,07	916.694,32	912.297,17	914.454,42	900.320,40	889.034,90	951.346,29	895.714,89	10.971.394,66
número de pensões	2219	2197	2197	2175	2197	2168	2165	2168	2172	2168	2185	2194	
SÃO PAULO													
valor pago (R\$)	352.658,27	365.276,26	369.257,90	351.240,22	387.347,91	350.949,20	376.945,40	359.911,49	352.139,90	350.048,11	354.302,68	362.692,76	4.332.770,01
número de pensões	554	555	558	557	567	558	563	567	569	566	569	570	
SALVADOR													
valor pago (R\$)	0,00	540,00	272,50	272,50	272,50	272,50	272,50	272,50	272,50	272,50	272,50	272,50	3.265,00
número de pensões	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	
RECIFE													
valor pago (R\$)	0,00	2.054,93	545,00	545,00	545,00	545,00	545,00	545,00	545,00	545,00	545,00	545,00	7.504,93
número de pensões	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	
MACEIÓ													
valor pago (R\$)	540,00	540,00	545,00	545,00	545,00	545,00	545,00	545,00	545,00	545,00	545,00	545,00	6.530,00
número de pensões	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	
JOÃO PESSOA													
valor pago (R\$)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.510,45	1.090,00	1.090,00	1.226,24	1.226,24	13.142,93
número de pensões	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	3	3	
TOTAL													
valor pago (R\$)	1.277.846,54	1.299.308,47	1.302.718,82	1.293.686,64	1.333.531,42	1.282.806,89	1.308.573,20	1.300.170,13	1.271.156,71	1.257.597,76	1.324.118,29	1.278.533,09	15.530.047,96
número de pensões	2.792	3.772	2.776	2.753	2.785	2.746	2.749	2.757	2.762	2.756	2.778	2.789	

FONTE: GEPAF/GAREH/DA

2012													
	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	TOTAL
BELO HORIZONTE													
valor pago (R\$)	4.707,49	4.707,49	4.707,49	4.707,49	4.707,49	4.539,03	4.875,95	4.707,49	5.017,88	5.017,88	5.017,88	6.674,00	59.387,56
número de pensões	7	7	7	7	7	6	7	7	7	7	7	8	
FORTALEZA													
valor pago (R\$)	10.577,17	10.577,17	10.577,17	10.577,17	10.577,17	10.577,17	10.577,17	10.577,17	10.577,17	10.577,17	10.577,17	10.577,17	126.926,04
número de pensões	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	
NATAL													
valor pago (R\$)	3.043,60	3.043,60	3.043,60	3.043,60	2.836,27	3.250,93	3.043,60	3.043,60	3.043,60	3.043,60	3.043,60	3.043,60	36.523,20
número de pensões	3	3	3	3	2	3	3	3	3	3	3	3	
RIO DE JANEIRO													
valor pago (R\$)	1.043.202,14	1.017.728,27	1.005.819,23	1.085.917,96	1.027.814,44	979.767,82	984.092,09	966.148,31	985.608,45	960.567,21	979.587,40	984.092,19	12.020.345,51
número de pensões	2190	2186	2202	2178	2183	2174	2173	2151	2129	2123	2116	2098	
SÃO PAULO													
valor pago (R\$)	399.861,50	412.674,46	400.748,41	390.409,99	397.657,97	394.714,51	398.019,12	396.448,27	392.973,57	403.653,60	392.364,98	398.030,17	4.777.556,55
número de pensões	568	576	580	574	575	580	582	585	582	586	583	577	
SALVADOR													
valor pago (R\$)	311,00	311,00	311,00	311,00	311,00	311,00	311,00	311,00	311,00	311,00	311,00	311,00	3.732,00
número de pensões	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	
RECIFE													
valor pago (R\$)	622,00	622,00	622,00	622,00	622,00	622,00	622,00	622,00	622,00	622,00	622,00	622,00	7.464,00
número de pensões	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	
MACEIÓ													
valor pago (R\$)	622,00	622,00	622,00	622,00	622,00	622,00	622,00	622,00	622,00	622,00	622,00	622,00	7.464,00
número de pensões	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	
JOÃO PESSOA													
valor pago (R\$)	1.399,49	1.535,73	1.266,21	1.266,21	1.266,21	1.266,21	1.266,21	1.244,00	1.244,00	1.244,00	1.244,00	1.244,00	15.486,27
número de pensões	3	3	2	2	2	2	2	1	1	1	1	1	
TOTAL													
valor pago (R\$)	1.464.346,39	1.451.821,72	1.427.717,11	1.497.477,42	1.446.414,55	1.395.670,67	1.403.429,14	1.383.723,84	1.400.019,67	1.385.658,46	1.393.390,03	1.405.216,13	17.054.885,13
número de pensões	2.783	2.787	2.806	2.776	2.781	2.777	2.779	2.759	2.734	2.732	2.722	2.699	
FONTE: GEPAF/GAREH/DA													

2013

	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	TOTAL
BELO HORIZONTE													
valor pago (R\$)	5.743,91	5.743,91	5.743,91	5.019,49	6.468,33	5.743,91	5.743,91	5.743,91	5.743,91	5.743,91	5.743,91	5.743,91	68.926,92
número de pensões	8	8	8	7	8	8	8	8	8	8	8	8	
FORTALEZA													
valor pago (R\$)	12.037,67	12.037,67	12.037,67	12.037,67	12.037,67	12.037,67	12.037,67	12.037,67	12.290,15	12.290,15	12.290,15	12.290,15	145.461,96
número de pensões	9	9	9	9	9	9	9	9	10	10	10	10	
NATAL													
valor pago (R\$)	3.390,00	3.390,00	3.390,00	3.390,00	3.390,00	3.390,00	3.390,00	3.390,00	3.390,00	3.390,00	3.390,00	3.390,00	40.680,00
número de pensões	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	
RIO DE JANEIRO													
valor pago (R\$)	1.049.035,91	1.029.271,27	1.038.560,99	1.080.083,71	1.068.838,60	1.057.899,22	1.026.706,15	1.064.235,14	1.040.367,35	1.070.961,14	1.044.420,91	1.056.195,90	12.626.576,29
número de pensões	2097	2079	2074	2078	2078	2069	2040	2054	2045	2055	2035	2018	
SÃO PAULO													
valor pago (R\$)	429.498,39	427.687,04	430.056,99	449.306,02	432.136,84	431.212,66	456.592,33	454.260,67	437.523,79	438.609,83	440.872,53	424.476,38	5.252.233,47
número de pensões	577	579	580	583	580	573	566	569	566	570	571	559	
SALVADOR													
valor pago (R\$)	339,00	339,00	339,00	339,00	339,00	339,00	339,00	339,00	339,00	339,00	339,00	339,00	4.068,00
número de pensões	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	
RECIFE													
valor pago (R\$)	678,00	678,00	678,00	678,00	678,00	678,00	678,00	678,00	678,00	678,00	678,00	678,00	8.136,00
número de pensões	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	
MACEIÓ													
valor pago (R\$)	678,00	678,00	678,00	678,00	678,00	678,00	678,00	678,00	678,00	678,00	678,00	678,00	8.136,00
número de pensões	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	
JOÃO PESSOA													
valor pago (R\$)	1.356,00	1.356,00	1.356,00	1.356,00	1.356,00	1.356,00	1.356,00	1.356,00	4.131,79	2.373,00	2.373,00	3.075,18	22.800,97
número de pensões	1	1	1	1	1	1	1	1	3	3	3	4	
TOTAL													
valor pago (R\$)	1.502.756,88	1.481.180,89	1.492.840,56	1.552.887,89	1.525.922,44	1.513.334,46	1.507.521,06	1.542.718,39	1.505.141,99	1.535.063,03	1.510.785,50	1.506.866,52	18.177.019,61
número de pensões	2.698	2.682	2.678	2.684	2.682	2.666	2.630	2.647	2.638	2.652	2.633	2.605	2.658

FONTE: GEPAF/GAREH/DA

2014

	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	TOTAL
BELO HORIZONTE													
valor pago (R\$)	6.000,19	6.000,19	6.000,19	6.000,19	6.000,19	6.000,19	6.000,19	6.000,19	5.586,16	15.498,68	6.532,75	6.532,75	82.151,86
número de pensões	8	8	8	7	8	8	8	8	7	8	8	8	
FORTALEZA													
valor pago (R\$)	12.575,73	12.625,73	12.625,73	13.229,06	12.505,06	12.505,06	12.643,22	12.643,22	12.643,22	12.643,22	12.643,22	12.643,22	151.925,69
número de pensões	10	10	10	10	10	10	11	11	11	11	11	11	
NATAL													
valor pago (R\$)	3.506,20	3.520,63	3.520,63	3.520,63	1.785,87	724,00	724,00	724,00	724,00	370,04	603,33	603,33	20.326,66
número de pensões	3	3	3	3	3	2	2	2	2	2	2	2	
RIO DE JANEIRO													
valor pago (R\$)	1.120.420,77	1.081.680,24	1.076.762,94	1.222.052,23	1.071.127,80	1.055.063,18	1.113.852,50	1.050.760,00	1.044.365,94	1.103.887,72	1.044.826,87	1.035.873,55	13.020.673,74
número de pensões	2008	1996	1997	1985	1987	1968	1961	1962	1947	1950	1931	1905	
SÃO PAULO													
valor pago (R\$)	467.876,63	446.746,49	446.807,90	443.751,13	438.570,14	455.331,47	445.887,58	471.725,55	441.104,36	438.603,56	460.264,03	429.914,81	5.386.583,65
número de pensões	569	567	562	561	558	549	548	553	553	536	548	532	
SALVADOR													
valor pago (R\$)	362,00	362,00	362,00	362,00	362,00	362,00	362,00	362,00	362,00	362,00	362,00	362,00	4.344,00
número de pensões	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	
RECIFE													
valor pago (R\$)	724,00	724,00	724,00	724,00	724,00	724,00	724,00	724,00	724,00	724,00	724,00	724,00	8.688,00
número de pensões	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	
MACEIÓ													
valor pago (R\$)	543,00	905,00	724,00	724,00	1.025,66	1.025,66	1.025,66	1.025,66	1.025,66	724,00	1.327,33	1.025,66	11.101,29
número de pensões	1	2	2	2	3	3	3	3	3	3	3	3	
JOÃO PESSOA													
valor pago (R\$)	2.715,00	2.715,00	2.534,00	2.534,00	3.077,00	2.715,00	2.715,00	2.534,00	2.534,00	2.534,00	2.534,00	2.534,00	31.675,00
número de pensões	4	4	4	4	5	5	5	4	4	4	4	4	
TOTAL													
valor pago (R\$)	1.614.723,52	1.555.279,28	1.550.061,39	1.692.897,24	1.535.177,72	1.534.450,56	1.583.934,15	1.546.498,62	1.509.069,34	1.575.347,22	1.529.817,53	1.490.213,32	18.717.469,89
número de pensões	2.605	2.592	2.588	2.574	2.576	2.547	2.540	2.545	2.529	2.516	2.509	2.467	2.549

FONTE: GEPAF/GAREH/DA

QUADRO COMPARATIVO

Ano	2010	2011	2012	2013	2014
Valor folha de pagamento (R\$)	15.001.421,64	15.530.047,96	17.054.885,13	18.177.019,61	18.717.469,89
Nº médio de pensionistas anuais	2.787,92	2.851,25	2761	2658	2549
Valor do salário mínimo	510,00	545,00	622,00	678,00	724,00
Folha em SM	29.415	28.496	27.419	26.810	25.853

CONTROLE DAS PENSÕES POR ACIDENTE FERROVIÁRIO PAGAS NO EXERCÍCIO DE 2015														
UA	VALOR / PENSÃO	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAIS DAS UA's
RJ	EM R\$	1.223.725,46	1.180.847,80	1.188.352,87	1.159.254,66	1.154.527,70	1.139.556,99	1.190.174,24	1.140.262,97	1.147.496,51	1.117.895,68	1.198.403,20	1.160.912,49	14.001.410,57
	QTD.	1.553	1.918	1.922	1.911	1.928	1.885	1.888	1.888	1.874	1.878	1.871	1.852	1.864
SP	EM R\$	491.654,63	476.118,20	492.990,07	481.620,78	484.006,89	492.614,93	499.272,97	493.093,60	479.925,62	487.677,24	497.878,66	580.307,56	5.957.161,15
	QTD.	543	538	543	539	541	538	542	535	532	536	540	532	538
BH	EM R\$	6.889,32	6.889,32	6.889,32	6.164,90	6.164,90	6.164,90	9.062,58	8.600,98	6.510,39	6.510,39	5.870,51	7.150,27	82.867,78
	QTD.	8	8	8	7	7	7	8	8	7	7	6	7	7
FZ	EM R\$	14.021,45	14.021,45	14.021,45	15.072,12	13.990,68	13.990,68	13.859,35	13.859,35	13.990,68	10.600,25	9.821,62	7.378,00	154.627,08
	QTD.	10	10	10	11	10	10	9	9	9	8	9	9	10
JP	EM R\$	2.758,00	2.758,00	2.758,00	2.758,00	2.758,00	2.758,00	2.758,00	2.758,00	2.758,00	2.758,00	2.758,00	2.758,00	33.096,00
	QTD.	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4
MC	EM R\$	1.116,33	1.116,33	1.116,33	1.116,33	1.116,33	1.116,33	1.116,33	1.116,33	1.116,33	1.116,33	1.116,33	1.116,33	13.395,96
	QTD.	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3
NT	EM R\$	656,67	1.050,67	5.788,67	1.050,67	1.050,67	1.050,67	1.313,33	1.575,99	1.313,33	1.313,33	1.313,33	1.313,33	18.790,66
	QTD.	2	3	3	3	3	3	4	4	4	4	4	4	3
RE	EM R\$	788,00	788,00	788,00	788,00	788,00	788,00	788,00	788,00	788,00	788,00	788,00	788,00	9.456,00
	QTD.	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
SV	EM R\$	394,00	394,00	394,00	394,00	394,00	394,00	394,00	394,00	394,00	394,00	394,00	394,00	4.728,00
	QTD.	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
TOTAIS GERAL	EM R\$	1.742.003,86	1.683.983,77	1.713.098,71	1.668.219,46	1.664.797,17	1.658.434,50	1.718.738,80	1.662.449,22	1.654.292,86	1.629.053,22	1.718.343,65	1.762.117,98	20.275.533,20
	QTD.	2.125	2.486	2.495	2.480	2.498	2.452	2.460	2.453	2.435	2.442	2.439	2.413	2.432

ANÁLISE DAS DESPESAS COMPARANDO COM OS EXERCÍCIOS ANTERIORES

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Valor folha de pagamento (R\$)	11.326.398,06	11.876.217,96	12.403.548,44	14.212.705,42	15.001.421,64	15.530.047,96	17.054.885,13	18.177.019,61	18.979.491,28	20.275.533,20
Nº médio de pensionistas anual	2844	2804	2641	2790	2788	2852	2761	2659	2549	2463
Valor do salário mínimo	350,00	380,00	415,00	465,00	510,00	545,00	622,00	678,00	724,00	788,00
Folha em SM	32,361	31,253	29,888	30,565	29,415	28,496	27,419	26,810	26,215	25,730

8.2 - Atendimento aos Acórdãos 1271-2004 e 2804-2015

Acórdão 1271-2004

As informações referentes ao **Acórdão 1271-2004** – Evolução da quantidade de ações judiciais abertas e acompanhadas e os valores pagos pelos serviços - estão inseridas no item 3.10.3 - GOVERNANÇA – Estrutura de Gestão e Controle de Demandas Judiciais – *Demonstrativo de ações judiciais e de penhoras/valores bloqueados*

Acórdão 2804-20015

Item 1.7.1.1 – Os trabalhos realizados pela empresa de consultoria contratada para revisão do Plano de Emprego e Salários – PES, incluindo a questão da superposição de atribuições entre os empregados advogados da CBTU e os advogados do escritório de advocacia contratado, não foram concluídos.

Com relação ao elevado número de ações trabalhistas relacionados ao Plano de Empregos e Salários, embora tenha sido contratada uma consultoria especializada para assessorar a elaboração de estratégias que pudessem mitigar as ações judiciais, o trabalho realizado não foi conclusivo. A CBTU e a empresa contratada buscam uma solução para o alcance dos resultados propostos. Em consonância, o novo Planejamento Estratégico da Companhia, realizado em 2015, propôs um projeto unificado para mapeamento das ações trabalhistas em todas as unidades.

Fonte: GAREH/DA

Item 1.7.1.2 – Montante da receita operacional bloqueada por força de decisões judiciais no exercício, versus o montante da receita operacional recuperada no exercício

Quadro A.8.2.1 - Valores Penhorados/Bloqueados no Exercício e Valores Recuperados

RECURSOS APREENDIDOS POR DECISÃO JUDICIAL - BASE DEZEMBRO DE 2015

UG / CONTAS	113510800			
	EXERC. ANT.	EXERC. ATUAL	VALORES RECUPERADOS	TOTAL
MAC	512.579,23	-	468.782,85	43.796,38
JOP	233.388,22	-	80.495,43	152.892,79
REC	71.064.180,35	16.022.715,43	22.221.198,21	64.865.697,57
BH	96.879.979,71	42.927.854,17	21.564.582,54	118.243.251,34
NAT	66.033,71	109.687,32	-	175.721,03
AC	3.930.829,62	109.153,61	-	4.039.983,23
TOTAL	172.686.990,84	59.169.410,53	44.335.059,03	187.521.342,34

OBS.:

113510800 - VALORES APREENDIDOS POR DECISÃO JUDICIAL

Fonte: GAFIN/DA

Item 1.7.1.3 – Número de ações judiciais novas e ações judiciais encerradas

Quadro A.8.2.2 - Movimentação de Processos

ENTRADAS

ANO	CÍVEL	TRABALHISTA	FISCAL	TOTAL
2012	235	1.840	82	2.157
2013	870	1.627	527	3.024
2014	340	1.608	675	2.623
2015	434	2.439	149	3.022

BAIXAS

ANO	CÍVEL	TRABALHISTA	FISCAL	TOTAL
2012	366	1.477	47	1.890
2013	564	963	07	1.534
2014	789	1.672	167	2.628
2015	1.104	1.141	538	2.783

Fonte: Relatório Mensal de Atividade – GAPLO. Posição 31 de Dezembro de 2015

Item 1.7.1.4 – Montante financeiro das perdas e vitórias judiciais da CBTU, discriminando os valores pagos e os valores economizados

Quadro A.8.2.3.A - Vitórias e Perdas da ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

ACUMULADO / ADMINISTRAÇÃO CENTRAL / CÍVEL / 2015				
VITÓRIAS			PERDAS	
	QUANTIDADE	VALOR	QUANTIDADE	VALOR
JULHO	5	241.659	6	303.994
AGOSTO	1	100.000	1	150.000
SETEMBRO	2	42.662	0	0
OUTUBRO	0	0	34	280.264
NOVEMBRO	2	324.000	4	123.190
DEZEMBRO	0	0	0	0
TOTAL	10	708.321	45	857.448

ACUMULADO / ADMINISTRAÇÃO CENTRAL / TRABALHISTA / 2015				
VITÓRIAS			PERDAS	
	QUANTIDADE	VALOR	QUANTIDADE	VALOR
JULHO	18	909.000	5	324.000
AGOSTO	19	979.650	1	20.000
SETEMBRO	27	1.432.000	2	11.000
OUTUBRO	46	2.412.100	1	74.408
NOVEMBRO	28	1.451.100	0	0
DEZEMBRO	8	435.000	0	0
TOTAL	146	8.167.750	9	429.408

Quadro A.8.2.3.B - Vitórias e Perdas da STU BELO HORIZONTE

ACUMULADO / BELO HORIZONTE / CÍVEL / 2015				
VITÓRIAS			PERDAS	
	QUANTIDADE	VALOR	QUANTIDADE	VALOR
JULHO	1	265.535	0	0
AGOSTO	0	0	0	0
SETEMBRO	1	5.000	0	0
OUTUBRO	3	1.000	0	0
NOVEMBRO	0	0	0	0
DEZEMBRO	0	0	0	0
TOTAL	5	271.535	0	0

ACUMULADO / BELO HORIZONTE / TRABALHISTA / 2015				
VITÓRIAS			PERDAS	
	QUANTIDADE	VALOR	QUANTIDADE	VALOR
JULHO	5	260.904	24	2.037.255
AGOSTO	4	190.000	0	0
SETEMBRO	5	170.000	0	0
OUTUBRO	0	0	0	0
NOVEMBRO	0	0	0	0
DEZEMBRO	0	0	0	0
TOTAL	14	620.904	24	2.037.255

Quadro A.8.2.3.C - Vitórias e Perdas da STU RECIFE

ACUMULADO / RECIFE / CÍVEL / 2015				
VITÓRIAS			PERDAS	
	QUANTIDADE	VALOR	QUANTIDADE	VALOR
JULHO	3	41.020	1	2.700
AGOSTO	5	288.264	0	0
SETEMBRO	0	0	0	0
OUTUBRO	10	448.710	5	1.499
NOVEMBRO	6	199.258	0	0
DEZEMBRO	11	364.888	0	0
TOTAL	35	1.342.140	6	4.199

ACUMULADO / RECIFE / TRABALHISTA / 2015				
VITÓRIAS			PERDAS	
	QUANTIDADE	VALOR	QUANTIDADE	VALOR
JULHO	21	702.636	27	989.812
AGOSTO	15	522.597	1	60.231
SETEMBRO	8	274.500	1	6.000
OUTUBRO	25	980.217	1	17.065
NOVEMBRO	23	4.935.695	9	78.196
DEZEMBRO	21	382.000	0	0
TOTAL	92	7.797.645	39	1.151.304

Quadro A.8.2.3.D - Vitórias e Perdas da STU NATAL

ACUMULADO / NATAL / CÍVEL / 2015				
VITÓRIAS			PERDAS	
	QUANTIDADE	VALOR	QUANTIDADE	VALOR
JULHO	4	170.064	1	30.345
AGOSTO	0	0	0	0
SETEMBRO	2	533.540	0	0
OUTUBRO	0	0	0	0
NOVEMBRO	0	0	0	0
DEZEMBRO	2	277.820	0	0
TOTAL	8	981.424	0	30.345

ACUMULADO / NATAL / TRABALHISTA / 2015				
VITÓRIAS			PERDAS	
	QUANTIDADE	VALOR	QUANTIDADE	VALOR
JULHO	4	156.000	1	195.012
AGOSTO	1	50.000	2	22.835
SETEMBRO	4	124.000	1	1.004
OUTUBRO	4	147.000	0	0
NOVEMBRO	3	114.000	0	0
DEZEMBRO	0	0	0	0
TOTAL	16	591.000	5	218.851

Quadro A.8.2.3.E - Vitórias e Perdas da STU JOÃO PESSOA

ACUMULADO / JOÃO PESSOA / CÍVEL / 2015				
VITÓRIAS			PERDAS	
	QUANTIDADE	VALOR	QUANTIDADE	VALOR
JULHO	0	0	0	0
AGOSTO	0	0	0	0
SETEMBRO	0	0	0	0
OUTUBRO	0	0	0	0
NOVEMBRO	0	0	0	0
DEZEMBRO	0	0	0	0
TOTAL	0	0	0	0

ACUMULADO / JOÃO PESSOA / TRABALHISTA / 2015				
VITÓRIAS			PERDAS	
	QUANTIDADE	VALOR	QUANTIDADE	VALOR
JULHO	0	0	1	1.102
AGOSTO	0	0	0	0
SETEMBRO	0	0	0	0
OUTUBRO	0	0	5	265.600
NOVEMBRO	0	0	1	36.995
DEZEMBRO	10	555.000	0	0
TOTAL	10	555.000	7	303.697

Quadro A.8.2.3.F - Vitórias e Perdas da STU MACEIÓ

ACUMULADO / MACEIÓ / CÍVEL / 2015				
VITÓRIAS			PERDAS	
	QUANTIDADE	VALOR	QUANTIDADE	VALOR
JULHO	0	0	0	0
AGOSTO	0	0	0	0
SETEMBRO	0	0	0	0
OUTUBRO	0	0	0	0
NOVEMBRO	1	788	0	0
DEZEMBRO	0	0	0	0
TOTAL	1	788	0	0

ACUMULADO / MACEIÓ / TRABALHISTA / 2015				
VITÓRIAS			PERDAS	
	QUANTIDADE	VALOR	QUANTIDADE	VALOR
JULHO	0	0	0	0
AGOSTO	5	76.360	2	10.000
SETEMBRO	1	40.000	0	0
OUTUBRO	1	30.000	0	0
NOVEMBRO	0	0	0	0
DEZEMBRO	0	0	0	0
TOTAL	6	146.360	2	10.000

Quadro A.8.2.3.G - Vitórias e Perdas da ADMINISTRAÇÃO CENTRAL (SÃO PAULO)

ACUMULADO / SÃO PAULO / CÍVEL / 2015				
VITÓRIAS			PERDAS	
	QUANTIDADE	VALOR	QUANTIDADE	VALOR
JULHO	0	0	0	0
AGOSTO	3	1.656.534	5	270.367
SETEMBRO	8	1.597.445	57	791.223
OUTUBRO	4	1.185.340	14	1.859.379
NOVEMBRO	6	2.141.116	6	793.355
DEZEMBRO	1	120.000	2	545.874
TOTAL	22	6.700.435	84	4.260.198

ACUMULADO / SÃO PAULO / TRABALHISTA / 2015				
VITÓRIAS			PERDAS	
	QUANTIDADE	VALOR	QUANTIDADE	VALOR
JULHO	0	0	0	0
AGOSTO	0	0	0	0
SETEMBRO	1	480.251	0	0
OUTUBRO	0	0	0	0
NOVEMBRO	2	75.000	0	0
DEZEMBRO	0	0	0	0
TOTAL	3	555.251	0	0

Quadro A.8.2.3.H - Vitórias e Perdas da STU NATAL (CEARÁ)

ACUMULADO / NATAL (CEARÁ) / CÍVEL / 2015				
VITÓRIAS			PERDAS	
	QUANTIDADE	VALOR	QUANTIDADE	VALOR
JULHO	0	0	0	0
AGOSTO	1	400.000	0	0
SETEMBRO	0	0	0	0
OUTUBRO	0	0	0	0
NOVEMBRO	0	0	0	0
DEZEMBRO	3	43.430		
TOTAL	4	443.430	0	0

ACUMULADO / NATAL (CEARÁ) / TRABALHISTA / 2015				
VITÓRIAS			PERDAS	
	QUANTIDADE	VALOR	QUANTIDADE	VALOR
JULHO	0	0	0	0
AGOSTO	0	0	0	0
SETEMBRO	0	0	0	0
OUTUBRO	1	1.800.000	0	0
NOVEMBRO	0	0	0	0
DEZEMBRO	0	0	0	0
TOTAL	0	1.800.000	0	0

Quadro A.8.2.3.I - Vitórias e Perdas da STU MACEIÓ (BAHIA)

ACUMULADO / MACEIÓ (BAHIA) / CÍVEL / 2015				
VITÓRIAS			PERDAS	
	QUANTIDADE	VALOR	QUANTIDADE	VALOR
JULHO	0	0	0	0
AGOSTO	1	100.000	0	0
SETEMBRO	0	0	0	0
OUTUBRO	1	120.000	0	0
NOVEMBRO	0	0	1	137.591
DEZEMBRO	0	0	0	0
TOTAL	1	220.000	1	137.591

ACUMULADO / MACEIÓ (BAHIA) / TRABALHISTA / 2015				
VITÓRIAS			PERDAS	
	QUANTIDADE	VALOR	QUANTIDADE	VALOR
JULHO	0	0	0	0
AGOSTO	0	0	0	0
SETEMBRO	0	0	0	0
OUTUBRO	0	0	0	0
NOVEMBRO	0	0	0	0
DEZEMBRO	1	50.000	0	0
TOTAL	1	50.000	0	0

Item 1.7.1.5 – Breve relato com a motivação e as razões que levaram ao êxito ou à perda das ações

(i) Conforme se verifica no quadro “**Movimentação de Processos**”, em 2015 houve *quantum* significativo de baixas (1.104 processos) relativamente aos 434 processos propostos em face da CBTU neste mesmo ano.

Tais êxitos se devem não somente pela atuação proativa da advocacia contenciosa cível da CBTU na supervisão das atividades jurídica realizadas pelo atual escritório terceirizado.

Devemos ressaltar que também é um ponto importante para as demandas cíveis o reconhecimento, do judiciário, da ocorrência da prescrição vintenária nas ações indenizatórias cíveis que tinham como pano de fundo os acidentes ferroviários ocorridos antes da vigência do Código Civil de 2002, tanto na antiga STU/SP, quanto na antiga STU/RJ.

Exemplo disso encontra-se no quadro “**Vitórias e Perdas da ADMINISTRAÇÃO CENTRAL (SÃO PAULO)**” onde se pode observar que a CBTU ganhou 22 (vinte e duas) causas de julho a dezembro de 2015 no montante de R\$6.700,435 (seis milhões, setecentos mil e quatrocentos e trinta e cinco Reais), sendo tal quantia superior às perdas do mesmo período no montante de quase R\$2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil Reais).

O cenário de êxito, na qual a CBTU obtém ganhos superiores às perdas, na seara cível, também pode ser encontrado nas Superintendências da CBTU, conforme demonstram os quadros: **Vitórias e Perdas da STU BELO HORIZONTE, Vitórias e Perdas da STU RECIFE, Vitórias e Perdas da STU JOÃO PESSOA, Vitórias e Perdas da STU MACEIÓ, Vitórias e Perdas da STU MACEIÓ (BAHIA), Vitórias e Perdas da STU NATAL e Vitórias e Perdas da STU NATAL (CEARÁ).**

(ii) Relativamente às perdas substanciais na seara trabalhista, constantes unicamente no quadro **Vitórias e Perdas da STU/BH**, resta necessário esclarecer que, regra geral, a perda por parte da CBTU se deu por reconhecimento, por parte do judiciário, de direito líquido e certo dos empregados como o pagamento de hora extra, por exemplo, e que, no decorrer de 2015, os setores Jurídico e Recurso Humanos estabeleceram como prioritário o mapeamento e redução das demandas trabalhistas.

Cumprе salientar que esse projeto foi desenvolvido no ano de 2015 encontrando-se agora em fase de implantação, o UMAPAT – Unificação do Mapeamento das Ações Trabalhistas. Tal projeto visa mapear e buscar soluções prévias às demandas trabalhistas.

O objetivo é evitar a proposição de Reclamações Trabalhistas, haja visto que aquela Justiça Especializada possui como princípio básico o julgamento *in dubio pro misero*, onde normalmente há uma tendência para sentenças pró-trabalhador. Daí, há a necessidade de evitar a proposição da demanda judicial.

Finalmente, imperiosos ressaltar a contratação, para lotação na Gerência Geral Jurídica da CBTU, a partir do segundo e terceiro trimestre de 2015 – via concurso público- de novos advogados atuantes na advocacia contenciosa (CEACI e CEATA), analista de gestão–contador e o técnico de gestão (empregados que atualmente dão suporte técnico à advocacia contenciosa) em atendimento as às recomendações constantes do Acórdão 2804/2015- TCU –Plenário.

9. RELATÓRIOS, PARECERES E DECLARAÇÕES

9.1 – Parecer ou Relatório da Unidade de Auditoria Interna



CBTU
Companhia Brasileira de Trens Urbanos
Administração Central

PARECER DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

O Relatório de Gestão da CBTU objetiva atender as orientações do Tribunal de Contas da União constantes da Portaria nº 321, de 30/11/2015 e a Decisão Normativa nº 146, de 30/09/2015.

O desempenho da administração no exercício de 2015, demonstrou de forma objetiva, não apenas os resultados sociais, econômicos e operacionais atingidos, mas também as dificuldades gerenciais enfrentadas no decorrer do referido exercício, as soluções implementadas e os atos de gestão adotados para execução das ações sob responsabilidade da Companhia, o que, em nossa opinião, apresentaram-se de forma satisfatória.

Destacamos a seguir, os aspectos pertinentes à Auditoria Interna, em cumprimento ao estabelecido no sistema e-contas, do Tribunal de Contas da União:

a) *Indicação do estatuto ou normas que regulam a atuação da auditoria interna;*

Artigo 36 do Estatuto Social da CBTU

A CBTU terá em sua estrutura organizacional, uma unidade de auditoria interna diretamente vinculada ao Presidente do Conselho de Administração, sob a responsabilidade de chefe que somente será admitido e dispensado por proposta da Diretoria Executiva aprovada pelo Conselho de Administração, vedada a delegação, em qualquer caso, a outro órgão da sociedade.

Decreto 3.591/2000 Art. 15

As unidades de auditoria interna das entidades da Administração Pública Federal indireta vinculadas aos Ministérios e aos órgãos da Presidência da República ficam sujeitas à orientação normativa e supervisão técnica do Órgão Central e dos órgãos setoriais do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, em suas respectivas áreas de jurisdição.

IN nº 24-2015/CGU Art. 1º

Esta Instrução dispõe sobre a elaboração, a apresentação e o acompanhamento do Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) e do Relatório Anual de Auditoria Interna (RAINT), e os aspectos operacionais relativos aos trabalhos de auditoria das unidades de auditoria interna da administração pública federal direta e indireta sujeitas à orientação normativa e supervisão técnica do Órgão Central e dos órgãos setoriais do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.

Handwritten signature and initials.

CBTU

b) Demonstração dos elementos que caracterizam a independência e objetividade da unidade de auditoria interna;

A Auditoria Interna da CBTU está vinculada diretamente ao Conselho de Administração da Companhia.

Esta condição possibilita que as atividades da Auditoria Interna sejam realizadas de forma independente, fazendo com que o trabalho flua de modo imparcial, correto e honesto, objetivando agregar valor e melhorar o funcionamento da organização.

c) Demonstração de como a área de auditoria interna está estruturada; como é feita a escolha do titular; qual o posicionamento da unidade de auditoria na estrutura da UJ;

A estrutura da Auditoria Interna é composta por 10 (nove) profissionais, conforme demonstrado a seguir:

CARGO	FORMAÇÃO	QUANT.
Chefe de Auditoria	Contador	1
Auditor	Administrador	4
	Economista	2
	Gestor de Recursos Humanos	1
Assistente Executivo	Nível Médio	1
Analista de Gestão	Administrador	1
TOTAL		10

A escolha do titular da Auditoria Interna é feita pela Diretoria Executiva da Companhia, sendo a indicação submetida à aprovação do Conselho de Administração e, posteriormente, à Controladoria Geral da União.

No âmbito da estrutura organizacional da Companhia, a Auditoria Interna encontra-se vinculada ao Conselho de Administração da CBTU.

d) Avaliação da capacidade de os Controles Internos Administrativos da Unidade identificarem, evitarem e corrigirem falhas e irregularidades, bem como minimizarem riscos, inerentes aos processos relevantes da unidade;

A CBTU utiliza regularmente um conjunto de indicadores de desempenho que traduz com objetividade os níveis de eficácia, eficiência, economicidade e a qualidade dos serviços de transporte ferroviário de passageiros prestados nas Unidades onde a CBTU atua como Operadora – Belo Horizonte, Recife, João Pessoa, Natal e Maceió, conforme demonstração:

AM *A7*

CBTU

Para cada indicador adotado pela CBTU a Auditoria Interna avalia regularmente a sua utilidade, tipo (eficácia, eficiência ou efetividade), fórmula de cálculo, método de aferição pela área responsável pelo cálculo e/ou medição, o resultado (desempenho) do indicador, as disfunções estruturais ou situacionais e as principais medidas implementadas para tratar as causas de insucesso e, os respectivos responsáveis.

A pertinência dos indicadores adotados pela CBTU para mensuração do desempenho operacional é expressamente reconhecida pela CGU no item 5.4 do Relatório 190134/36/CGU, de 22/05/2007 e, em nosso entendimento, assegura confiabilidade, representatividade, homogeneidade, praticidade, validade, independência, simplicidade, cobertura, economicidade, acessibilidade e estabilidade, revelando-se satisfatórios e suficientes para subsidiar avaliações de desempenho da demanda do transporte de passageiros, produção da receita (operacional e não operacional), evolução dos custos unitários, tarifa efetiva (resultado da receita de transporte pelo quantitativo de passageiros transportados), passageiros transportados por dia útil e aferição da Taxa de Cobertura (permite avaliar o nível de participação dos recursos provenientes da venda de passagens na cobertura dos custos incorridos pela CBTU na realização dos transportes).

A seguir resumimos os resultados operacionais alcançados no exercício de 2015, avaliados a partir dos indicadores regularmente utilizados na produção dos transportes.

INDICADORES		REALIZADO		Variação %
		Média/2014	Média/2015	
EFICÁCIA	Passageiros transportados (mil)	15.038	14.991	-0,31
	Passageiros por dia útil (mil)	596	593	-0,50
	Receita Operacional (R\$ mil)	14.317	13.789	-3,69
	Receita Não Operacional (R\$ mil)	752	570	-24,20
	Receita Total (R\$ mil)	15.068	14.359	-4,71

INDICADORES		REALIZADO		Variação %
		Média/2014	Média/2015	
EFICIÊNCIA	Custo Unitário (R\$)	2,83	3,18	12,37
	Tarifa Efetiva Média (R\$)	0,95	0,92	-3,16
	Produtividade Energia Elétrica (Km/mil kWh)	51	54	5,88
	Produtividade Diesel (Km/mil litros)	411	459	11,68

INDICADORES		REALIZADO		Variação %
		Média/2014	Média/2015	
ECONOMICIDADE	Taxa de cobertura plena (%)	34,9	30	-14,04

INDICADORES		REALIZADO		Variação %
		Média/2014	Média/2015	
QUALIDADE	Regularidade (%)	95	95,4	0,42
	Pontualidade (%)	88,6	85,3	-3,72

A7. *[assinatura]*

CBTU

Além disso, os Controles Internos inerentes aos processos relevantes da CBTU são regularmente avaliados pela Auditoria Interna, cujos testes aplicados no exercício p. findo (aprovados no PAINT/2015), resultaram em observações específicas acerca das fragilidades identificadas, as quais foram detalhadamente abordadas em Relatórios e Notas de Auditoria Interna emitidos no decorrer daquele exercício, acompanhadas de recomendações que, em nosso entendimento, contribuíram positivamente para o aprimoramento dos controles administrativos analisados.

No exercício de 2015 confirmamos aderência significativa às recomendações da Auditoria Interna pelas áreas auditadas, ratificadas em follow-ups realizados no decorrer daquele exercício financeiro, cujo implemento das ações corretivas sugeridas, efetivamente, contribuiu para o aprimoramento dos Controles Internos e Administrativos exercidos nas diversas Unidades Administrativas da CBTU que foram objeto de uma ação de Auditoria.

e) Descrição das rotinas de acompanhamento e de implementação, pela UPC, das recomendações da auditoria interna;

A Auditoria Interna visando acompanhar e certificar a implementação de suas recomendações realiza sistematicamente Follow-up relativo aos trabalhos de auditoria realizados na Companhia, com a emissão de relatórios específicos demonstrando a situação referente ao atendimento ou não, das recomendações emanadas pela Auditoria Interna.

f) Informações sobre a existência ou não de sistemática e de sistema para monitoramento dos resultados decorrentes dos trabalhos da auditoria interna;

Conforme anteriormente mencionado, a sistemática utilizada pela Auditoria Interna para monitoramento dos resultados dos trabalhos executados, consiste na realização de Follow-up dos respectivos relatórios com a verificação "in loco", se for o caso, da implementação ou não, pela área auditada, das recomendações da Auditoria Interna.

g) Informações sobre como se certifica de que a alta gerência toma conhecimento das recomendações feitas pela auditoria interna e assume, se for o caso, os riscos pela não implementação de tais recomendações;

Os Relatórios de Auditoria Interna relativo aos trabalhos realizados no âmbito da Companhia, são encaminhados ao Diretor-Presidente que, em seguida, os encaminham para as Diretorias e o Conselho Fiscal, e que o risco pela não implementação das mesmas é de responsabilidade direta da área auditada.

Assinatura

CBTU

h) Descrição da sistemática de comunicação à alta gerência, ao Conselho de Administração e ao comitê de auditoria sobre os riscos considerados elevados decorrentes da não implementação das recomendações da auditoria interna pela alta gerência;

A Diretoria Executiva da Companhia, bem como o Conselho Fiscal em suas reuniões ordinárias, mantém como rotina a leitura dos Relatórios de Auditoria em conjunto com a Chefia da Auditoria Interna, onde são analisados os pontos abordados e os conseqüentes riscos envolvidos.

O Conselho de Administração é cientificado através das Atas do Conselho Fiscal, onde são destacados os itens dos Relatórios de Auditoria considerados relevantes.

i) Informações gerenciais sobre a execução do plano de trabalho do exercício de referência das contas;

Os trabalhos de Auditoria foram norteados na fase de pré-auditoria através de planejamento estratégico de cada programa executado, considerando fundamentalmente os elementos de risco e a relevância das atividades verificadas, decorrendo na auditoria de campo, que consistiu na análise dos controles internos e na documentação correlata, sendo utilizada em determinadas ações o critério de testes por amostragem, em estrita observância a fundamentação legal e as normas internas.

Dos 19 (dezenove) trabalhos constantes das atividades planejadas para o exercício 2015, presentes no PAINT, todos foram regularmente executados.

Adicionalmente, informamos a execução em 2015 de um trabalho de auditoria especial, solicitado pelo Diretor-Presidente da Companhia, através do Memo/011-15/P, motivado pela divulgação de fatos relacionados à CBTU nas investigações proferidas pelo MPF e pela Polícia Federal na operação Lava-Jato.

Os resultados obtidos, constantes no Relatório de Auditoria Especial, emitido em 06/04/2015 e seus anexos, foram encaminhados à CGU (CRT/051-2015/P, de 13/04/2015), ao MCidades (CRT/052-2015/P, de 13/04/2015) e a Polícia Federal (CRT/053-2015/P, de 13/04/2015).

Para executar as atividades constantes do PAINT no exercício de 2015, a Auditoria Interna contou com o total de 7 (sete) auditores.

A seguir, demonstramos todas as atividades executadas durante o respectivo exercício:

pm
AT

ATIVIDADES EXECUTADAS - EXERCÍCIO 2015

RELA-TÓRIO Nº	ATIVID PAINT	PROGRAMA DESENVOLVIDO	REC HUM	LOCAL	PERÍODO EXECUÇÃO	HORAS TRABALHADAS
-	01	Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna Exercício 2014	04	AC	02 a 30 jan	412
-	19	Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna Exercício 2014	01	AC	21 a 30 dez	48
-	02	Balanco Geral Exercício – 2014	01	AC	02 a 13 fev 02 a 31 mar	136
-	-	Relatório de Auditoria Especial 01	04	AC	17 mar a 06 abr	416
01/2015	04	Controle Orçamentário	02	AC	02 a 13 fev	152
02/2015	11	Gestão Financeira	04	AC	02 a 31mar	488
03/2015	05	Gestão de Recursos Humanos	06	AC	09 abr a 08 mai	856
04/2015	07	Licitações e Contratos	02	STU/JOP	11 mai a 10 jun	292
05/2015	06	Licitações, Contratos e Convênios	03	STU/MAC	11 mai a 12 jun	1326
06/2015	13	Licitações e Contratos	05	STU/BH	15 jun a 09 jul	880
07/2015	10	Licitações, Contratos e Convênios	06	AC	01 jul a 06 ago	960
08/2015	08	Licitações, Contratos e Convênios	03	STU/NAT	07 ago a 09 set	552
09/2015	16	Gestão Patrimonial	03	AC	10 ago a 11 set	516
10/2015	09	Gestão Financeira	02	STU/REC	21 set a 06 nov	512
11/2015	14	Licitações, Contratos e Convênios	14	STU/REC	21 set a 06 nov	792
12/2015	18	Auditoria de Gestão Anual	05	REFER	09 nov a 18 dez	648
-	03	Prestação de Contas Anual – Exercício 2014	01	AC	02 a 27 fev 02 a 31 mar	312
-	12	Revisão de Programas de Auditoria Interna	01	AC	01 a 30 dez	136
-	15	Elaboração do PAINT – Exercício 2016	02	AC	01 a 28 out	168
-	17	Treinamento e Capacitação da Equipe de Auditoria	04	AC- EXTERNO	mar a dez	295
-	-	Monitoramento dos Processos em Andamento no Tribunal de Contas da União – TCU	01	AC	05 a 30 jan	72
-	-	Monitoramento dos Processos em Andamento no Tribunal de Contas da União – TCU	01	AC	02 a 11 fev	36
-	-	Monitoramento dos Processos em Andamento no Tribunal de Contas da União – TCU	01	AC	09 a 31 mar	68
-	-	Monitoramento dos Processos em Andamento no Tribunal de Contas da União – TCU	01	AC	01 a 30 abr	64
-	-	Monitoramento dos Processos em Andamento no Tribunal de Contas da União – TCU	01	AC	04 a 29 mai	76
-	-	Monitoramento dos Processos em Andamento no Tribunal de Contas da União – TCU	01	AC	01 a 30 jun	72
-	-	Monitoramento dos Processos em Andamento no Tribunal de Contas da União – TCU	01	AC	01 a 31 jul	92
A TRANSPORTAR						10.377

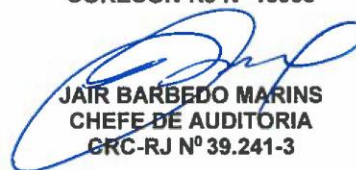
ATIVIDADES EXECUTADAS – EXERCÍCIO 2015

RELA- TORIO Nº	ATIVID PAINT	PROGRAMA DESENVOLVIDO	REC HUM	LOCAL	PERÍODO EXECUÇÃO	HORAS TRABA- LHADAS
TRANSPORTE						10.377
-	-	Monitoramento dos Processos em Andamento no TCU e Demandas	1	AC	03 a 31 ago	100
-	-	Monitoramento dos Processos em Andamento no TCU e Demandas	1	AC	01 a 30 set	92
-	-	Monitoramento dos Processos em Andamento no TCU e Demandas	1	AC	01 a 30 out	84
-	-	Monitoramento dos Processos em Andamento no TCU e Demandas	1	AC	02 a 30 nov	82
-	-	Monitoramento dos Processos em Andamento no TCU e Demandas	1	AC	01 a 30 dez	68
TOTAL						10.803

Rio de Janeiro, 28 de abril de 2016.


ALCIONE SOARES MENEZES FILHO
 AUDITOR
 CRA-RJ Nº 20.28466


ALEX MAIA
 AUDITOR
 CORECON-RJ Nº 13938


JAIR BARBEDO MARINS
 CHEFE DE AUDITORIA
 CRC-RJ Nº 39.241-3



CBTU
Companhia Brasileira de Trens Urbanos
Administração Central

PARECER DE AUDITORIA INTERNA

Aos

Administradores e Acionistas da

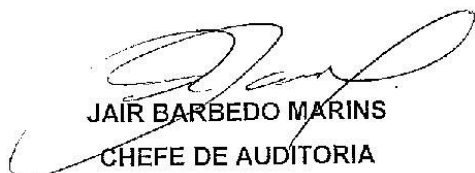
Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU

1. Examinamos os Balanços Patrimoniais da Companhia Brasileira de Trens Urbanos, encerrados em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido, do fluxo de caixa, assim como as Notas Explicativas correspondentes ao exercício findo naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume das transações, os sistemas contábil e de controles internos da Companhia; b) a constatação, com bases em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados, e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia, bem como, da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
3. As avaliações tiveram ainda com base os Relatórios de Auditoria Interna emitidos no exercício de 2015 que abordaram temas com reflexos nas demonstrações contábeis em tela, assim como o Parecer da Auditoria Independente – LOUDON BLOMQUIST – AUDITORES INDEPENDENTES emitido em 26/02/2016 e as ressalvas constantes do seu item 3, o qual adotamos na sua íntegra.

CBTU

4. Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos dos registros constantes do parágrafo anterior, as demonstrações contábeis, representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Brasileira de Trens Urbanos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e o fluxo de caixa, correspondente ao exercício findo, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2016.


JAIR BARBEDO MARINS
CHEFE DE AUDITORIA
CONTADOR CRC/RJ-39.241-0

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU, usando de suas atribuições legais e estatutárias, tendo em vista o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, as Demonstrações do Resultado do Exercício, as Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa, assim como as Notas Explicativas ao Balanço Patrimonial, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e, considerando o Relatório emitido pela LOUDON BLOMQUIST – Auditores Independentes, de 26 de fevereiro de 2016 e as ressalvas constantes no item 3 – base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações financeiras, além do Parecer da Auditoria Interna, emitido 26 de fevereiro de 2016, os quais corroboramos em sua íntegra, é de opinião que os referidos documentos representam adequadamente a posição patrimonial e financeira da Companhia naquela data, encontrando-se em condições de serem submetidos à apreciação da Assembléia Geral de Acionistas.

Rio de Janeiro, 07 de março de 2016.


PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO


MARCIO OLIVEIRA CAVALCANTE


ELIAS JACÓ DOS SANTOS



CBTU

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

**RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO Nº002-2016, DE 07 DE MAR
DE 2016**

O Conselho de Administração da COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU, em reunião realizada nesta data, usando de suas atribuições estatutárias e legais, e

Considerando a Proposição nº 002-2016/P, de 24 de fevereiro de 2016

RESOLVE:

Manifestar-se favoravelmente à aprovação do Relatório de Administração, do Balanço Patrimonial e das respectivas Demonstrações Contábeis da Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU, referentes ao exercício de 2015.

CARLOS ANTONIO VIEIRA FERNANDES
Presidente do Conselho

Distribuição:
Intranet

9.3 – Relatório de Instância ou Área de Correição

No ano de 2015 foram instaurados 104 processos, dentre Sindicâncias e Processos Administrativos Disciplinares, no âmbito de toda a Companhia. Destes, 5 deram origem a instauração de outro processo; 4 culminaram em aplicação de pena de advertência, sendo dois por ameaça a empregado, um por manifestações ofensivas via rádio comunicadores no sistema de rádio-canal de estações e um pelo desaparecimento de motocicleta da Companhia; 6 redundaram em suspensão, sendo dois por incidente entre funcionários, um por descarrilamento de trem, um por assinalamento de ponto em local indevido, um por abandono de posto de trabalho e um por ter sido ocasionado desvio de função; 1 acarretou a dispensa por justa causa em razão de apresentação de atestados médicos falsificados; 5 deram origem a lavratura de Termo de Compromisso de Adequação Funcional; 1 resultou em uma advertência e duas suspensões por recusa de empregados em realizar atividade solicitada por sua chefia; e 23 foram arquivados. O restante permanece em curso.

Esclarecemos que no ano de 2015 foi implementado o Manual Disciplinar CBTU, criaram-se as figuras do Gestor Nacional e Gestores Regionais dos Processos de Sindicância e PAD e foram selecionados empregados a ocuparem estas funções.

Assim, deu-se início a um trabalho de organização da área disciplinar na Companhia, iniciando o cadastramento dos processos no sistema CGU/PAD, implementando e atualizando normativos e reestruturando o arquivo de processos disciplinares.

A Administração Central da CBTU já solicitou às Superintendências a padronização numérica dos processos de Sindicância e PAD, o preenchimento de planilha desenvolvida para melhor acompanhamento e controle de prazos dos referidos processos, bem como a criação de Comissão Permanente de Ocorrência de Acidentes em cada Unidade Administrativa, para apuração, controle e registro de todas as ocorrências de acidentes envolvendo veículos rodoviários e ferroviários de propriedade da Companhia, com a produção de relatório indicando a necessidade ou não de instauração de Sindicância/Processo Administrativo Disciplinar, visando minimizar as instaurações desnecessárias de procedimento disciplinar.

Dessa forma, apresentamos em anexo o acompanhamento dos processos instaurados no ano de 2015; contudo, apesar dos esforços, a tabela ainda não reflete integralmente o trabalho de reestruturação e organização da área disciplinar da Companhia, o que, certamente será possibilitado no exercício 2016.

Fonte: GESTOR NACIONAL PAD

UNID ADM	Nº DA RESOLUÇÃO	DESCRIÇÃO DO OBJETO	FATOS APURADOS	DATA DO ENCERRAMENTO DA COMISSÃO	DATA DA DECISÃO FINAL
AC	RPR nº 006-2015, de 15/01/2015	Constituir Comissão para apurar incidente ocorrido entre funcionários nas dependências da Oficina da STU/MAC. Fixar o prazo de 30 dias. Prorrogar por mais 15 dias.	Penalidade: 10 dias de suspensão ao empregado José Messias da Silva. 15 dias de suspensão ao empregado José Carlos Pereira. 25 dias de suspensão ao empregado Agnaldo Silva dos Santos.	26/02/2015	11/03/2015
AC	RPR nº 017-2015, de 30/01/2015	Constituir Comissão para apuração de duplo vínculo empregatício. Fixar o prazo de 30 dias. Prorrogar por mais 30 dias.	Processo arquivado.	23/03/2015	06/04/2015
AC	RPR nº 018-2015, de 08/02/2015	Constituir Comissão de Sindicância para apurar os indícios de irregularidade na defesa da CBTU em reclamação trabalhista. Fixar o prazo de 30 dias. Prorrogado por 45 dias.	A Comissão apurou que existe responsabilidade contratual do Escritório Rocha Calderon e que não há responsabilidade a ser imputada ao fiscal do contratado, vez que não restou comprovada omissão ou negligência.	10/04/2015	31/08/2015
AC	RPR nº 024-2015, de 02/03/2015	Constituir Comissão de Procedimento Administrativo Disciplinar para apurar desacato ao código de ética da CBTU. Fixar o prazo de 30 dias. Prorrogado por mais 15 dias. Prorrogar por mais 30 dias.	Processo arquivado.	15/05/2015	22/07/2015
AC	RPR nº044-2015, de 02/04/2015	Constituir Comissão de Sindicância para apurar denúncia acerca de eventuais irregularidades na nomeação e desídias por não cumprimento do horário por empregados lotados na STU/JOP. Fixar o prazo de 30 dias. Prorrogar por mais 30 dias.	Processo arquivado.	26/05/2015	03/10/2015

AC	RPR nº 045-2015, de 02/04/2015	Constituir Comissão de Sindicância para apurar os fatos e responsabilidades relativamente ao email de 20/03/2015, recebido na Presidência da CBTU, a respeito de fatos ocorridos na STU/REC. Fixar o prazo de 30 dias.	Formação de Processo Administrativo Disciplinar.		
AC	RPR nº 063-2015, de 14/04/2015	Constituir PAD para apurar os fatos e responsabilidades referente a acidente no Pátio de Maceió. Fixar o prazo de 30 dias.	Em curso. A Comissão indicou aplicação da penalidade de suspensão de 30 dias.		
AC	RPR nº 091-2015, de 05/06/2015 RPR nº 100-2015, de 22/06/2015	Constituir Comissão de Sindicância para apurar os fatos e responsabilidades por ventura existentes acerca da continuidade na prestação dos serviços relativos ao Contrato nº 016-2013/DA, sem a devida cobertura do instrumento jurídico próprio. Fixar o prazo de 45 dias. Constituir Comissão de Sindicância para apurar os fatos e responsabilidades por ventura existentes acerca da continuidade na prestação dos serviços relativos ao Contrato nº 016-2013/DA, sem a devida cobertura do instrumento jurídico próprio. Fixar o prazo de 45 dias. Torna insubsistente a RPR nº 091-2015, de 05/06/2015.	Em curso.		
AC	RPR nº 109-2015, de 30/06/2015	Constituir Comissão de Processo Administrativo Disciplinar para apurar os fatos e responsabilidades ao email recebido na Presidência, a respeito de desvio de função na STU/REC. Fixar o prazo de 60 dias.	Suspensão de 5 dias ao empregado Ayres Rodrigues da Silva.		02/10/2015

AC	RPR nº 126-2015, de 29/07/2015 RPR nº 127-2015, de 04/08/2015	Constituir Comissão de Processo Administrativo Disciplinar para apurar ameaça relatada em Registro de Ocorrência. Fixar o prazo de 60 dias. Tornar insubsistente a RPR nº 126-2015, de 29/07/2015. Constituir Comissão de Processo Administrativo Disciplinar para apurar ameaça relatada em Registro de Ocorrência. Fixar o prazo de 30 dias.	Formação de Processo Administrativo Disciplinar.	03/09/2015	09/09/2015
AC	RPR nº 137-2015, de 02/09/2015 RPR nº 143-2015, de 10/09/2015	Constituir Comissão de Processo Administrativo Disciplinar para apurar ameaça relatada em Registro de Ocorrência. Fixar o prazo de 30 dias. Tornar insubsistente a RPR nº 137-2015, de 10/09/2015. Constituir Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, para apurar ameaça relatada em Registro de Ocorrência, considerando o Relatório Final da Comissão de Sindicância constituída pela RPR nº 127-2015, de 04/08/2015. Fixar o prazo de 60 dias.	Advertência por escrito ao empregado Hugo Humberto Cardoso de Carvalho.	05/10/2015	21/10/2015
STU/ BH	RBH nº 38-2015, de 27/01/2015	Constituir Sindicância para apurar causas e responsabilidades pela morosidade na tramitação do Processo nº 3133/2013/GOLIC-STU-BH. Fixar o prazo de 30 dias. Prorrogado por mais 30 dias.	Processo arquivado.	24/03/2015	23/06/2301 5
STU/ BH	RBH nº 80-2015, de 23/02/2015	Constituir PAD para apurar a responsabilidade referente a atrasos e faltas. Fixar o prazo de 60 dias.	Em curso.		

		Prorrogado por mais 60 dias. Prorrogado por mais 60 dias.			
STU/ BH	RBH nº 81- 2015, de 23/02/2015	Constituir Comissão de PAD para apurar a responsabilidade referente a faltas injustificadas. Fixar o prazo de 60 dias. Prorrogado por mais 60 dias. Prorrogado por mais 60 dias.	Em curso.		
STU/ BH	RBH nº 91- 2015, de 12/03/2015	Constituir Comissão de Sindicância para apurar o falecimento de usuário na estação. Fixar o prazo de 30 dias.	Abertura de Processo Administrativo Disciplinar.	10/04/2015	
STU/ BH	RBH nº 97- 2015, de 26/03/2015	Constituir Comissão de Sindicância para apurar avaria de AMV. Fixar o prazo de 30 dias.	Em curso.		
STU/ BH	RBH nº 98- 2015, de 26/03/2015	Constituir PAD para apurar manifestações ofensivas via radio comunicadores no sistema de rádio-canal de estações. Fixar o prazo de 60 dias.	O empregado Nelson Gonçalves Passos foi advertido.	22/05/2015	29/05/2015
STU/ BH	RBH nº 99- 2015, de 26/03/2015	Constituir Processo Administrativo Disciplinar para apurar o descarrilamento do trem. Fixar o prazo de 60 dias.	Suspensão de 07 dias ao empregado Wesley Satiro.		17/08/2015
STU/ BH	RBH nº 100- 2015, de 26/03/2015	Constituir Comissão de Sindicância para apurar o desaparecimento de máquina de solda da contratada. Fixar o prazo de 30 dias.	Processo arquivado.	26/06/2015	17/09/2015
STU/ BH	RBH nº 208- 2015, de 04/08/2015	Constituir Comissão de Sindicância para apurar a danificação de AMV. Fixar o prazo de 30 dias.	Foi solicitada lavratura de Termo de Compromisso de Adequação Funcional nos moldes do Manual Disciplinar CBTU, tendo sido concedida, e o TCAF homologado pela autoridade instauradora do processo em 17/09/2015, gerando a suspensão do	03/09/2015	17/09/2015

			processo e da aplicação de eventuais penalidades pelo prazo de 180 dias. Expirado este prazo e cumprindo o compromissário as condições, a autoridade competente declarará extinto o processo.		
STU/ BH	RBH nº 209- 2015, de 04/08/2015	Constituir Comissão de Sindicância para apurar a danificação de AMV. Fixar o prazo de 30 dias. Prorrogado por mais 10 dias.	Foi solicitada lavratura de Termo de Compromisso de Adequação Funcional nos moldes do Manual Disciplinar CBTU, tendo sido concedida, e o TCAF homologado pela autoridade instauradora do processo em 17/09/2015, gerando a suspensão do processo e da aplicação de eventuais penalidades pelo prazo de 180 dias. Expirado este prazo e cumprindo o compromissário as condições, a autoridade competente declarará extinto o processo.	10/09/2015	17/09/2015
STU/ BH	RBH nº 210- 2015, de 04/08/2015	Constituir Comissão de Sindicância para apurar a danificação de AMV. Fixar o prazo de 30 dias.	Foi solicitada lavratura de Termo de Compromisso de Adequação Funcional nos moldes do Manual Disciplinar CBTU, tendo sido concedida, e o TCAF homologado pela autoridade instauradora do processo em 17/09/2015, gerando a suspensão do processo e da aplicação de eventuais penalidades pelo prazo de 180 dias. Expirado este prazo e cumprindo o compromissário as condições, a autoridade competente declarará extinto o processo.	31/08/2015	17/09/2015

STU/ BH	RBH nº 211- 2015, de 04/08/2015	Constituir Comissão de Sindicância para apurar a danificação de AMV. Fixar o prazo de 30 dias.	Foi solicitada lavratura de Termo de Compromisso de Adequação Funcional nos moldes do Manual Disciplinar CBTU, tendo sido concedida, e o TCAF homologado pela autoridade instauradora do processo em 17/09/2015, gerando a suspensão do processo e da aplicação de eventuais penalidades pelo prazo de 180 dias. Expirado este prazo e cumprindo o compromissário as condições, a autoridade competente declarará extinto o processo.	31/08/2015	17/09/2015
STU/ BH	RBH nº 220- 2015, de 12/08/2015	Constituir Comissão de Processo Administrativo Disciplinar para apurar as responsabilidades referentes aos fatos relatados no processo 0386-2015. Fixar o prazo de 60 dias. Prorrogado por mais 60 dias.	Em curso.		
STU/ BH	RBH nº 221- 2015, de 12/08/2015	Constituir Comissão de Processo Administrativo Disciplinar para apurar o uso indevido de veículo. Fixar o prazo de 60 dias.	Em curso		
STU/ BH	RBH nº 222- 2015, de 12/08/2015	Constituir Comissão de Processo Administrativo Disciplinar para apurar comportamento inadequado. Fixar o prazo de 60 dias.	Em curso		
STU/ BH	RBH nº 223- 2015, de 12/08/2015	Constituir Comissão de Processo Administrativo Disciplinar para apurar cartão de ponto irregular. Fixar o prazo de 60 dias. Prorrogado por mais 60 dias.	Em curso	27/01/2016	

STU/ BH	RBH nº 224- 2015, de 12/08/2015	Constituir Comissão de Processo Administrativo Disciplinar para apurar as responsabilidades referentes aos fatos relatados no processo 1831-2015. Fixar o prazo de 60 dias.	Em curso		
STU/ BH	RBH nº 227- 2015, de 17/08/2015	Constituir Comissão de Processo Administrativo Disciplinar para apurar as responsabilidades referentes ao fechamento incorreto da bilheteria da estação, tendo a porta sido encontrada aberta. Fixar o prazo de 60 dias. Prorrogado por 60 dias.	Foi solicitada lavratura de Termo de Compromisso de Adequação Funcional nos moldes do Manual Disciplinar CBTU, tendo sido concedida, e o TCAF homologado pela autoridade instauradora do processo em 29/12/2015, gerando a suspensão do processo e da aplicação de eventuais penalidades pelo prazo de 180 dias. Expirado este prazo e cumprindo o compromissário as condições, a autoridade competente declarará extinto o processo.	14/12/2015	29/12/2015
STU/ BH	RBH nº 228- 2015, de 17/08/2015	Constituir Comissão de Processo Administrativo Disciplinar para apurar as responsabilidades referentes aos fatos relatados no Processo nº 1828-2015. Fixar o prazo de 60 dias.	Em curso.		
STU/ BH	RBH nº 229- 2015, de 17/08/2015	Constituir Comissão de Processo Administrativo Disciplinar para apurar as responsabilidades referentes ao falecimento de usuário na estação. Fixar o prazo de 60 dias. Prorrogado por mais 60 dias.	Em curso.	04/01/2016	
STU/ BH	RBH nº 230- 2015, de 17/08/2015	Constituir Comissão de Processo Administrativo Disciplinar para apurar as responsabilidades referente ao descarrilamento do trem.	Em curso.		

		Fixar o prazo de 60 dias.			
STU/ BH	RBH nº 231- 2015, de 17/08/2015	Constituir Comissão de Sindicância para apurar os fatos relatados no Processo nº 0577-2015, considerando o conteúdo no Relatório Final do PAD constituído pela RBH nº 099-2015, de 26/03/2015. Fixar o prazo de 30 dias.	Processo arquivado.	31/10/2015	21/12/2015
STU/ BH	RBH nº 370- 2015, de 28/11/2015	Constituir Comissão de Sindicância para apurar comportamento inadequado. Fixar o prazo de 60 dias.	Em curso.		
STU/ BH	RBH nº 371- 2015, de 26/11/2015	Constituir Comissão de Sindicância para apurar os fatos relatados no processo nº 1877-2015. Fixar o prazo de 30 dias. Prorrogado por mais 30 dias.	Em curso.	22/01/2016	
STU/ BH	RBH nº 372- 2015, de 26/11/2015	Constituir Processo Administrativo Disciplinar para apurar as responsabilidades referentes ao processo nº 2952-2015. Fixar o prazo de 60 dias.	Em curso.		
STU/ BH	RBH nº 373- 2015, DE 26/11/2015	Constituir Processo Administrativo Disciplinar para apurar os fatos relatados no processo nº 2953-2015. Fixar o prazo de 60 dias.	Em curso.		
STU/ BH	RBH nº 374- 2015, de 26/11/2015	Constituir Comissão de Sindicância para apurar os fatos relatados no processo nº 2954-2015. Fixar o prazo de 30 dias. Prorrogado por mais 60 dias.	Em curso.		
STU/ BH	RBH nº 375- 2015, de 26/11/2015	Constituir Comissão de Sindicância para apurar os fatos relatados no processo nº 2955-2015. Fixar o prazo de 30 dias.	Em curso.		

		Prorrogado por mais 60 dias.			
STU/ BH	RBH nº 376- 2015, de 26/11/2015	Constituir Comissão de Sindicância para apurar os fatos relatados no processo nº 2956-2015. Fixar o prazo de 30 dias. Prorrogado por mais 60 dias.	Em curso.		
STU/ BH	RBH nº 414- 2015, de 21/12/2015	Constituir Comissão de Sindicância para apurar cartão de ponto irregular. Fixar o prazo de 60 dias.	Em curso.		
STU/ BH	RBH nº 415- 2015, de 21/12/2015	Constituir Comissão de Sindicância para apurar as responsabilidades referentes a ausência sem autorização. Fixar o prazo de 60 dias.	Em curso.		
STU/ BH	RBH nº 416- 2015, de 21/12/2015	Constituir Comissão de Sindicância para apurar o uso indevido de veículos. Fixar o prazo de 60 dias.	Em curso.		
STU/ REC	RRE nº 027- 2015, de 20/01/2015	Integrar Processo Administrativo Disciplinar para apurar falsificação de documentos. Fixar o prazo de 30 dias. Prorrogar por mais 15 dias.	Demissão por justa causa.	26/06/2015	04/08/2015
STU/ REC	RRE nº 51- 2015, de 11/02/2015	Constituir Comissão de Processo Administrativo Disciplinar para apurar denúncias de ameaça à funcionário. Fixar o prazo de 30 dias. Suspensão por 15 dias. Houve sete prorrogações de 30 dias.	Advertência ao empregado Sidivaldo Vital da Silva.	11/08/2015	03/09/2015
STU/ REC	RRE nº 56- 2015, de 12/02/2015	Constituir Comissão de Sindicância para apuração de furto da motocicleta da CBTU – STU – REC – Marca Honda, Modelo XRE 300, Placa EOS 5603. Fixar o prazo de 30 dias. Prorrogar por mais 30 dias.	Advertência aos empregados Enilson C.Santos, Antonio S. Silva e Sergio M.Oliveira.	24/06/2015	02/10/2015

STU/ REC	RRE nº 71- 2015, de 27/02/2015	Constituir Comissão de Sindicância para apurar interrupção da operação de segurança nos Veículos Leves sob Trilhos. Fixar o prazo de 30 dias. Suspendido por 15 dias. Prorrogado por mais 30 dias.	Processo arquivado.	12/04/2015	03/06/2015
STU/ REC	RRE nº 86- 2015, de 13/03/2015	Constituir Comissão de Sindicância para apuração de desordem, desrespeito e insubordinação entre empregados da STU/REC. Fixar o prazo de 30 dias. Prorrogado por mais 10 dias.	Formação de Procedimento Administrativo Disciplinar	24/07/2015	
STU/ REC	RRE nº 104- 2015, de 08/04/2015	Integrar o Processo Administrativo Disciplinar para apurar eventual conduta de empregado, ofendendo funcionário nas dependências da estação e burlando o sistema ao colocar seu filho para dentro, por baixo do tripé de bloqueio, sem pagar. Fixar o prazo de 30 dias. Prorrogado por mais 30 dias.	Processo arquivado.	29/07/2015	03/09/2015
STU/ REC	RRE nº 105- 2015, de 08/04/2015	Constituir Comissão de Sindicância para apurar fatos e responsabilidades quanto ao talonamento do AMV 69. Fixar o prazo de 30 dias. Prorrogado por mais 30 dias.	Processo Arquivado	26/06/2015	07/08/2015
STU/ REC	RRE nº 108- 2015, de 14/04/2015	Integrar o Processo Administrativo Disciplinar para apurar acidente envolvendo Veículo Leve sobre Trilho. Fixar o prazo de 30 dias. Prorrogado por mais 30 dias.	Processo arquivado aguardando retorno do empregado afastado pela Previdência Social.	05/08/2015	02/10/2015
STU/ REC	RRE nº 131- 2015, de 08/05/2015	Integrar o Processo Administrativo Disciplinar para apurar o assinalamento de ponto em local indevido.	Suspensão de 05 dias.	04/09/2015	02/10/2015

		Fixar o prazo de 30 dias. Prorrogado por mais 30 dias. Prorrogado por mais 30 dias.			
STU/ REC	RRE nº 155- 2015, de 25/05/2015	Integrar o Processo Administrativo Disciplinar para apurar o uso indevido de veículo por empregado. Fixar o prazo de 30 dias. Prorrogado por mais 60 dias. Prorrogado por mais 60 dias. Prorrogado por mais 60 dias.	Em curso.	23/01/2016	
STU/ REC	RRE nº 194- 2015, de 25/06/2015	Integrar o Processo Administrativo Disciplinar para apurar abandono de posto de trabalho. Fixar o prazo de 60 dias.	Suspensão de 01 dia ao empregado Djalma Alves Filho.	24/08/2015	02/10/2015
STU/ REC	RRE nº 233- 2015, de 17/07/2015	Integrar o Processo Administrativo Disciplinar para apurar os fatos relatados no relatório do PAD – RRE nº 27-2015.	Em curso.		
STU/ REC	RRE nº 239- 2015, de 23/07/2015	Integrar o Processo Administrativo Disciplinar para apurar os fatos e responsabilidades relatados no Memo. Nº 086/COMCE/2015. Fixar o prazo de 60 dias. Prorrogado por mais 60 dias.	Em curso.	24/11/2015	
STU/ REC	RRE nº 241- 2015, de 23/07/2015	Integrar o Processo Administrativo Disciplinar para apurar recusa de empregados em realizar atividade solicitada por sua chefia. Fixar o prazo de 60 dias. Prorrogado por mais 60 dias.	Advertência ao empregado Marcos Donato de Oliveira. Suspensão de 01 dia ao empregado José Aldenizio Andrade da Silva. Suspensão de 03 dias ao empregado Edmilson Prazeres Simões.	28/10/2015	13/01/2016
STU/ REC	RRE nº 277- 2015, de 12/08/2015	Integrar o Processo Administrativo Disciplinar para apurar apresentação de atestados médicos falsificados. Fixar o prazo de 60 dias.	Aguardando parecer jurídico.	05/10/2015	

STU/ REC	RRE nº 295- 2015, de 18/08/2015	Constituir Comissão de Processo Administrativo Disciplinar para apurar entrevero entre empregados. Fixar o prazo de 60 dias.	Suspensão de 08 dias.	14/10/2015	09/12/2015
STU/ REC	RRE nº 299- 2015, de 20/08/2015	Constituir Comissão para apurar descumprimento de CIT (registro de ponto). Fixar o prazo de 60 dias. Prorrogado por mais 60 dias.	Processo arquivado.	15/10/2015	13/01/2016
STU/ REC	RRE nº 318- 2015, de 31/08/2015	Constituir Comissão de Processo Administrativo Disciplinar para apurar adulteração de documentos (Atestado Médico). Fixar o prazo de 60 dias. Prorrogado por 60 dias.	Em curso.		
STU/ REC	RRE nº 363- 2015, de 11/09/2015	Constituir Comissão de Processo Administrativo Disciplinar para apurar os fatos relatados no Memo. 101-GOREH/2015. Fixar o prazo de 60 dias.	Em curso.		
STU/ REC	RRE nº 364- 2015, de 11/09/2015	Constituir Comissão de Processo Administrativo Disciplinar para apurar os fatos relatados no Memo. 102/GOREH/2015. Fixar o prazo de 60 dias.	Em curso.		
STU/ REC	RRE nº 365- 2015, de 11/09/2015	Constituir Comissão de Processo Administrativo Disciplinar para apurar os fatos relatados no Memo. 099-GOREH/2015. Fixar o prazo de 60 dias.	Em curso.		
STU/ REC	RRE nº 366- 2015, de 11/09/2015	Constituir Comissão de Processo Administrativo Disciplinar para apurar os fatos relatados no Memo. 105/GOREH/2015.	Em curso.		

		Fixar o prazo de 60 dias.			
STU/ REC	RRE nº 367- 2015, de 11/09/2015	Constituir Comissão de Processo Administrativo Disciplinar para apurar os fatos relatados no Memo. 100/GOREH2015. Fixar o prazo de 60 dias.	Em curso.		
STU/ REC	RRE nº 605- 2015, de 16/09/2015	Constituir Comissão de Processo Administrativo Disciplinar para apurar inassiduidade de empregado. Fixar o prazo de 60 dias. Prorrogado por mais 60 dias.	Aguardando parecer jurídico.	30/12/2015	
STU/ REC	RRE nº 606- 2015, de 16/09/2015	Constituir Comissão de Processo Administrativo Disciplinar para apurar entrevero entre empregados. Fixar o prazo de 60 dias. Prorrogado por mais 60 dias.	Em curso.	15/01/2016	
STU/ REC	RRE nº 613- 2015, de 28/09/2015	Constituir Comissão de Processo Administrativo Disciplinar para apurar os fatos relatados no Memo. 183/STU-REC/2015. Fixar o prazo de 60 dias.	Em curso.		
STU/ REC	RRE nº 666- 2015, de 04/11/2015	Constituir Comissão de Processo Administrativo Disciplinar para apurar denúncia de tratamento profissional inadequado por parte do Coordenador. Fixar o prazo de 60 dias. Prorrogado por mais 30 dias.	Aguardando parecer jurídico.	29/01/2016	
STU/ REC	RRE nº 667- 2015, de 04/11/2015	Constituir Comissão de Processo Administrativo Disciplinar para apurar inassiduidade e reincidência de punição de empregado. Fixar o prazo de 60 dias.	Em curso.		

STU/ REC	RRE nº 668- 2015, de 04/11/2015	Constituir Comissão de Processo Administrativo Disciplinar para apurar responsabilidade de empregado quanto à condução indevida de TUE em prolongamento de via. Fixar o prazo de 60 dias. Prorrogado por mais 60 dias.	Em curso.	03/01/2016	
STU/ REC	RRE nº 669- 2015, de 04/11/2015	Constituir Comissão de Processo Administrativo Disciplinar para apurar denúncia de assédio moral. Fixar o prazo de 60 dias. Prorrogado por mais 60 dias.	Em curso.		
STU/ REC	RRE nº 670- 2015, de 04/11/2015	Constituir Comissão de Processo Administrativo Disciplinar para apurar remoção indevida da chave de condição de cabine, no pátio de Recife. Fixar o prazo de 60 dias. Prorrogado por mais 60 dias.	Em curso.		
STU/ REC	RRE nº 686- 2015, de 18/11/2015	Constituir Comissão de Processo Administrativo Disciplinar para apurar o incidente no licenciamento do VLT. Fixar o prazo de 60 dias.	Aguardando parecer jurídico.	29/12/2015	
STU/ REC	RRE nº 687- 2015, de 18/11/2015	Constituir Comissão de Processo Administrativo Disciplinar para apurar denúncia de ofensa e difamação contra empregado. Fixar o prazo de 60 dias. Prorrogado por mais 60 dias.	Em curso.		
STU/ REC	RRE nº 701- 2015, de 26/11/2015	Constituir Comissão de Processo Administrativo Disciplinar para apurar os fatos relatados no protocolo nº 32508. Fixar o prazo de 60 dias. Prorrogado por mais 60 dias.	Em curso.		

STU/ REC	RRE nº 714- 2015, de 03/12/2015	Constituir Comissão de Processo Administrativo Disciplinar para apurar os fatos relatados no Memo. 266/STU-REC/2015. Fixar o prazo de 60 dias.	Em curso.		
STU/ MAC	RMC nº 048- 2015, de 13/04/2015 RMC nº 052- 2015, de 17/04/2015	Constituir Comissão de Sindicância para apurar os fatos relatados no processo nº 884/2014, referente a Comissão de Inventário. Fixar o prazo de 30 dias. Tornar insubsistente a RMC nº 048/2015, de 08/04/2015. Constituir Comissão de Sindicância para apurar os fatos relatados no processo 884/2014, referente a Comissão de Inventário. Fixar o prazo de 30 dias.	Formação de Processo Administrativo Disciplinar – RMC nº 091-2015, de 12/08/2015.		
STU/ MAC	RMC nº 091- 2015, de 12/08/2015	Instaurar Processo Administrativo Disciplinar e referente à Comissão de Inventário. Fixar o prazo de 60 dias. Prorrogado por mais 60 dias.	Em curso.		
STU/J OP	RJP nº 022- 2015, de 04/03/2015	Constituir Comissão de Sindicância para apurar a colisão envolvendo a composição do trem e um veículo. Fixar o prazo de 45 dias.	Processo arquivado.	13/04/2015	23/04/2015
STU/J OP	RJP nº 029- 2015, de 18/03/2015	Constituir Comissão de Sindicância para apurar colisão envolvendo a composição do trem e veículo. Fixar o prazo de 45 dias. Prorrogado por mais 30 dias.	Processo arquivado.	28/04/2015	11/05/2015

STU/J OP	RJP nº 030-2015, de 18/03/2015	Constituir Comissão de Sindicância para apurar atropelamento envolvendo a composição do trem. Fixar o prazo de 45 dias. Prorrogar por mais 30 dias.	Processo arquivado.	30/04/2015	13/05/2015
STU/J OP	RJP nº 034-2015, de 19/03/2015	Constituir Comissão de Sindicância para apurar os fatos inerentes ao talonamento do AMV. Fixar o prazo de 45 dias.	Processo arquivado	26/08/2015	08/10/2015
STU/J OP	RJP nº 037-2015, de 01/04/2015	Constituir Comissão de Sindicância para apurar os fatos inerentes à colisão ocorrida no dia 21/03/2015, entre composição e veículo. Fixar o prazo de 45 dias. Prorrogar por mais 45 dias.	Processo arquivado	29/05/2015	12/06/2015
STU/J OP	RJP nº 050-2015, de 20/05/2015	Constituir Comissão de Sindicância para apurar os fatos inerentes ao atropelamento envolvendo a composição do trem. Fixar o prazo de 45 dias.	Processo arquivado.	26/06/2015	07/07/2015
STU/J OP	RJP nº 51-2015, de 20/05/2015	Constituir Comissão de Sindicância para apurar os fatos inerentes ao atropelamento envolvendo a composição do trem.	Processo arquivado	29/06/2015	07/07/2015
STU/J OP	RJP nº 72-2015, de 13/07/2015	Constituir Comissão de Sindicância, para apurar o atropelamento envolvendo a composição do trem. Fixar o prazo de 45 dias.	Processo arquivado.	26/08/2015	03/09/2015
STU/J OP	RJP nº 73-2015, de 13/07/2015	Constituir Comissão de Sindicância, para apurar os fatos inerentes ao talonamento de AMV e descarrilamento da locomotiva, causando o cancelamento do trajeto e a devolução de 130 passagens aos usuários. Fixar o prazo de 45 dias.	Processo arquivado.	26/08/20150	08/10/2015

STU/J OP	RJP nº 75-2015, de 22/07/2015	Constituir Comissão de Sindicância, para apurar os fatos inerentes ao atropelamento envolvendo a composição do trem. Fixar o prazo de 45 dias.	Processo arquivado.	02/09/2015	10/09/2015
STU/J OP	RJP nº 76-2015, de 22/07/2015	Constituir Comissão de Sindicância para apurar os fatos inerentes à colisão envolvendo a composição do trem e um veículo. Fixar o prazo de 45 dias.	Processo arquivado.	03/09/2015	10/09/2015
STU/J OP	RJP nº 090-2015, de 09/09/2015	Constituir Comissão de Sindicância para apurar os fatos inerentes ao descarrilamento ocorrido em 26 de agosto de 2015, no pátio da estação Santa Rita. Fixar o prazo de 45 dias. Fixar por mais 45 dias.	Aguardando parecer jurídico.		
STU/J OP	RJP nº 096-2015, de 21/09/2015	Constituir Comissão de Sindicância para apurar os fatos inerentes ao talonamento do aparelho de mudança de via durante o repasse da locomotiva que faria a composição UBN 15. Fixar o prazo de 45 dias. Prorrogar por mais 45 dias.	Aguardando parecer jurídico.		
STU/J OP	RJP nº 097-2015, de 22/09/2015	Constituir Comissão de Sindicância para apurar os fatos que desencadearam o atropelamento envolvendo a composição do trem. Fixar o prazo de 45 dias. Prorrogar por mais 45 dias.	Aguardando parecer jurídico.	07/12/2015	
STU/J OP	RJP nº 098-2015, de 23/09/2015	Constituir Comissão de Sindicância para apurar os fatos inerentes ao descarrilamento ocorrido em 04/08/2015, nas proximidades do km 2014+682. Fixar o prazo de 45 dias.	Em curso.		

		Prorrogar por mais 45 dias.			
STU/J OP	RJP nº 099- 2015, de 07/10/2015	Constituir Comissão de Sindicância para apurar os fatos inerentes ao furto do aparelho de som e do cartão de combustível do veículo pertencente à CBTU. Fixar o prazo de 45 dias. Prorrogar por mais 30 dias. Prorrogar por mais 45 dias.	Em curso.		
STU/ NAT	RNT nº 041- 2015, de 10/04/2015	Instaurar Comissão de Processo Administrativo Disciplinar para apurar conduta e responsabilidade de empregado, referente a folha de despacho nº 006/GIOPE/2015, de 24/03/2015. Fixar o prazo de 30 dias.	Em curso.		
STU/ NAT	RNT nº 051- 2015, de 12/05/2015	Instaurar Comissão de Processo Administrativo Disciplinar para apurar conduta e responsabilidade de empregado em acidente ferroviário. Fixar o prazo de 30 dias. Prorrogar por mais 30 dias Prorrogar por mais 60 dias	Aguardando parecer jurídico.		
STU/ NAT	RNT nº 070- 2015, de 23/06/2015	Instaurar Comissão de Processo Administrativo Disciplinar para apurar conduta e responsabilidade de empregado, considerando a gravidade da indisciplina e insubordinação de empregado. Fixar o prazo de 60 dias. Prorrogar por mais 60 dias	Em curso.		
STU/ NAT	RNT nº 073- 2015, de 02/07/2015	Instaurar Comissão de Processo Administrativo Disciplinar para apurar responsabilidade em acidente ferroviário. Fixar o prazo de 60 dias.	Aguardando parecer jurídico.		

STU/ NAT	RNT nº 087- 2015, de 28/07/2015	Instaurar Comissão de Processo Administrativo Disciplinar para apurar as causas que deram origem aos feitos narrados no Boletim de Ocorrência 018-07/2015. Estabelecer o prazo de 60 dias.	Em curso.		
STU/ NAT	RNT nº 101- 2015, de 26/08/2015	Instaurar Comissão de Processo Administrativo Disciplinar para apurar conduta de insubordinação de empregado. Estabelecer o prazo de 60 dias. Prorrogar por mais 60 dias.	Em curso		
STU/ NAT	RNT nº 112- 2015, de 21/09/2015	Instaurar Comissão de Processo Administrativo Disciplinar para apurar conduta de insubordinação de empregado. Estabelecer o prazo de 60 dias. Prorrogar por mais 60 dias.	Em curso		
STU/ NAT	RNT nº 113- 2015, de 21/09/2015	Instaurar Comissão de Processo Administrativo Disciplinar para apurar comportamento inadequado de empregado. Estabelecer o prazo de 60 dias. Prorrogar por mais 60 dias.	Em curso		

9.4 – Relatório de Auditor Independente

Loudon Blomquist 

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU

ÍNDICE

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO PATRIMONIAL

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES **SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos

Administradores e Acionistas da
Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU

Examinamos os balanços patrimoniais da **Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU**, levantados em 31 de dezembro de 2015 e 2014, e as correspondentes demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e de fluxos de caixa correspondente aos exercícios findos naquelas datas, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

1 - Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras, livres de distorções relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro.

2 - Responsabilidade dos Auditores Independentes

2.1 - Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorções relevantes.

2.2 - Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidências a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorções relevantes nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU, para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia.

2.3 - Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como, à avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

2.4 - Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

3 - Base para opinião com ressalva sobre as Demonstrações Financeiras

3.1 - Conforme mencionado na Nota Explicativa 13, no exercício de 2004, a Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social – REFER ajuizou contra a CBTU, Processo de Execução de Dívida na 28ª Vara Civil da Comarca do Rio de Janeiro. Em 31 de março de 2004, foi celebrado entre a REFER e a CBTU, o Aditivo N.º 01/04 ao instrumento Particular de Direitos e Obrigações de 08 de fevereiro de 2001, e, no que se refere ao Instrumento n.º 30/2000, foi celebrado Acordo Judicial repactuando valores e datas, passando o novo acordo, a ter vencimentos mensais a partir de 31 de janeiro de 2005. Em 2007 foi constituído novo processo N.º 2007.001.120653-9, para o restante da dívida.

Desde o exercício de 2006 a CBTU não obtém crédito orçamentário para cumprir o pactuado para com a REFER.

Nos exercícios de 2008 a 2015, foram pagos R\$ 127.774 mil, através de penhora da receita dos processos n.º 0009659-44.2012.4.02.5101.

Após negociações entre as partes ficou acertado que em 2016 a penhora do processo n.º 0009659-44.2012.4.02.5101 retornará a 12% da receita de janeiro a julho de 2016, passando a um valor fixo a partir de agosto de 2016.

Em 31 de dezembro de 2015, o total da dívida para com a REFER montava a R\$ 2.231.564 mil, registrada no Passivo Circulante.

Até a emissão de nosso parecer, as demonstrações financeiras da REFER, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, não haviam sido concluídas.

3.2 – Ainda integra o Ativo Imobilizado, no grupo de “Imobilizações em Andamento” e correspondente Patrimônio Líquido da Companhia, o montante R\$ 1.206.192 mil, remanescente de saldos das obras de ampliação dos sistemas de trens metropolitanos de São Paulo e Rio de Janeiro, que foram objetos de cisão parcial, em exercícios anteriores, em observância a Lei N.º 8693/93, cujos Ativos já estão de posse das Companhias incorporadoras.

4 - Opinião

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos das circunstâncias mencionadas no parágrafo 3, “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU**, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para os exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis aplicáveis no Brasil.

5 - Ênfase

Conforme descrito na Nota Explicativa 2, a Companhia não realizou o Impairment dos seus ativos, considerando que avaliações preliminares e comparativas com empresas do mesmo ramo de atividade, indicavam que os ativos da CBTU estavam subavaliados, o que demandaria processo de reavaliação de ativos. Considerando que o CPC, através do ICPC-10, tornou facultativa a reavaliação de ativos neste caso, e que a empresa não vislumbrou oportunidades que justificassem o investimento, optou pela não reavaliação dos ativos e também, pela manutenção das atuais taxas de depreciação por considerá-las adequadas.

Rio de Janeiro,
26 de fevereiro de 2016.

LOUDON BLOMQUIST
AUDITORES INDEPENDENTES
CRC-RJ-000064/F-8


Jorge Luiz Perfeita Moraes
Contador
CRC-RJ- 043.479/O-2

9.5 – Declarações de Integridade

9.5.1 – Declaração de Integridade e Completude dos Registros no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todos os atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadoria, reforma e pensão, relativos ao pessoal da **COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU**, estão devidamente registrados no Sistema de Avaliação e Registro dos atos de Admissão e Concessões – Sisac para fins de registro junto ao Tribunal de Contas da União, conforme determina o inciso III do art. 71 da Constituição Federal e art. 2º da Instrução Normativa TCU 55/2007.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2015.


Jonathan da Silva Costa

035.747.024-93

Gerente Técnico - Administração de Recursos Humanos
Diretoria de Administração e Finanças

9.5.2 – Declaração de Cumprimento das Disposições da Lei 8.730/1993 quanto à Entrega das Declarações de Bens e Rendas

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todos os servidores da **COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU** obrigados pela Lei 8.730/1993 disponibilizaram suas declarações de bens e rendas junto a esta (**GERÊNCIA TÉCNICA DE RECURSOS HUMANOS**) para fins de avaliação da evolução patrimonial e outras providências cabíveis a cargo dos órgãos de controle.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2015.


Jonathan da Silva Costa

035.747.024-93

Gerente Técnico - Administração de Recursos Humanos
Diretoria de Administração e Finanças

Fonte: GEARH/GAREH/DA